

COMPLEXIDADE DE UMA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

MARIA DO LIVRAMENTO M. CLEMENTINO ^W

ORIENTADOR : PROF. DR. WILSON CANO [†]

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

*3to. compilar
responder ao cri-
tério da des. sitem.
da do livro. Alguns ma-
do Clementino em 12/12/90 e
orientada pelo Prof. Dr. Wil-
son Cano.*

30/11/2003

CAMPINAS - 1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A Chagas, meu marido, e a Marco, Lauro e
Márcia, meus filhos, dedico este
trabalho, pela solidariedade e afeto
cotidianos mesclados de compreensíveis
protestos.

AGRADECIMENTOS

Somente na aparência uma tese é um momento de isolamento do pesquisador. Mesmo que ele esteja a três mil quilômetros de um interlocutor, na realidade é uma tarefa que carece de um esforço coletivo. Durante este trabalho contei com a colaboração de muitas pessoas. E ao mesmo tempo que as isento das imprecisões que ele, provavelmente, contém, aproveito para manifestar-lhes o meu reconhecimento.

De modo muito especial gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Wilson Cano pela confiança que depositou em mim. Sem a segurança, o incentivo, a cobrança, as pressões mesmo, a disponibilidade e a amizade com que ele generosamente me orientou, a realização desta tese não teria sido possível. Embora saiba que na maturidade e honestidade intelectual que o caracterizam como pessoa e como profissional não me considere sua devedora, tenho para com ele uma dívida que estas linhas não dão conta de saldar.

Gostaria, também, de expressar minha gratidão para com os colegas professores do Departamento de Ciências Sociais da UFRN por assumirem meus encargos docentes durante o período em que sentei para escrever a tese. Aos colegas Dacier Barros, José Antonio Spineilli Lindoso, Eleonora Tinoco Beaugrand e José Willington Germano particularmente, sou grata pelas críticas e sugestões dadas ao texto. As professoras Iza Leão de Andrade, Angela Lúcia Ferreira e Amadja Henrique Borges que junto comigo executaram o projeto Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Natal, agradeço a socialização das informações e as calorosas discussões por ocasião dos seminários internos dessa pesquisa regional.

A socióloga Maria Amélia Gurgel gostaria de falar que a dedicação, competência e empenho que marcaram seu estágio foram significativos para o resultado da pesquisa sobre Natal. À ela e a Cibele Nunes devo, inclusive, a digitação da tese no computador.

Aos estagiários Vanja, Ednaldo, Alessandro, Hélio, Lineide e Gustavo, agradeço a retaguarda de informações.

Por fim, registro o meu reconhecimento ao apoio institucional e financeiro da FINEP, CNPq, FECAMP e UFRN. Agradeço, ainda, ao Instituto de Economia da UNICAMP que, por intermédio de Paulo Baltar, Carlos Américo Pacheco, Márcia Leitão e Alberto, me possibilitou, de formas distintas, condições para conclusão desta tese.

S U M Á R I O

Lista de Ilustrações	3
Lista de Tabelas	4
Lista de Siglas e Abreviaturas	9
Resumo	10
Resumé	11
1a. PARTE - INTRODUÇÃO	
1. Em Direção a uma Visão Integrada da Agricultura e Urbanização	14
2. A Experiência de Urbanização no Rio Grande do Norte ..	15
2a. PARTE - O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E DA URBANIZAÇÃO	
1. A FASE DA NÃO ARTICULAÇÃO COMERCIAL INTERNA	33
1.1 Conquista e Ocupação do Território	34
1.2 As Bases da Economia Agro-Mercantil não Açucareira	35
1.3 Pressupostos à Expansão Algodoeira	45
1.4 O Algodão no Cenário da Economia Estadual	51
1.5 Os Primeiros Contornos Urbanos	67
1.6 A Formação da Rede Urbana	73
2. A FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO EXPORTÁVEL	100
2.1 Os Rumos da Produção Algodoeira	109
2.2 A Diversificação da Produção Exportável: Sheelita e Sisal	119
2.3 Os Novos Contornos Urbanos	124
3. A IMPORTÂNCIA DA 2a. GUERRA MUNDIAL PARA A URBANIZAÇÃO DA CAPITAL	149
3.1 A Especificidade de Natal	149
3.2 A Capital antes da 2a. Guerra	153
3.3 A 2a. Guerra e sua Relação com a Urbanização ...	158
3.4 A Mobilização Militar em Natal	166
3.5 A Expansão do Pós-Guerra	181
3a. PARTE - A SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO PARA A URBANIZAÇÃO	
1. DETERMINANTES DA TRANSIÇÃO NO PERÍODO 1970-1980	200
1.1 O contexto das mudanças	200

1.2	As transformações na estrutura produtiva	207
2.	URBANIZAÇÃO E ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL ...	229
2.1	Características Básicas da Estrutura Ocupacional: 1970-1980	232
2.2	Alterações na estrutura ocupacional da capital ..	239
2.3	Mossoró: Breve Análise Regional	251
	CONCLUSÕES	264
	ANEXOS	289
	BIBLIOGRAFIA	295

GRÁFICOS

1. Exportação Anual de Açúcar e Algodão em Mil Toneladas, pelo Estado do Rio Grande do Norte. p. 58.
2. Valor Oficial Anual da Exportação de Açúcar e Algodão em Mil Contos de Réis pelo Estado do Rio Grande do Norte. p. 59.
3. Valor Anual da Receita Arrecadada em Mil Contos de Réis pelo Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte. p. 63.
4. Participação Percentual das Principais Culturas do Rio Grande do Norte, no Valor Total da Produção Agrícola. p. 216.

MAPAS

1. Estado do Rio Grande do Norte: Zona da Mata, Agreste e Sertão. p. 37.
2. Caminhos do Gado, Através dos Currais Instalados no Rio Grande do Norte e Paraíba. p. 75.
3. Principais Estradas de Ferro e Rodovias do Rio Grande do Norte, cuja Construção Iniciou-se no Período 1880-1915. p. 81.
4. Principais Cidades e Portos na Rota de Exportação de Algodão do Rio Grande do Norte 1880-1915. p. 86.
5. Usinas em Funcionamento na Safra 1959/1960. p. 118.
6. Rio Grande do Norte: Divisão Administrativa dos Municípios (1950-1970). p. 128.
7. Rio Grande do Norte: Rede Rodoviária Básica (1930-1960). p. 135.
8. Evolução Urbana de Natal até a 2ª Guerra Mundial. p. 155.
9. Importância Estratégica do Nordeste Brasileiro no Domínio do Atlântico-Sul e nas Ligações Aéreas com Dakar. p. 163.
10. 2ª Guerra Mundial - Saliente do Nordeste, Grandes Unidades e Instalações Militares. p. 167.
11. Área Militar em Natal. p. 168.
12. Área Ocupada por Loteamentos. p. 189.
13. Ocupação Territorial de Natal. p. 191.

LISTA DE TABELAS

- 01 - Estabelecimentos Rurais do Rio Grande do Norte Segundo Grupos de Areas. p. 38.
- 02 - Estabelecimentos Rurais do Rio Grande do Norte em 1920 Segundo o Mínimo de Hectares por Grupos de Areas. p. 39.
- 03 - Preços do Açúcar no Mercado Internacional: Século XVII à Início do Século XX. P. 41.
- 04 - Participação do Brasil no Mercado Mundial de Açúcar - 1841 - 1875. P.42.
- 05 - Distribuição dos Fundos dos Decretos Imperiais que Subsidiavam os Engenhos Centrais nas Províncias do Nordeste. p. 43.
- 06 - Percentuais das Exportações de Açúcar do Rio Grande do Norte sobre as de Pernambuco (quantidades médias). p. 43.
- 07 - Exportações de Açúcar do Rio Grande do Norte em Toneladas e em Contos de Réis. p. 44.
- 08 - Engenhos Existentes nos Municípios Açucareiros do Rio Grande do Norte no Período de 1860 a 1912. p. 44.
- 09 - Participação de Vários Portos Brasileiros na Exportação de Algodão em Pluma. p. 52.
- 10 - Produção de Algodão no Brasil: Safras 1924/1925 a 1933/1934. p. 53.
- 11 - Produção de Algodão no Brasil não Exportada: Safras 1924/1925 a 1933/1934. p. 54.
- 12 - Produção Brasileira de Algodão Bruto, 1926-1950. p. 55.
- 13 - Exportação Média Anual do Algodão e do Açúcar em Toneladas e em Contos de Réis pelo Estado do Rio Grande do Norte no Período 1889-1930. p. 57.
- 14 - Exportação Anual de Algodão em Toneladas e em Contos de Réis pelo Estado do Rio Grande do Norte para Portos Nacionais e Estrangeiros. p. 60.
- 15 - Número de Beneficiadoras de Algodão Existentes nos Municípios da Região do Sertão-RN em 1910. p. 61.
- 16 - Rio Grande do Norte: Exportação de Sal Marinho (Média Anual em Toneladas). p. 62.

- 17 - Destino da Exportação de Sal do Estado do Rio Grande do Norte - (Referente ao Ano de 1925). p. 64.
- 18 - Evolução da População Pecuária do Rio Grande do Norte de 1912 à 1938. p. 64.
- 19 - Evolução da Indústria no Rio Grande do Norte de 1907 à 1960. p. 65.
- 20 - Importação de Mercadorias pelo Porto de Natal no Período de Jan. a Jun. de 1927. p. 68.
- 21 - Divisão do Espaço Norte-Riograndense em 1775. p. 76.
- 22 - População do Rio Grande do Norte em 31 de dezembro de 1906 com Declaração de seus Empregos. p. 77.
- 23 - Crescimento da População do Rio Grande do Norte de 1775 a 1940. p. 78.
- 24 - População Estimada da Região do Seridó em 1921. p. 79.
- 25 - Evolução do Sistema Ferroviário do Rio Grande do Norte. p. 83.
- 26 - Algodão em Pluma Produzido no Rio Grande do Norte - Média de Safra. p. 110.
- 27 - Rio Grande do Norte: Quadro das Exportações de Algodão em Pluma em 1942. p. 111.
- 28 - Área Cultivada com Algodão no Rio Grande do Norte no Período 1931-1937. p. 111.
- 29 - Beneficiadoras de Algodão Estabelecidas no Rio Grande do Norte. p. 114.
- 30 - Estabelecimentos Industriais de Algodão Existentes no Rio Grande do Norte em 1942. p. 115.
- 31 - Produção e Consumo de Tungstênio no Brasil - 1962 - 1971. p. 121.
- 32 - Exportações de Sisal do Brasil e do Rio Grande do Norte. p. 123.
- 33 - Número de Municípios, Segundo as Regiões (1920-1970). p. 127.
- 34 - Rio Grande do Norte: População Presente por Situação de Domicílio (1940-1950). p. 129.
- 35 - Rio Grande do Norte: Municípios, Distritos, Cidades e Vilas Segundo o Tamanho da População (1940-1950). p. 130.

- 36 - Progressão da Relação Populacional do Município de Natal e o Conjunto do RN. p. 130.
- 37 - Rio Grande do Norte: População Presente em 1950 por Zona Fislográfica Segundo a Situação de Domicílio. p. 132.
- 38 - Rio Grande do Norte: Pessoas Economicamente Ativas nas Datas dos Censos de 1940 e 1950. p. 138.
- 39 - Rio Grande do Norte: População de 10 anos e mais em 1940 e 1950, Segundo Ramos de Atividade. p. 140.
- 40 - Produção Mobiliária de Natal: 1941-1944. p. 184.
- 41 - Distribuição Segundo os Bairros Atuais dos Loteamentos Registrados em Natal (1940-1980). p. 185.
- 42 - Quantidade de Loteamentos e Área Loteada em Natal por Década (1940 - 1980). p. 186.
- 43 - Registro de Terras do Município de Natal no Cadastro de ITR (INCRA). p. 187.
- 44 - Rio Grande do Norte: Indicadores Econômicos e Sociais (1970-1980). p. 208.
- 45 - Rio Grande do Norte: Dez Cidades Mais Populosas (1970-1980). p. 208.
- 46 - População dos Municípios da "Grande Natal" (1970-1980). p. 209.
- 47 - Rio Grande do Norte: Composição do Valor da Transformação Industrial (1959, 1975, 1980). p. 211.
- 48 - Rio Grande do Norte: Concentração dos Principais Produtos Industriais em Relação ao Brasil (1980). p. 212.
- 49 - Rio Grande do Norte: Participação do VTI em Relação ao Nordeste a Preços 1965/67 Segundo as Classes de Indústrias no Período 1959/1975. p. 213.
- 50 - Rio Grande do Norte: Índices Reais e Variações Percentuais do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores do Setor Agropecuário (1970-1982). p. 214.
- 51 - Rio Grande do Norte: Valor Bruto da Produção do Setor Agropecuário por Ramos de Atividade - 1970-1982. p. 214.
- 52 - Rio Grande do Norte: Participação Percentual dos Vários Tipos de Rebanhos no Valor Total do Rebanho Estadual. p. 217.

- 53 - Rio Grande do Norte: Estrutura Fundiária (1975-1980). p. 218.
- 54 - Rio Grande do Norte: Utilização da Força de Trabalho (1970 - 1980). p. 235.
- 55 - Rio Grande do Norte: Estrutura do Emprego Urbano e Taxa de Crescimento 1970-1980, Segundo o Setor de Atividade. p. 236.
- 56 - Rio Grande do Norte: Distribuição Percentual da População Ocupada por Sexo e Segundo Posição na Ocupação - 1970-1980. p. 238.
- 57 - Rio Grande do Norte: Taxas de Atividade da População Segundo Sexo e Situação de Domicílio - (1970-1980). p. 238.
- 58 - Rio Grande do Norte: Evolução da Distribuição da Renda Pessoal Mensal, de Pessoas de 10 Anos ou Mais, com Rendimentos Positivos. p. 239.
- 59 - Rio Grande do Norte: Participação dos Municípios de Natal e Mossoró na Produção, Emprego Setorial e no Valor da Transformação Industrial 1970-1980. p. 240.
- 60 - Município de Natal: Composição Setorial do Emprego 1970-1980. p. 242.
- 61 - Município de Natal: Estrutura da PEA no Setor Terciário 1970-1980. p. 246.
- 62 - Município de Natal: PEA nos Serviços Distributivos 1970-1980. p. 247.
- 63 - Município de Natal: PEA nos Serviços Produtivos 1970-1980. p. 249.
- 64 - Município de Natal: PEA nos Serviços Sociais 1970-1980. p. 254.
- 65 - Município de Natal: PEA nos Serviços Pessoais 1970-1980. p. 255.
- 66 - Município de Natal: Estrutura Ocupacional 1970-1980. p. 256.
- 67 - Município de Natal: Estrutura Ocupacional 1970-1980. p. 257.
- 68 - Município de Mossoró: Composição Setorial do Emprego 1970-1980. p. 263.
- 69 - Município de Mossoró: Estrutura da PEA no Setor Terciário 1970-1980. p. 264.

- 70 - Município de Mossoró: PEA nos Serviços Distributivos, 1970-1980. p. 267.
- 71 - Município de Mossoró: PEA nos Serviços Produtivos, 1970-1980. p. 268.
- 72 - Município de Mossoró: PEA nos Serviços Sociais, 1970-1980. p. 269.
- 73 - Município de Mossoró: PEA nos Serviços Pessoais, 1970-1980. p. 270.
- 74 - Município de Mossoró: Estrutura Ocupacional, 1970-1980. p. 271.
- 75 - Município de Mossoró: Estrutura Ocupacional, 1970-1980. p. 272.
- 76 - Município de Natal: Participação do Setor Público no Total das Ocupações Listadas: 1970-1980. p. 279.
- 77 - Município de Mossoró: Participação do Setor Público no Total das Ocupações Listadas 1970-1980. p. 280.

ANEXOS

- ANEXO A - Demonstrativo da Produção na Economia do RN em 1936 em Confronto com o Brasil. p. 290.
- ANEXO B - Demonstrativo de Alguns Componentes Urbanos Ligados a Produção em 1937 em Confronto com o Brasil. p. 291.
- ANEXO C - Demonstrativo da Administração Pública em 1938 em Confronto com o Brasil. p. 292.
- ANEXO D - Estado do Rio Grande do Norte: Situação da Indústria em 01/01/1950. p. 293.
- ANEXO E - Participação Percentual das Principais Culturas do Estado do Rio Grande do Norte no Valor Total da Produção Agrícola nos Quinquênios 1950/54, 1955/59, 1965/69, 1970/74 e 1975/79. p. 294.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	-	Alagoas
BA	-	Bahia
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	-	Banco Nacional da Habitação
CATRE	-	Centro de Aplicação Tática e Recompentamento de Equipagens
COHAB	-	Companhia de Habitação Popular
CPRM	-	Centro de Formação de Pilotos Militares
D1	-	Departamento Produtor de Bens de Produção
D2	-	Departamento Produtor de Bens de Consumo
DNDCS	-	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECOCIL	-	Empresa de Construção Civil Ltda.
EMPROTURN	-	Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte
EUA	-	Estados Unidos da América
FAB	-	Força Aérea Brasileira
FECAMP	-	Fundação de Economia de Campinas
FIERN	-	Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte
GTDN	-	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	-	Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte
IE	-	Instituto de Economia
IEI/UFRJ	-	Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IFOCS	-	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	-	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU	-	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	-	Imposto Territorial Rural
LATI	-	Linha Aérea Transcontinental Italiana
MG	-	Minas Gerais
MR	-	Micro-região Homogênea
PB	-	Paraíba
PE	-	Pernambuco
PEA	-	População Economicamente Ativa
PIT	-	População Em idade de Trabalho
PROÁLCOOL	-	Programa Nacional do Alcool
PROTERRA	-	
PX	-	Post Exchange
RAF	-	Royal Air Force
RJ	-	Rio de Janeiro
RN	-	Rio Grande do Norte
SE	-	Sergipe
SEMTA	-	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia
S.M.	-	Salário Mínimo
SP	-	São Paulo
SUDENE	-	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas
VTI	-	Valor de Transformação Industrial

RESUMO

Esta tese enfatiza diferentes aspectos do desenvolvimento econômico e da urbanização periférica, investigando em graus variáveis de profundidade o que há de geral e específico na experiência do estado do Rio Grande do Norte. Isso através de uma perspectiva histórica espacializada e numa concepção metodológica integrativa da economia rural e urbana que entende o processo de urbanização como resultante da reestruturação das relações entre o campo e a cidade. Inspirada no marco teórico sobre o qual se alicerça o conceito atualizado de heterogeneidade estrutural, constata que o caráter disperso e atomizado da urbanização da periferia deve-se aos seus diferentes ritmos e estruturas tanto por força de seu passado histórico quanto por suas distintas formas de engajamento no processo de industrialização e de integração do mercado nacional. Destaca que os principais problemas atinentes à questão regional e à urbanização apresentam forte interdependência entre si com a questão agrária e com a atuação do Estado na Região Nordeste.

Cette thèse analyse les différents aspects du développement économique et de l'urbanisation périphérique en recherchant, à des degrés variables de profondeur, ce qu'il y a de général et spécifique dans l'expérience de l'Etat du Rio Grande do Norte. Ceci par le biais d'une perspective historique spatialisée et dans une conception méthodologique articulée de l'économie rurale et urbaine qui comprennent le processus de l'urbanisation comme issue de la restructuration des relations entre la zone rurale et la ville. Inspiré par le cadre théorique sur lequel s'appuie le concept actualisé de la hétérogénéité structurelle, la recherche démontre que le caractère dispersé et atomisé de l'urbanisation périphérique est conséquence de ses différents rythmes et structures tant par la force de son passé historique que par ses multiples façons d'engagement au processus d'industrialisation et d'intégration au marché national. Finalement on relève les principaux problèmes concernant la question régionale et l'urbanisation qui présentent une forte interdépendance entre eux avec la question agraire et avec le rôle de l'Etat dans la région Nordeste.

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

O tema geral deste trabalho é a análise da urbanização gestada pelo desenvolvimento do capitalismo no país, com ênfase na heterogeneidade regional e urbana, particularmente, do estado do Rio Grande do Norte. A tese central é a de que o caráter disperso e atomizado da urbanização nordestina deve-se aos diferentes ritmos e estruturas da economia da região tanto por força de seu passado histórico quanto por suas distintas formas de engajamento no processo de industrialização e de integração no mercado nacional. Conseqüentemente os principais problemas atinentes a questão regional e à urbanização apresentam forte interdependência entre si, com a questão agrária e com o Estado.

No estudo dos processos de urbanização e no diagnóstico econômico das cidades, tem-se dado ênfase às experiências de urbanização ocorridas nas áreas mais industrializadas tanto nos países europeus quanto na própria América Latina. No Brasil, os estudos sobre a urbanização concentram-se, principalmente, na investigação de casos específicos, em sua maioria, realizados no Centro-Sul. Por sua vez, os estudos macro-regionais têm contemplado a região Nordeste em termos gerais e temáticos, principalmente, no que diz respeito a população, migração, emprego, indústria e agricultura¹². Muito poucos (e recentes) são, entretanto, os trabalhos que abordam a urbanização, até mesmo porque questões por ela colocadas se revelam como problemáticas a muitas outras que a região historicamente enfrenta, no período pós-SUDENE.

Do mesmo modo, os estudos sobre o Nordeste privilegiam a realidade dos estados mais desenvolvidos, esquecendo o caráter heterogêneo e multifacetado que a região apresenta. Este trabalho faz exatamente o contrário. Destaca uma temática do "Novo Nordeste" - a urbanização - em um estado pobre - o Rio Grande do Norte - onde historicamente a economia mais dinâmica não era a da cana-de-açúcar, mas que a ação da SUDENE no período mais recente foi também capaz de reverter (ou abalar) as estruturas secularmente estabelecidas.

Investigar o que há de geral e específico na experiência da urbanização como verificado no Rio Grande do Norte é o sentido do objetivo explícito desta tese. Derivado deste, e de forma subjacente objetiva-se, também, colaborar na construção de uma alternativa metodológica para estudar e planejar o urbano não em seus específicos limites - como o faz a chamada visão "intramuros"¹³. Diferentemente, Wilson CANO propõe "estudar e planejar o urbano como o produto de uma dinâmica sócio-econômica que transcende os limites do urbano", entendendo o processo de urbanização como reestruturação das relações entre o campo e a cidade, e portanto, através de uma perspectiva histórica, espacializada e em uma concepção metodológica integrativa da economia rural e urbana. (CANO, 1985, A).

1. EM DIREÇÃO A UMA VISÃO INTEGRADA DA AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO

Os primeiros trabalhos que demonstram um interesse da economia pelas questões da territorialidade e do espaço datam do início do século XIX. Naquele momento, os problemas espaciais nomeadamente da "localização ótima" das atividades econômicas e da população sempre foram relegados para uma posição de somenos importância. Nada representavam quando comparados com o do crescimento e estabilidade das economias nacionais. Tanto mais que havia a idéia que as questões do espaço (vantagens de localização, economias de tempo, etc.) podiam ser associados ao fator tempo. Elemento tempo que contribui para (desviar) entusiasmar os economistas na direção das pesquisas dos modelos dinâmicos.

Por outro lado, o longo predomínio da análise marginalista vem contribuir ainda mais para a manutenção do atraso no desenvolvimento da teoria da dinâmica econômica e, com efeito, os pressupostos marginalistas não são compatíveis com a compreensão do tempo. Muito menos deste, numa perspectiva histórica. As relações entre o desenvolvimento econômico, a dinâmica da acumulação de capital e a dinâmica da urbanização têm sido estudadas de maneira específica, quando no entender de CANO a dinâmica da economia urbana "deveria ser pensada num plano global e integrado da economia" (CANO, 1985. A. p. 15). Vem a ser outras disciplinas das Ciências Sociais (Geografia, Demografia e Sociologia) a integrarem a economia nos estudos regionais e urbanos, dando um passo decisivo a compreensão do espaço urbano.

A chamada economia urbana é pois, algo de muito recente, quando comparada com outras disciplinas e pretende dar o seu contributo na análise do funcionamento do espaço como o dão paisagistas, urbanistas, arquitetos, geógrafos, etc. E acreditando nos cenários que se desenham para o futuro, terá cada vez maior peso na análise dos problemas econômicos globais.

Como se referiu no parágrafo anterior, o crescente interesse pela economia urbana é recente, data dos anos 50. E porquê só agora? Responder a pergunta seria desviar o propósito desta discussão. Lembramos somente que a reconstrução das cidades europeias no pós-guerra muito contribuiu para o crescente peso das áreas urbanas nas economias dos países e, conseqüentemente, o aparecimento de problemas qualitativamente diferentes dos que se colocavam até então. O interesse pelo urbano será progressivamente maior tanto mais que as projeções para o futuro revelam um crescimento explosivo das áreas urbanas, quer em número quer em dimensão.

Paul BAIROCH estima que no ano 2000 o número de cidades com mais de 100.000 habitantes será de 3.800 contra 1.800 em 1970 - 28% da população viverá em cidades de 500.000 habitantes ou mais, contra 15% em 1970 (BAIROCH, apud VALE E VASCONCELOS, 1984, p. 9). É mais preocupante que a concentração da população mundial em grandes cidades será sua concentração em grandes cidades de determinados países, como por exemplo, o Brasil. As estatísticas

Indicam que na metade dos anos 80 cerca de 47% das cidades de mais de 100.000 habitantes se situam no chamado "terceiro mundo"; no ano 2000 essa proporção será de 67%; e de acordo com VALE E VASCONCELOS aí se localizam 73% das cidades de mais de 25 milhões de habitantes.

No Brasil, devemos esperar até o ano 2000 a continuidade de dois processos aparentemente contraditórios: a multiplicação de cidades e a concentração da população total e urbana em algumas poucas metrópoles. MARTINE & CARVALHO estimam o grau de urbanização da população brasileira para o ano 2000 em 80% com uma população total de 170 milhões e urbana da ordem de 135 milhões de pessoas (MARTINE & CARVALHO, 1988). Os autores presumem ainda uma redução absoluta e relativa do fluxo rural-urbano na atual década (e nos anos noventa) em comparação com o verificado nos anos 60 e 70^{ca}.

Como pode ser observado, o crescimento da população e a sua contínua concentração em cidades abrem um leque de questões que mesmo amplamente estudadas são recolocadas a todo momento para aqueles que, como nós, se dispõem a realizar um estudo da relação entre o desenvolvimento econômico e a urbanização:

Que relação existe entre industrialização e urbanização?

Qual a contribuição que tem o crescimento urbano para o desenvolvimento econômico nacional?

Por que umas regiões crescem e prosperam mais que outras à revelia da ocorrência da concentração contínua de populações em cidades?

Que forças operam como determinantes da localização das atividades econômicas e populações?

Por que uma região menos próspera também participa do fenômeno da urbanização?

Será que a economia urbana, suas grandes divisões ⁽⁴⁾ e sua abordagem metodológica ⁽⁵⁾ darão conta de explicar o aparecimento de centros urbanos em regiões como o Nordeste do Brasil?

Responder estas indagações, certamente, escapa às possibilidades de uma só pessoa e sendo amplo demais, não se constitui como problemática para um único trabalho. Mesmo assim, se os questionamentos enunciados forem tomados como ponto de partida, quem sabe, permitam nos colocar do lado de cá da linha do horizonte.

A literatura disponível também é vasta. Trabalhos recentes como os de FARIA e GONÇALVES (1988), MÉDICE (1989) e RIQUE (1986) já fizeram pontuada revisão. Destacamos MÉDICE que sintetiza para fins analíticos a literatura em três grandes blocos:

- a) O primeiro mercado pela literatura recente sobre "geografia urbana" tem como pano de fundo a teoria marxista e o materialismo histórico. Em tais estudos o processo de urbanização é entendido como um processo histórico e social. Tal enfoque não deixa de considerar que, em termos específicos, vários elementos de ordem regional, cultural, local, etc., podem responder por peculiaridades importantes na definição dos contornos urbanos e da estrutura urbana. Manuel Castells, Harvey, Jordi Borja, Lojkin e Bookchin são autores que MÉDICE identifica com essa perspectiva;
- b) As teorias locacionais, diferentemente, enfatizam menos os aspectos históricos relacionados com a constituição das cidades e, ao contrário, procuram partir de quadros referenciais empíricos, tendo em vista buscar as características das cidades segundo seu tamanho. Em geral, a análise das cidades, a partir do enfoque sistêmico das teorias locacionais levam em conta: a) o tamanho funcional de uma cidade; b) seu nível de desenvolvimento; c) sua estrutura funcional; e d) a densidade da rede urbana. Desde os anos setenta que esta linha de trabalho vem sendo divulgada internacionalmente por revistas como a americana "Urban Studies";
- c) Finalmente, a análise das migrações e a contribuição da demografia. Neste campo podem ser identificados tanto estudos de origem histórico estrutural como trabalhos de base metodológica quantitativo-descritiva (MÉDICE, 1988, p. 7-15).

Na nossa concepção, a urbanização é o resultado de um processo histórico. E nesse sentido, a separação campo-cidade é inerente ao processo de divisão territorial e social do trabalho. A estrutura interna de uma nação depende, pois, do estágio de desenvolvimento alcançado por sua produção e por suas relações interna e externa. Melhor dizendo, as experiências históricas vêm demonstrar que no capitalismo o processo de desenvolvimento econômico por si só determina o processo de urbanização.

Acreditamos que um meio satisfatório de estudar a teoria é o recurso às fontes originais. Assim sendo, nos parece útil rever brevemente a seguinte passagem de MARX nas FORMENS: "A maior divisão do trabalho material e mental é a separação da cidade e campo. O antagonismo entre cidade e campo começa com a transição da barbárie para a civilização, da tribo para o Estado, da localidade para a nação e percorre toda a história da civilização até nossos dias". E acrescenta: "a existência da cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc., em resumo: do município e, pois, da política em geral. Aí, primeiramente, tornou-se expressa a divisão da população em duas grandes classes, diretamente baseada na divisão

do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade lá é na realidade a concentração de população, de instrumentos de produção, de capital, de prazeres, de necessidades, enquanto o campo representa, justamente o oposto, seu isolamento e separação" (MARX, 1981, p. 118, grifos nossos).

Nestas circunstâncias, a área rural e não a cidade é o ponto de partida da organização social. A cidade é produzida na medida em que as formas de propriedade existentes vão se transformando em capital industrial, ou comercial. Ou como diz o próprio Marx "os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são apenas outras tantas formas diversas de propriedade" (<4>).

Não é preciso resgatar MARX muito além desse ponto para diferenciar e ao mesmo tempo referenciar o surgimento da cidade do processo de urbanização. Entretanto a proposta de uma alternativa metodológica para estudar e planejar o urbano não em seus específicos limites e sim como produto de uma dinâmica sócio-econômica que transcende os limites do urbano, requer, ainda, retirar daquele autor a idéia de que o desenvolvimento definitivo do capitalismo exige o advento do mercado.

O elemento teórico fundamental por trás desse processo é o próprio desenvolvimento do mercado interno de um país de regime de produção capitalista. De acordo com Lênin "o processo fundamental da criação do mercado interno (quer dizer, do desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo) é a divisão social do trabalho. Apoi-se em que da agricultura se separam um após outro, diferentes tipos de transformação das matérias-primas (e diferentes operações dessa transformação) e formam-se ramos industriais com existência própria que trocam seus produtos (que agora já são mercadorias) por produtos da agricultura. Dessa maneira, a própria agricultura se transforma em indústria (quer dizer em produção de mercadorias) e nela se opera idêntico processo de especialização" (LÊNIN, 1974, p. 54)..

A separação campo-cidade é a forma concreta que assume o desenvolvimento capitalista na agricultura. O desenvolvimento do mercado interno no capitalismo destrói as formas de produção anteriores seja na agricultura ou na indústria, abrindo espaço para a produção capitalista⁷. Agora, sob condições "fabricadas" (no caso da agricultura) ou "de fábrica" no caso da indústria, esse longo processo de transformação da base técnica da produção capitalista e que é genericamente conhecido por modernização culmina no que chamamos de industrialização, também da agricultura. Completa-se o processo de urbanização na medida em que a agricultura se torna uma das indústrias. Campo e cidade não estão mais separados nas suas relações de produção e acumulação. Mantém suas singularidades, suas funções, sua relativa autonomia, suas contradições; porém, não mais estarão em oposição.

Nosso objetivo de rever, brevemente, esses originals residiu na pretensão de encontrar que fios condutores atravessam diversas unidades espaciais e temporais cujas similitudes não

aparecem só nas manifestações mais aparentes da chamada problemática regional e urbana. Embora não conduza de forma imediata e direta à uma compreensão da urbanização em contextos sócio-econômicos específicos, permite-nos logo perceber que através dos processos de natureza histórica e econômica se torna possível entendê-la como uma das objetivações possíveis do urbano na história. Entender o processo de urbanização como reestruturação das relações entre campo e cidade, requer a compreensão de que o avanço da urbanização decorre tanto do incremento de uma economia urbana como da própria transformação do mundo agrário.

Chegar até contextos urbanos específicos carece de mediações. É por esse motivo que OLIVEIRA (1982) fala da dificuldade em estabelecer um corpo consistente de teorização para o caso brasileiro. CANO (1986, A), com muita propriedade, encaminha as necessidades de entendimento do desenvolvimento do capitalismo (e da urbanização) no Brasil à compreensão da questão basilar da heterogeneidade estrutural das economias latino americanas e brasileira posta pelos antigos cepalinos e atualizada por FAJNZYLBER (1983) e TAVARES (1981).

É freqüente associar a idéia de "progresso" com os processos de crescimento urbano e industrialização e supor que estes têm entre si uma relação estreita e necessária. Tal suposição sugere que a forma como o progresso técnico é introjetado seja homogênea e contínua. Assim sendo, ao avançar sua modernização industrial um país tem condições "automáticas" para modernizar a agricultura e para desenvolver as atividades terciárias necessárias para suportar a modernização da agricultura e da indústria. Enfim, este progresso técnico tem condições de harmonizar muito mais rapidamente as relações inter-setoriais.

Este é o caso dos países desenvolvidos onde o processo de industrialização se deu de forma relativamente mais homogênea do que a dos países subdesenvolvidos. Nos países de capitalismo avançado o processo de urbanização é contínuo já que não implica - como nos países em desenvolvimento - em distintas variações no ritmo de introjeção do progresso - no tempo, no espaço e nos setores produtivos.

Segundo FAJNZYLBER (1983) e TAVARES (1981) a heterogeneidade estrutural é uma especificidade do capitalismo retardatário. Resumidamente, "decorre do fato de que os países subdesenvolvidos, em sua transição para o capitalismo, o fizeram de uma forma duplamente retardatária. Primeiro, porque o fizeram após os países 'centrais' terem atingido processos avançados de industrialização. Segundo, e, principalmente, porque o fizeram após o capitalismo superar a etapa do capitalismo concorrencial e com crescente internacionalização" (CANO, 1986-A, p. 10).

Fernando FAJNZYLBER ao tratar do caráter "truncado e distorcido" da industrialização latino americana aponta que há uma disritmia entre a modernização da indústria e dos demais setores que não conseguem se adequar convenientemente à dinâmica do setor

Industrial. Segundo o autor, existem profundas diferenças no padrão de industrialização dos chamados países de industrialização tardia em relação às economias avançadas apesar de uma "afinidade morfológica geral" revelada na liderança dos setores da metal-mecânica, da química e no padrão energético (petróleo-intensivo), em grande parte resultante da generalização do padrão industrial dos EUA após a 2ª Guerra Mundial. Longe de configurar uma "imagem fiel mas temporariamente defasada" da industrialização das economias avançadas, as economias latino-americanas configuram uma imagem distorcida que evidencia sua profunda "disfuncionalidade" com respeito às carências e potencialidades da região. As altas taxas de crescimento populacional e a histórica concentração da renda impõe de imediato, uma base completamente diferente daquela em que se assenta a industrialização nas economias avançadas (FAJNZYLBER, 1983, p. 222).

Tal fato acarreta sérias dificuldades à urbanização. Quando o progresso chega ao mundo rural expulsa mão-de-obra e a cidade não é capaz de absorver os contingentes populacionais liberados pela modernização, porque o progresso técnico não gerou os encadeamentos intersetoriais necessários; com sérias repercussões sobre a questão do salário e do emprego urbanos.

Resulta que um país de capitalismo retardatário - como o Brasil - tem desproporções setoriais tanto de modernidade como de funcionalidade com relações técnicas. Ou seja, o país não consegue internalizar todos os benefícios advindos da introjeção do progresso técnico. Se internaliza a modernidade de forma parcial, a mão-de-obra liberada não consegue lugar no mercado de trabalho urbano. Por outro lado, como a indústria não avança no ponto que precisaria avançar, também não avança a produção de serviços modernos e a construção civil, passando o mercado de trabalho urbano a ser a geratriz de toda uma problemática da expansão da atividade produtiva: o homem expulso do campo vai engrossar as fileiras do desemprego e subemprego urbanos.

O recurso à utilização do conceito de heterogeneidade estrutural na análise da urbanização considerando as desigualdades regionais, requer, além da visão mais ampla da questão basilar da heterogeneidade estrutural, considerar a herança histórica de cada uma das regiões e a dinâmica das economias regionais. Ao ser privilegiada a questão regional, é possível deduzir que os processos históricos de desenvolvimento econômico de cada uma das regiões do país val ensejar diferentes processos de urbanização: uns mais atomizados, outros mais articulados e até os que apresentam uma lei hierárquica de cidades. Todos, no entanto, muito diferentes entre si.

No Brasil, a economia cafeeira, por exemplo, tem uma história completamente diferente daquela vivenciada por outras regiões. Existia um suporte urbano muito grande por causa da comercialização, do financiamento e do transporte do café. Por conseguinte, a economia cafeeira gera uma rede urbana de maior importância de fins do século XIX. Já a agroindústria açucareira

nordestina gerou uma outra forma de explicitação urbana. A economia açucareira entra em crise nos séculos XVII a XIX, provocando uma "paralisia" urbana e deixando como herança um grande excedente demográfico, uma estrutura fundiária perversa e uma agricultura retrógrada. Diferentemente da economia cafeeira paulista, apresentou, a partir do século XIX fraca dinâmica de crescimento, uma indústria debilitada e um urbano com frágeis estruturas terciárias. Como resultado, observa-se uma urbanização não concentrada, geográfica e economicamente dispersa em nove capitais regionais e vinte cidades de porte médio interiorizadas (CANO, 1986, B).

Observa-se que a junção de diferentes processos históricos com as diferenças oriundas da heterogeneidade estrutural dos setores produtivos resulta em um processo de urbanização muito complexo, para não dizer complicado. CANO (1986, B) observa como se insere e evolui o processo de urbanização nas quatro grandes fases que correspondem as mudanças ocorridas no processo de acumulação de capital no Brasil. A periodização utilizada por ele é a de CARDOSO DE MELO (1975).

O primeiro momento, refere-se a economia colonial quando os países periféricos (Brasil) eram produtores mercantis para fomentar a acumulação primitiva do capitalismo originário Inglês (antigo sistema colonial). Nesse contexto cabia ao Nordeste produzir cana-de-açúcar para o mercado europeu. A colocação do açúcar no mercado da Europa sofria a intermediação comercial de Portugal baseada no exclusivo colonial, permitindo àquele país a extração do excedente internamente no Brasil. A "cidade" no Brasil, (e no Nordeste) atendia aos interesses imediatos do colonizador e desempenhava funções político-militar e mercantil.

A segunda fase (1886-1930) diz respeito ao surgimento de novas relações econômicas e políticas a nível mundial; e aos países periféricos cabe a complementariedade da produção mercantil para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e de outros elementos componentes do capital constante. Agora deveria ser constituída uma periferia que produzisse alimentos e matérias-primas em massa e a baixos preços que favoreceresse a valorização do capital do centro hegemônico. Por outro lado, agora a periferia deveria apresentar mercados para a produção industrial. Na opinião de Wilson CANO, nesse momento a cidade (no Brasil) é montada "em cima" da urbanização organizada pelo antigo colonizador. A questão que fica é a seguinte: o papel da cidade não muda? É bom lembrar, por exemplo, que internamente este momento marca as origens da indústria têxtil (1886-29) quando o capital industrial nacional encontrava-se subordinado ao capital mercantil e predominava a "economia exportadora capitalista".

No nosso entender o papel da cidade muda. Agora, elas exerciam o papel de centros do capital comercial baseados no controle da produção agrícola voltada para a exportação. Antes, no período colonial, esse controle era feito "de fora" diretamente ou em segunda mão pela agenciamento do capital mercantil. A acumulação se dava "para fora" embora ficasse "dentro" (Brasil) uma parcela

do lucro mercantil. O "rural" era duplamente subordinado: a) pela metrópole compradora da produção; e, b) pela "cidade" como intermediária entre produtores e compradores. Logo, a economia colonial ao promover a supremacia do capital comercial criava cidades marcadamente burocráticas e permitia desde já a divisão entre campo e cidade, a polarização de cidades (dependentes da monocultura) e a pobreza urbana.

Diferentemente, durante a "economia exportadora capitalista" se está diante de um (primeiro) movimento de nacionalização do capital pela maior retenção de uma parte do excedente internamente; portanto, diante da necessidade de uma infraestrutura que atenda também necessidades do mercado nacional em gestação. Esta infraestrutura criada pelo Estado apresenta em suas origens as características da concentração industrial no Centro-Sul - notadamente - em São Paulo. Nesse estado, a economia cafeeira gera no período 1886-1930 uma rede urbana significativa. O Estado ao potencializar o processo de acumulação, criou uma infraestrutura básica compatível tanto com a reprodução do capital como com a reprodução da força de trabalho.

O Nordeste, ao contrário, apresenta poucas modificações em relação a "paralisia" urbana deixada como herança pela crise açucareira dos séculos XVIII e XIX. Nunca é demais lembrar o isolamento relativo das regiões brasileiras em geral, e do Nordeste, em particular, até 1930. Conseqüentemente, onde o capital produtivo não constitui o setor hegemônico da economia, o Estado não se obriga, necessariamente, a viabilizar as condições de produção e reprodução do capital e da força de trabalho. Essas condições, quando advêm, estão referidas ao fato de que a burguesia industrial emergente não detém o controle do Estado. Sendo este no Nordeste, mais do que no Centro-Sul, mera projeção da oligarquia agrária, submete-se, desfigura a cidade, regride a formação da rede urbana e consegue uma urbanização tão ou mais medíocre que a dos tempos da colônia.

O terceiro momento 1930-55, refere-se às mudanças políticas e sociais no pós-30, principalmente as verificadas nos padrões de acumulação de capital, quando o capital industrial (nacional) subordina o capital mercantil e assume, embora de forma restringida, o comando da acumulação. Dá-se o crescimento econômico "para dentro" com a conseqüente ampliação da rede urbana e hierarquização de cidades a nível nacional. Porém, a herança era um sistema de cidades "para fora", relativamente incompatível com as nossas necessidades de integração do mercado nacional. Tal fato resulta em um sistema urbano complexo, passível de adaptações. "Com a industrialização (restringida) (...) a cidade passa a ser a sede do aparelho produtivo, sede da indústria, que exige uma nova urbanização, que antes se resumia em sustentar as funções de circulação e distribuição dos produtos de exportação" (FELIPE, 1986). Com a nova urbanização cria-se a necessidade de fortalecimento de um setor terciário "cuja função é sustentar a expansão urbana dos processos de industrialização" (OLIVEIRA, 1980).

A partir de 1930 é que começa a avolumar-se as dificuldades de interpretação da realidade regional. No Nordeste se mantém a estrutura da economia exportadora e o domínio do capital mercantil. É reconhecido por vários autores que no Nordeste e em outras partes da periferia nacional a estrutura da economia exportadora reagiu ao que Celso FURTADO chamou de "deslocamento do centro-dinâmico da economia", no sentido de preservar a reprodução de sua base material - a grande propriedade fundiária. Essa reação às transformações requeridas pelo processo de desenvolvimento capitalista abriu espaço para que o capital mercantil continuasse a comandar a maior fração do processo de acumulação na região, perdendo muito pouco terreno para o capital industrial mesmo mais adiante, quando havia se completado o processo de constituição das bases produtivas do desenvolvimento do capitalismo no país.

O que aconteceu no Nordeste? A cidade permanece "para fora"? Acredita-se que o "para fora" já não tem o mesmo significado: a rearticulação é interna (Brasil) e o Nordeste sofre novos condicionamentos indutores à transformação de sua rede urbana. Porém, não se modifica a função principal de suas cidades: a de circulação e distribuição de produtos, uma vez que "o Nordeste continua a ser uma célula primário-exportadora" (CANO, 1986, B).

Mesmo estando explícita a função principal de suas cidades, a questão permanece. Houve transformações importantes na indústria e na agricultura capazes de alterar o processo de acumulação na região? Esta parece ser uma "questão chave". Sabe-se, por exemplo, que o pós-30 proporcionou significativas transformações na economia algodoeira do Nordeste. Surgem novos produtos? E a indústria local? O que era antes e o que passa a representar naquele momento?

Na opinião de CANO, o que passa a ocorrer no Nordeste é uma situação diferente, se comparada com a região Centro-Sul (São Paulo). O Nordeste era uma região que exportava diretamente para o exterior e que importava, via Rio de Janeiro, praça distribuidora, tanto dos produtos que o Brasil importava como dos produtos produzidos em outros estados. A indústria têxtil, por exemplo, já existia (mesmo no Nordeste) desde a segunda metade do século XIX. Sugere, ainda, que produtos antes importados pelo Nordeste (do país ou do exterior, via Rio de Janeiro) passem a ser produzidos na própria região (CANO, 1986, B).

Mesmo colocada essa possibilidade, persiste a mesma questão: o Nordeste conseguiu adaptar-se a modernização provocada pela industrialização restringida? A mesma infraestrutura servia para uma intermediação comercial, agora, também, com o Centro-Sul do país? Havia necessidade de uma nova infraestrutura ou de modernizar e completar a existente? Enfim, quais as novas necessidades colocadas pela integração do mercado nacional de mercadorias?

O trabalho de Wilson CANO é fundamental à explicação

destas indagações porque analisa a evolução de um quadro econômico marcado por complexos regionais para um outro de uma economia Industrial nacionalmente integrada (CANO, 1981 e 1985).

Foi a partir dessa abertura que Leonardo GUIMARÃES discutiu a questão regional Nordeste fazendo crítica contundente às análises e propostas de desenvolvimento que consideram o Nordeste fora do contexto mais geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Embora o trabalho que seguramente estabeleceu um marco na reinterpretação do Nordeste tenha sido o de Francisco de OLIVEIRA (1977), privilegiamos a tese de GUIMARÃES, uma vez que ele examina "a passagem da articulação comercial à integração econômica" tendo CANO como principal referência, além da preocupação de fazer sua abordagem "da perspectiva do Nordeste".

Segundo o autor, o momento da "industrialização restringida" implicou além das mudanças no aparelho produtivo concentrado no Sudeste, uma articulação em base prevalentemente comercial, sob o evidente comando do capital produtivo; ou seja, "sem a transferência do capital produtivo do espaço onde está concentrado para as demais áreas em busca de novas frentes de investimento". Em se falando de Nordeste, isso não acontece até os anos 60; e o que predomina "é o escoamento da produção, a busca de mercado, a realização da produção industrial concentrada no Sudeste. O Nordeste neste particular ainda guarda sua individualidade, dada a especificidade de sua reprodução de capital ou as formas como o processo de acumulação assume" (GUIMARÃES, 1985, p. 113). Em outras palavras, significa dizer que o "ajustamento" a que o Nordeste foi submetido dá-se a partir das próprias funções do capital localizadas e originárias da região, sem a participação do capital produtivo extra-regional.

Nesta fase fica evidenciado que, simultaneamente com o aumento da concentração industrial em São Paulo, ocorre uma intensificação da competição interregional, resultando em "perda de mercado no interior do próprio Nordeste, com a intensificação da 'invasão' de alguns segmentos do seu mercado por produção extra-regional" notadamente têxtil e alimentos, inclusive o açúcar (GUIMARÃES, 1985, p. 120). Por outro lado, essas transformações econômicas ocorriam num contexto no qual mudanças institucionais se faziam, também, necessárias. A articulação interregional cada vez mais intensa, exigia novas formas de atuação do Estado na região bem como a expansão do seu sistema de transportes. No que se refere ao sistema de transportes, houve nesta fase, um avanço substancial na articulação entre os diversos espaços econômicos do país. Embora não se tenha progredido mais no tocante ao sistema ferroviário, o sistema rodoviário ampliou consideravelmente o seu raio de ação. Registre-se que internamente o Nordeste iniciou-se na "era do caminhão". Em razão das secas e da ação do IFDCS (hoje DNOCS), foram construídas grandes extensões de rodovias (GUIMARÃES, 1985, p. 117). Mesmo assim o desenvolvimento do sistema de transportes é nodular, restringindo-se a articular áreas antes isoladas no próprio espaço regional, conservando o isolamento relativo entre o Nordeste e os

mercados mais distantes.

Além do sistema de transportes e do aplainamento dos caminhos que levariam à constituição do mercado interno brasileiro, representado pela quebra das "barreiras" impostas pelos Estados, um elemento adicional de grande significação para a urbanização do Nordeste foi o advento da 2ª Grande Guerra. A participação do Brasil na Guerra e os acordos firmados com os Estados Unidos requeriam a militarização da região. Conseqüentemente, foram feitos investimentos urbanos de porte para fixação de homens e armas no litoral nordestino.

Por fim, lembramos que foi no pós-30 que as antigas estruturas entraram num longo processo de transição que perdura até hoje. Iniciada nos anos 30, atravessa lentamente as décadas de 40 e 50, para somente nos anos 60 começar a apresentar reais sintomas de transmutação. Autores como OLIVEIRA, FURTADO, BAGELAR, MOREIRA e GUIMARÃES examinam o conjunto de forças políticas que vêm definir a ação do Estado no Nordeste e, sobretudo, aqueles que no final dos anos 50 e início dos anos 60 redefiniram sua ação na região.

Sugerimos aqui, a idéia de que esse processo de transição será mais ou menos acelerado nos diversos estados nordestinos dependendo dos níveis e/ou graus de integração que o capital mercantil regional tem para como o capital industrial. Nesse sentido o capital regional pode assumir formas reacionárias em alguns momentos e em outros não. Quanto maior a articulação, mais ameaçada estará sua dominação sobre a estrutura produtiva local. Daí as estruturas (secularmente) estabelecidas haverem iniciado um processo de concessões/negociações mediadas pelo Estado. A face mais reacionária do capital mercantil detém também a força política. É esse capital que continua fazendo a intermediação comercial e financeira da agroexportação, a controlar os canais de comercialização e a deter o controle da propriedade fundiária (rural e urbana). A produção que a suporta nesse momento é a pecuária de corte estabelecida no secular binômio sertanejo algodão-gado realizado através de pretéritas relações de produção - a parceria.

Mesmo assim, a fração progressista desse capital mercantil começa a se diferenciar e a se aliar junto com o capital industrial assumindo a função própria do capital comercial no capitalismo, como veremos mais adiante. E tudo indica que dessa peculiar aliança resulta a urbanização.

O último momento está referido às novas mudanças no padrão de acumulação capitalista no Brasil. Ou seja, é a partir da idéia de "industrialização do Nordeste", consubstanciada com a criação da SUDENE em 1959 que, privilegiando a década de 1970 como período de maturação de investimentos na região, que nos propomos a estudar a heterogeneidade regional da urbanização, fazendo as mediações necessárias ao resgate das particularidades que envolvem de forma mais abrangente a problemática econômica, social e política da região Nordeste e, especificamente, as reações e

tendências apresentadas pelo desenvolvimento do capital regional frente ao complexo problema da urbanização dessa região: elevados índices de sub-ocupação, altos índices de marginalidade social e elevados índices de pobreza e miséria.

Três hipóteses nortearam o estudo empírico:

- a) O processo de urbanização no Brasil é fortemente desigual, refletindo a heterogeneidade estrutural inerente ao nosso processo de desenvolvimento. Essa desigualdade manifesta-se no plano regional onde se combinam elementos estruturais próprios de cada região e de sua inserção no mercado nacional com os determinantes históricos da concentração espacial da industrialização no país. No Nordeste, a intensificação do processo de urbanização no período pós-SUDENE, faz acentuar as diferenças da heterogeneidade regional, especialmente no que toca a concentração de população e atividades:
- b) O padrão de desenvolvimento industrial e agrícola da economia do Nordeste entre 1960-1980 se caracteriza por uma extrema polarização das atividades econômicas, ao que se associa a intensificação das correntes migratórias e a dinâmica industrial. De um lado, a chamada desarticulação do "complexo rural" para a constituição dos "complexos agroindustriais" (a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria), tende a "liberar" a mão-de-obra, tanto em função do atraso das técnicas de produção, como da modernização das mesmas. O trabalhador rural depois de migrar para pequenos centros (para as pontas de ruas) tende a subir os poucos escalões da hierarquia urbana, pois somente as áreas metropolitanas e as capitais regionais tiveram de fato sua capacidade de produção expandida e, conseqüentemente, a oferta de trabalho. Por outro lado, a reorientação da indústria para setores mais modernos e complementares à indústria nacional tende a aumentar a necessidade de economias de aglomeração, levando assim, à concentração industrial. No entanto, a "nova indústria" não resolveu o descompasso entre o crescimento da população urbana e o crescimento da capacidade produtiva. A dinâmica da indústria, responsável por uma concentração maior das atividades econômicas urbanas, resultou numa tendência de queda relativa quanto à criação de novos empregos industriais, assistindo-se à adoção de técnicas cada vez mais poupadoras de mão-de-obra:
- c) A ação mediadora e ao mesmo tempo contraditória do Estado, permitiu a "convivência pacífica" da expansão do setor industrial com outras formas de inserção de atividades produtivas arcaicas, configurando um sistema produtivo peculiar que tende a concentrar e a

absorver o progresso técnico apenas em poucos ramos da produção. A chamada heterogeneidade estrutural das técnicas de produção, apresenta-se no quadro da economia urbana nordestina, particularmente pronunciada, quicá, na economia agrária. Dado o caráter complementar da economia nordestina a base própria da acumulação de capital tende a se enfraquecer; e, de fato acentuou o caráter "voltado para fora" que historicamente tem caracterizado a economia regional, claro, interferindo na dinâmica do seu mercado. Esse sistema produtivo peculiar se apoia numa relação campo-cidade indubitavelmente "favorável" à cidade. Trata-se, na verdade, de uma dinâmica "concentracionalista" que não estimula o desenvolvimento de uma malha urbana interiorizada. Pode-se dizer que este padrão de evolução urbana tolhe o destino das pequenas cidades, relegando-as a continuarem com sua histórica função de intermediação comercial primária, ao mesmo tempo em que gera toda uma problemática social no campo e na cidade.

2. A EXPERIÊNCIA DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Não cabe aqui indicar em que tais hipóteses de trabalho são novas, e sim por que elas justificam a realização de um estudo de caso. A novidade reside, exatamente, na possibilidade de serem tomadas como parâmetro à produção de um roteiro analítico da história econômica do Rio Grande do Norte e de suas principais regiões, ao mesmo tempo em que testam uma metodologia com o estudo proposto da urbanização.

A abordagem histórica e estrutural do desenvolvimento favorece uma análise multidisciplinar do processo de urbanização como recurso estratégico para compreensão das especificidades do capitalismo a nível nacional. A urbanização passa a ser vista como expressão concreta de um certo estágio de desenvolvimento da divisão social do trabalho determinada pela combinação de diferentes formações regionais na estruturação do desenvolvimento do capitalismo no território nacional (FARIA & GONÇALVES, 1988).

Desse modo, partindo do desenvolvimento econômico brasileiro (à luz da constituição de um modo de produzir especificamente capitalista e considerando o passado histórico da região Nordeste) é possível pensar o desenvolvimento econômico como síntese de processos divergentes entre si e que expressam cada um, com feições regionais (e locais) diferentes (CAHO, 1985).

Conseqüentemente, o estudo das relações entre o desenvolvimento econômico e a urbanização, ou em outras palavras, dos principais determinantes da dinâmica da economia rural e urbana no Rio Grande do Norte só poderia ser apreendida no bojo

das transformações ocorridas no pós-SUDENE - década de 1970 - principalmente impulsionadas pelo processo de concentração e centralização do capital a nível nacional; logo, com a integração da economia regional (e local) nesse circuito da acumulação de capital.

A nova expansão do capital na região data dos anos 60 deste século e se dá em grande parte com subsídios e incentivos do Estado, através da SUDENE, dentro do processo de redefinição da divisão interregional do trabalho no Brasil.

Diferentemente de outros estados (BA, PE e CE) o Rio Grande do Norte até recentemente não mudara seu caráter eminentemente agroexportador. Assim, a despeito da penetração do capital industrial na Região a partir do período 1962 - 67, somente nos anos 70 é que os efeitos dos processos de industrialização chegam ao Rio Grande do Norte e vão contribuir para a mecanização das salinas, para a modernização dos processos de extração da scheelita (fins dos anos 60) e para a criação de um parque têxtil na década de 1970 provocando transformações tanto no campo, como na cidade.

A modernização do setor industrial foi de certa forma acompanhada pela modernização da agricultura, com o crescimento da produção canavieira no litoral estimulada, nesse momento, pelo PROALCOOL e pela expansão da pecuária sertaneja que se estabelece em novas bases produtivas iniciando a ruptura do secular binômio algodão-gado e, conseqüentemente, de suas pretéritas relações de trabalho - a parceria.

Ainda nos anos 70, dá-se o início da produção de petróleo e gás natural. Apesar das atividades da Petrobrás serem ainda estranhas à matriz técnica e social da economia do Rio Grande do Norte, está transformando substancialmente sua economia à medida em que, juntamente com a produção canavieira sustenta e amortece os impactos da crise econômica dos anos 80.

Ao se pretender resgatar o processo de desenvolvimento e reprodução do capitalismo a nível local, tendo o processo de urbanização como objeto teórico que se constitui no interior dessas determinações, esbarra-se como era de se esperar, com uma urbanização rarefeita e pouco polarizada até 1970: porém, com um deslocamento da dinâmica da capital em relação à economia estadual, a partir dos anos 40. Ao se pretender uma abordagem da urbanização num plano global e integrado da economia potiguar há que ser observado que essa urbanização já passa a ser constituída durante a 2ª Guerra Mundial.

Na busca de caracterizar a experiência de uma urbanização sustentada a partir da ação decisiva do Estado, a opção pelo Rio Grande do Norte como motivo para a realização de um "estudo de caso" nos parece também exemplar. Aí as transformações verificadas no período pós-SUDENE não se deram (marcadamente) pela descentralização industrial. O ponto a ser resgatado se resume no seguinte: o Estado e o capital mercantil regional também

constituem o foco da análise e o "eixo" teórico capaz de explicitar o conjunto das relações que se estabelecem neste "espaço" e deste com o padrão de desenvolvimento nacional. Destacando-se como viabilizador dessas articulações, de um lado, as ações do Estado e, de outro, as condições prevaletentes na região central. Viabiliza-se por essas articulações dois movimentos: um, a expansão dos capitais produtivos desde a região central até o espaço regional (RN) e, o outro, a expansão dos capitais de origem local que assumem uma posição mais solidária em relação a economia da região central. Ambos movimentos por sua vez, convergem contribuindo para que uma fração da forma capital comercial assuma novo papel ao nível da sociedade e da economia da região. Destaque-se, particularmente, que a urbanização constitui a expansão mais significativa desse processo⁽¹⁾.

A escolha do estado do Rio Grande do Norte, não foi, portanto, circunstancial. Nesse sentido é importante entender a riqueza do RN e, particularmente, de Natal - a capital estadual - enquanto campo de investigação. A multiplicidade de seus espaços de existência e constituição sugerem uma dupla singularidade, a até uma multi significação. No caso de Natal, a cidade só pode ser compreendida se situada numa "quádrupla inserção": local, regional, nacional e internacional. A cidade parece íntima ao estado e à região mas não pode ser entendida em suas relações mais diretas se apenas aí colocada. Como espaço urbano resultante de um processo histórico, ela destoa em vários aspectos do contexto local e regional e só se torna inteligível se inserida no país. Finalmente, em um momento particular de sua constituição é do exterior que a cidade deve, em grande parte sua existência de hoje. Assim, Natal está "sempre no seu lugar e fora dele", sofrendo o processo da multiplicidade de seu significado de existência e constituição. Como afirma Elimar NASCIMENTO "o visível e o invisível constituem outra forma de manifestar-se a duplicação. É como se não fosse possível dizer o que é o real" (NASCIMENTO, 1989, p. 3). A nossa tarefa, pois, é muito árdua.

Com vistas a perseguir o objetivo proposto, o trabalho foi dirigido para uma análise crítica do processo de urbanização. A produção do urbano crítico ultrapassa o estudo da situação atual pois privilegia a perspectiva histórica. Tal perspectiva possibilita ao mesmo tempo a identificação de determinantes e tendências do objeto em estudo no seu processo de desenvolvimento.

No estudo empírico as linhas gerais privilegiarão os determinantes da base sócio-econômica e política através de dois processos intrínsecos, porém aqui desdobrados metodologicamente:

- a) O processo de constituição do urbano
- b) A dinâmica da sociedade em transição para o urbano

O estudo do processo de constituição do urbano se dá numa perspectiva histórica que possibilita buscar os determinantes da situação atual do desenvolvimento e da urbanização. Compõe a segunda parte da tese e está dividido em três capítulos, sendo

que os dois primeiros dizem respeito ao processo histórico de desenvolvimento do estado e sua relação com a urbanização. O terceiro capítulo trata exclusivamente da especificidade da capital do RN - Natal.

O estudo da dinâmica da sociedade norte-riograndense em transição para o urbano verticaliza a produção do urbano crítico. Privilegia a análise da evolução recente - 1970-1980 - visando detectar os pontos de estrangulamento e conflitos de interesses que constituem entraves ao desenvolvimento urbano. Constitui a última parte do trabalho e reúne algumas observações da trajetória do processo de urbanização no período, explicitadas, em particular, pelas transformações na estrutura ocupacional das cidades de Natal e Mossoró, sendo que esta última cidade compõe a única parcela interiorizada do que poderíamos chamar de urbanização no Rio Grande do Norte. Esta terceira parte está dividida em dois capítulos: o primeiro refere-se ao tratamento dos determinantes do processo de transição tanto em seus aspectos mais gerais como aqueles que dizem respeito às transformações na estrutura da produção agrícola e industrial. No segundo, nos referimos as alterações explicitadas pela estrutura ocupacional do estado em suas características básicas e particularmente em suas principais cidades.

Finalmente, cabe registrar que recorreremos à seguinte estratégia de pesquisa: a) consulta à historiografia norte-riograndense; b) consulta a fontes primárias não oficiais (relatos pessoais, relatos de grupo, memória viva, biografias, discurso, correspondência); c) consultas a fontes primárias oficiais: jornais, revistas, documentos de governo, falas governamentais); e d) dados secundários (Censos do IBGE, Tabulação especial e estatísticas locais). Servimo-nos, também, de metodologia desenvolvida no IE/UNICAMP para o tratamento dos dados relativos a estrutura ocupacional e a tipologia das ocupações.

NOTAS

- (1) Excelente contribuição à revisão dos estudos sobre a questão regional foi feita por CÂNO e GUIMARÃES, 1986.
- (2) A visão intramuros tem estreitado a capacidade analítica sobre a forma de diagnosticar o urbano. Tem permitido projeções ("ano 2000") superficiais das cidades brasileiras, em que pese a sofisticação econométrica e sociométrica, por demais, adotada. Entretanto, não analisa o papel exercido sobre o urbano pela agricultura e pela dinâmica das economias regionais. Do mesmo modo não atenta para a dimensão continental do país.
- (3) Em relação a esse último aspecto GRAZIANO DA SILVA afirma que "a principal razão estrutural, todavia, deve-se à redução absoluta do estoque de população rural ao lado de razões conjunturais, como a crise atual que estaria reduzindo o ritmo da modernização das atividades agropecuárias". (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 17).
- (4) Segundo o "Committee on Urban Economics" seria suscetível de dividir a disciplina em cinco grandes áreas: a) estrutura e crescimento da economia urbana onde estuda-se o crescimento e declínio da cidade em sua hierarquia considerando-a um componente do todo nacional; b) organização intra-zona urbana, com ênfase à utilização da terra, habitação e transportes; c) serviços públicos urbanos e bem estar visando a aplicação eficiente dos recursos públicos e relações setor público/setor privado; d) recursos humanos na zona urbana; e e) contas regionais (VALE E VASCONCELOS, 1984, p. 11).
- (5) Referimo-nos à algumas posições apontadas por VALE E VASCONCELOS. Segundo ele, na análise do fenômeno urbano duas vias se explicitam: aquela que privilegia o indivíduo e analisa em termos de relações entre indivíduos e as situações sociais; e a outra, que dá preferência à análise em termos de classes sociais, organizações ou sociedades atuando como o todo (VALE E VASCONCELOS, 1984, p. 11-12).
- (6) Segundo MARX, às etapas diversas da divisão do trabalho correspondem formas distintas de propriedade. Nas formas que antecederam o capitalismo (a propriedade feudal, a comunal, estatal, etc) o que constitui a base da ordem econômica é a produção de valores de uso. Com o capitalismo e sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias as próprias parcelas de terras adquirem valor de troca. Ver MARX (1981) e (1979) Livro 3, Vol. 6, p. 708 e seguintes; e KAUTSKY (1980) p. 100-105.
- (7) Não caberia aqui discutir a natureza da revolução operada no processo de trabalho através da mecanização, e como a máquina vai se encarregar de eliminar os entraves que o trabalhador como elemento subjetivo do processo de produção, impõe

lógica do capital. O mesmo acontece em relação a terra como elemento natural no processo de produção agrícola. Para uma leitura nessa direção acrescentamos em relação a nota cinco os seguintes autores: MARX (1980), Livro I, Vol. 1, p. 374-477; SALM (1980), p. 63; BARBOSA (1977); e, CLEMENTINO, (1988).

(8) Outra forma, não menos significativa, é a agroindústria.

SEGUNDA PARTE

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
E DA URBANIZAÇÃO.**

1. A FASE DA NÃO ARTICULAÇÃO COMERCIAL INTERNA

Este é um capítulo de caráter referencial. Pretende-se, para com ele fazer a inserção da economia do Rio Grande do Norte no contexto mais geral de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente, no momento de gênese da indústria; e, identificar, a partir da articulação regional, os primeiros contornos urbanos delineados por tal inserção.

Como ponto de referência teórico metodológico será tomada a análise sócio-econômica da realidade brasileira no período que vai do final do século XIX até a crise de 1929, considerando-se a relação do Brasil com o exterior (como fornecedor de alimentos e matérias-primas) e a vinculação das matérias-primas locais no até então não integrado mercado nacional, resgatando-se para isso a articulação regional, a estruturação do chamado "complexo nordestino" e (nele) a especificidade da economia do estado^{<1>}.

Essa reflexão será feita no sentido de identificar como o capital industrial e financeiro (notadamente o inglês) influenciaram na organização da produção regional do Nordeste e quais os ajustes feitos nessa produção quando da crise do setor exportador e a produção inicia movimentos de procura por mercados internos.

O que vai ser aqui apresentado é o processo de transformação pelo qual passa a economia do Rio Grande do Norte e as modificações ocorridas nas suas relações dentro e fora do Nordeste, notadamente as mantidas com o Sudeste e, particularmente, com São Paulo. Para isso, selecionamos uma literatura sobre a formação econômica brasileira e regional (e sua relação com a urbanização), além de alguns - entre os poucos - estudos sobre a economia do Rio Grande do Norte no período. A bibliografia do RN será complementada com dados empíricos e fontes documentais^{<2>}.

Desdobraremos o capítulo em seis itens: nos quatro primeiros, apresenta-se os traços gerais da economia do RN no momento em que se estabelecem os primeiros vínculos com o mercado interno, embora as relações com o exterior também fossem significativas.

Procura-se realçar que na definição da estrutura do "complexo nordestino" o Rio Grande do Norte (diferentemente de alguns estados da região - PE, BA, AL, SE) assentou-se na atividade criatória. É bom lembrar que, originariamente, a pecuária é, no Nordeste, uma atividade de "projeção da economia açucareira" (FURTADO, 1982, p. 54) porém, "a única, afóra as destinadas aos produtores de exportação que tem alguma importância; [e] não é com justiça que se relega em nossa história para [ela] um plano secundário" (PRADO Jr., 1981, p. 187).

É pois, esta peculiaridade que permite ao RN um tratamento diferenciado nos rumos da estruturação do "complexo nordestino" e de sua evolução até os anos 20.

Nos dois últimos itens, tentaremos mostrar a exígua urbanização gestada no estado no período, com a atomização da população e da atividade econômica, inclusive a urbana, que padece de frágeis estruturas terciárias. Daremos destaque as cidades de Natal e Mossoró, áreas de maior adensamento populacional e de convergência de fluxos comerciais. No caso específico de Natal vai reforçar-se enormemente nesse período a sua função político-burocrática; mas, o caráter das relações de poder é que irá sofrer mais aguda transformação. É a fase de ascensão da oligarquia algodoeiro-pecuária do Seridó em detrimento do descenso da burguesia açucareira do litoral.

1.1. Conquista e Ocupação do Território

O processo de ocupação do Rio Grande do Norte foi iniciado no século XVI. Até 1561 nenhum donatário tinha tomado posse da Capitania do Rio Grande, que era, na época, uma extensão de terra de "cem léguas além da Baía da Traição" até o Rio Jaguaribe no Ceará (CASCUDO, 1955, p. 30)⁽³⁾.

Todas as tentativas de colonizar além da Paraíba no sentido Norte haviam falhado devido principalmente a forte aliança que os índios potiguares mantinham com os piratas e corsários franceses que aqui vinham buscar pau-brasil⁽⁴⁾.

No final do século XVI, quando Portugal define uma política de povoamento da costa atlântica, as autoridades coloniais resolveram transformar a Capitania do Rio Grande (antes doada a João de Barros) em uma Capitania Real. Para tanto, a coroa portuguesa pagou aos herdeiros do donatário uma indenização (de uma tença de 100.000 réis) pela cessão do legado e enviou uma frota de guerra que chegou a foz do Rio Potengi em fins de 1597.

De acordo com HOLANDA, a captura do Rio Grande pelos portugueses só era justificada por motivos militares; ou seja, "a necessidade de se destruírem os ninhos de inimigos estrangeiros (...) que saíam freqüentemente a inquietar as populações e os engenhos das terras já conquistadas (...) Assim, os proveltos materiais que ali se ofereciam estavam em notável desproporção com o esforço bélico desenvolvido pelos portugueses" (HOLANDA, 1981, p. 193-195). Logo em seguida ao desembarque iniciaram a construção de uma Fortaleza - o Forte dos Reis Magos - e a meia légua acima do Forte fundaram o povoado que se chamaria Natal.

A Capitania do Rio Grande, em si, não interessaria ao projeto de ocupação portuguesa por ser economicamente inexpressiva e pouco contribuir para a valorização do capital mercantil

metropolitano³. Ali as terras eram geralmente reputadas por fracas, sendo "mais para gados e criações que para canaviais e roças" (HOLANDA, 1981, p. 195-197).

Com a cultura da cana-de-açúcar no litoral úmido nordestino e nos vales úmidos dos rios Potengi, Ceará Mirim, Trairi, Cunháu e Curimataú no Rio Grande do Norte, começa de fato o povoamento e ocupação definitiva de uma porção territorial - o litoral oriental⁴.

Depois da fundação da Cidade do Natal, o RN foi transformado em ponto de apoio para a conquista do Ceará e do Maranhão; e a cidade, com sua fortaleza passou a exercer a função de defesa do território. Aliás, é essa função militar que influencia, em grande parte, sua ocupação até hoje.

Os portugueses, ávidos de terras para cultivar a cana e estabelecer o criatório, procuraram expandir a área conquistada. E foi no movimento dessa expansão que constituiu-se os primeiros troncos de uma oligarquia cuja influência política e econômica no RN (e no Nordeste) chega até os dias atuais.

A propriedade da terra dava autonomia e poder aos proprietários. Estes atuavam como grão-senhores de terras e escravos na zona açucareira e como fazendeiros à medida em que se povoava o interior. No RN o povoamento do interior só acontece mais tarde (séc. XVIII) e foi feito pela pecuária extensiva; resultando em uma sociedade aparentemente mais democrática e livre que a do açúcar. Há nela predomínio do caboclo. Porém, seja no litoral ou no sertão, prevalece a figura do grande proprietário fundiário, senhor de terras e de poderio sobre vastos domínios territoriais. É sobre a estrutura produtiva do "engenho de açúcar" e da "fazenda de criar", base material de uma estrutura de poder centenária e rígida porque apoiada na apropriação privada da terra e na exploração do trabalho em formas "não totalmente capitalistas" (mesmo que a produção formalmente seja considerada como tal) que trataremos a seguir⁵.

1.2. As Bases da Economia Agro-Mercantil Não Açucareira

Uma retrospectiva sobre a economia do Rio Grande do Norte desde a etapa colonial até a economia capitalista exportadora (passando pela economia escravista exportadora do século XIX) revela uma certa peculiaridade. É que, ao contrário da maioria dos estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte não teve marcadamente, uma herança colonial/escravista. Aqui o açúcar não tem no período colonial e no Império a mesma importância que em províncias como a de Pernambuco, por exemplo.

Até meados do século XIX, a pecuária e não a cana-de-açúcar foi a atividade econômica predominante.

Considerando-se que na configuração do "complexo nordestino" a Zona da Mata representava o reduto da cana-de-açúcar e o Agreste e Sertão se configuravam como área por excelência do binômio gado/algodão, temos um quadro em que só os limites físicos já chegam a definir o RN como uma economia não açucareira. Aqui a Zona da Mata e o Agreste representam, em termos espaciais, uma pequena percentagem do território (ver mapa 1).

A ocupação do Sertão no estado do Rio Grande do Norte não diferiu dos demais estados nordestinos e se deu através da expansão da pecuária nos séculos XVI, XVII e XVIII.

"O processo de concessão de sesmarias e a valorização econômica da terra mediante uma atividade essencialmente extensiva como então era a pecuária, condicionaram à formação de grandes domínios territoriais e estabeleceram assim, as bases da estrutura fundiária na área sertaneja - no Rio Grande do Norte" (CLEMENTINO, 1987, p. 29).

Ao mesmo tempo em que a pecuária extensiva determinava para o interior a mesma estrutura fundiária vigente no litoral onde predominava o latifúndio açucareiro, as próprias condições do meio (terra inóspita, vulnerável às adversidades climáticas, distantes das zonas comerciais) excluíam o tipo do grande agricultor, senhor de léguas e léguas cultivadas (DANTAS, 1979, p. 64). Desta feita ocorre uma distinção entre a agricultura do Agreste e Sertão no que se refere a exploração agrícola do solo, sendo porém necessário reter que, tanto no litoral como no interior emergia a figura do latifundiário, senhor de terras e de poder sobre vasto território: enfim, oligarca com autonomia e funções que a propriedade privada do solo lhe permitia estender para além das atividades da agricultura^(a). Isso, sem contar com a possibilidade que um senhor de engenho se identificasse também na figura do fazendeiro, principalmente no Agreste, considerando que a expansão da pecuária foi no Nordeste um prolongamento da economia açucareira. E nesse sentido, CANO (baseado em ANDRADE, 1963) foi preciso ao afirmar que "além de seu importante papel histórico de ocupação do território e de suporte para a atividade açucareira, a pecuária desempenhou outro, não menos relevante, na configuração do complexo nordestino: a consolidação de um regime latifundiário de propriedade da terra que fora iniciado e perpetuado pelo açúcar" (CANO, 1981, p. 95).

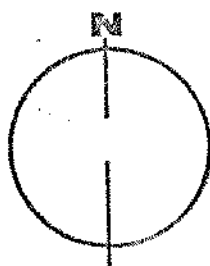
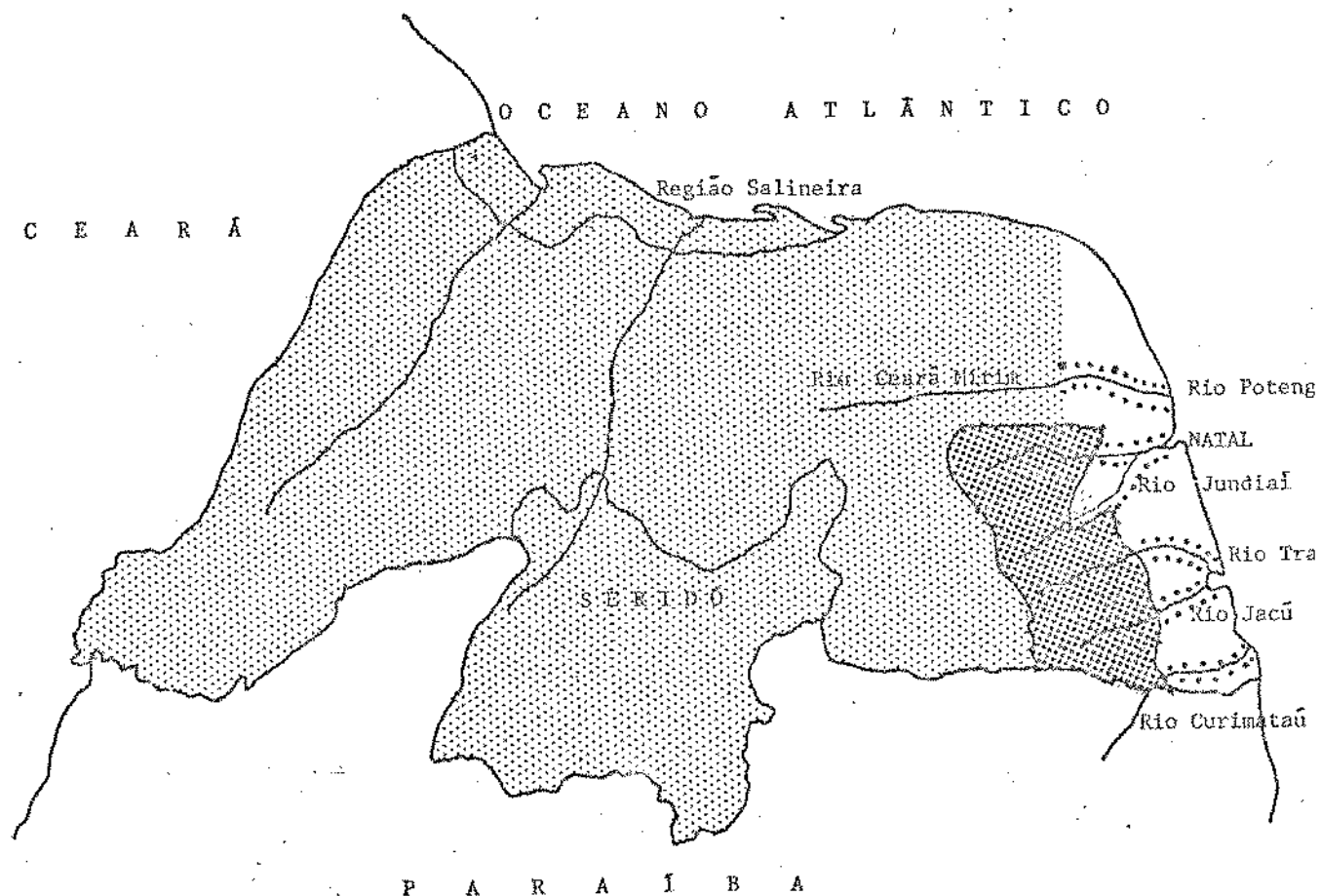
Nas tabelas 1 e 2 podemos ter uma visão consolidada dessa estrutura agrária. De acordo com o Censo de 1920, os estabelecimentos rurais com até 100 hectares somavam nesta data 2.349 unidades, ou seja, 41,3% do total dos imóveis (tabela 1). Em relação a área estes estabelecimentos ocupavam somente 4,38% do total (tabela 2).

Quanto aos estabelecimentos acima de 2.001 hectares, isto é, 3,59% do total de propriedades (209 estabelecimentos rurais de acordo com a tabela 1). Mesmo assim, representavam 43,64% da área total (tabela 2), o que significa que a propriedade rural no Rio Grande do Norte se apresentava altamente concentrada


MAPA 01 -


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONA DA MATA, AGRESTE E SERTÃO


- 37 -



LEGENDA:

 - AGRESTE

 - SERTÃO

 - ZONA DA MATA

ESCALA - 1 : 2.600.000

no período em análise.

No que se refere a apropriação dos meios de produção, em geral e, particularmente, à propriedade fundiária, de um lado estavam os grandes proprietários rurais e, de outro, os trabalhadores sem terra. Os que detinham a propriedade privada da terra eram, pois, denominados de "senhores de engenho" na zona açucareira e de "fazendeiros" no interior. Estes últimos eram mistos de pecuaristas e agricultores, ou melhor dizendo, mais pecuaristas que agricultores.

Por outro lado, os trabalhadores compunham uma população marginalizada, etnicamente mestiça (desde o povoamento) no sertão, e após a abolição, também, no litoral. De qualquer modo, desprovida de qualquer recurso, inclusive de terra. No Rio Grande do Norte foi muito reduzida a utilização da mão-de-obra escrava, mesmo na zona canavieira. Conforme afirma Cascudo, "o escravo não era para o Rio Grande do Norte um determinante econômico indispensável ao equilíbrio provinciano ... nunca possuímos escravaria em número elevado nem mesmo compatível com as necessidades da indústria açucareira. Gente pobre, relativamente ao padrão de outras províncias, comprávamos poucos escravos" (CASCUDO, 1955, p. 187-188). Ainda de acordo com Cascudo, ao ser decretada a Abolição da Escravatura, o Boletim nº 8 (último) da Sociedade Libertadora Norte-Riograndense, de 15.04.1888, registrava apenas 482 escravos em toda a província (CASCUDO, 1955, p. 189).

TABELA 1 - RIO GRANDE DO NORTE - ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1920, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA (Em hectares)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DE CADA GRUPO SOBRE O TOTAL	
De menos de 41	1.147	20,20	41,37
De 41 a 100	1.202	21,17	
De 101 a 200	1.112	19,59	54,94
De 201 a 400	990	17,43	
De 401 a 1.000	777	13,68	
De 1.001 a 2.000	241	4,24	
De 2.001 a 5.000	172	3,02	3,69
De 5.001 a 10.000	21	0,38	
De 10.001 a 25.000	10	0,19	
De 25.001 e mais	6	0,10	
TOTAL	5.678	100,00	100,00

Fonte: Recenseamento do Brasil - 1920. Ministério da Agricultura e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, Vol. III, 1923 - (1ª parte).

TABELA 2 - RIO GRANDE DO NORTE - ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1920, SEGUNDO O NÚMERO DE HECTARES POR GRUPOS DE ÁREAS

GRUPOS DE ÁREA (Em hectares)	NÚMERO DE HEC- TARES	% SOBRE A ÁREA TOTAL	
Até 41	23.072	0,95	
De 41 a 100	82.995	3,43	4,38
De 101 a 200	162.327	6,72	
De 201 a 400	284.316	11,79	
De 401 a 1.000	480.731	19,92	51,98
De 1.001 a 2.000	327.032	13,55	
De 2.001 a 5.000	546.587	22,66	
De 5.001 a 10.000	146.778	6,09	43,64
De 10.001 a 25.000	163.698	6,79	
De 25.001 e mais	195.369	8,10	
TOTAL	2.412.905	100,00	100,00

Fonte: Recenseamento do Brasil - 1920. Ministério da agricultura e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro - Typ. da Estatística, Vol. III, 1923 - (1ª parte)

No sertão, as características da fazenda abriam o caminho para o trabalho livre ao mesmo tempo em que repelia a escravidão. Foi a "fazenda de criar" que gerou no sertão a predominância da mão-de-obra livre. Aliás, fazendo uso das palavras de TAKEYA "a questão da adoção da mão-de-obra escrava em áreas atingidas periodicamente pelas secas é particularmente importante e dá um caráter específico à força de trabalho nas mesmas áreas. As secas frequentes eram um fator de instabilidade a ameaçar o investimento de capital em escravos" (TAKEYA, 1985, p. 67).

Aqui interessa, por enquanto, reter: a) a propriedade da terra era concentrada sob a forma de latifúndios e a mão-de-obra escrava foi praticamente excluída nas relações de trabalho; b) a pecuária, herança colonial não escravista no RN "contribuiria em muito para a formação do imenso reservatório de mão-de-obra no Nordeste" (CANO, 1981, p. 95 e FURTADO, 1982, capítulo 10).

Muito embora a pecuária bovina fosse a atividade econômica predominante no Rio Grande do Norte até a metade do século XIX, isso não queria dizer que fosse a única e que as atividades agrícola e extrativa estivessem aí excluídas. Muito ao contrário, a transição do século XVIII para o século XIX marcou muito o Rio Grande do Norte. Nesse período, a produção se diversificou passando a produzir com alguma expressão além do gado, o couro, açúcar, o algodão e outros produtos, como o sal

(ANDRADE, 1984, p. 32). O comércio exportador da carnaúba só foi iniciado em 1840. Acrescenta-se, ainda, a conquista da autonomia administrativa em relação a Pernambuco em 1817¹².

O ano de 1850 é considerado pela literatura como o marco de uma etapa de crescimento econômico e modificação na estrutura econômica brasileira impulsionada pela expansão cafeeira do Sudeste. Para o RN o marco 1850 é relevante não porque o estado enfrentasse o problema geral do país - a questão da oferta de mão-de-obra. Aqui, como sabemos, a mão-de-obra sempre foi mais livre e abundante, não tendo o RN muitos escravos para exportar para o Sudeste.

Esta capacidade de retenção da população "livre" e absorção da força de trabalho certamente não deixa de estar associada ao dinamismo da economia do estado no século XIX, muito embora os produtos de mercado externo (algodão e açúcar) somente tenham real importância para o seu crescimento na segunda metade do século e, mesmo assim, por um período muito reduzido dada a crise do setor de exportação da economia nordestina e a busca por mercados internos por parte desses produtos. Entretanto, é nos processos produtivos intensivos em mão-de-obra e, principalmente no baixo nível de produtividade encontrados na agricultura de subsistência e na atividade criatória - permitidas, em última instância, pelo regime latifundiário de propriedade da terra - que devem ser buscadas as explicações para retenção de populações no estado¹³. A maioria da população "livre" se integra vivendo a situação de "morador de condição" que no Nordeste caracteriza (guardadas as especificidades do algodão e da cana-de-açúcar) a pequena produção que se reproduz no interior da grande propriedade¹⁴.

Somente a partir de 1845, dentro da ocorrência de uma das grandes secas do Nordeste e quando parte do rebanho bovino foi dizimado é que o RN se tornou uma província agrícola. De acordo com a historiografia local, "depois da seca de 1844-1845 durante a qual as devastações foram cruéis, a província (...) experimentou profundas modificações econômicas. De região quase que exclusivamente criadora que era, passou a ser também zona agrícola por excelência, e dentro de poucos anos, o açúcar e o algodão avultam entre outros gêneros de sua produção agrícola e industrial, umentando seu comércio que entrou em fase de progressivo desenvolvimento" (grifos nossos), (LIRA, 1982, p. 233-234).

"A Indústria açucareira na província do Rio Grande do Norte foi ativada a partir de 1845 nos vales do Ceará Mirim, Cipló, Golaninha, Canguaretama e São Gonçalo (...) e, foi predominante até 1870 quando começa a ceder lugar a agricultura do algodão na Região do Seridó", (MEDEIROS, 1973, p. 71). Durante a República Velha o sal e o algodão, secundados pelo açúcar e pela cera de carnaúba, foram os produtos de maior peso e de maior valor monetário na pauta de exportações (SOUZA, 1989, p. 21).

BREVE AUGÉ E CRISE DO AÇÚCAR

Quando a produção do açúcar vai ser representativa à economia do Rio Grande do Norte, o Nordeste brasileiro já se havia tornado fornecedor secundário no mercado internacional do açúcar. Nos séculos XVIII e XIX, o surgimento de novos produtores de açúcar de cana e depois, de beterraba agravariam a situação do açúcar brasileiro no mercado exterior. Os preços do açúcar haviam caído significativamente ao longo dos séculos XVII e XVIII, continuariam em declínio no século XIX e eram aviltantes no início do século XX de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 3 - PREÇOS DO AÇÚCAR NO MERCADO INTERNACIONAL - SÉC. XVII A INÍCIO DO SÉC. XX

SÉCULOS	PREÇO AÇÚCAR LIBRAS/TONELADAS
XVII (Início)	120
XVIII (1710)	72
XIX (início)	30
XIX (2ª metade)	16
XX (início)	9

Fonte: SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1973. Cf. CANO, 1981, p. 93.

Muito embora não se manifeste uma elevação de preços, verificou-se no decorrer do século XIX uma recuperação nítida da posição brasileira no mercado internacional do açúcar, expressa no contínuo crescimento do volume exportado até os anos oitenta. A média anual de 30.000 toneladas exportados pelo Brasil no século XVII cai no século seguinte para 20.000 toneladas e recupera-se plenamente no século XIX quando supera o volume de 100.000 toneladas (CANO, 1981, p. 90). Os dados mostrados por EIZEMBERG, revelam não só essa situação como, também, visualizam o declínio da produção do açúcar de cana brasileiro no mercado internacional ocasionado pela expansão do açúcar de beterraba, que chega a dominar cerca de 50% do mercado mundial em 1882 e por volta de 1900 atinge 75% desse mercado.

Para essa atividade restaria a perspectiva do mercado nacional, o qual, por sua vez não se apresentaria no futuro, promissor para o Nordeste (e RN) devido a expansão da produção açucareira que ocorreria mais tarde no Sudeste (CANO, 1981, p. 93).

Foi exatamente aproveitando o breve período de reaquecimento da demanda externa na segunda metade do século XIX que o RN participa mais significativamente na produção regional.

Com a queda dos preços do algodão a partir de 1872 e com a seca de 1877 que atinge a produção sertaneja (de gado e algodão) volta o açúcar ao cenário econômico da Província. A atividade açucareira foi beneficiada com uma série de inovações tecnológicas. A fim de enfrentar os problemas causados pela concorrência do açúcar de beterraba no mercado internacional e a queda de preço do açúcar de cana, os produtores nordestinos iniciaram um processo de modernização da produção de açúcar, organizando engenhos centrais e construindo ferrovias para facilitar o acesso do produto aos portos de embarque, com o apoio do capital estrangeiro e do governo imperial (através de subsídios).

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DO AÇÚCAR

ANOS	%	ANOS	%
1841 - 45	9,3	1876 - 80	5,3
1846 - 50	10,3	1881 - 85	5,3
1851 - 55	8,6	1886 - 90	2,8
1856 - 60	6,3	1891 - 95	2,1
1861 - 65	6,6	1896 - 1900	1,4
1866 - 70	4,4	1901 - 05	0,8
1871 - 75	5,7	1906 - 10	0,4

Fonte: EIZEMBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1940*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 47.

No RN essas inovações foram marcadas pela introdução do vapor no processo de beneficiamento e pelas primeiras tentativas de estabelecimento dos engenhos centrais, além dos primeiros contratos para construção de estradas de ferro. Para se ter uma idéia da participação do RN nesse processo, podemos observar, de acordo com EIZEMBERG, o volume de subsídios destinados ao estado pelo governo imperial.

Atravessando fase próspera, o açúcar atingiu sua maior produção nos anos oitenta do século passado. Entretanto, se a produção do RN já era inexpressiva no quadro nordestino (ver tabela 6) o início do século XX registrou uma derrocada das exportações conforme pode ser visto na tabela 7. A fim de soerguer a cana-de-açúcar, o governo do Rio Grande do Norte tomou algumas providências importantes, atendendo reivindicações dos senhores de engenho. Entretanto, a crise da cana foi geral. Verificou-se um decréscimo do número de engenhos em atividade, como se pode constatar pela tabela 8, sem ocorrer um processo de concentração técnico-econômica no setor. Verdade é que, com exceção da Usina Maranhão surgida em Canguaretama em 1910, as demais usinas só surgiram em 1929 (SOUZA, 1989, p. 45). Em 1910 o Brasil já possuía 187 usinas, assim distribuídas: 46 em Pernambuco, 31 no Rio, 62 em Sergipe, 12 em São Paulo, 07 na Bahia, 06 em Alagoas, etc. (SINGER, 1977, p. 312). Ao se iniciar a segunda década do século atual vai acontecer no RN um avanço do algodão sobre a zona da

Mata. Cultura dominante no Agreste e no Sertão, o algodão foi progressivamente se impondo em detrimento do açúcar, como principal produto agrícola de exportação, ameaçando a hegemonia da cana mesmo no seu habitat natural (TAKEYA, 1985, p. 35).

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DOS DECRETOS IMPERIAIS QUE SUBSIDIAVAM OS ENGENHOS CENTRAIS NAS PROVÍNCIAS DO NORDESTE

PROVÍNCIA	CAPITAL GARANTIDO					
	1881	%	1888	%	1889	%
Pernambuco	8.000	26,7	7.500	25,0	6.400	21,3
Bahia	6.100	20,3	6.000	20,0	6.100	20,3
Sergipe	2.000	6,7	3.000	10,0	2.275	7,6
Rio G. do Norte	1.500	5,0	1.400	4,7	1.000	3,7
Alagoas	1.200	4,0	1.200	4,0	2.275	7,6
Paraíba	700	2,3	900	3,0	1.150	3,8
Ceará	700	2,3	400	1,3	400	1,3
Nordeste*	20.200	67,3	20.400	68,0	19.600	65,3
Total Brasil	30.000	100,0	30.000	100,0	30.000	100,0

Fonte: EIZEMBERG, Peter. Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 115.

* Nordeste exclusiva Maranhão cuja participação média no total era de 5%

TABELA 6 - PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR DO RIO GRANDE DO NORTE SOBRE AS DE PERNAMBUCO (Quantidades médias anuais)

ANOS	PERNAMBUCO (A) Produção (t)	RIO GRANDE DO NORTE (B) Produção (t)	B/A
1888-90	156.321	13.675	8,7
1891-95	173.442	8.042	4,6
1896-1900	134.326	5.918	4,4
1901-05	142.015	3.310	2,3
1906-10	141.624**	855**	0,6

Fontes: PERNAMBUCO - EIZEMBERG, Peter. Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 42.

RIO GRANDE DO NORTE - SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte: 1839-1930. Natal, Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da República, 1989. p. 45-46.

TABELA 7 - RIO GRANDE DO NORTE - EXPORTAÇÕES EM TONELADAS E EM CONTOS DE RÉIS
(Quantidades médias anuais)

ANOS	VOLUME		VALOR	
	toneladas	índice	contos de réis	índice
1886-90	13.675	100	745	100
1891-95	8.042	59	856	115
1896-1900	5.918	43	861	116
1901-05	3.310	24	238	32
1910-11	709	05	61	08
1912	170	01	12	01
1913-18
1919-21	1.311	09	430	57
1922	909	06
1925	247	02	65	09
1926-28	4.321	31	1.489	200
1929	1.721	12	562	75

Fonte: Dados básicos em TAKEYA, Denise M. Um Outro Nordeste: algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915) Fortaleza, BNB, 1985. p. 124.

... Sem informações

TABELA 8 - ENGENHOS EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS AÇUCAREIROS DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DE 1860 A 1912

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1860	1896	1912	1910-11
Natal	09	07	07	03
Macaíba	...	06	03	03
São Gonçalo	33	...	09	09
Ceará Mirim	44	...	51	49
São José de Mipibú	33	19	...	12
Papará (Nísia Floresta)	27	34	22	08
Arês	...	13	...	05
Gólaninha	18	14	12	...
Penha (Canguaretama)	12	17	...	17
Vila Nova	...	02	01	04

Fonte: TAKEYA, Denise M. Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, BNB, 1985 p. 34.

1.3. Pressupostos à Expansão Algodoeira

Em fins do século XIX, a economia do RN, como toda a economia brasileira, tinha um caráter eminentemente agro-exportador, com especialização na produção de matérias-primas (algodão, açúcar e sal) de acordo com as novas relações econômicas e políticas vigentes a nível mundial¹²². O Brasil foi envolvido nesse processo de constituição do mercado mundial de forma intensa. Mesmo a historiografia mais tradicional ou o exame mais superficial apontam o final do século XIX como um período de grandes transformações na vida econômica nacional.

Com a constituição da economia capitalista exportadora no Brasil, abre-se um período de transição capitalista. Aparecem diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o capital produtivo ligado a agricultura de exportação, o capital estrangeiro investido em obras de infra-estrutura e na atividade mineradora, e por último, o capital industrial. É dada uma nova conformação à estrutura de economia, onde apesar de acentuada diversificação das formas de capital, a economia exportadora é dominada pelo capital mercantil (CARDOSO DE MELO, 1976, Cap. II).

Este domínio limitará os investimentos industriais às indústrias de menor risco, basicamente às de produção de bens de consumo popular, dificultando a instalação de um setor produtor de meios de produção. João Manuel CARDOSO DE MELO caracteriza esta fase de "crescimento industrial" para diferenciá-la de um processo de industrialização.

Este "crescimento industrial" frente às exigências da industrialização não confere ao capital industrial um grau de diversificação e uma escala suficientes para a dominância neste processo de acumulação como também não o habilita para a destruição de formas anteriores de organização da produção. Sob a dominação do capital mercantil convivem várias formas de organização da produção e diferentes relações de trabalho, o que confere a estrutura aí conformada, um caráter transitório dado o seu grau de heterogeneidade¹²³.

Não é sem explicação, portanto, que a formação industrial brasileira e particularmente a de São Paulo, se caracteriza fundamentalmente pela implantação de indústrias de bens de consumo popular, de menor risco, de menor complexidade técnica e menor massa de salários.

Apesar de não nos determos nas formas pelas quais se dão a gestação, expansão e diversificação do "complexo cafeeiro" ao qual está vinculada a principal formação industrial brasileira, particularmente a de São Paulo, é preciso aqui registrar que esse momento marca as origens da indústria têxtil no Brasil e, resumidamente, discutir sua inserção marginal no processo de acumulação de capital gerado no país, ou seja, a acumulação do

"complexo cafeeiro". Limitamo-nos a observar os elementos indispensáveis à explicação das origens da indústria nascente. Du melhor, entender o café enquanto ele explica a indústria. Em princípio é preciso reter o caráter de subordinação que o capital cafeeiro (eminentemente mercantil) impõe ao capital industrial, levando este a idas e vindas, a passo e contrapasso aos contornos por ele (capital cafeeiro) determinado. CANO afirma que "o café como atividade nuclear do complexo cafeeiro possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante o período anterior a 1930". Diz, ainda, que isso foi possível graças ao elevado nível de renda gerada pela mercadoria café e acima de tudo por ser o elemento propulsor da acumulação do complexo, determinando em grande parte a capacidade para importar no período. (CANO, 1981, p. 122). Para o entendimento da economia do RN, que nesse momento expande e consolida o algodão como principal produto de exportação, duas questões gerais merecem ser recortadas de forma pontuada na explicitação da importância do mercado nacional em gestação para a produção algodoeira do RN:

- 1) Sob que condições se deu a expansão da indústria têxtil no Brasil; e
- 2) Como se deu o processo de articulação interregional a partir dessa expansão.

A primeira qualificação nos remete para observar (de forma não exaustiva) como se dá a instalação dessa indústria têxtil (a mais desenvolvida na época) a partir dos lucros excedentes do café e da "indireta" política governamental ao setor industrial.

Na opinião de STEIN, a agricultura de plantation, com base na mão-de-obra escrava, teve impacto profundo no desenvolvimento industrial brasileiro. Conforme o autor, primeiro isto se deu porque "frelou" a vinda de imigrantes para o Brasil até 1888 quando se deu a libertação dos escravos, "brecando" a formação de uma camada de homens livres. Por outro lado, a elevação dos preços do café absorviam os recursos produtivos e gerava divisas que possibilitavam a importação de bens manufaturados baratos. O nexos das relações comerciais (que segundo o autor se davam entre fazendeiros-comissários-exportadores e importadores), a direção dada aos créditos e aos capitais para setores mais experientes e os efeitos da política econômica em benefício da agricultura exportadora explicam no entender de STEIN o "clima econômico" do século XIX, clima esse pouco favorável à indústria (STEIN, 1979, Cap. 1).

VILLELA & SUZIGAN partem da experiência de Mauá à abundância interna de fatores: capital do café e estrangeiro, mão-de-obra européia e capacidade empresarial dos fazendeiros, importadores e imigrantes. O único grande obstáculo à industrialização era a ausência de uma infraestrutura, basicamente a de transportes, o que impedia a formação de um mercado nacional. Os meios de transportes disponíveis não cumpriam o papel de unificar os mercados, sendo que as ferrovias, mais que a navegação

por cabotagem, limitava a "integração" interregional face as diferenças entre bitolas e demais equipamentos dos sistemas ferroviários regionais. Nas palavras de VILLELA & SUZIGAN, as raízes da concentração regional no Brasil "refletem a própria concentração regional da dotação de fatores (...) São Paulo, centro de cultura do café atraindo grande parte do capital estrangeiro aplicado no país e recebendo maior parte da imigração estrangeira e posteriormente das migrações internas, além de dispor de uma rede de transportes razoavelmente desenvolvida e abundância de energia elétrica, tornou-se progressivamente, também, o maior centro de atividade industrial do país". Apontam ainda, as restrições da política econômica como limitante da industrialização (até 1945) sendo que o maior responsável para o atraso na indústria era (opinião dos autores) a política monetária¹⁴.

Concordamos parcialmente com STEIN, quando ele afirma ter a agricultura de plantation gerado impactos à industrialização. Não esquecemos, porém, que nessa fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, a reprodução ampliada do capital não estava assegurada endogenamente e que a dinâmica da economia era dada de fora para dentro. Ressalta-se, que em 1888 a questão da mão-de-obra já estava praticamente resolvida e que os lucros gerados pelo café já "vazavam" para outros segmentos produtivos (CANO, 1981, p. 126-141).

A ausência de uma política de proteção à indústria de caráter específico é ponto de convergência entre os que estudam as origens da indústria no Brasil. BAER ratifica as colocações de STEIN e de VILLELA & SUZIGAN, enfatizando o "caráter não intencionista do Estado no século XIX". Para ele o governo se preocupava com os impostos de importação para fins de receita tributária e não de proteção (BAER, 1985).

A orientação teórica deste trabalho recusa, pelas considerações já expostas, a compreensão de VILLELA & SUZIGAN acerca da emergência da indústria no Brasil. Sob o enfoque de "maximização dos recursos produtivos" partem de uma base estática de inegável extração neoclássica: constitui a ótica da alocação máxima de fatores. Preferimos examinar essa questão sob a ótica da divisão internacional do trabalho, ou melhor, sob o enfoque do processo de acumulação e geração de valor. Por isso mesmo, nos valemos das condicionantes apontadas por CANO para explicar as origens da indústria no Estado de São Paulo. Na opinião de CANO, a indústria requeria e a economia capitalista atendeu aos seguintes requisitos:

- Certa capacidade para importar, sem o que o investimento em indústria estaria comprometido, dada a ausência de um setor de bens de produção industriais organizado. As rendas geradas pelo café possibilitavam que este fizesse as vezes de um DI (Departamento Produtor de Bens de Produção).
- Disponibilidade de uma certa proteção cambial e

tarifária a fim de possibilitar uma competitividade do produto nacional frente ao similar importado. As margens de proteção teriam aí dupla determinação. De um lado, via ciclo do café, e de outro por políticas cambiais ou leis orçamentárias específicas ao setor industrial. Considerando-se aí a existência de uma "brecha" dentro da política econômica para o setor industrial, embora de caráter marginal, tendo em vista que o núcleo de acumulação era o setor cafeeiro.

- Mão-de-obra em disponibilidade. Considerando que o café resolve a questão da mão-de-obra já na virada do século, parte da mão-de-obra urbana já vinha com a própria imigração para o café. Na medida em que o café entra em crise "joga" gente na cidade, sendo aí gestado um mercado de trabalho urbano com sobras quantitativas e também qualitativas⁽¹⁵⁾. A oferta avança neste período, mas mesmo assim as taxas de salários são flexíveis e tendentes à baixa. Considere-se para tal, a estrutura produtiva de contornos simples, a liberação de mão-de-obra pela crise cafeeira, e a praticamente ausente legislação trabalhista, e, ainda, o emprego industrial de mulheres e crianças em larga escala.
- Existência de um mercado de consumo. De início e a grosso modo, este mercado é determinado pelo café. Esta subordinação, entretanto, foi atenuada a partir de 1905 pela expansão da agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas que criou um mercado adicional para a indústria, resolvendo em grande parte o abastecimento alimentar da mão-de-obra empregada na indústria e suprindo-o de algumas matérias-primas. Isto dava a indústria alguma "folga" ampliando de certa medida a capacidade para importar bens de produção (CANO, 1981, Cap. 11).

Enfim, para ser fiel a orientação teórica deste trabalho, consideramos que a primeira fase da industrialização brasileira se dá sob a "tutela" do capital cafeeiro.

No que diz respeito especificamente a indústria têxtil, a literatura mostra que para identificar as transformações em curso na estrutura produtiva (quando esta se empenha numa "cruzada" na competição com o produto estrangeiro no mercado mundial) faz-se mister uma tentativa de apreender as marchas e contramarchas de sua evolução no período. É possível, a partir de 1896, identificar na literatura três momentos diferenciados pela expansão da capacidade produtiva do setor até a crise de 1929 e de sua rápida recuperação já em 1933. Esses momentos correspondem basicamente aos períodos 1886/1906, 1907/1913 e 1914/1929, ressaltando-se o período 1914/1918 (de conflito mundial) como de freio à expansão da base técnica do período 1907/1913; porém, como de expansão da produção. A década de 20 deve ser analisada, também, setorialmente como um período de transição⁽¹⁶⁾. Aqui serão

ênfatisados apenas os patamares de demanda por matéria-prima algodão, colocados por tal expansão.

Antes, porém, esse processo precisa ser visto, ainda, numa perspectiva do Nordeste. Alguns determinantes devem ser resgatados à compreensão do que Leonardo GUIMARÃES qualifica como "processo de articulação interregional na perspectiva do Nordeste (GUIMARÃES, 1986, p. 56). De acordo com o autor o processo de articulação comercial iniciado pela economia Nordestina com o nascente mercado nacional tem como móveis principais:

- a) a crise de seu setor externo, motivada pela retração da demanda internacional de seus produtos (principalmente o açúcar);
- b) o surto de industrialização paulista, resultando em um maior entrelaçamento entre as linhas de integração pré-existentes entre as duas regiões e que, nesse momento, se davam em grande parte através do desenvolvimento de relações comerciais estabelecidas pelo capital mercantil.

De um lado, os produtores nordestinos buscam incessantemente escoar seus excedentes, antes colocados no mercado internacional: de outro, a nascente indústria nacional que, infante, tem de demandar os mercados das demais regiões brasileiras. Este último determinante é ponto vital não somente para a constituição do mercado interno brasileiro, mas também, para os rumos da urbanização, também, da periferia. A consolidação do mercado nacional exigia alterações substanciais na superestrutura que servia às relações comerciais anteriores, de "ilhas regionalmente distintas", e uma nova infraestrutura de transportes e comunicações, garantidora do fluxo de mercadorias que deveria, agora, se processar entre as regiões brasileiras. É na fase de "crescimento industrial" que se instaura uma competição entre as regiões provocando uma "acomodação" da periferia aos novos condicionamentos da economia.

São criados nos diferentes mercados as bases de serviços comerciais e financeiros, suportes principais para o escoamento da produção (seja industrial ou de matérias-primas), no mercado interno brasileiro. Entretanto, esse "ajustamento" no território tem na economia cafeeira paulista uma história completamente diferente daquela vivenciada por outras regiões, particularmente, o Nordeste. Ali existia um grande suporte urbano por causa da comercialização, do financiamento e do transporte de café. Por conseguinte, a economia cafeeira gera uma rede urbana da maior importância, de fins do século XIX até 1930¹⁷.

Embora o "crescimento industrial" do período constitua o determinante principal na gênese do mercado nacional, para entender o "ajustamento" da rede urbana no Nordeste há que ser levado em conta o papel relevante que a busca de mercados para os excedentes de produtos primários "exportáveis" teve no processo de articulação regional. Remover a casca do "ovo de Colombo" reside

em perseguir o que aconteceu com o algodão e o açúcar que, de antemão, deve-se ressaltar, sofreram trajetórias diferentes na dramática procura de mercados⁽¹⁰⁾.

No caso do açúcar há uma maior disponibilidade de análises e informações⁽¹¹⁾. O mesmo não acontece com o algodão e, concordando com Francisco de OLIVEIRA "está, ainda, para ser escrita uma boa história econômica e social do Nordeste algodoeiro-pecuário" (OLIVEIRA, 1979, p. 40). Embora não tenha tal pretensão, pode-se, seguindo a sugestão de GUIMARÃES, começar assinalando a similaridade com o caso do açúcar "no que se refere ao fato de, também a crise do setor externo constitui-se, em relação a esse produto, o móvel da articulação comercial nesta fase inicial do processo, bem como pela função marcante desempenhada pelo capital mercantil" (GUIMARÃES, 1986, p. 80).

O autor, com razão, afirma que "mais cedo do que se pensa, o Nordeste passa a se constituir fornecedor de algodão para o mercado interno, sobretudo para a nascente indústria têxtil" (GUIMARÃES, 1986, p. 80).

É bom lembrar que durante os séculos XVIII e XIX coube ao Nordeste a maior contribuição na exportação de algodão em pluma pelo Brasil. São Paulo somente em 1882 começou a exportar e a sua cota de exportação no século passado não ultrapassou em média 5% (vide CANABRAVA, 1984). Na tabela 9 constata-se que o Nordeste continua nas décadas de 1910 e 1920 com percentagem de 84,13% e 70,67%, respectivamente, e no primeiro triênio da década de 1930 com 86,30%. Nos anos subseqüentes é que a participação do estado de São Paulo na exportação brasileira de algodão é gradativamente ampliada, atingindo sua primeira inflexão no ano de 1944 (CLEMENTINO, 1987, Cap. 3).

A alternativa que se abriu para a cotonicultura nordestina pela expansão do mercado interno, constituído pela indústria têxtil algodoeira nacional, gerou vínculos de interdependência entre os setores algodoeiro e têxtil. Se por um lado, o Nordeste tinha a vantagem de contar com um mercado garantido, já que as barreiras alfandegárias excluía competidores externos, por outro lado, ficava à mercê de um mercado muito menos dinâmico que o internacional (SINGER, 1977, p. 313-314). De qualquer modo ligava-se duplamente às duas forças econômicas setoriais mais poderosas da época: a da já consolidada indústria têxtil e a das redes de comercialização da produção agrícola para o exterior. E nem poderia ser de outro modo, de vez que a força política preponderante ainda era a burguesia comercial articulada com o capital industrial nascente.

Permanece a questão da garantia de abastecimento para a indústria têxtil do Sudeste, pois entre 1916 e 1920, "com a guerra, a indústria têxtil de São Paulo aumenta seu consumo de algodão em 70% (ALBUQUERQUE, 1982, p. 107). Conforme pode ser observado nas tabelas 10 e 11, desde os anos de guerra a produção nacional de algodão sofria uma pressão de mercado tanto interno como externo. É particularmente notável a subida do valor oficial

do algodão entre 1915 e 1918. Favorecida pela retração das importações durante a 1ª. Guerra Mundial, a indústria têxtil algodoeira nacional expandiu consideravelmente e sua produção e com ela a procura por matéria-prima (STEIN, 1974, p. 116).

Concordamos com os autores que afirma que "o fornecimento do algodão nordestino supria sem problemas as lacunas entre a produção local (SP) e o consumo" e, portanto, "o algodão, enquanto matéria-prima, não era ponto de estrangulamento" (ALBUQUERQUE, 1982, p. 107); não restando dúvida que o Nordeste era o grande supridor de fibras para a indústria têxtil algodoeira nacional (ver tabela 11).

O grau de dependência das fábricas nacionais em relação ao algodão fornecido pelos estados algodoeiros do Nordeste pode ser avaliado pelas consequências advindas da seca de 1915, que destruiu 2/3 da produção do Nordeste. Foi depois da escassez de fibras de algodão nos anos 1914/1916 que o estado de São Paulo deu início a um processo de expansão algodoeira (TAKEYA, 1985, p. 67-68).

Foi, ainda, nessa oportunidade que os EUA, como grande produtor mundial de algodão, tentaram conquistar o mercado brasileiro. A ameaça da entrada franca do algodão americano e os consequentes prejuízos sobre a economia Nordestina que poderiam daí advir foram denunciados na Primeira Conferência Algodoeira Nacional, realizada no Rio de Janeiro, em 1915, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura e com resultados práticos²²².

A participação da produção de algodão em bruto do Rio Grande do Norte no total da produção brasileira e regional (São Paulo e outros estados do Nordeste) pode ser avaliada na tabela 12. No período 1928/1930, por exemplo, a produção do RN representava 12% do total do Brasil, era uma vez e meia superior a de São Paulo, porém inferior a da Paraíba e Pernambuco. Observa-se que no pós-30 a produção local foi ampliada significativamente. A importância do algodão no cenário da economia estadual é objeto de discussão a seguir.

1.4. O Algodão no Cenário da Economia Estadual

Com a seca de 1845, a situação crítica da pecuária constituiu um incentivo ao crescimento da atividade açucareira, apesar do algodão já haver ensaiado um cultivo em maior escala e além dos níveis da economia de subsistência, desde o primeiro surto de exportação do algodão brasileiro no fim do século XVIII, motivado pela Revolução Industrial Inglesa.

Superada essa primeira fase, iniciada pelo colonizador branco, do cultivo e processamento do algodão nativo, já feito pelo indígena e, após aquela seca, foi o açúcar que entre as

TABELA 09 - PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS PORTOS BRASILEIROS NA EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA
Em toneladas (total de cada período)

PORTOS	1910/1919			1920/1929			1930/1939			1960/1969		
	TON.	% NE/BR	% EST/NE	TON.	% NE/BR	% EST/NE	TON.	% NE/BR	% EST/NE	TON	% NE/BR	% EST/NE
Recife	57925	42,1	50,1	52954	19,8	28,1	14519	22,9	26,8	66247	2,8	12,9
Paraíba	26646	19,4	23,0	55601	21,2	30,0	12899	20,2	23,7	68889	2,9	13,5
R. G. do Norte	16944	12,3	14,7	29194	10,9	15,5	7181	11,8	13,2	40165	1,7	7,8
Ceará	14085	10,2	12,2	49849	18,7	26,4	19706	31,0	36,3	337103	14,3	65,8
Santos	6087	4,4	-	53239	19,9	-	760	1,2	-	1837992	77,9	-
Outros	15735	11,4	-	25031	9,4	-	8096	12,7	-	8765	0,4	-
Nordeste	-	84,1	100,0	-	70,7	100,0	-	86,0	-	512398	21,7	100,0
Brasil	137426	100,0	-	266961	100,0	-	63403	100,0	-	2359155	100,0	-

Fonte: Dados básicos do IBGE

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL - SAFRAS 1924/1925 A 1933/1934

PRODUÇÃO - EM FARDOS 478 LIBRAS						
SAFRAS	BRASIL	CENTRO-SUL(1)	SÃO PAULO	% SP S/BRASIL	NORTE/NORDESTE	% N/NE S/BRASIL
1924/25	793.200	226.700	177.300	22,3	566.500	71,4
1925/26	601.600	118.800	81.200	13,5	482.800	80,2
1926/27	512.400	81.700	60.400	11,8	430.700	84,0
1927/28	509.100	73.800	46.100	9,0	435.300	85,5
1928/29	445.800	45.300	20.500	4,6	400.500	89,8
1929/30	583.200	52.700	18.100	3,1	530.500	90,9
1930/31	471.200	83.500	50.700	10,7	387.000	82,1
1931/32	574.700	125.800	97.500	16,9	448.900	78,1
1932/33	447.800	221.800	160.100	35,7	226.000	50,4
1933/34	988.700	500.400	417.300	43,0	468.300	48,3

Fonte: NORRIS, P. K. *Produção Algodoeira no Brasil Meridional*, p. 15.

(1) Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

TABELA 11 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL NÃO EXPORTADA⁽¹⁾ - SAFRAS 1924/1925 A 1933/1934

SAFRAS	PRODUÇÃO BRASIL		PRODUÇÃO NÃO EXPORTADA - EM FARDOS 478 LIBRAS			
	FARDOS 478 LIBRAS	BRASIL	% S/TOTAL	CENTRO-SUL (2)	NORTE-NORDESTE	% N/NE S/N EXP. BRAS.
1924/25	793.200	783.385	98,2	222.478	540.907	70,8
1925/26	601.600	460.306	76,5	72.392	387.914	84,2
1926/27	512.400	435.437	85,0	79.457	355.980	81,7
1927/28	509.100	452.139	88,8	69.287	382.852	84,6
1928/29	445.800	399.633	89,6	45.266	354.367	86,6
1929/30	583.200	358.461	61,4	35.316	323.145	90,1
1930/31	471.200	330.918	70,2	83.201	247.017	74,6
1931/32	574.700	478.865	83,3	125.342	353.523	73,8
1932/33	447.800	445.423	99,5	221.800	223.623	50,2
1933/34	968.700	914.772	94,4	491.818	422.954	46,2

Fonte: Dados Básicos de NORRIS, P. K. Produção Algodoeira no Brasil Meridional, p. 15-27

(1) Consumo da indústria têxtil + estoque

(2) Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

TABELA 12 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO BRUTO, 1926-1950
(toneladas métricas)

ANO	S. PAULO	PARAÍBA	PERNAMBUCO	R. G. DO NORTE	BRASIL
1926-30 ^a	8.700	20.980	17.401	13.285	109.737
1931	8.350	23.000	15.000	14.281	112.789
1932	21.272	9.000	9.000	5.500	76.416
1933	36.317	21.534	15.000	17.507	151.253
1934	102.296	39.893	27.421	29.052	284.604
1935	98.207	44.831	28.929	30.576	297.306
1936	178.500	35.414	27.393	18.757	351.543
1937	202.618	37.999	27.879	22.526	405.024
1938	248.296	36.782	22.567	20.068	436.628
1939	273.264	39.269	23.783	22.080	428.523
1940	307.377	40.550	20.280	30.220	468.695
1941	381.000	25.550	16.832	16.756	503.003
1942	282.665	18.471	14.002	11.862	378.954
1943	375.098	25.258	14.665	19.331	496.247
1944 ^b	445.572	29.222	22.339	22.664	592.381
1945	248.509	20.497	19.753	24.380	378.495
1946	235.182	25.374	18.191	24.127	377.767
1947	194.303	22.890	17.795	27.470	346.715
1948	174.111	24.180	19.198	24.676	319.584
1949	232.658	24.555	17.149	27.229	395.969
1950	205.426	26.026	21.398	28.790	393.000

Fontes: Anuário Estatístico. Ano II-1936, pp. 106-110; *ibid.*, IV-1938, pp. 185-186, 190; *ibid.*, V-1939-1940, pp. 162-163; *ibid.*, VI-1941-1945, pp. 63-64; *ibid.*, X-1949, p. 108; *ibid.*, XIII-1952, p. 97; Ministério da Fazenda. Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, quadros estatísticos, no 2 (Rio de Janeiro, 1938), p. 125; *ibid.*, no 3 (Rio de Janeiro, 1941), pp. 135, 137. Cf. STEIN, 1974, p. 196. Apêndice VI.

^a Produção anual média de cinco anos

^b Os dados relativos a 1944 diferem no Anuário Estatístico. Ano VI-1941-1945, p. 64, e *ibid.*, X-1949. Usei os dados deste último.

culturas agrícolas vai responder pela economia do estado. Durante a Guerra de Secessão nos EUA, mais uma vez, o algodão se coloca como cultura de exportação. A Guerra de Secessão americana corta o abastecimento de algodão da indústria têxtil européia - Inglaterra principalmente - pelas suas habituais fontes norte-americanas, ocasionando séria crise conhecida na literatura como "cotton hunger", o que em outras palavras significa uma alta demanda frente a uma baixa oferta de produto, gerando uma rápida subida nos preços verificada no período 1863 a 1873⁽²¹⁾. O Rio Grande do Norte atravessou esses anos em marcha ascendente. Para se ter uma idéia basta dizer que de 13.528 arrôbas exportadas em 1851 passou para 140.000 em 1866⁽²²⁾. Desse modo, no decorrer das décadas de 1850 a 1860 houve no RN uma composição das culturas do algodão e cana-de-açúcar - ambas em ascensão. Tal fato gerou uma antes inigualada atividade comercial na província.

Terminada a guerra nos EUA e normalizado o fornecimento do algodão americano no mercado internacional ocorre uma queda de preço da matéria-prima a partir de 1872. A grande seca que voltou a ocorrer em 1877/1879, além de comprimir ainda mais a já abalada atividade criatória atinge também o algodão fazendo com que novamente o açúcar assumisse a dianteira no quadro econômico da Província (TAKEYA, 1985, p. 33). Vivendo um breve período de prosperidade o açúcar atingiu seu auge nos anos oitenta: a partir de então iniciou uma fase de declínio acompanhando uma tendência comum a todo açúcar brasileiro.

Ao contrário do açúcar, o algodão não sofreu retrocesso finda a fase áurea da década de 1860. Foi exatamente nos anos oitenta (momento de gênese da indústria têxtil no Brasil) e, particularmente, depois da grande seca de 1887-1888, que se expandiu seu cultivo pelo sertão. No final do século XIX o algodão tornou-se o primeiro produto de exportação do Rio Grande do Norte, polarizando a economia estadual até os anos setenta do presente século.

Faremos, por enquanto, uma breve descrição do processo de consolidação do algodão, pautado em dados estatísticos. A compreensão do papel desempenhado pelo capital mercantil será abordada posteriormente na perspectiva de sua resultante urbanização. O nosso propósito por enquanto é, unicamente, o de evidenciar as relações comerciais estabelecidas particularmente com o ténue mercado nacional, e sua importância para a vida econômica do estado.

A evolução das exportações de acordo com a tabela 13 e gráficos 1 e 2 mostram que o algodão foi progressivamente se impondo, em relação ao açúcar. O período 1890 a 1905 revela a supremacia do açúcar em toneladas do total das exportações. Entretanto, indica uma aproximação entre o valor do açúcar e do algodão. A partir de então, cai a exportação de açúcar (quantidade e valor) e sobe o algodão.

A renda do Estado provinha, principalmente, dos impostos de exportação. Dentro desse contexto o algodão adquiriu

importância fundamental para a economia do RN. Como diz Cascudo "o século XX pertenceu ao algodão, ano a ano em marcha ascensional para a primeira renda orçamentária nos cálculos da receita. O sal ocupou várias vezes o segundo posto. Esses produtos exigiam o impossível no Rio Grande do Norte: um regime regular de chuvas". E continua: "as longas estiagens matavam o algodão e conservavam o sal mais puro nos aterros; depurando-o das impurezas. Nas grandes invernações, as salinas desapareciam na enxurrada e os algodoeiros aproveitavam o poder d'água do céu" (GASCUDO, 1955, p. 388).

TABELA 13 - EXPORTAÇÃO MÉDIA ANUAL DO ALGODÃO E DO AÇÚCAR EM TONELADAS E EM CONTOS DE RÉIS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - 1889-1930

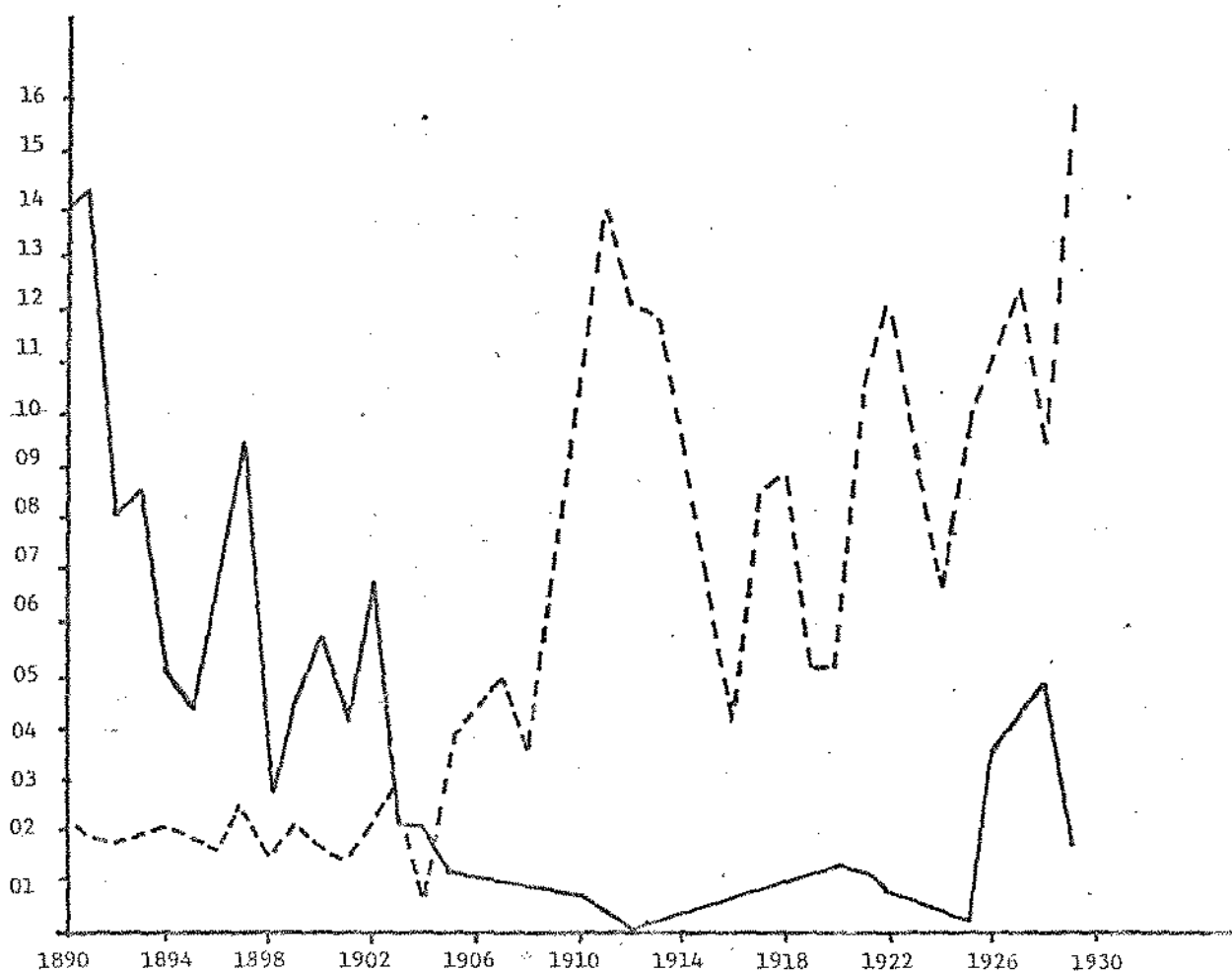
PERÍODOS	ALGODÃO		AÇÚCAR	
	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS
1888 - 90	1.783	696	14.250	745
1891 - 95	1.974	827	8.042	856
1896 - 1900	1.952	1.447	5.917	861
1901 - 05	2.302	1.524	3.327	1.189
1906 - 10	6.157	5.080	893	79
1911 - 15	10.974	8.054	348	28
1916 - 20	6.562	16.863	1.350	860
1921 - 25	9.837	32.604	797	...
1926 - 30	12.436	33.811	3.671	1.180

Fonte: Tabela montada conforme TAKEYA, 1985, p. 123-124.

O crescimento contínuo da demanda nacional de algodão, não só, impulsionou a expansão da cotonicultura do RN, a partir da segunda década deste século (tabela 13), como manteve os fluxos comerciais de circulação dessa mercadoria no mercado interno, como mostra a tabela 14. Em qualquer mercado o algodão local se destaca pela excelência do seu produto, sobressaindo-se a variedade de algodão mocó por sua excepcional capacidade de se prestar ao mais exigente fabrico de produtos têxteis como: linhas de costurar e tecidos finos⁽²³⁾. Em 1911, por exemplo, 33,6% do algodão importado pela praça do Rio de Janeiro, provinha do Rio Grande do Norte (SINGER, 1977, p. 238). As médias anuais de exportação do algodão atravessam o período 1900/1930 em contínua ascensão conforme pode ser visto na tabela 13. "isso a despeito da ocorrência de pragas como a lagarta rosada, que em certas zonas faziam com que se perdessem trinta ou quarenta por cento das safras, e a despeito das secas - como as de 1888/1889, 1900/1901, 1915 e 1919, empurrando muita gente para a Amazônia e impedindo dessa forma que a produção algodoeira ultrapassasse sua escala costumeira" (SINGER, 1977, p. 326). Os maquinismos a vapor para descaroçamento do algodão expandiram-se pelas fazendas do interior.

GRÁFICO 01

EXPORTAÇÃO ANUAL DE AÇUCAR E ALGODÃO EM MIL TONELADAS PELO R.G.N.



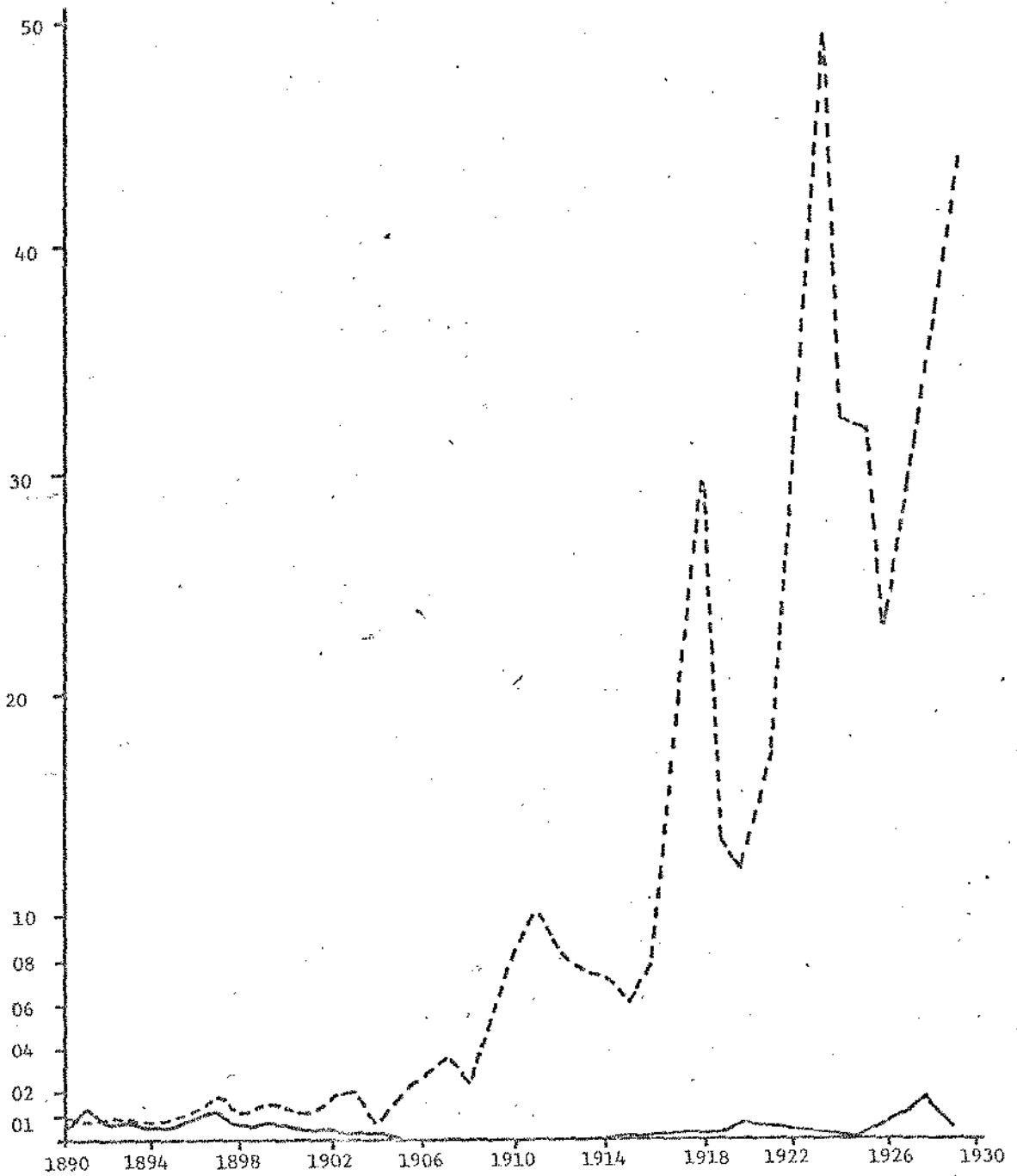
LEGENDA :

— - - - - AÇUCAR
- - - - - ALGODÃO

FONTE : MENSAGENS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Anos: 1890 - 1930;
SOCIEDADE AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE.
TAKEYA, 1985, p. 37 e 123 - 124.

GRÁFICO 02

VALOR OFICIAL ANUAL DA EXPORTAÇÃO DE
ACUCAR E ALGODÃO EM MIL CONTOS DE
RÉIS PELO R.G.N.



LEGENDA :
- - - - - ALGODÃO
- - - - - AÇÚCAR

FONTE: MENSAGENS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Anos: 1890-1930;
SOCIEDADE AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE,
TAKEYA, 1985. p. 38 e 123-124.

TABELA 14 - EXPORTAÇÃO ANUAL DE ALGODÃO EM TONELADAS E EM CONTOS DE RÉIS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA PORTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

ANOS	PORTOS ESTRANGEIROS		PORTOS NACIONAIS	
	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS
1900
1901	358	309	998	780
1902
1903	463	334	2.704	1.797
1904	174	114	609	454
1905	...	203	...	1.796
1906	452	272	3.915	...
1907	756	550	4.268	3.185
1908
1909
1910	2.087	2.304	8.778	6.198
1911	2.560	2.711	11.637	7.657
1912	3.106	2.730	9.119	5.748
1913	5.513	...	6.512	...
1914	1.934	...	7.732	...
1915	18	18	6.735	6.267
1916	04	10	4.346	8.210
1917	561	1.380	8.113	18.751
1918	Z	Z	9.137	29.897
1919	167	441	5.199	13.320
1920

Fonte: TAKEYA, Denise M. *Op. Cit.* p. 125-126

... não dispõe do dado

Z - O dado é rigorosamente zero

Pela tabela 15 é perceptível o avanço dos locomóveis que representavam 28% dos maquinismos instalados na região do Seridó em 1910.

Pelos dados encontrados no trabalho de Arno PEARSE, referentes a 1916, a utilização do vapor já era generalizada na produção algodoeira do Nordeste, incluído o Rio Grande do Norte, que, na ocasião, contava com 271 descaroçadores sendo 70% movidos a vapor (PEARSE, 1921, p. 56). "O rápido incremento do algodão provocou movimentos migratórios de certa intensidade, orientados para o centro norte (do estado), onde povoadores provenientes do Seridó implantaram a cotonicultura; e, também, pelo aumento do volume de mercadorias, a construção de estradas de penetração, ferrovias e/ou rodovias" (ARBOGZ, 1974, p. 46). Na montagem da infraestrutura, os agricultores do Nordeste ganharam forte apoio para suas atividades no semi-árido, com a criação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCs) em 1909.

TABELA 15 - NÚMERO DE BENEFICIADORES DE ALGODÃO EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO SERIDÓ-RN EM 1910

MUNICÍPIOS	BENEFICIADORES		
	A = BOLANDEIRAS	B = LOCOMÓVEIS	B/A
Acarí	27	09	33,3
Caicó	22	09	40,9
Currals Novos	25	06	24,0
Flores	10	08	80,0
Jardim	28	09	32,1
Serra Negra	12	06	50,0
TOTAL	124	47	37,9

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Questionário sobre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, 1910-1912, passim. TAKEYA, 1985, p. 79.

A viabilização de algumas mudanças necessárias às condições postas pelo algodão para sua produção e comercialização, inseriu-se no quadro da "política federal de obras contra as secas" que nesse período passou a ser sistematizada.

Diz a literatura econômica do RN que por essa época ocorre o que poderíamos chamar "verdadeira ebulição de idéias" (aspas nossas). A partir da constatação de que era necessário expandir a economia e dar-lhe nova feição, os intelectuais e políticos locais, buscam novas soluções no sentido de reorientar a economia. O RN assistiu não só a um acelerado crescimento das finanças estaduais (gráfico 3), devido sobretudo ao aumento da produção agrícola (no caso, o algodão, porque o açúcar estava em crise), bem como, a um forte desenvolvimento do aparelho administrativo estatal, consubstanciado na quantidade de órgãos criados para atender as necessidades da agricultura, especialmente o algodão⁽²⁴⁾. Por essa época, muda também a estrutura política chegando ao poder e/ou governando e administrando o Estado lideranças do Seridó como José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, latifundiários do algodão dos mais expressivos na oligarquia norte-riograndense⁽²⁵⁾.

A tributação do sal estrangeiro com um imposto protecionista em 1886 impulsionou decisivamente a extração do sal marinho, muito embora a história das salinas no RN seja contemporânea à do seu povoamento⁽²⁶⁾. Tal fato permitiu aos salineiros de Mossoró, Areia Branca, Açú e Macau trabalharem em nível adequado de escala industrial mesmo mantidos os métodos de extração. Os padrões tecnológicos da indústria salineira sofreram apenas pequenas inovações no decorrer de toda primeira metade do século atual. Somente na década de 60, já com as políticas de industrialização incentivadas, geridas pela SUDENE, é que a extração do sal marinho é modernizada no RN. As salinas acusaram boas colheitas desde o final do século XIX como pode ser visto na

tabela 16.

TABELA 16 - RIO GRANDE DO NORTE: EXPORTAÇÃO DO SAL MARINHO
(Média anual em toneladas)

PERÍODO	QUANTIDADE		IMPOSTO ESTADUAL DO SAL (EM 1000 \$)
	EM TONELADAS	ÍNDICE	
1851/55	7.115	(90)	...
1856/60	8.248	(87)	...
1890/94	64.077	100	...
1895/99	41.606	(85)	...
1900/04	79.323	124	...
1905/09	92.902	145	...
1911/15	101.668	158	674
1916/20	138.370	216	872
1921/25	167.075	260	958
1926/30	184.816	288	934

Fontes: LIRA, Augusto Tavares. O Rio Grande do Norte em 1911. Cf. ARBOCZ, 1984, p. 47, para o período 1851-1909. Não conseguimos as estatísticas referentes ao ano de 1910; e MEDEIROS, José Augusto B. de. Mensagem ao Congresso Legislativo. Brasil, Tipografia d'A República, 1925, p. 53. Cf. SOUSA, 1989, p. 35-36, para os demais períodos.

Em 1904, a concorrência do sal de Cadiz, preferido pelos charqueadores do Rio Grande do Sul ameaçava fortemente a indústria salineira do RN. Os charqueadores do Sul acusavam o sal brasileiro de ser contra indicado e nocivo à sua indústria. Essa acusação levou o governo estadual, que tinha no imposto do sal importante fonte de arrecadação, a se preocupar com a melhoria da qualidade do sal e com a procura por novos mercados consumidores⁽²⁷⁾.

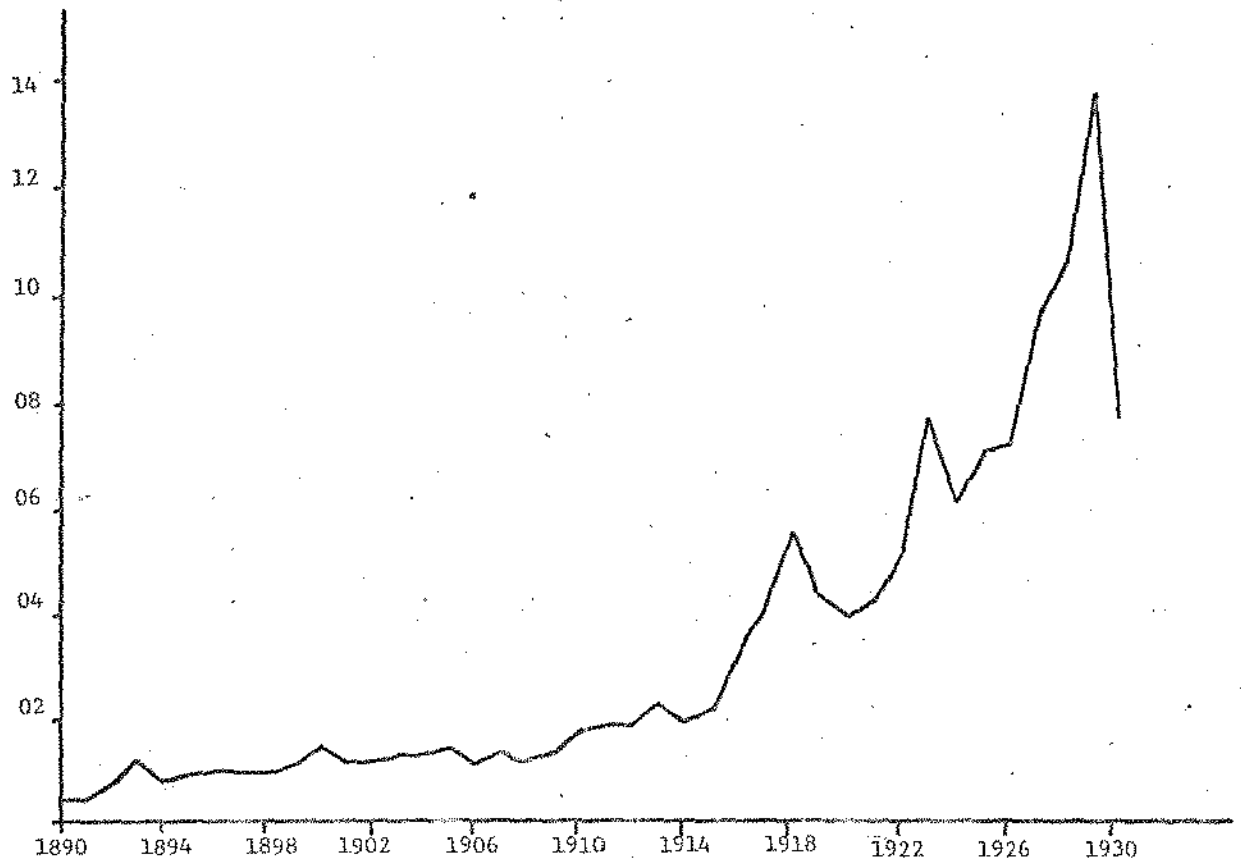
Para tanto, duas leis foram decretadas: a de nº 223 de 30/01/1905 e a de nº 234 de 06/09/1905. Nelas o imposto de exportação do sal comum foi reduzido e prêmios foram criados, de acordo com a legislação federal, no sentido de que se organizasse um sindicato de salineiros. Entretanto, o acordo firmado com a Cia. Comércio e Navegação foi mantido até 1915, quando foi revogado, findando, o que ficou conhecido na literatura local como "monopólio do sal". Todas essas medidas não foram suficientes para resolver o impasse entre os salineiros e charqueadores. Esta contenda perdurou por longo tempo apesar dos esforços dos governos na busca de medidas que melhorassem a qualidade do sal potiguar.

Mesmo assim, a produção do sal cresceu vertiginosamente até os anos 30, como pode ser visto nos dados da tabela 16. O mesmo ocorreu com o imposto de exportação do sal arrecado pelo Estado. O Centro-Sul é a grande praça consumidora da produção absorvendo 85,5% da exportação do RN em 1925. O mercado nordestino contudo apresentava-se restrito para o sal potiguar,

GRÁFICO 03

- 63 -

VALOR ANUAL DA RECEITA ARRECADADA EM MIL CONTOS DE RÉIS PELO TESOURO DO R.G.N.



FONTE : FARIA, Juvenal L. de , Mensagem de Governo, 1929. Cf. TAKEYA, 1985,p.38.

conforme tabela 17.

TABELA 17 - DESTINO DA EXPORTAÇÃO DO SAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

(Referente ao ano de 1925)

DESTINO	EM TONELADAS	%	
Rio de Janeiro	43.174	32,0	
São Paulo	67.249	49,0	
Rio Grande do Sul	4.485	3,2	Centro Sul
Santa Catarina	60	0,1	85,5%
Espírito Santo	1.390	1,2	
Bahia	320	0,4	
Alagoas	879	0,7	
Pernambuco	9.356	7,0	Nordeste
Paraíba	1.285	1,0	10,2%
Maranhão	1.436	1,1	
Pará	4.193	3,2	Outros
Outros Portos	1.350	1,1	4,3%

Fonte: BARATA, 1984, p. 161.

Além dessas atividades geradoras de produtos à exportação e de subsistência (caso do algodão que era plantado em consórcio com o milho e o feijão), a criação de gado manteve-se como atividade econômica dominante na estrutura da fazenda sertaneja. Somente após a terrível seca de 1915 sofreu uma inflexão como pode ser notado na tabela 18.

A criação de gado continuou a ser extensiva não sendo registrada melhorias no processo criatório. De acordo com a tabela 18 após a seca de 1915 somente nos anos trinta a produção pecuária apresenta relativa melhoria.

TABELA 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - 1912-1938

Unidade: cabeças

ESPECIFICAÇÃO	1912	1916	1920	1938
Cabeças de Bovinos	536.900	362.750	318.274	356.300
Caprinos	417.900	352.000	216.290	177.900
Ovinos	536.730	207.510	166.146	227.500
Asininos e muares	104.550	78.880	82.227	132.600
Equinos	139.430	95.880	47.867	77.000
Suínos	99.280	55.080	30.327	85.800

Fonte: IBGE, Série Estatísticas Retrospectivas: relatório estatístico do Brasil. Edição Fac. simile (original publicado em 1941). Rio de Janeiro, 1986, V. 1.

Observa-se que a economia estadual passou no início do século por modificações relacionadas ao processo de surgimento do mercado nacional com o crescimento da atividade algodoeira, que superou o açúcar como cultura de exportação. Ocorre uma relativa diversificação das atividades produtivas (algodão e sal) e, como resultado desse processo, as primeiras manifestações de desdobramentos do capital mercantil, fazendo indústrias de bem de consumo popular (alimentícia e têxtil). De acordo com a tabela 19 a partir de 1910 cresceram o número de estabelecimentos industriais, que de 14 em 1907 passa para 197 em 1920. A absorção de mão-de-obra na indústria também é significativa, muito embora, a participação do RN seja pouco expressiva, no quadro da produção regional do Nordeste. Mesmo assim, a nível regional, amplia sua participação que era de 1,5% em 1907 para 5,3% em 1920. A partir de então, mantém esse nível até os anos sessenta, demonstrando quanto foi significativo o período em estudo para o RN.

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO NORTE - 1907-1960

ANOS	ESTABELE- CIMENTOS	OPERÁRIOS	PRODUÇÃO	
			VALOR	% NE
1907	14	560	1.886	1,5
1920	197	2.146	20.539	5,3
1940	453	2.753	74.589	4,6
1950	1.042	5.723	443.573	4,5
1960	998	6.397	5.245.987	6,0

Fonte: IBGE, Censos econômicos

OBS: Valor da Produção em 1907 e 1920, unidade estabelecida em contos de réis; em 1940, 1950 e 1960, a unidade é cr\$ 1.000.

O enfraquecimento do setor exportador, provocado pela grande depressão de 1929, exigem uma completa reorientação da atividade econômica brasileira; mas, na década de 1920 já se constituía um período de transição para o surgimento no país de uma formação industrial mais ampla. Até então, havia uma insignificante integração do mercado nacional, onde de acordo com CANO prevalecia a "regionalização" das mercadorias (CANO, 1981). No caso da indústria têxtil, já a partir de 1913 o centro da produção era em São Paulo. No início dessa década a importância do parque têxtil paulista já estava bem caracterizada onde São Paulo detém 22,7% das fábricas têxteis, 27,3% dos fusos, 24,8% dos teares e 22,9% do número de trabalhadores têxteis (CLEMENTINO, 1983, p. 20). Considerando que a periferia desse polo mais dinâmico era a indústria têxtil instalada no Rio de Janeiro, nota-se que a indústria têxtil do Nordeste não era representativa, apesar de montada nos mesmos padrões tecnológicos daquela localizada no Centro-Sul (CANO).

É tanto, que a partir de 1920, a Indústria paulista "apresentava dinâmica de crescimento muito a frente de sua dinâmica específica" (CANO, 1985, p. 193). Em alguns setores industriais, a expansão da capacidade produtiva encontrava amplo respaldo no mercado interno. Surgiram novos produtos que já apontavam uma diversificação da estrutura produtiva industrial. Data dessa época, por exemplo, o primeiro esboço de um DI, embora pequeno, destacando-se a produção de material elétrico, metalurgia, cimento, material de transporte e mecânica⁽²⁷⁾. A década de 20 constitui um período de transição para uma formação industrial de bases mais complexas⁽²⁸⁾.

Acrescenta-se, que esse período corresponde:

- a) ao auge da economia de exportação; apesar da crise do comércio exterior dos anos 1920/1923 e da grande depressão de 1929. Foram anos de grande prosperidade para a economia, em particular, para os empresários paulistas do café⁽²⁹⁾.
- b) apesar dos percalços da política econômica (política monetária, cambial e fiscal) o ramo têxtil parecia ser um ramo atraente para os investimentos de capital⁽³⁰⁾.

Mesmo assim, aparentemente, a produção industrial do país não apresentava suficiente dinâmica de crescimento que lhe obrigasse a romper o isolamento nacional e conquistar para si o mercado nacional⁽³¹⁾. No final da década, quando já se fazia sentir internamente os efeitos da crise mundial, principalmente sobre a economia exportadora e, a Indústria têxtil, por sua vez não tinha como evitar a crise.

Nesse contexto, "os impulsos à articulação comercial que partiram da estratégia adotada pelo Nordeste, de colocação, no mercado interno, de parte considerável de seus excedentes, face à crise do setor exportador, foram arrefecendo com o tempo. Entre outras razões (...) estão as vantagens da economia do Sudeste, notadamente de São Paulo para atender aos seus próprios mercados afastando a produção nordestina e sobretudo, a diversificação da estrutura produtiva realizada no Sudeste a partir do declínio das exportações do café, não só na Indústria como na agricultura que passa a produzir uma gama variada de produtos, notadamente o algodão (grão nosso) e a cana-de-açúcar" (GUIMARÃES, 1985, p. 91).

A reorientação de mercado que a partir do final do século XIX fez a inserção do Rio Grande do Norte nas primeiras articulações de mercado interno, via cotonicultura, foi em grande parte induzida pelo desempenho das fábricas têxteis paulistas e do Rio de Janeiro. A trajetória crescente da produção foi confirmada ao longo da década de 20, e mesmo com os preços do algodão instáveis, a cotonicultura norte-riograndense experimentou bom performance. Para esse desempenho contribuíram: a não ocorrência de secas no período 1919/1929; e, a ampliação da infraestrutura básica com a construção de grandes açudes e de estradas d

rodagem. Nos anos 30, a cotonicultura potiguar seguiu, também, os mesmos contornos da nordestina sendo impactada com a entrada franca do algodão paulista no mercado interno (ver CLEMENTINO, 1987, cap. 3). Antes, porém, de observar os impactos da concorrência sulina sobre a economia algodoeira do RN, passamos à compreensão do papel desempenhado pelo capital mercantil na formação da rede urbana do RN.

1.5. Os Primeiros Contornos Urbanos

A debilidade do desenvolvimento sócio econômico periférico antes descrito, pode ser sintetizada pelas seguintes constatações:

- a) O fato de que a economia do RN era eminentemente exportadora de matérias-primas - algodão -, principalmente;
- b) Que o "grosso" dessas exportações eram feitas com destino ao mercado nacional (conforme tabela 14);
- c) As estatísticas de importação (tabela 20) refletem a estreiteza e a rigidez da base técnica da produção. Basta notar pelos tipos de bens importados, a ausência de produtos ligados diretamente a produção. Com exceção do querosene e da gasolina para "girar máquinas de descaroçar algodão" (aspas nossas), parece que a produção não era objeto de inversão do capital agro-mercantil. Acredita-se, porém, que parte da importação do Estado fosse feita via Pernambuco.

No nosso entender, tal processo não se mostraria capaz de gerar uma importante urbanização, entretanto, a literatura aponta o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica em termos de urbanização, comércio e industrialização do que o açúcar. Esta é a opinião de Manoel Correia de ANDRADE: "a industrialização mais barata e menos urgente que a da cana, colocou o beneficiamento do algodão na mão de comerciantes que com suas boladeiras, a princípio, e descaroçadores, depois, se estabeleciam em ciudades, vilas e povoações (grifos nossos), passando a comprar a matéria-prima ao agricultor, para vendê-la, após o beneficiamento, aos exportadores. Daí ter contribuído desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a cana-de-açúcar" (ANDRADE, 1963, p. 143).

Acreditamos que a afirmativa de ANDRADE se presta a situação do agreste e talvez até do sertão pernambucano e parte do paraibano. Porém, não caracteriza a realidade do RN. Em trabalho anterior - O Maquinista do Algodão e o Capital Comercial - observamos que no RN até os anos 30 os maquinismos de beneficiar

algodão se encontravam dentro da fazenda sertaneja⁽³⁴⁾. Acreditamos ser este um ponto por nós esclarecido na história do algodão do Rio Grande do Norte e que merece atenção na análise da resultante urbanização gestada no estado, nesse período (CLEMENTINO, 1987, especialmente os capítulos 2 e 4).

TABELA 20 - IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS PELO PORTO DE NATAL (VAPORES, IATES E VIA FÉRREA) NO PERÍODO DE JAN. A JUN. DE 1927

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Açúcar branco	sacas	3.605
Arroz	sacas	2.477
Alcool	caixas	526
Alcool	tonéis	4
Automóveis	unids.	32
Bebidas	caixas	5.411
Bacalhau	volumes	2.814
Café	sacas	1.087
Cerveja	caixas	961
Farinha de trigo	sacas	37.545
Farinha de mandioca	sacas	285
Feijão	sacas	1.652
Gasolina	caixas	16.806
Querosene	caixas	44.451
Milho	sacas	60
Rapadora	volumes	50
Sabão Comum	atados	717
Tecidos e Armarinhos	volumes	4.139
Charque	fardos	4.430
Outras Mercadorias	volumes	79.099

Fonte: Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa na abertura da primeira sessão da 13a. legislatura em 1 de outubro de 1927 pelo Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. p. 125.

É bom lembrar, que a indústria açucareira nordestina foi a responsável direta, até então, pela existência de um suporte urbano na região. Gerara, inclusive, como afirma CANO, uma forma de explicitação urbana distinta da gestada pela economia cafeeira. Ao entrar em crise nos séculos XVII a XIX, provoca uma "paralisia" urbana deixando como herança um excedente demográfico, uma estrutura fundiária perversa e uma agricultura retrógrada. Diferentemente da economia paulista, apresentou a partir do século XIX fraca dinâmica de crescimento, uma indústria debilitada e um urbano com frágeis estruturas terciárias (CANO, 1989, p. 67-68).

O algodão nordestino pouco contribuiu até o final do século XIX para modificar esse contorno, uma vez que sua condição de excedente "exportável" era secundária nas estruturas do "complexo nordestino" e da própria economia sertaneja. Levantamos a hipótese de que as formas de organização da produção da "fazenda

sertaneja" dão suporte e ratificam, a rigidez das estruturas terciárias gestadas pelo açúcar.

Sabe-se que no semi-árido nordestino o binômio algodão-gado tem existência econômica remota, duradoura; e a associação algodão-culturas de subsistência, uma função econômico-social particular, na realização dos excedentes apropriados pelo capital agro-mercantil (notadamente o de origem fundiária), contribuindo para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para confirmar a capacidade que a fazenda sertaneja tem de reter miseravelmente o excedente de população. As secas periódicas desnudam esse quadro, unificam o discurso regionalista, e ao serem manipulados pela oligarquia agrária através do controle dos aparelhos de Estado, mantêm ao mesmo tempo o poder econômico e político objetivados e retratados na identidade nordestina da figura resignada do flagelado, do retirante, etc. (33).

Portanto, os mecanismos de produção e reprodução da força de trabalho passam, necessariamente pela propriedade do capital fundiário e nele reside as possibilidades de maior ou menor apropriação do excedente gerado pela realização da produção mercantil. As contradições que se colocam no âmbito do processo de distribuição do valor são explicadas, em última instância, pela "simples" constatação de que de um lado estavam os grandes proprietários rurais e, do outro, os trabalhadores sem terra. Os que detinham a propriedade privada da terra eram pois, denominados de fazendeiros, mistos de pecuaristas e agricultores ou melhor dizendo, mais pecuaristas que agricultores, com a particularidade de que essa figura sempre foi um senhor de muitas cabeças de gado, mas, diferentemente do senhor de engenho, nem sempre foi um senhor de muitas léguas cultivadas, muito embora isso não impedisse que ele se apropriasse direta ou indiretamente da produção agrícola (comercializável) estabelecida em suas terras ou até mesmo fora delas (34).

Por outro lado, os trabalhadores compunham uma população marginalizada, despossuída de qualquer recurso, inclusive da terra. Desse modo, o cultivo do algodão como atividade produtiva da fazenda pode ser visto sob ângulos distintos. Do ponto de vista do fazendeiro era uma atividade com dupla determinação econômica. Enquanto pecuarista estimulava o cultivo de algodão em suas terras, como atividade complementar, porém, necessária à criação de gado. A cotonicultura, por outro lado, lhe propiciava uma integração com a intermediação comercial e financeira da agroexportação e transportava-o de uma relação de mercado restrita, acoplada à produção açucareira (dos tempos coloniais e imperiais), para colocá-lo, também, no bojo da divisão internacional (e depois nacional) do trabalho. Assim, é esse caráter ao mesmo tempo complementar e exclusivo da produção algodoeira que dava sentido às formas de organização da produção agrícola na fazenda e definia as condições de utilização da terra por parte dos não proprietários.

Da ótica do trabalhador, o algodão desenvolveu-se como

parte integrante da produção de subsistência na qual o produtor - o parceliro - cultivava não só alimentos para o autoconsumo, mas também, mercadorias para vender. O algodão era assim - diferentemente de São Paulo - produto típico da pequena produção que se reproduz no interior da grande propriedade⁽²⁷⁾.

No trabalho antes referido (CLEMENTINO, 1987), defendemos a idéia de que é a utilização de meios de produção em diferentes relações de trabalho mediada pela complementariedade de suas funções que a fazenda (unidade determinada pela propriedade da terra) dá ao fazendeiro - diga-se também comerciante - a condição de ser ao mesmo tempo agente e agenciado do (e pelo) capital mercantil⁽²⁸⁾.

Para explicitação da questão aqui levantada, não podemos perder de vista a face comercial do fazendeiro no que se refere a uma de suas atividades econômicas, qual seja, a comercialização do algodão, pois para ele levar esse produto às praças comerciais, à outros centros de controle da produção (a fazenda era hierarquicamente o primeiro) faz-se mister que ele seja, também, proprietário dos meios de beneficiar o algodão. Estes equipamentos, repetimos, estão dentro dos limites da fazenda até a década de 1930, no RN.

Nesse sentido uma qualificação merece ser feita: do mesmo modo que a cana-de-açúcar, o algodão também centraliza na fazenda a produção e a industrialização (beneficiamento) do produto. Só que dadas as características do processo produtivo antes expostos, a relação de financiamento da produção fechava o circuito em que o fazendeiro, como proprietário rural, detinha o total controle sobre a comercialização do algodão de determinada região. E o processo de beneficiamento pelo qual passava o produto revela novas faces desse fazendeiro: a de comerciante de algodão, que Manoel Correia de ANDRADE atribui a uma figura no mínimo estabelecida em "cidades, vilas e povoados" e, a outra, mais citadina, porém, aparente, de fachada: a de industrial de algodão. Ressalta-se que essa face comercial e, sobretudo, industrial está tutelada e, em última instância, dependente da intermediação comercial e financeira da agroexportação. Por conseguinte, esse "cidadão", cuja cidadania é medíocre, porque marcada exclusivamente por sua condição de proprietário fundiário, revela, ao contrário do que afirma ANDRADE, uma incapacidade de por si só "contribuir (...) para o desenvolvimento da vida urbana" no Rio Grande do Norte.

Como entender, pois, a existência de contornos urbanos no RN, nesse momento? Como entender a existência de centros de controle como Natal e Mossoró que nesse momento apresentaram franca expansão, sem a correspondente estruturação de uma rede urbana que desse suporte às necessidades mais imediatas da produção?

É preciso não esquecer que, principalmente no Nordeste, "o Estado não era mais que uma projeção dessa oligarquia e, havendo se subsumido nela desfigurou a cidade" (OLIVEIRA, 1985,

p. 70). Ainda segundo o autor, "é no urbano que começam a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil" (OLIVEIRA, 1985, p. 67). Na fase de isolamento relativo das regiões brasileiras em geral e do Nordeste (RN) em particular (etapas colonial e exportadora capitalista), predominava na estrutura produtiva a produção de bens primários para o exterior e no caso do algodão, também para o mercado interno.

A dinâmica da economia e as formas de acumulação eram explicadas pelo modo como a região se articulava com o exterior. Eram estabelecidos vínculos mais fortes com o exterior do que com o mercado interno. Sabemos que na fase da economia exportadora capitalista, a economia do RN liga fortemente laços com o mercado interno através da indústria têxtil nascente. De qualquer forma o locus dessa produção era rural. A cidade, num primeiro momento, "atendia os interesses imediatos do colonizador" e desempenhava funções político-militar e mercantil (CANO, 1989, p. 66). Eram, na linguagem de OLIVEIRA, "centros de controles metropolitanos" (OLIVEIRA, 1985, p. 69). Mais tarde, com a constituição de uma economia nacional primário exportadora, "o crescimento de suas cidades deu-se, praticamente, "em cima" da urbanização organizada pelo antigo colonizador (...) e [só] com o surgimento posterior da industrialização, o sistema urbano sofreu as modificações necessárias a uma forma de desenvolvimento voltado 'para dentro', ampliando as antigas e maiores concentrações urbanas e estabelecendo, quase sempre, uma nova hierarquização urbana a nível nacional" (CANO, 1989, p. 66). Assim, no período em análise, saídos da colonização, pudemos desenvolver, mais tarde, uma agricultura exportadora - a cafeeira - que conseguiu pelos desdobramentos iniciar com o Nordeste uma articulação comercial tênue, porém duradoura, que requer uma mínima base física do desenvolvimento: um sistema de transportes e comunicações. Por outro lado, o capital mercantil associado à articulação crescente das regiões brasileiras cria redes complexas de intermediação, absorvendo sob as mais diversas relações de trabalho, contingentes significativos de trabalhadores e produtores diretos. O exemplo do algodão no RN combinando diferentes intermediários (sintetizados em uma só figura), com pequenos proprietários, parceiros arrendatários e trabalhadores assalariados, constitui boa referência para esse fato, mesmo entre o final do século XIX e as três décadas iniciais desse século.

O capital mercantil de origem agrária, no Nordeste, joga, inclusive, com a heterogeneidade da estrutura produtiva da economia e com as distintas relações de trabalho estabelecidas na produção. Sua presença, no Nordeste, entendemos muito abrangente, indo para além da sua relação com a produção agrícola⁽³⁷⁾. Como diz GUIMARÃES, valendo-se dessa base de relações "arcalcas", por vezes recriando-as, por vezes constituindo obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e sempre contribuindo para a ampliação e reprodução do imenso reservatório de mão-de-obra, o capital mercantil comanda a maior fração do processo de acumulação da região, perdendo muito pouco terreno, mesmo mais adiante, quando se completa o processo de constituição das bases produtivas

do capitalismo no Brasil (GUIMARÃES, 1986, Cap. 1).

Se de um lado entendemos que a partir de certo momento muda, de certa forma, a dinâmica do capital, de outro é possível pensar que as possíveis transformações dependem também das condições históricas de funcionamento desse mesmo capital, o que tem a ver tanto com a natureza e a intensidade das contradições econômicas, como com razões de ordem política. Nesse sentido, a especificidade que perseguimos parece não ser dada, apenas, pelo caráter mercantil da exploração, mas também, pelo papel que desde o princípio tem o Estado na estrutura das relações.

Durante o período em análise e de acordo com OLIVEIRA, "a divisão social do trabalho (no Brasil) com o campo produtivo e a cidade improdutivo vai reforçar-se enormemente, mas o caráter das relações de poder é que irá sofrer mais aguda transformação. Aqui sim, está-se em presença de um claro predomínio do campo sobre a cidade: a economia do café comanda essa mudança numa direção, enquanto aprofunda a divisão social do trabalho. Dir-se-á que a situação permanece igual (...) mas há um equívoco nisso, pois agora está-se em presença de um movimento de nacionalização do capital, pela maior retenção de uma parte do excedente internamente" (OLIVEIRA, 1985, p. 70).

Resta para nós, saber se o caráter medíocre da urbanização do RN refletia também o predomínio do campo sobre a cidade. A ausência de uma rede urbana significativa com a permanência de centros de controle do porte de Natal e Mossoró, indicam, em princípio, que não.

Entretanto, se considerarmos que: a) nesse momento emergiram no país os primeiros conflitos entre o capital mercantil e o capital industrial nascente; b) que a economia do RN se atrela, também, ao segmento mais progressista do capital cafeeiro; e que a burguesia algodoeira, como toda burguesia agrária coopta o Estado oligarca, sugerimos a hipótese de que a burguesia algodoeira local consegue mesmo mantendo intactas suas estruturas de produção no campo, participar minimamente do controle dessa mesma produção.

Ao prescindir e abortar o surgimento de uma rede urbana, faz um arremedo de urbanização ao substituí-la por redutos bem demarcados entre coronéis e famílias oligarcas. Como detém o aparelho de Estado a nível local usa em seu próprio proveito as benesses do Estado e, espertamente, refaz de algum modo a cidade: em outras palavras, refaz uma certa cidade: nela as funções são variadas, porém, difusas, indistintas. São ao mesmo tempo centros de controle da produção agrícola voltada para a exportação, mercados para manobras especulativas e centros participacionistas, clientelistas, de marcada estrutura burocrática, administrativa. Enfim, cabide de emprego, campo aberto para os embates decisórios de qualquer campanha eleitoral.

Como os estudos sobre o urbano são poucos e insuficientes no Nordeste, preferimos, nesse particular e

assumindo os riscos de uma análise menos profunda, recorrer as chamadas "evidências empíricas", diga-se também, historiografia, ao sistematizar no caso concreto do Rio Grande do Norte, os seus primeiros contornos urbanos.

1.6. A Formação da Rede Urbana

Vimos anteriormente que até meados da década de 1920 era pequena a integração do mercado nacional. "Salvo as pequenas linhas de integração pré-existentes entre algumas regiões do país, este, na verdade, era muito mais uma soma de 'regiões' econômicas distintas" (CANO, 1981, p. 229).

Dentro dessa visão, GUIMARÃES propôs uma periodização desse processo de articulação inter-regional, na perspectiva da Região Nordeste. Deveria ser considerado: a) a fase inicial da busca de alternativas de colocação dos produtos nordestinos antes voltados ao mercado exterior; b) uma fase intermediária à consolidação do mercado interno no país, que se sobrepõe, em parte, à anterior e, se caracteriza, pela expansão industrial articulada ao setor externo. Essa fase intermediária é caracterizada, também, pela abertura dos mercados regionais para a produção industrial do Sudeste (GUIMARÃES, 1988, p. 58). O processo de articulação comercial, tem como principais motores, como se assinalou, a crise de seu setor externo e posteriormente, a industrialização induzida pela pujante economia do café. Como já foi observado, a possível vitalidade da urbanização do RN se respalda principalmente nesse último ponto.

Fizemos a inserção da economia do Rio Grande do Norte nesse contexto a partir da estruturação do chamado "complexo nordestino" e de seus desdobramentos até a crise de 1929. Agora tentaremos sistematizar a formação e evolução da rede urbana estadual referenciada nessa mesma perspectiva. Nesse sentido e, tendo por base a periodização adotada, nos propomos a analisar o processo evolutivo da população, dos meios de transporte e da divisão político-administrativa: elementos, no nosso entender, determinantes na constituição da rede urbana.

Em fins do século XVIII, a ocupação do território potiguar ainda não se completara, mas parte considerável do sistema de cidades que depois se consolidou, já por essa época, deitava suas raízes no território. A atividade preponderante era a criação de gado estabelecida no sertão e a atividade agrícola de exportação era a cana-de-açúcar, no litoral.

Nesse período, como se viu, estruturam-se e desenvolvem-se os "currais" ou fazendas de gado como suporte à dinâmica da economia nordestina do açúcar. A atividade açucareira precisava do gado como fonte energética (nos trapiches) e meio de transporte; e o RN, será engolfado pelo movimento expansionista

criatório. A enorme extensão territorial alcançada em relativo pouco tempo pela criação de gado fez com que as ligações entre o sertão pastoril e o litoral açucareiro se tornassem periódicas.

O escoamento dos rebanhos das diversas ribeiras para os mercados consumidores se realiza através dos assim chamados "caminhos do gado". No nordeste oriental dois foram os principais caminhos do gado ligando Olinda-PE, ao sertão: um, pelo interior da Paraíba, demandava a atual cidade de Cratêus drenando o gado piaulense, cearense, paraibano e norte-riograndense (mapa 02), das ribeiras do Apodí e do Seridó; outro, acompanhando o litoral, demandava a cidade de Fortaleza, drenando parte do gado cearense e norte-riograndense. Uma importante ramificação desse caminho ligava o Vale do Jaguaribe a ribeira do Rio Peixe onde se encontrava com a "entrada das boladas" atravessando a várzea do Apodí nas proximidades da atual cidade do mesmo nome (mapa 2).

O gado seria, assim, a matriz do sistema urbano potiguar e seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do estado: Litoral, Seridó e Deste (Mossoró, Açu, Apodí). Da mesma forma, estão dadas as condições que iriam definir uma primeira seleção entre os núcleos urbanos. Forma-se, como pode ser observado na tabela 21 um embrião da rede urbana do Estado, parte potiguar do sistema nordestino de cidades. As principais aldeias (elevadas a vilas em 1775), ao longo dos caminhos do gado definem suas áreas de influência. No litoral, excetuando a Cidade de Natal, é Golanhina com 6.661 habitantes que desponta como principal núcleo açucareiro. No sertão, à Deste, a localidade de São Francisco da Várzea (no Apodí) com 4.094 pessoas e no Seridó, a Vila do Príncipe (Calçó) com 3.147.

A diferenciação do trabalho nessas vilas era muito simples e assemelhada. Praticamente não há traço distintivo pela estrutura ocupacional entre elas, como pode ser observado pela tabela 22. No entanto, trata-se de regiões de tamanho e características diferentes, expressão de processos históricos diversos, cuja economia apoiava-se em recursos naturais, também diferentes, e em requisitos de mão-de-obra também distintos.

Até o século XVIII a Capitania do Rio Grande do Norte contava com oito municípios, sendo que o município de Natal data de 1.611. Destes, além de Natal, quatro outros eram açucareiros (Extremoz, Arês, São José e Vila Flor): sendo os demais ligados a expansão do ciclo do gado: Portalegre, Açu e Calçó. No século XIX foram criados mais vinte e nove, entrando o Rio Grande do Norte no século XX com 37 municípios. A ocupação do território pelo gado até o século XX significou não só a garantia de terras para o criatório extensivo mas, também, a diversificação da atividade produtiva da fazenda sertaneja, considerando-se que a atividade agrícola estava inserida em seu interior e por ela controlada.

Nas duas primeiras décadas nenhum novo município foi criado, conforme registra o recenseamento geral de 1920. Pelas informações contidas na historiografia os primeiros municípios do século XX foram criados no final da 3ª década, todos na área de

MAPA 02 -

- 75 -

CAMINHOS DO GADO ATRAVÉS DOS CURRAIS INSTALADOS NO R.G.N. E PARAÍBA.

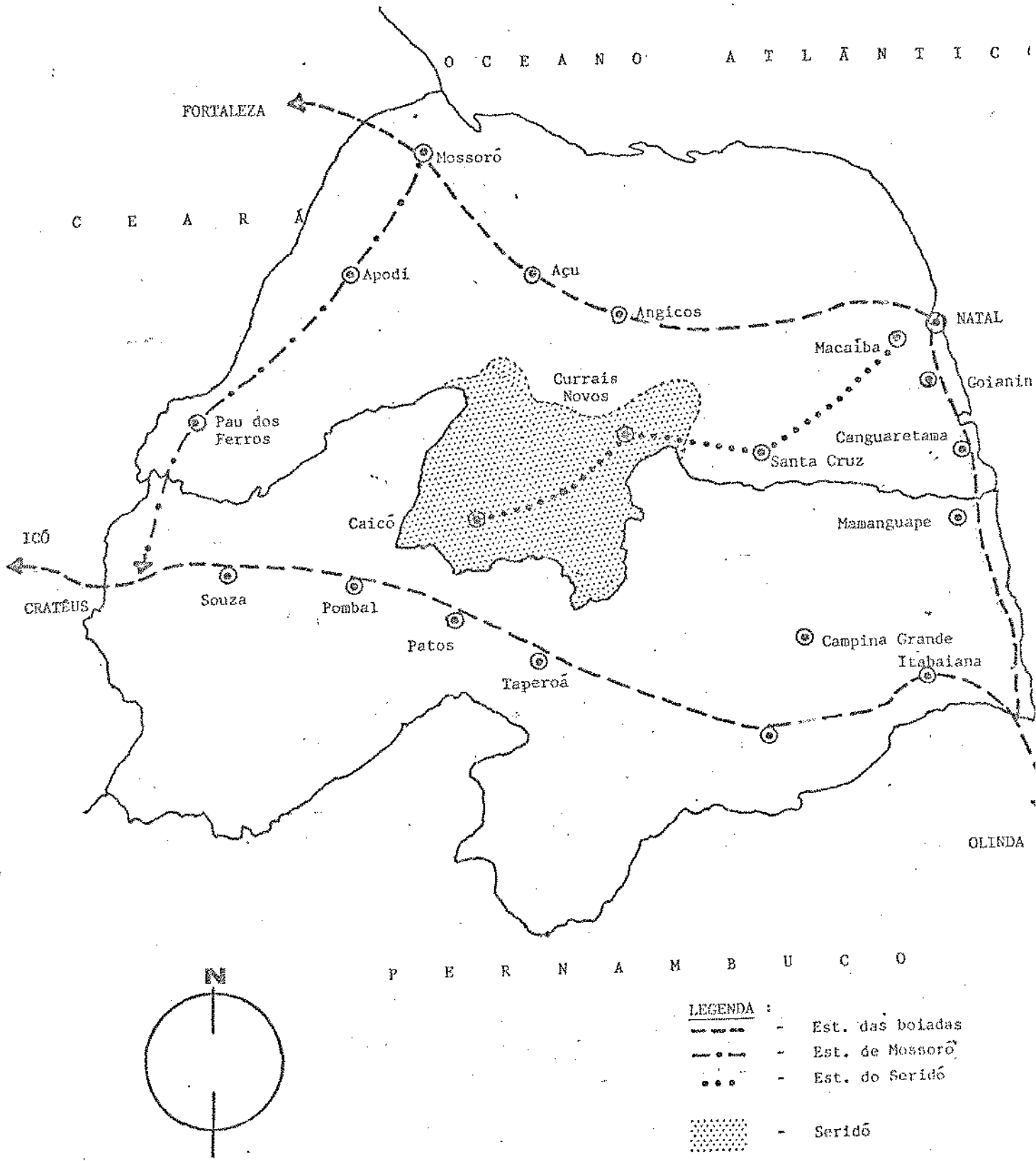


TABELA 21 - DIVISÃO DO ESPAÇO NORTE-RIOGRANDENSE EM 1775

ÁREAS	RIBEIRAS	FREGUESIAS	FAZENDAS	ENGENHOS E ENGENHOGASIA	CAPELAS FILIADAS	FOGOS (1)	PESSOAS (2) DE DESOBRIGA
1. da cana-de-açúcar (litoral)	- do Norte	Cidade do Natal	12	05	06	472	2.230
		Vila de Extremoz	16	--	--	484	1.123
	- do Sul	Vila de São José	25	22	--	251	205
		Vila de Arês	--	--	01	340	1.101
		Vila Flor	--	--	--	284	648
		N.S. Prazeres de Golaninha	35	--	04	1.590	6.661
2. criação de gado (sertão)	do açu	Sao João Batista do Açu	90	--	03	571	2.864
		Vila de portalegre	--	--	--	78	276
	do Seridó	N.S. Concelção do Pau dos Ferros	06	--	03	210	2.056
		N.S. Concelção e S. Fco. da Várzea	54	--	05	421	4.084
		Calçó	70	--	07	200	3.147
T O T A L			308	27	29	4.881	24.407

Fonte: Idéia Geral da Capitania de Pernambuco e suas anexas em Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XI Rio de Janeiro, 1918.
Cf. ANDRADE, 1984, p. 31.

(1) Habitações

(2) População residente

TABELA 22 - POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1805 COM DECLARAÇÃO DE SEUS EMPREGOS

EMPREGOS	LITORAL			SERTÃO			TOTAL		
	NATAL, S. JOSÉ E. EXTREMOZ	ARÉS E V. FLOR	TOTAL	SERIDÓ PRÍNCIPE	PRINCESA (AÇU)	PORTALEGRE, PAU DOS FERROS, VARZ. APODI	TOTAL	Nº	%
Corpo Militar	2175	395	2510.	450	1086	325	1861	4371	34,5
Clero secular	12	6	18	4	7	16	27	45	0,4
Magistratura e empregos civis	43	3	46	12	15	18	45	91	0,7
Agricultores	361	208	569	150	200	1147	1497	2056	16,4
Negociantes	78	11	89	4	42	42	89	177	1,5
Pessoas que vivem de rendas	7	-	7	-	-	-	-	7	0,0
Artistas	12	18	30	-	153*	46*	199	229	1,8
Homens do mar	58	16	74	-	-	-	-	74	0,5
Jornaleiros	128	47	175	13	37	182	232	407	3,2
Escravos	2114	200	2314	452	-	1820	2272	4586	36,1
Vadios e mendigos	57	06	63	08	-	36	44	107	0,8
Vaqueiros	85	42	127	110	150	134	394	521	4,1
TOTAL	5130	692	6022	1203	1690	3766	6659	12681	100,0

Fonte: Mapa da População da Capitania do Rio Grande do Norte com declaração dos seus empregos. Original existente na Mapoteca do Ministério do Exterior (CASCUDO, 1955, p. 130).

(* Offícios mecânicos e não artistas)

expansão do algodão herbáceo (Agreste e região do Mato Grande) é justamente quando tem início o processo de deslocamento da máquina de beneficiar algodão do interior das fazendas para os núcleos urbanos do interior⁽⁴⁴⁾.

A população cresceu a taxas muito elevadas no século passado, acelerando-se o crescimento no período 1855-70, momento em que se encerra o ciclo do gado e a Província passa a ser agrícola (tabela 23). O fenômeno deveu-se aos movimentos migratórios que convergiram para o RN durante a expansão da cana-de-açúcar e do algodão, o que se realizou, como vimos, no período 1850-70. A retração das atividades econômicas provocadas pela grande seca (1877/79), resultaram numa intensa migração para Amazônia, onde se iniciava o ciclo da borracha⁽⁴⁵⁾.

A partir de então, seu crescimento é arrefecido, apresentando índices pouco significativos para o período dito de expansão algodoeira.

TABELA 23 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE DE 1775 A 1940

ANOS	POPULAÇÃO	ÍNDICE
1775	24.407	9,1
1810	49.250	18,3
1819	70.921	26,4
1835	87.931	32,7
1855	148.216	55,2
1870	262.307	97,7
1890	268.273	100,0
1900	274.317	102,2
1920	597.195	200,2
1940	768.018	286,2

Fonte: ARBOCZ, 1984, p. 31; Censo de 1920 - Resumo Histórico dos Inquéritos, Vol. Introdução do Censo de 1920; e, Censo Demográfico de 1940.

É bom lembrar que no Nordeste, nos períodos de estiagem se avoluma a corrente migratória. No entanto, TAKEYA identifica que essa emigração de contingentes da população era contínua, apresentando uma média de emigrantes/ano de 3.500 pessoas no período 1896/1909 (TAKEYA, 1985, p. 74). Registra até, uma emigração mais elevada no ano de 1904 quando no seguinte ocorre a primeira grande seca do presente século. Em outras palavras, o êxodo era uma decorrência das relações de trabalho no campo, da impossibilidade de acesso à terra pelo trabalhador rural, enfim, das condições de vida e de trabalho no meio rural. Como diz TAKEYA, "era um problema estrutural que adquiria feição conjuntural nos períodos de seca"⁽⁴⁶⁾.

Essa população estava disseminada, atomizada, por todo

território potiguar. Por exemplo, dos 537.135 habitantes registrados no Censo de 1920, 5,7% encontravam-se no município de Natal e 14,5% no Seridó. Os seis municípios que compõem essa região, juntos são responsáveis por 41% da produção de algodão do RN na safra 1920-21; sendo os maiores produtores Calcô e Jardim do Seridó, conforme tabela 24.

TABELA 24 - POPULAÇÃO ESTIMADA DA REGIÃO DO SERIDÓ EM 1921

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PRODUÇÃO ALGODÃO		NÚMERO AÇÚDES
		FARDOS	64 KGS	
Calcô	20.000	15.000		400
Jardim Seridó	18.000	20.000		140
Acary	10.000	8.000		80
Flores	10.000	10.000		60
Currais Novos	15.000	12.000		80
Serra Negra	5.000	5.000		45
TOTAL	78.000	70.000		805

Fonte: PEARSE, Arno S. Brazilian Cotton. Manchester, Manchester Association, 1921. Capítulo 10.

Percebe-se que não foi o algodão que ocupou inicialmente o território potiguar e produziu seu povoamento. Esta tarefa foi desempenhada pelo gado. Durante as duas primeiras décadas deste século a cana-de-açúcar estava em declínio, o algodão em ascensão e o sal se colocava também como importante produto de exportação. É bom lembrar que a atividade criatória se mantém junto com o algodão e que essas atividades (com exceção do gado) ocupavam espaços geográficos distintos no território. Acontece que quando o algodão se torna o principal produto da economia estadual, o faz, ocupando a mesma base física do gado; e, quando muito, ratificou o povoamento do interior por ele realizado.

Desse modo, a possível existência de uma rede urbana relativamente densa e ramificada, pontuada de centros urbanos maiores, que centralize o comércio e a prestação de serviços em relação a uma certa área, fazendo a mediação entre a capital e o interior, nos parece em princípio, remota. Mesmo assim, buscaremos no desenvolvimento dos meios de transporte, particularmente no desenho viário das ferrovias como se distribuíram os núcleos urbanos no RN até 1930.

Os meios de transportes se desenvolveram no RN em atenção às necessidades do setor exportador, e com certo atraso em relação aos Estados vizinhos. A medida em que a produção agrícola aumentava, era exportada pelas praias contíguas aos vales litorâneos para o Recife, donde seguia para o exterior. Exportações diretas para o exterior a partir de Natal e Mossoró (porto de Areia Branca), iniciam-se apenas durante a fase do "cotton hunger". Os principais portos do Estado - Natal, Macau e Mossoró - ligavam-se ao interior por meios de transportes muito

rudimentares (combolos e carros de boi).

A primeira ferrovia do RN, será construída no final do século XIX (1880/83) ligando Natal a Nova Cruz e estabelecendo uma ligação entre o RN e os estados do Nordeste. Por intermédio dela, o RN fazia parte da rede ferroviária da Great Western of Brazil Railway, Companhia Inglesa que fizera as primeiras estradas de ferro na Região.

Servia para escoar a produção açucareira do litoral e o pouco algodão cultivado na faixa litorânea e no agreste. Se observados simultaneamente os mapas 2 e 3 percebe-se que a estrada de Ferro Great Western segue, em princípio, no RN, o traçado da antiga "estrada de boladas".

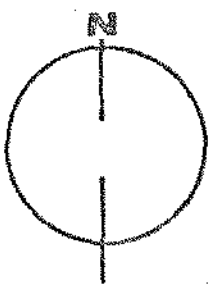
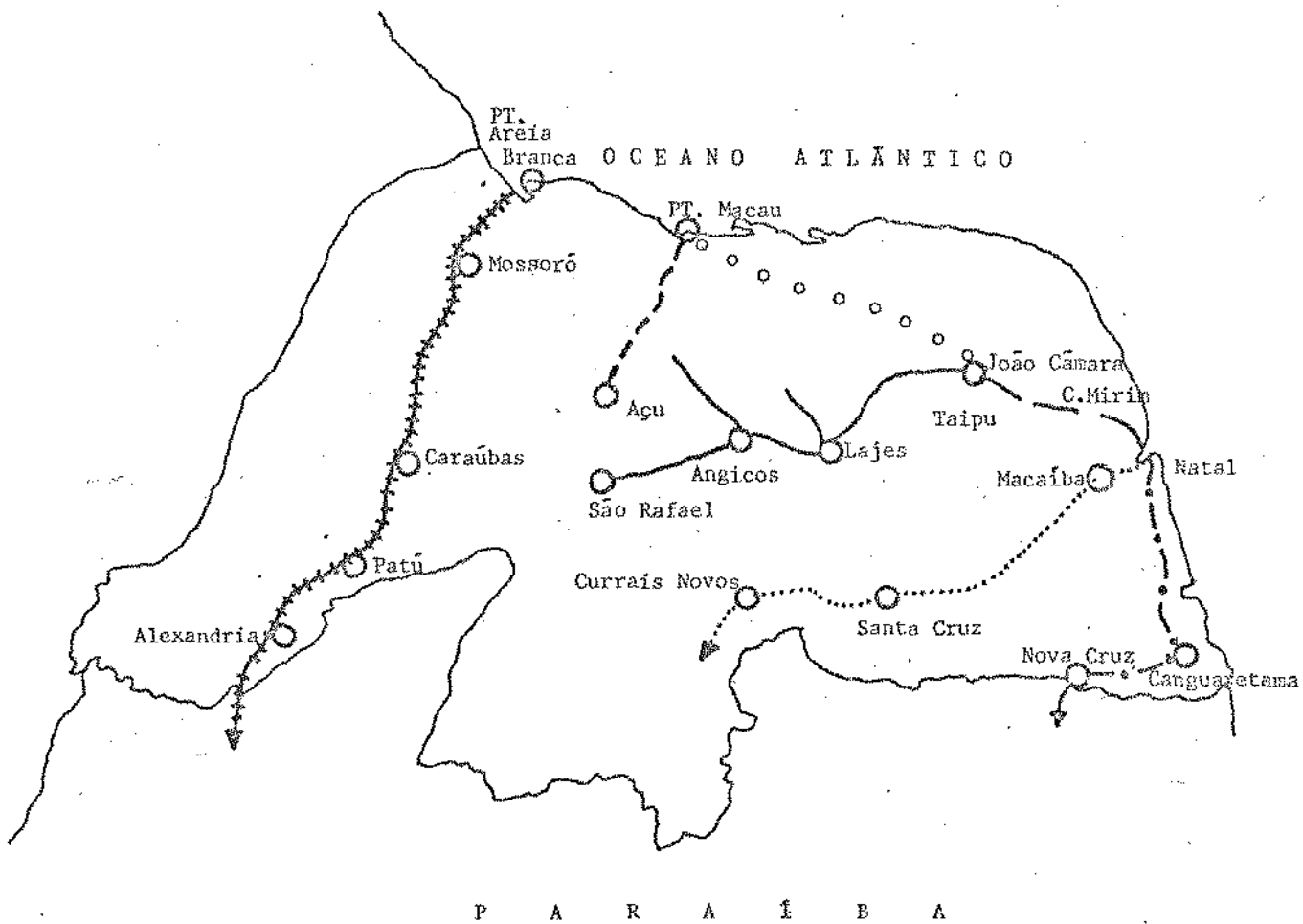
A construção da linha Natal-Nova Cruz vem quebrar o peso do isolamento da capital com o interior. Durante toda a primeira metade do século a capital era mais um centro administrativo que comercial, devido inclusive a dificuldade de transposição das dunas que lhe circundam entre o mar e o rio Potengi. A sua função comercial, desenvolvida na medida em que se estendiam as culturas agrícolas, era exercida "em segunda mão" pela vizinha vila de Macaíba (conhecida na época como Guarapes) com a qual existe uma ligação fluvial. Lá, em 1859, já se estabelecia a Casa Comercial de Exportação de Fabrício Gomes Pedroza, a maior delas, no final do século XIX. Por outro lado, a linha férrea também contribuiu para o decréscimo das atividades comerciais de São José do Mipibú (município açucareiro do litoral sul) já abaladas pela retração da atividade açucareira.

A expansão da cotonicultura pelo interior, não é beneficiada por essa linha. Durante a primeira metade do século XIX o algodão produzido nas ribeiras do Apodí e do Mossoró era escoado para o exterior pelos comerciantes de Aracatí no Ceará, saindo do RN em combolos. A expansão algodoeira do período "cotton hunger" provocou o rápido crescimento de alguns núcleos rurais estrategicamente localizados em relação as zonas produtoras e as vias de comunicação: Calcô, Apodí, Açú, Martins e Mossoró, sendo que esta última assume a característica de "empório comercial" pela sua proximidade em relação ao Porto de Areia Branca. Sua área de influência abrangia a região oeste do RN, o baixo Jaguaribe (após a decadência de Aracatí) e alguns municípios do alto sertão paraibano: Catolé do Rocha, Brejo do Cruz e Souza. A regulamentação da navegação marítima a partir de 1866, quando o RN inicia a exportação direta para a Europa e a sua proximidade ao litoral salinero são decisivos para a fixação de Mossoró como centro comercial do interior.








A cidade de Calcô, encravada no Seridó nunca conseguiu ir além de núcleo intermediário, drenando a produção algodoeira do Seridó para Campina Grande (PB), Mossoró, Macau e até mesmo Natal. Do mesmo modo a cidade de Açú intermedeia a produção do vale do Açú/Apodí ora para Macau ora para Mossoró. E o século 20 começa tendo no RN duas cidades com funções comerciais específicas.

MAPA 03 -

PRINCIPAIS ESTRADAS DE FERRO E RODOVIAS DO R.G.N., CUJA CONSTRUÇÃO INICIOU-SE NO PERÍODO 1880 - 1915.



LEGENDA:

-  - Est. ferro Mossoró-S. Francisco
-  - Est. ferro Great Western
-  - Est. de automóveis Natal/Seridó
-  - Est. de automóveis Açu/Macau
-  - Est. ferro central do R.N.
-  -
-  - Principais Cidades

ESCALA - 1: 2.600.000

Mossoró centraliza a exportação de sal, algodão, cera de carnaúba e couros e peles; e Natal, a de açúcar e algodão, principalmente, além de fazer a importação por cabotagem (era quase nenhuma a importação direta do exterior).

A partir do começo do atual século iniciou-se a abertura das primeiras estradas de rodagem, construídas dentro de condições técnicas mais modernas. Isso a partir de 1909, quando uma ação sistemática de combate às secas, abriu várias rodovias. A concepção inicial era abrir estradas a partir dos portos - Natal, Mossoró e Macau - para o interior, objetivando facilitar a troca de produtos entre o litoral e o sertão.

Embora se verifique a abertura e/ou melhoria de estradas carroçáveis, só a partir de 30 é que o caminhão vai substituir os comboios e o carro de boi como meio de transporte até o armazém exportador; seja no porto ou no terminal ferroviário. E é a construção de novas estradas de ferro que vai acelerar os esforços no sentido de desenvolver a rede de comunicações do estado. Na primeira década do corrente século a linha Natal-Nova Cruz foi conectada até Guarabira (PB) e a Estrada de Ferro Mossoró-São Francisco tem o seu primeiro trecho - Porto Franco a Mossoró - inaugurado (1915).

Entretanto, a função dinâmica das ferrovias estaduais foi atropelada pelo seu atrelamento aos programas federais de combate às secas e asfixiada pelos interesses menores, clientelistas, da oligarquia local, resultando em seu lento processo de implantação (vide tabela 25). O impulso para a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte foi dado pela grande seca que ocorreu em 1904, sendo utilizada no período inicial de construção a mão-de-obra "flagelada", assinalando o início das chamadas "frentes de trabalho". Essa ferrovia constitui o primeiro projeto da chamada "Comissão de Estudos e Obras contra os efeitos da Seca" cuja sede era o RN⁴⁴. Com ela vários objetivos seriam atingidos: a) a antiga aspiração dos proprietários rurais do vale do Ceará-Mirim de ligar por via férrea sua produção açucareira ao porto de Natal; b) atendia os interesses dos comerciantes da capital, cujo dinamismo comercial era ofuscado por Macaíba, uma vez que seria possível escoar para Natal a produção algodoeira da região central; e, por último, permitiria o estabelecimento de uma ligação entre a viação férrea do Ceará e as linhas Great Western of Brazil Railway que se estendiam de Natal a Maceló (TAKEYA, 1985, p. 112-113).

Pela exposição, é até redundante dizer que a mesma levou cinco décadas para ser construída e que não seguiu o traçado original. Se por um lado os salineiros conseguiram incluir um ramal não projetado e levá-lo até Macau (vide mapa 3), os latifundiários do Seridó perdidos na discussão de "quais as fazendas ficariam ao pé da linha do trem" (aspas nossas) nunca conseguiram que a ferrovia atingisse o Seridó e a mesma deteve-se na cidade de São Rafael. Acrescente-se a escassez de verbas necessárias o que implicava a morosidade dos serviços.

Essa estrada de ferro, como propriedade da União, e por ela administrada, dependia de dotações orçamentárias federais. Os políticos locais conseguiram pressionar o governo federal e este terminou permitindo a participação da iniciativa privada no empreendimento. Como consequência a estrada passou a ser arrendada, consecutivamente, por diferentes companhias particulares, a partir de 1908.

A descontinuidade administrativa gerou alterações constantes no traçado da estrada, interrompendo trechos já em construção e implicando, finalmente, a paralisação da obra, muito aquém do que havia sido projetado. Em 1914, é inaugurada a estação de Lajes, e, somente na década de 1930 a construção da ferrovia seria retomada.

Mesmo assim, a Estrada de Ferro Central serviu como via para circulação de mercadorias. Em 1913, ela deu saída, entre outros produtos, a 857.800 toneladas de algodão em rama, 893 toneladas de algodão em caroço e 621.400 toneladas de açúcar (TAKEYA, 1985, p. 113).

Entretanto, os fretes cobrados dificultavam uma maior utilização da estrada pelos produtores locais. Em 1914, Juvenal Lamartine, representante do RN na Câmara Federal, inquiria o Governo sobre os termos do contrato feito com a Cia. de Viação e Construção (arrendatária desde 1911), no que se referia a questão das tarifas. Um ano depois, na Primeira Conferência Algodoeira, ele dizia que "as estradas de ferro que, tão morosamente, começam a estender suas linhas para o interior, cobram um frete superior ao pago aos tropeiros, de modo que é muito comum ver, marginando a linha férrea, tropas de burro conduzindo algodão para as praças do litoral" (LAMARTINE, sd, apud TAKEYA, 1985, p. 113).

TABELA 25 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANOS	ESTRADAS DE FERRO KM			TOTAL
	NATAL-NOVA CRUZ	CENTRAL DO RN	MOSSORÓ-SÃO FCO.	
1883	121	0	0	121
1910	123	84	0	207
1920	123	147	38	308
1930	123	147	0	0
1940	123	194	175	492
1950	123	261	186	570
1960	123	332	183	648

Fonte: Rede Ferroviária Federal S/A. Cf. ARBOCZ, 1984, p. 54.

A segunda ferrovia foi a denominada Estrada de Ferro Mossoró-São Francisco. Essa estrada tem uma importância especial no quadro do desenvolvimento dos meios de transportes no Rio Grande do Norte. TAKEYA atribui essa importância "em primeiro

lugar, pelo significado em termos do escoamento da produção algodoeira e, em segundo, pelo que ela revela a respeito da atuação da intermediação comercial e financeira da agroexportação" (TAKEYA, 1985, p. 113).

O primeiro contrato para construção de uma estrada de ferro que, partindo de Mossoró, acompanhasse o curso do rio do mesmo nome e atravessando a região serrana, fosse em direção à divisa com a Paraíba, data de 1875.

Esse primeiro contrato, que perdeu sua validade em 1882, foi assinado por Johan Ulrich Graf, comerciante suíço, proprietário de Casas Exportadoras e que se estabeleceu, inicialmente em Natal e depois, em Mossoró (CASCUDO, 1955, p. 391).

A ferrovia deveria percorrer uma rota já tradicional, a chamada "Estrada de Mossoró", que, trilhada pelas tropas de burros, era uma das três mais importantes do estado (mapa 2). Nessa rota, Mossoró, com a abertura do porto de Areia Branca, na década de 1860, tornara-se o ponto nuclear do comércio do algodão, drenando a produção de todo oeste do Rio Grande do Norte, de parte do Ceará e do alto sertão paraibano (mapas 2 e 4).

Em 1883, foi feita nova tentativa para construção dessa estrada de ferro, pela concorrência pública. Embora tenham surgido propostas, os investimentos não se realizaram. Somente em 1909 com a sistematização do serviço de obra contra as secas o governo do Estado e seus representantes na Câmara e no Senado levaram para o âmbito federal a questão da necessidade de construção da Estrada de Ferro Mossoró-São Francisco.

Segundo essas lideranças políticas, Mossoró já escoava a produção do alto sertão paraibano: o porto de Areia Branca já exportava o sal de toda região interiorana, sendo o mais próximo para a saída da produção de tão vasta área do estado. Além do mais, a ferrovia atravessaria uma grande zona algodoeira, compreendendo quatro estados, e levaria ao interior do Nordeste as mercadorias do litoral.

O projeto da ferrovia tinha opositores. Sua construção foi uma conquista da classe política do RN em detrimento do interesse de outras estradas de ferro e de políticos de outros estados da região. Em 1909, as estradas de ferro Central do Rio Grande do Norte e a Conde D'Eu, da Paraíba estavam sendo prolongadas em direção ao sertão e deveriam dinamizar os portos de Natal e Cabedelo. A nova ferrovia representaria concorrência, ainda que num futuro distante, para os arrendatários das linhas em expansão.

Em 1910 abriu-se espaço para a participação da iniciativa privada no empreendimento e foi iniciada sua construção: entretanto, o primeiro trecho, ligando Mossoró ao porto de Areia Branca só foi inaugurado em 1915. Com isso, o comércio entre Mossoró e Areia Branca foi estimulado e surgiram

reivindicações por parte dos comerciantes estabelecidos no porto, para que este fosse habilitado a fazer, também, exportação direta de mercadorias para o estrangeiro. O movimento do porto consolida Mossoró como empório comercial, muito embora só em 1948, com a inauguração da estação de Alexandria é que a Mossoró-São Francisco atinge a divisa com a Paraíba em direção a cidade de Souza.

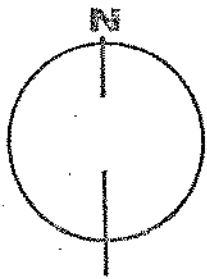
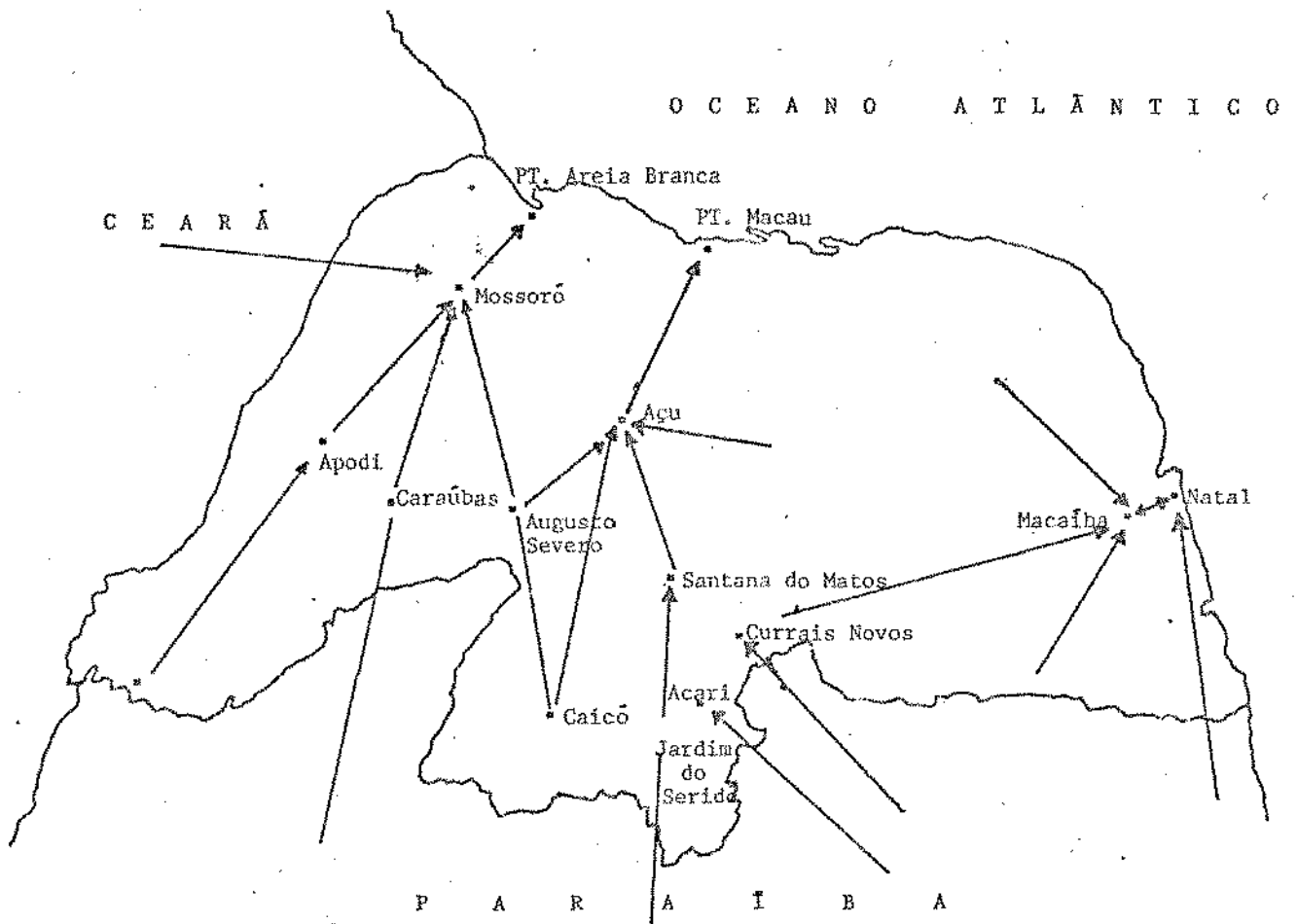
A sonhada ligação de Natal com o Seridó só ocorreu com a abertura das "estradas de automóveis". Foi iniciada em 1915, por ocasião da seca ocorrida nesse ano, pelo contratante José Brandão Cavalcanti. Constituíra, na verdade, um alargamento da tradicional "Estrada do Seridó" (mapa 2) usada pelos comboios em direção ao porto de Natal.

Percebe-se, pois, que os canais de exportação abertos pelas vias e meios de transportes delineiam os primeiros contornos urbanos no Rio Grande do Norte. A relação então existente entre as áreas de produção, as principais cidades nas rotas de exportação da produção agrícola e os portos pode ser observada no mapa 04. A polarização exercida por Mossoró-Arela Branca no comércio de mercadorias gerava uma rota comercial totalmente independente da capital e uma concentração de comerciantes e/ou casas exportadoras nessa cidade. O porto de Macau, relacionado com a cidade de Açú não conseguiu manter a sua função nuclear no comércio da produção da região mais central do Rio Grande do Norte e sua área de influência acabou sendo em parte absorvida por Mossoró e em parte por Natal. No porto da Capital centralizava-se a Alfândega do Estado desde 1820 quando a antiga capitania ficou independente de Pernambuco. Entretanto, até hoje, apresenta problemas técnicos para sua navegabilidade, dificultando a atracação de navios de maior calado⁴⁵. Essa precária condição de operação do porto prejudicava a exportação direta para o exterior, razão porque as estatísticas mostram que o grande movimento de exportação do RN se dava pelo sistema da cabotagem⁴⁶. Esse fato, aliado à tradicional importância do porto de Recife para as relações de comércio da região com os mercados nacional e internacional, configurou a praça de Recife como um verdadeiro entreposto comercial com relação a Natal. Pernambuco comprava as mercadorias do RN destinadas à exportação e abastecia o comércio importador local (TAKEYA, 1985, p. 85). Essa intermediação era prejudicial às rendas estaduais, ampliava a dependência comercial em relação à Recife e fazia com que predominasse a navegação por cabotagem nos portos do Rio Grande do Norte⁴⁷. A primazia em importância comercial era do porto de Natal, secundado pelo de Arela Branca⁴⁸. No ano de 1911, por exemplo, das 13.847 toneladas de algodão exportadas pelo RN, 53,3% saíram do porto de Natal, 32,2% por Arela Branca e 10,5% por Macau (TAKEYA, 1985, p. 88).

A pouca importância comercial de Natal, entretanto, não advinha apenas das dificuldades técnicas do porto. Cercada de dunas, com acesso precário, a capital padecia, também, de um relativo isolamento físico. Em alguns momentos, teve a sua condição de entreposto comercial eclipsada pela vizinha cidade de Macaíba. Ligada a Natal por via fluvial, Macaíba fazia intercâmbio de mercadorias entre o agreste, parte do sertão e o porto de

MAPA 04 -

PRINCIPAIS CIDADES E PORTOS NA ROTA DA EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO NO R.G.N. 1880 - 1915



ESCALA - 1: 2.600.000

Natal. O intercâmbio direto com o exterior era realizado pelo porto de Recife com a intermediação das casas exportadoras sediadas em Natal, junto ao porto, ou em Macaíba. As mercadorias entravam e saíam do RN por cabotagem ou pela estrada de ferro.

Esse circuito de comércio em várias direções, muito atomizado, impedia a coleta oficial de dados do valor e da quantidade de mercadorias exportadas pelo Rio Grande do Norte, além de favorecer a burla do fisco. Na saída por terra, fácil e freqüente, através da Paraíba, até Recife, esvalam-se as possibilidades de aumento das receitas estaduais, sem o efetivo controle por parte do estado⁽²²⁾.

Esse estrangulamento do comércio exterior permite a ocupação de mercados periféricos pela economia potiguar, como era a demanda por sal e algodão gestada pela nascente indústria. A inserção num mercado mais dinâmico - o internacional - ficava condicionada a intermediação comercial e financeira de Pernambuco. Dessa forma, essa economia cria muito poucas condições para uma diversificação da produção a partir de investimentos produtivos. Uma expansão da produção só poderia advir de formas produtivas extensivas, de caráter espoliativo e ancoradas na propriedade privada da terra e na possibilidade de controle de parte dos mecanismos de financiamento e comercialização da produção agrícola exportável. Logo, à medida em que se amplia extensivamente a própria atividade produtiva, não se induz a expansão da componente urbanização. Se a mesma ganhar algum espaço será tutelada, sob as benesses do Estado, como demonstra, mais que Mossoró, a cidade de Natal⁽²³⁾.

Observa-se que o avanço algodoeiro do princípio do século não foi capaz de produzir uma nova diferenciação regional interna ao Estado. A dinâmica de incorporação de terras ao algodão vai se definindo sobre áreas velhas, já ocupadas, sem deslocá-las. Ao contrário, se sobrepõem, reforçando-as. Mas, o que é crucial, é que se esse avanço não implicava na decadência das regiões, não requeria e não impulsionava a vida urbana nesses núcleos, sobretudo na capital.

A chegada da estrada de ferro - força produtiva nova - certamente forçou o redirecionamento dos transportes locais/regionais e desbaratou o método antiquado de fazer comércio. Os negócios deixavam para trás os tradicionais comboios e as estradas de difícil trajeto e passaram a se fixar em locais acessíveis aos caixeiros-viajantes - a nova tática do comércio - hábeis em manipular as amostras de seus produtos e em providenciar sua chegada até os clientes.

No entanto, a Estrada de Ferro Mossoró-São Francisco - velho sonho dos comerciantes locais - teve seu primeiro trecho inaugurado somente em 1915. A lentidão com que se desenrolavam os trabalhos da estrada (com recursos do combate às secas) redirecionava os negócios para outras cidades do Nordeste que dispunham de um complexo de transporte mais eficiente. E junto com a corrida pela ferrovia, Mossoró redefine sua influência.

No início do século XX Mossoró tinha o privilégio de ser importante centro comercial do sertão setentrional⁽¹⁵⁴⁾. Sua influência irradiava-se até os Cariris Novos Cearenses e a cidade havia substituído Aracati como empório comercial das bacias do Piranhas-Açu, Mossoró-Apodí e Jaguaribe. Isto, apesar da expansão crescente da influência de Fortaleza, apoiada na extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Baturité.

Mossoró, como empório comercial que importava e exportava com desenvoltura, começa a dar sinais de exaustão na terceira década do século XX. Entre 1924 e 1926, a historiografia local situa a derrocada da economia mossoroense com o êxodo de comerciantes para outras praças, e mesmo falências em grande estilo. De um lado, a ausência de meios rápidos de locomoção, a lentidão com que se fixavam os trilhos da linha férrea, enquanto que outras cidades começavam rapidamente a dispor de linhas de transportes rápidas e seguras. Assim é que Campina Grande - cidade do estado da Paraíba - que já há algum tempo crescia como praça comercial, aos poucos vai ultrapassando Mossoró. Favorecida pela rede de transportes automobilísticos, ganha a hegemonia comercial de parte significativa destes sertões.

De outro lado, Mossoró se mantém como importante núcleo urbano regional e como segunda cidade do Rio Grande do Norte. Tal situação é, em parte, explicada pelas condições favoráveis de expansão de atividades vinculadas ao mercado interno.

É bom lembrar que, nos fins do século XIX, a evolução da cotonicultura já dependia do mercado interno e não mais do mercado internacional, como acontecia com o açúcar. O desenvolvimento de Mossoró durante este período crítico da economia nordestina que se estende de 1890 a 1920, está referido ao fornecimento de matérias-primas como o sal e o algodão para o mercado nacional. A perda da especialização de cidade - centro de importação/exportação no contexto regional - trazia para Mossoró uma outra. Esta, baseada nos capitais locais regionais e na base de atividades ligadas ao extrativismo (óleo de oiticica e cera de carnaúba), ao beneficiamento do algodão e às salinas, matérias-primas, para as indústrias que estavam nascendo no Centro-Sul do país. Para essas atividades o transporte marítimo era vital e a estrada de ferro era importante apenas no trecho que liga Mossoró ao porto de Areia Branca.

Além de Mossoró, o que se observa no RN nesse momento, é um amplo número de municípios de base agropecuária atrasada. Calco - o mais populoso município depois de Natal e Mossoró - não ultrapassa 45.000 habitantes em 1980. Sua população urbana - como terceira cidade do estado - não chega hoje a 36.000 habitantes. Natal e Mossoró são as únicas cidades com população superior a 50.000 habitantes em 1980.

É nesse contexto, portanto, que se desenham os traços básicos do sistema urbano potiguar: com a gravidade de que persiste até hoje. Não avança o processo de urbanização, entendido

como reestruturação das relações campo-cidade. E se não avança, é porque não há registro de transformação do mundo agrário. Para o Nordeste e, particularmente, para o RN, é certo que a difusão, a atomização, a não centralidade do campo, permela todas essas manifestações, e dimensiona mediocrementemente esse processo. Mas, é certo, também, que se alguma mudança emergiu, foi o Estado oligarca o responsável por ela. Também nesse momento, de forma embrionária, está colocada a ingerência política do Estado na conformação do que poderíamos chamar de arremedo urbano. Fica, no nosso entender, até agora, dispensada uma análise em separado da relação da urbanização com a dinâmica regional, até mesmo porque já mostramos, principalmente pelos determinantes do processo de urbanização do estado, que ela é simplória. As particularidades da capital, onde nesse momento ganha espaço o próprio aparelho de Estado, achamos mais oportuno explorá-las junto com o impacto da 2ª Grande Guerra sobre ela.

N O T A S

- (1) Sobre a estrutura do chamado "Complexo Nordestino" ver, entre outros, os trabalhos de: FURTADO, 1902, p. 61-64; CANO, 1901, p. 92-105; e, GUIMARÃES, 1986, Cap. 1.
- (2) Para não cansar o leitor, remetemos as indicações de leitura sobre a formação econômica brasileira e regional à bibliografia constante no final do trabalho. No que se refere aos estudos sobre a economia do Rio Grande do Norte incluiria numa safra recente, além do meu próprio trabalho (O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial), Natal, Ed. Universitária, 1987, 272p.), os seguintes: TAKEYA, 1985; TAKEYA & LIMA, 1974; ARBOCZ, 1984; ANDRADE, M. C., 1984; SILVA et alii, 1986; SOUZA, 1989; e, LINDOSO, 1989. Entre os trabalhos mais antigos destacam-se (sem ultrapassar o nível descritivo) os trabalhos de: CASCUDO, 1955, 1965 e 1980; LIRA, 1982; MEDEIROS, T., 1983; e MEDEIROS, J. A., 1980.
- (3) A Baía da Traição corresponde hoje a um trecho do litoral paraibano já quase no limite com o RN.
- (4) Não era de admirar que os franceses disputassem com mais sucesso que os lusitanos a simpatia das tribos locais. Assimilavam sem hesitação seus costumes, andavam em íntima promiscuidade com as índias, falavam bem ou mal a língua nativa e, assim, exploravam em proveito próprio a animosidade dos gentílicos contra os portugueses. Ver HOLANDA, 1981, Vol. I, p. 193-195.
- (5) É bom lembrar que no momento da conquista e exploração do litoral brasileiro por parte de Portugal, a Colônia deveria realçar-se como produtora mercantil e fomentar a acumulação primitiva do capitalismo originário (inglês) na estrutura do antigo sistema colonial. Produção colonial que, em síntese, quer dizer: produção mercantil complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos que somente faria sentido na base do trabalho compulsório, servil. Sobre essa questão ver particularmente os trabalhos de NOVAIS, 1972; e, CARDOSOS DE MELO, 1975.
- (6) Cerca de 10% do território que é de 53.013 Km².
- (7) Utilizamos os termos clássicos da literatura para designar a grande propriedade rural no Nordeste dos tempos coloniais. A expressão "engenho de açúcar" pode ser buscada nos escritos de Gilberto Freire em Casa Grande e Senzala e a "fazenda de criar" foi assim denominada por Sérgio Buarque de HOLANDA (Op. Cit., Vol. I, p. 222).
- (8) Em Elegia para uma Releitura Francisco de OLIVEIRA (1977) refere-se as oligarquias nordestinas como funções distintas de uma classe de grandes proprietários de terras: "oligarquia

açucareira têxtil" e "oligarquia algodoeiro-pecuária". Segundo o autor essa classe de latifundiários se caracteriza pela utilização de certos mecanismos na acumulação de capital e de reprodução das estruturas de poder. No Rio Grande do Norte o recente trabalho de LINDOSO (1989) esclarece acerca da relação entre os grandes proprietários de terra e o Estado na República Velha. Ver LINDOSO, op. cit., especialmente o Capítulo 4.

- (9) Este era um dos grandes problemas enfrentados pelo RN até o século XIX: a dependência em que esta capitania vivia em relação a Paraíba e a Pernambuco, de vez que sua comarca era dependente da Paraíba desde 12.12.1687 até 18.03.1818, enquanto do ponto de vista administrativo esteve dependente de Pernambuco desde 11.01.1701 até 20.03.1817 (ANDRADE, 1984, p. 33).
- (10) A evasão de mão-de-obra como grande problema da agricultura do Estado só se coloca a nível do discurso dos governantes e da classe política, sempre como decorrência do fenômeno natural da seca. Ao justificar o êxodo de populações, o discurso apela constantemente para a corrente migratória aberta para os seringais de amazônia e até para o serviço militar (TAKEYA & LIMA, 1982, p. 20).
- (11) Sobre a pequena produção que se reproduz no interior da grande propriedade no Nordeste, ver os trabalhos de : PALMEIRA, 1977, p. 203-214; GARCIA JR., 1983; e SIGAUND, 1971. No Rio Grande do Norte destaque: MOURA, 1982.
- (12) Superada na Inglaterra a fase de acumulação primitiva, sendo agora o processo de acumulação comandado pelo capital industrial surgem novas formas de relações econômicas e políticas a nível mundial. Nos países atrasados (Brasil) haveria que constituir-se não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva do capitalismo originário inglês (antigo sistema colonial) e sim produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e de outros elementos componentes do capital constante. Até então, as economias coloniais estabeleciam com a metrópole uma relação que, em última instância, visava a valorização do capital comercial metropolitano. Agora, deveria ser constituída uma periferia que produzisse alimentos e matérias-primas em massa e a baixos preços que favorecesse a valorização do capital industrial do centro hegemônico. Por outro lado, agora, a periferia deveria apresentar mercados para a produção industrial. "O que se almeja é subordinar o capital comercial, transformá-lo em uma face do capital industrial". Assim, a eliminação do trabalho compulsório e a generalização das relações de troca, com a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, era condição da expansão dos mercados periféricos para os produtos industriais. O capitalismo propõe a formação de uma periferia produtora em massa de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas,

quer dizer, mediante o trabalho assalariado. A economia exportadora cafeeira de São Paulo, a partir de 1886 se presta bem a esse esquema. A citação e as principais idéias desta nota estão em CARDOSO DE MELO, 1975.

- (13) Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante. Porém, "o fato decisivo é que não se constituem simultaneamente forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada, ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente (...) face a ausência de bases materiais de bens de produção". Dá-se, portanto, uma não correspondência entre a relação de propriedade e a relação de apropriação real dos meios de produção. Nas palavras de Marx "o capital apropria-se primeiro do trabalho nas condições técnicas dadas pelo desenvolvimento histórico. Não modifica imediatamente o modo de produção". Abre-se, portanto, um período de transição capitalista. As citações são, respectivamente, de CARDOSO DE MELO, 1975 e MARX, 1980, Livro I, Cap. XIII.
- (14) Além das freqüentes políticas de estabilização e mesmo redução do papel moeda em circulação, não havia instituições financeiras adequadas ao financiamento do desenvolvimento industrial. O sistema bancário operava dentro dos limites das funções tradicionais dos bancos comerciais. A inexistência de financiamento adequado impediu que houvesse uma oferta interna de crédito a longo prazo para o financiamento de novas indústrias. Até então, este tipo de empréstimo no Banco do Brasil ou bancos comerciais limitavam-se a empréstimos de curto prazo garantidos por hipotecas e que em geral eram feitas à fazendeiros (VILLELA & SUZIGAN, 1973).
- (15) Na opinião de Wilson CANO, até a década de 20, ou seja, até o momento em que a estrutura produtiva da indústria paulista fosse marcadamente constituída por plantas industriais simples, não haveria maiores pressões no mercado de trabalho, quer em termos da quantidade de trabalhadores, quer em termos de qualificação aprimorada da mão-de-obra (CANO, 1981, p. 127).
- (16) As características de cada sub-período ficam remetidas à literatura. Sobre essa questão, ver, particularmente, CLEMENTINO, 1983, 42 p. (mimeo).
- (17) Sobre a formação da rede urbana paulista no pré-30 ver: CANO, 1989, p. 62-82; CANO, et alii, 1987.
- (18) Expressão utilizada por Francisco de OLIVEIRA referindo-se ao processo de evolução urbana no país (OLIVEIRA, 1985. In: MOISÉS, 1985, p. 65-76).
- (19) Considero que na tese de doutoramento de Leonardo GUIMARÃES o leitor encontrará uma boa síntese dos estudos referentes a "batalha" enfrentada pelo açúcar do Nordeste no final do

século XIX. Além do próprio GUIMARÃES, op. cit., ver entre outros: EIZENBERG, 1977; WANDERLEY, 1978; e GNACARINI, 1975. In: HOLANDA, Sérgio B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1975. Tomo III, V. I.

- (20) O resultado concreto das propostas levadas à Conferência Algodoeira foi a instalação de 14 modernas usinas integradas de beneficiamento de algodão e da extração do óleo. Dessas usinas, 13 foram localizadas no Nordeste. Vide CLEMENTINO, 1987, p. 83.
- (21) Ver entre outros, SINGER, 1977, p. 291 e CANABRAVA, 1984.
- (22) Vide CASCUDO, 1985, p. 382. Nessa fase foi introduzida no Rio Grande do Norte a variedade herbácea, de cultivo temporário e ciclo anual, e que o sertanejo denominou de "riqueza". Diz a historiografia local que "depois de 1860 houve a preocupação das safras rápidas, das colheitas imediatas, porque grandes eram a sedução e o estímulo de alto preço alcançado pelo produto, e só uma variedade anual podia satisfazer este desideratum de produzir a maior quantidade possível, no primeiro ano, dentro do menor espaço de tempo: dominou até a época da catástrofe conhecida, o algodão herbáceo, de caroço verde, variedade realmente muito apreciável nos terrenos baixos e não servidos por invernos regulares. Essa variedade deu lucros compensadores desde 1860 até 1877" (CARVALHO FILHO, 1976, p. 101). A catástrofe a que o autor se refere é a seca de 1877/1879.
- (23) O algodão mocó é de variedade arbórea, tem vida mais longa, chegando a produzir por oito anos ou mais. Foi difundido no Rio Grande do Norte na década de 1880 e se tornou característico da Zona Seridó, onde melhor se desenvolveu; daí ser conhecido como algodão seridó ou mocó. Sua fibra é longa e resistente, sendo superior a 36 mm de comprimento. A cultura requer pouca absorção hídrica, sendo, portanto, resistente a seca. Sua procedência é polêmica na historiografia local, sendo levantadas 3 hipóteses para sua origem: a primeira, que ele seria um algodão nativo da própria região Seridó; a segunda, que seria oriundo do Egito; e a terceira resultante de um processo espontâneo de hibridação. Ver a respeito: CASCUDO, 1955; CARVALHO FILHO, 1976 e MEDEIROS, 1980.
- (24) Ver, especialmente, TAKEYA & LIMA, 1984 e BARATA (dir.), 1984.
- (25) Sobre a ascensão da oligarquia do Seridó e o descenso da oligarquia açucareira no RN, ver os recentes trabalhos de LINDOSO, 1989 e de SOUZA, 1987.
- (26) Apesar de as salinas serem conhecidas desde 1603, "a indústria do sal, no entanto, só após 1802 foi ativada na foz do rio Acu, no Rio Grande do Norte; e expandiu-se rapidamente para atender à necessidade de abastecer os mercados de

Pernambuco e do Centro Sul. Todavia, essa indústria norte-riograndense, entre 1808 e 1859, retraiu suas atividades mantendo a produção apenas para o consumo humano e animal que eram baixos nesse período, e para suprimento eventual de algum navio que passasse por seu litoral. Porém, em 1859, deu-se novamente a intervenção do Estado no comércio exterior (...) que proibiu a exportação do sal para o mercado internacional, ato que desestimulou mais ainda a produção". Em 1866, o governo impôs adoção de tarifas aduaneiras e, "com essa medida atraiu comerciantes que passaram a considerar a indústria salineira como remuneradora e, conseqüentemente, a investir seus capitais na mesma. Os capitais provindos do comércio, juntamente com o aproveitamento da mão-de-obra liberada no sertão, em decorrência da seca de 1877, permitiram o aprimoramento das salinas, o aumento de sua produção e a formação de excedente para a expansão da exportação do produto desse estado brasileiro" (SOUZA, Márcia Maria Lemos, 1988). Sobre a economia salineira do RN ver também, FERNANDES, 1982.

- (27) Algumas medidas vinham sendo tomadas pelo Governo do Estado: "o contrato realizado em 1897, entre o Governador Ferreira Chaves e Paulo Moreira de Azevedo e Castro e Pedro Carlos de Andrade, para arrecadação do imposto do sal; as vantagens proporcionadas à Companhia Comércio e Navegação, mediante contratos firmados em 1901 entre a Companhia e o Governo do Estado; a diminuição em 1903, de 15 para 7 réis do imposto cobrado por quilograma de sal exportado; e, ainda, a liberação da exportação do sal para o exterior" (SOUZA, 1988, p. 98).
- (28) Já em 1913, o Centro-Sul (SP, RJ, MG e antigo Distrito Federal) detinham 63% do número de fábricas têxteis, 68% dos fusos, 67% dos teares e 63% da mão-de-obra ocupada no setor. A participação da indústria têxtil nordestina era inexpressiva, com apenas um grupo empresarial mais forte; ou seja, o Grupo Lundgren (STEIN, 1974, p. 111).
- (29) Por analogia aos Departamentos Kaleckianos de bens de produção, $D_{(1)}$; e bens de consumo, $D_{(2)}$.
- (30) Para uma discussão sobre a diversificação da estrutura industrial dos anos 20 ver: CANO, 1985 p. 189-194; CARDOSO DE MELO, 1985, p. 181-185; e, AURELIANO, 1981, 10 Cap.
- (31) Conforme CARDOSO DE MELO, "o complexo exportador cafeeiro volta a conhecer uma extraordinária expansão: a produção média que se situara próxima aos 14,1 milhões de sacas tanto entre 1914/1915 e 1918/1919, quanto no período 1919/1920 e 1923/1924, sobe para 18,2 milhões entre 1924/1925 e 1928/1929, atingindo 24,2 milhões de sacas nos anos 1929/1930 a 1933/1934, quando os cafeeiros plantados na segunda metade da década anterior se tornaram plenamente produtivos" (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 172). O autor utiliza os dados de PELAEZ, C. M. História da Industrialização Brasileira,

APEC, 1972, p. 210.

- (32) "Os lucros acumulados pelo café e pela própria indústria têxtil nos anos da guerra possibilitaram que empresários entusiasmados expandissem seus negócios sem elementos suficientes para avaliar as condições futuras de mercado e a situação econômica em geral, tanto no plano interno como externo". No plano interno, no que se refere as políticas monetárias, cambial e fiscal, caracterizam-se por uma alteração de tendências inflacionárias e deflacionárias que afetaram desfavoravelmente o crescimento da economia como um todo. Os preços do café continuam subindo e o câmbio é valorizado. Em 1924/1926 com a crise de estabilização cambial a tarifa vai perdendo sua proteção e a indústria sofre um percalço; ou seja, aumenta o volume de importações provocando uma elevação da competição internacional por causa da queda da proteção. Mesmo assim, "novos capitalistas e homens de ação fundaram novas fábricas [e] foram mais tarde seguidos pelos enriquecidos plantadores de café" (STEIN, 1974, p. 118).
- (33) Em outras palavras, reduzida a proteção à indústria e aumentada a concorrência dos produtos estrangeiros, aparentemente, a indústria não estava obrigada a procurar novos mercados. Isto, porém, não foi o que aconteceu, tendo em vista que a indústria têxtil, principalmente de São Paulo, apresentava características de sobreinversão industrial, tendo de ampliar seus mercados dado o elevado ritmo de inversão realizado no período 1907/1913 e também em alguns anos da década de 20. Essas inversões só foram superadas no pós 2ª Guerra Mundial. O que aconteceu é que nos anos 20 a indústria não encontraria as condições de mercado favoráveis dos anos da 1ª Guerra.
- (34) A casa exportadora cabia tornar a mercadoria apta às exigências do comprador e reduzir o custo do transporte. Para isso "complementava" a prensagem e enfardamento procedido durante o beneficiamento: reprensava a pluma dando-lhe uniformidade e adensando-lhe o fardo. Enfim, fazia o controle de qualidade da produção (CLEMENTINO, 1987, p. 66).
- (35) Ver entre muitos outros os trabalhos de: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. 1980; e MARTINS, 1984, In: MARANHÃO, Sílvia (Org.). *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 103-115.
- (36) "Resumindo, a fazenda controlava a produção de algodão:
a) estabelecida em suas terras no sistema de parceria - 'terra dada' a moradores ou não, para cultivo;
b) de arrendatários, como exigência de empréstimos, assegurando a preferência de compra além do contrato de arrendamento pelo uso da terra, cujo pagamento (renda da terra) era feito em espécie ou em algodão;

- c) dos pequenos proprietários (sitiantes) que embora não pagassem renda pela terra, também eram enlaçados pelos empréstimos, não tendo outra alternativa a não ser entregar ao fazendeiro a sua produção;
- d) e, até mesmo o vizinho fazendeiro corria o risco desse jogo, desde que não tivesse descarocador em sua propriedade; pois mesmo que conseguisse superar a distância física (não havia boas estradas) o próprio algodão impõem limites - quanto mais cedo beneficiado menor risco correm as fibras de serem danificadas pela umidade e até mesmo destruídas por incêndio" (CLEMENTINO, 1987, p. 38-39).
- (37) A parceria é a relação de trabalho preponderante na fazenda. Essa relação se estabelece sob diferentes formas, considerando-se a coexistência do algodão com a pecuária. Enquanto criadores de gado, os fazendeiros permitem o cultivo do algodão "por parceiros" nas suas terras "pela falha" - restos de produção anualmente renovada (principalmente no algodão arbóreo) que servem de ração de gado. A terra, nessa perspectiva, era entregue ao produtor sob condição de que uma vez colhido o "roçado" esse abandonasse a terra por ele cultivada. Os cercados eram abertos e tudo que ficasse sobre a terra servia para alimentar o gado do proprietário. enquanto agricultores, os fazendeiros estabeleciam que todo o algodão plantado e colhido em suas terras por parceiros, parte desse produto lhe pertencia como pagamento pelo uso da mesma (renda da terra). No RN a forma de parceria mais generalizada sempre foi a meação. No caso dessa relação ser estabelecida com "moradores de condição", o proprietário exige do trabalhador a prestação de alguns dias de trabalho gratuito nas suas fazendas.
- (38) De acordo com GRAZIANO DA SILVA, em linhas gerais, podemos dizer que a dinâmica do complexo rural era determinada basicamente pelas flutuações do comércio exterior. Mesmo para o algodão voltado para o mercado interno isto também pode ser verdadeiro, pois até hoje nesse mercado o preço do algodão é determinado por "commodities" internacionais similares. Daí caber a afirmativa de que "a produção para exportação ocupava apenas parte dos meios de produção aí disponíveis (recursos naturais, mão-de-obra (...) e bens de capital) sendo a outra parte destinada a produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção. Assim, no interior das fazendas reproduziam-se não só as mercadorias (...) para a exportação mas também manufaturas, equipamentos simples e insumos para produção, para o transporte e habitação, etc." (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 9).

Em outros termos, a divisão social do trabalho na fazenda sertaneja, era incipiente; as atividades da pecuária, da agricultura e as manufaturas estavam ligadas umbilicalmente; e, grande parte dos bens produzidos só tinham valor de uso. Enfim, não se destinavam ao mercado. O mercado interno

(local), quase não existia: a produção de mercadorias destinava-se ao mercado externo (regional no caso do gado e nacional e internacional no caso do algodão).

- (39) Vários estudos, de safra recente, mostram a presença do capital mercantil na produção, principalmente, na comercialização agrícola. Além do meu trabalho (O Maquinista ...) incluem: KAGEYANA, 1985; CARVALHO, Otomar de, 1968 e MALUF, 1982.
- (40) Esse processo se dá no RN a partir de dois movimentos distintos: "de um lado a 'saída' dos descaroadores do interior das grandes fazendas e, de outro, a interiorização da casa exportadora"; firmas de importação e exportação sediadas em Natal e Mossoró.

A isso acrescenta-se a penetração das firmas estrangeiras no mercado algodoeiro local: SANBRA, ANDERSON CLAYTON e MACHINE COTTON, sendo que a última entra no RN já em 1924 (CLEMENTINO, 1987, p. 127-150).

- (41) Aliás, a exploração da borracha na Amazônia se constituiu, enquanto perdurou, no grande foco de atração da corrente migratória do RN.
- (42) Aliás, a falta de braços para a lavoura sempre esteve presente na literatura econômica do Estado. Em 1912 verificou-se que em 75% dos 37 municípios faltavam braços para o trabalho, entre eles estão oito dos dez municípios do litoral açucareiro. Em seu relatório PEARSE registra que "o povo está acostumado a deixar o algodão aberto muito tempo" e "isso devido a falta de mão-de-obra" (PEARSE, 1921, p. 32). Esse fato é satisfatoriamente explicado por TAKEYA: "O problema da escassez de mão-de-obra por ocasião da colheita do algodão, apresentava algumas especificidades no estado. Havia duas outras atividades econômicas de importância: a extração da cera de carnaúba e a do sal. O período de safra de ambos os produtos (...) era coincidente com a do algodão e, dessa forma, atraía a mão-de-obra, disputando-a com a cotonicultura" (TAKEYA, 1985, p. 75). A concorrência dessas atividades, determinava a escassez e a elevação do preço da mão-de-obra no estado.
- (43) Deve ser observado que a própria tipologia das estradas de ferro no período, indicavam a integração das economias regionais. "Considerava-se a existência de três tipos de linhas: as de penetração, ligando as regiões interioranas aos portos de mar, as de ligação norte-sul, ligando comercialmente os estados e as linhas de fronteiras, de guarda do território nacional (...). Isso é fundamental no período em estudo (...) sobretudo aquelas [ferrovias] ditas de penetração [que] era defendidas como sendo um instrumento eficaz nas regiões sujeitas à seca pelo auxílio que poderiam prestar às populações flageladas (...). Dessa forma, um objetivo basicamente econômico, reveste-se de um caráter

humanitário" (TAKEYA, 1985, p. 109). As estradas construídas no RN, no período, são em sua maioria frutos dos programas federais de combate às secas.

- (44) Criada sob o impacto da seca de 1909 pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, essa Comissão e mais a de "Perfuração de Pocos" eram sediadas no RN. Estas e mais a Comissão de Açudes e Irrigação com sede no Ceará marcam o início das políticas sistemáticas de combate às secas no Nordeste.
- (45) "O porto, entretanto, apresentava problemas para a sua navegabilidade. Situava-se como ainda hoje, não a mar aberto, mas no rio Potengi, a pouca distância de sua foz. Tal localização, implicando nos arrecifes existentes e na constante acumulação de areia trazida pelas correntes, dificultava a penetração de navios de maior calado. Assim, para penetrar no porto, eles dependiam de marés altas, ou então fundeavam à distância, cabendo às pequenas embarcações o transporte de cargas e passageiros". Essas condições operacionais do porto de Natal implicavam num alto custo de fretes e taxas de seguros e restringiam a possibilidade de vapores transatlânticos fazerem o intercâmbio comercial com a cidade.
- (46) O movimento marítimo de 1933 registra uma entrada de 509 embarcações nacionais com 595.000 toneladas de mercadorias e 48 embarcações estrangeiras com 135.000 t. Dados do Relatório referente ao ano de 1942 (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943, p. 35).
- (47) Duas eram as companhias que operavam no Rio Grande do Norte: a Cia. Brasileira de Navegação, que se restringia ao porto de Natal, e a Cia. Pernambucana de Navegação, cujos vapores atracavam também em A. Branca e Macau. A primeira delas se fundiu posteriormente a Cia. Lloyd Brasileira que passa a operar em Natal.
- (48) O porto de Areia Branca operava praticamente no sistema de cabotagem, até mesmo porque sempre foi um terminal salineiro. Em 1933, por exemplo, recebeu 570 navios de Cias. nacionais e somente 9 estrangeiros, quando esses números para Natal foram respectivamente de 509 e 48. O de Macau recebeu 272 embarcações nacionais e não opera com o exterior (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943, p. 35).
- (49) Não conseguimos informações relativas às mercadorias escoadas por terra até o porto de Recife. Para o nível de utilização dos dados no trabalho achamos pouco produtivo fazer um exaustivo levantamento das exportações por vias internas, pois esses dados, quando localizados estão dispersos em diferentes arquivos. Baseamo-nos, portanto, em informações de trabalhos já existentes, particularmente o de TAKEYA, 1985, p. 88-89, muito embora a autora se refira apenas ao algodão.

- (50) As questões relativas a não concentração urbana em Natal e aos poucos investimentos realizados na capital no pré-30 serão observadas no capítulo 3 desta parte do trabalho.
- (51) A característica de "empório comercial" atribuída à Mossoró a partir dos meados do século XIX processa-se como consequência de uma reformulação na hierarquia dos núcleos urbanos situados nas ribeiras do Jaguaribe, Mossoró-Apodi e Açu-Piranhas. O rápido assoreamento no estuário do rio Jaguaribe reflete-se na progressiva decadência do porto de Aracati, favorecendo as comunicações terrestres com o Recife, para cujo controle Icó se encontra melhor situada. Os comerciantes de Aracati viram-se forçados a recorrer à rota terrestre que, por Mossoró e o Rio Grande do Norte, levava ao Recife. A aceleração das atividades comerciais correlata ao surto algodoeiro (1860-1872) transforma em algumas décadas, a cidade de Mossoró em empório comercial das plagas setentrionais do Nordeste. Centro Comercial inexpressivo em 1841, passa no período "cotton hunger" a contar com várias firmas exportadoras. Também em 1866, é iniciada a exportação direta para a Europa. Cerca de 1877 a influência de Mossoró se estende sobre a Zona Oeste (onde a ação de Aracati é importante ainda na região Serrana) e o Seridó (que também se relaciona com Recife e Macaíba) no Rio Grande do Norte, as ribeiras de Piancó e do rio do Peixe nos altos sertões da Paraíba, as quais nunca fizeram seu comércio com a capital do Estado, mas o faziam até 1866 com o porto de Aracati. Destes sertões Mossoró recebia algodão, cera de carnaúba, couros, queijos, carne seca, manteiga, borracha de mangabeira e maniçoba. Fornecendo-lhes sal, esteiras e chapéus de palha de carnaúba, velas de cera-de-carnaúba, cereais, tecidos e gêneros estrangeiros (ferragens e miudezas, importadas através do Recife). Por via marítima importava farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, açúcar, aguardente (oriundos de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão) e exportava algodão, cera-de-carnaúba, borracha de mangabeira e maniçoba, queijos, couros e peles (SEPLAN/RN, 1973, p. 1-29).

2. A FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO EXPORTÁVEL

A crise da economia cafeeira abre caminho para um novo padrão de acumulação. O ano de 1933 marca nova fase na economia brasileira, coincidindo com a etapa final do ciclo depressivo iniciado em fins de 1929.

Não vamos nos deter aqui nos percalços que sofreu a economia exportadora ao enfrentar em 1929 uma crise econômica mundial que antecipou sua própria crise de super produção. Muito menos entraremos no mérito das polêmicas que giram em torno deste importante evento na economia brasileira. Não o faremos, nesta oportunidade, por achar que tal discussão ultrapassaria os limites deste trabalho. A nota ⁶⁴ dá sucintamente uma idéia do nosso entendimento sobre esta questão. Prescindimos, também da discussão da crise de sobreinversão na indústria têxtil e das propostas de superação por ela engendradas dentro do quadro de mudanças mais geral ⁶⁵.

Entretanto é preciso reter que a década de 1920 não traria somente como legado crises de exportação e de sobreinversão. Traria, acima de tudo, mudanças decisivas que fizeram com que o período 1929/1933 representasse o marco histórico em que se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação. Nas palavras de Wilson CANO: "a dinâmica maior que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país começaria a passar à segundo plano. A partir desse momento seria a indústria o principal elemento detonador do nível da atividade produtiva" (CANO, 1981).

Essas mudanças se fizeram sentir basicamente:

1. Na atividade bancária quando, já na década de 1920, os bancos de capital nacional se desenvolvem e ultrapassam os bancos estrangeiros aqui sediados;
2. No sistema de transporte, que já dispunha de um parque ferroviário consolidado (32 mil km);
3. Na reestruturação do Estado, com o próprio movimento tenentista de 1930. Surgiram novas frações de classe, ao que correspondia novos tipos de demanda e pressões sociais. Alargava-se o mercado de trabalho e emergia a "questão social" fazendo com que o Estado se preparasse institucionalmente para enfrentar essas "questões". Como diz Sônia DRAIBE iniciava-se um processo de Revolução burguesa no Brasil, e a constituição de uma hegemonia de classe, enfim, estava em processo de constituição, o Estado Capitalista Brasileiro (DRAIBE, 1985);
4. Nas transformações da agricultura, principalmente, no

Estado de São Paulo, que passava por uma nova dinâmica de crescimento, não só o café, mas também a produção de alimentos e matérias-primas, com importantes inovações tecnológicas:

5. Na diversificação da estrutura produtiva industrial tanto na indústria de bens de consumo assalariado, como na de bens de produção que iniciava o esboço de constituição do DI.

As condições econômicas de final de década de 20 e até 1933 estavam pois maduras, tanto no sentido de superar as crises cafeeira e industrial, quanto de entrar por novas veredas no sentido do desenvolvimento industrial. O período que vai de 1930-1961 corresponde ao momento final do processo de constituição do capitalismo no Brasil; ou seja, culmina com a formação plena de bases técnicas indispensáveis a auto-determinação da acumulação capitalista.

As características da dinâmica da industrialização entre 1930-1961 implicam na delimitação de duas fases específicas. Na primeira, entre 1933-1955, "há industrialização porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reduzem, conjuntamente a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas, a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial" (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 113).

Assim nos deparamos com um processo de acumulação que aparentemente é um processo de acumulação de um capitalismo plenamente constituído lentamente e de forma não articulada ou seja, não agregando novas unidades produtivas de acordo com o crescimento da demanda; entretanto, apesar de "restringido", o capital industrial não está mais totalmente subordinado ao capital exportador.

A segunda fase, a da Indústria Pesada - 1956-1961, representará um verdadeiro salto. O surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo, em que a capacidade produtiva se amplia muito além da demanda pré-existente: há, portanto, um novo padrão de acumulação que demarca nova fase, e as características da expansão delineam um processo de indústria pesada porque este tipo de desenvolvimento implica um alargamento das bases técnicas do setor de bens de produção, antes de qualquer expansão previsível de seus mercados. Esta expansão se apolará na ação do Estado e na entrada do novo capital estrangeiro. Essa entrada de capitais estrangeiros amplia a capacidade para importar e soluciona o problema da centralização de capital necessário a formação do DI^{<@>}.

O novo padrão de acumulação, centrado na industrialização carecia que o mercado nacional fosse integrado. "Este até então, apresentava tênues ligações mercantis dificultadas sobretudo, tanto pelas enormes distâncias e insuficiência de transportes quanto pela existência de impostos interestaduais, que foram extintos entre 1938 e 1943" (CANO, 1988, p. 11).

De acordo com Wilson CANO, o processo de integração do mercado nacional no período de 1929/1933 a 1962 e que o autor caracteriza como "integração via circulação de mercadorias", significou, principalmente, a necessidade de eliminação de barreiras à livre movimentação econômica entre as regiões. Essa intensificação da articulação interregional beneficiou todas as regiões brasileiras. No entanto, ao ser feito o incremento do comércio interregional sem barreiras protecionistas, os mercados das economias menos dinâmicas ficaram expostos, o que se refletiu em efeitos de estímulo, bloqueio e até destruição.

O efeito de estímulo se dá no sentido de que o avanço da industrialização e da urbanização, embora concentrada em São Paulo, "passava a exigir do resto do país, notável esforço de complementaridade agrícola, mineral e industrial, não só pela sua expansão física mas também porque o abastecimento externo esteve seriamente contraído durante todo o período. Desta forma, a periferia nacional não apenas aumentava suas compras de mercadorias com São Paulo, mas também passava a lhe vender mais" (CANO, 1985).

Instaurado o processo de industrialização concentrado em São Paulo, as atividades lá instaladas (ou que viessem a sê-lo) com capacidade e economia de escala para operar a nível nacional bloqueariam o surgimento destes setores na periferia por longo período de tempo. É o efeito inibição.

O terceiro e último efeito, o de destruição, poderia manifestar-se pela concorrência entre os produtores das diferentes regiões. Até o início da década de 1950 "o mercado deu para todos", principalmente devido a longa retração às importações, fazendo com que a competição fosse refreada.

Contudo, a possibilidade sempre latente de se renovar o parque fabril se manifesta a partir do reequipamento industrial ensejado pelas maciças importações induzidas pela recuperação dos produtores estrangeiros e a expansão de sua produção graças as inovações tecnológicas do pós guerra. Ficava atestado o obsoleto do equipamento brasileiro, na medida em que os manufaturados nacionais não tinham condições de competir no mercado internacional.

Começava pois, a ficar patente a necessidade de modernização do parque fabril de modo que a indústria nacional, notadamente a têxtil, pudesse continuar a competir no exterior e atender a crescente demanda interna. Com efeito, a partir de meados da década de 1950, a velha indústria periférica de bens de

consumo não durável e que não se reequipara, passaria a sofrer dura concorrência da indústria paulista, que passava por um processo de modernização. A velha indústria periférica quebraria inexoravelmente, provocando efeitos de destruição.

Ainda de acordo com Wilson GANO, são distintas as razões para que determinadas regiões sejam mais impactadas que outras pelo desenvolvimento mais acelerado do Sudeste. "Quer por sua proximidade geográfica, por sua disponibilidade e grande ocupação de determinados recursos naturais e, principalmente, por sua capacidade em 'assimilar e propagar internamente' o desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas emanadas a partir do 'pólo', uma região poderá se beneficiar mais que outra, durante o processo de integração" (GANO, 1985, p. 207).

A região Nordeste se caracteriza nessa perspectiva como área distante, de antiga ocupação, cujos efeitos positivos se deram no âmbito da complementaridade de recursos naturais específicos, notadamente os de origem mineral. A articulação iniciada durante a fase da economia capitalista exportadora com a indústria nascente e com a urbanização por ela gestada, foi seriamente abalada nas décadas de 1940 e 1950 quando a agricultura paulista se diversifica e compete com vantagens na produção de algodão e de açúcar.

Ao longo desse processo de constituição de uma estrutura industrial na economia brasileira e de formação do mercado nacional, o Nordeste mantém as marcas do atraso e de forte concentração fundiária gestados durante a estruturação do complexo nordestino e colabora com o aumento do fluxo migratório interregional⁽⁴⁴⁾. Como diz Leonardo GUIMARÃES, "é nesta fase da história econômica do país que o Nordeste passa a se constituir num dos principais fornecedores da força de trabalho nos momentos de expansão da sua demanda nas mais diferentes regiões e subregiões brasileiras" (GUIMARÃES, 1985, p. 144).

A economia nordestina gradativamente escapa a possibilidade de andar com seus próprios pés: "de uma busca de complementaridade, na vigência da economia exportadora capitalista, ela assiste à intensificação de uma competição interregional com o gradativo afastamento dos seus produtos dos mercados sulinos e o deslocamento, nos seus próprios mercados de produção regional voltada para o consumo interno, produtivo ou improdutivo (...). Este processo intensifica-se e apresenta aspectos particulares nas fases posteriores de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no país, através do desenvolvimento industrial" (GUIMARÃES, 1985, p. 141). Destes aspectos gostaríamos de registrar que:

- a) O espaço nordestino apresenta no período 1929/1933 a 1962, crescimento sempre menor que o núcleo dinâmico do Sudeste⁽⁴⁵⁾;
- b) O espaço regional sofre no decorrer deste período

transformações em sua estrutura de produção condicionadas pelos efeitos aos quais se referiu Wilson CAND:

- c) Tais transformações dizem respeito a uma redução da participação da indústria de bens de consumo assalariado e da presença crescente de segmentos produtores de bens intermediários^(e).
- d) "No caso da agricultura (...) a integração se deu especificamente via mercado nacional de alimentos e matérias primas de origem agrícola, mercado nacional de trabalho e, sobretudo, do ponto de vista da modernização tecnológica - via mercado financeiro nacional. Além disso, pode-se ressaltar que a complementaridade da agricultura (do Nordeste) com o setor industrial concentrado no Centro-Sul revela-se principalmente no mercado de bens de produção e insumos industriais para a agricultura" (KAGEYAMA, 1986, p. 36).

No entanto, é reconhecida a impossibilidade de atribuir a trajetória da economia nordestina no pós 30 somente as exigências da economia brasileira e da sua indústria, notadamente após a implantação dos segmentos pesados: ou seja, aos aspectos da concentração industrial e da modernização da agricultura em São Paulo e do surgimento de segmentos intermediários nas demais regiões - principalmente no Nordeste.

No estudo da evolução da divisão interregional do trabalho no Brasil, é reconhecido por vários autores que no Nordeste e em outras partes da periferia nacional a estrutura da economia exportadora reagiu ao que Celso FURTADO chamou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia, principalmente no sentido de preservar a reprodução de sua base material através da manutenção da estrutura agrária (FURTADO, 1982, Cap. 32). Essa reação às transformações requeridas pelo processo de desenvolvimento capitalista abriu espaço para que o capital mercantil continuasse a comandar a maior fração do processo de acumulação na região, perdendo muito pouco terreno para o capital industrial, mesmo mais adiante, quando havia se completado o processo de constituição das bases produtivas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Retornando as posições de (CAND, 1985), resgata-se três pontos para o entendimento da questão regional Nordeste:

- a) O Nordeste teve um passado histórico duplamente problemático: uma débil integração primária exportadora em relação ao mercado internacional, provocando menor dinâmica de crescimento e de difusão;
- b) Após 1929, quando surge a oportunidade de integração o Nordeste não consegue competir com a economia

paulista, de base capitalista já mais avançada:

- c) Até recentemente a região não pôde oferecer maior espaço econômico para que o capitalismo nacional ali penetrasse de forma mais decisiva, impulsionando sua transformação⁽⁹⁷⁾.

Ora, apesar de historicamente ter sido esse o caminho seguido pelo capital em seu desenvolvimento, é reconhecida a impossibilidade de interpretá-lo de maneira mecânica como se determinasse uma evolução linear na economia. O Nordeste é um exemplo, no Brasil, da permanência do capital mercantil de origem fundiária controlando a produção em pleno bojo do processo de industrialização da economia brasileira.

Segundo CANO, no Nordeste persiste um espaço sob comando do capital mercantil "que obstaculiza o progresso e mantém o atraso (...) antes do processo de integração do mercado nacional, nas diversas células regionais primárias exportadoras, era o capital mercantil o dominante do padrão de acumulação. Com a mudança desse padrão, o domínio do pólo passou a ser feito pelo capital industrial. Na maior parte da periferia nacional, contudo, o capital mercantil continuou a comandar a maior fração do processo de acumulação, só perdendo algum terreno para o capital industrial. O domínio do capital mercantil manteve-se sobre a maior parte da agricultura regional capturando-lhe grande parte do excedente: no financiamento, comercialização e distribuição de produtos tradicionais, tanto destinados ao mercado interno quanto aos destinados às exportações" (CANO, 1985, p. 257-258).

Quando chega a industrialização pesada o capital mercantil regional não tinha porte quantitativo nem contava com articulações financeiras no seu interior suficientes para dar o "grande salto" ou seja, metamorfosear-se em capital industrial e, assim, manteve-se naqueles compartimentos. Por seu lado, o capital industrial teve seu espaço garantido pelo Estado através de programas de incentivos regionais e setoriais, não necessitando invadir o "espaço" do capital mercantil, senão marginalmente - como fez com a indústria de bens de consumo não duráveis.

Ainda segundo CANO, essa mediação passa necessariamente pelo Estado Burguês em ação que pelas políticas públicas "institucionaliza a chancela de domínio". De acordo com esta interpretação há dois momentos na intermediação do Estado no processo de integração do Mercado Nacional: num primeiro momento (o de integração pela circulação das mercadorias) o espaço era grande e a penetração do capital industrial não chegou a "incomodar" as articulações econômicas e políticas estabelecidas pela classe dominante nordestina. "Somente no momento de desaceleração da economia brasileira, notadamente 1962-67, é que são gestadas as condições para a 'superação' de uma articulação entre as regiões, que vinha ocorrendo, fundamentalmente, com base na compra/venda de mercadorias. É neste momento que o capital produtivo, transferindo-se das regiões mais industrializadas para as áreas periféricas, como a do Nordeste, começa a provocar

alterações significativas na estrutura produtiva da referida região e nos seus processos de trabalho e a redefinir novo tipo de relação entre o Nordeste e o Sudeste" (GUIMARÃES, 1985, p. 143).

Tal situação configura um avanço no processo de integração do mercado nacional: a integração se dá, agora, via acumulação de capital. Instaura-se um conflito de interesses quando o potencial de acumulação do capital industrial leva-o a invadir o espaço do outro. A concentração e a centralização, no limite, forçarão a expulsão do capital mercantil para sua órbita específica. Há um nítido avanço do capital industrial na região e que começa a romper com a unidade de interesses do capital mercantil regional. Eis a questão: quem terá maior influência nesse processo e sobre a estrutura regional? Ou melhor, ao nível das relações entre os novos capitais e os capitais da antiga oligarquia quais interesses prevalecerão?

Serão os interesses dos novos capitais, já o sabemos: porém, mais que isso, observa-se um deslocamento na estrutura de poder local. A fração mais progressista do capital regional começa a se diferenciar em "novo capital mercantil". Como diz OLIVEIRA, parte da antiga oligarquia consegue "fusionar-se com os novos interesses" (OLIVEIRA, 1987, p. 77). Apesar de suas estruturas agrárias estarem corroídas, minadas, tentam se manter fazendo do Estado a caixa de ressonância de suas reivindicações.

A partir de 1964, com a instalação do regime militar no Brasil, passa-se a sedimentação das novas relações antes, apenas, anunciadas. Ao fazer essa mediação, diz CAND, o Estado autoritário "torna essa convivência pacífica": mais do que convencer as oligarquias de que uma fatia do quintal já não lhes pertencia (pois isso era óbvio) o grande "mérito" do Estado foi de garantir a convergência dos distintos interesses. O caráter de unidade passava por uma subordinação ao Estado. "já que os subsídios fiscais são a forma por excelência do financiamento da acumulação de capitais, e portanto as relações com o Estado são privilegiadas" por qualquer representação das instâncias do capital (OLIVEIRA, 1987, p. 78). As taxas de lucro passam menos pela concorrência entre capitais e mais pela capacidade de interferência nas decisões do Estado; ambos convivem no Nordeste em espaços econômicos específicos e seus interesses raramente são contraditórios. Neste jogo onde todos são ganhadores, é o capital mercantil que, fazendo a intermediação comercial e financeira, extrai boa parte do excedente regional, aplicando-o (quase sempre) no próprio Nordeste em setores compatíveis com seu porte.

Observe-se, "que parte importante desse espaço está justamente representado pela agricultura tradicional e pela própria retrógrada estrutura fundiária regional. O capital mercantil, portanto, para preservar sua função de classe, tem que exercer o pleno domínio desse espaço, significando isto a manutenção do atraso rural, dos arcaicos canais e formas de intermediação comercial e financeira e, mais grave ainda, dificultar, sobretudo o acesso a terra ao pequeno e médio produtor" (CAND, 1985, p. 259). Assim, o desenvolvimento

capitalista do Nordeste se dá lentamente e, a modernização de suas estruturas, reflete um processo, aparentemente desarticulado. É que a modernização da agricultura, mais que a do setor industrial, ocorre, no Nordeste, com "sabor local".

Portanto, no pós 30, e até os anos 60, o velho capital mercantil faz de tudo no Nordeste: mantém a estrutura fundiária, controla as atividades da agricultura, captura o Estado a nível local e constrói de acordo com as suas necessidades o urbano (construção residencial, negócios imobiliários, instituições financeiras regionais etc.). Como afirma Francisco de OLIVEIRA, num de seus arroubos como intelectual "nenhuma classe ou grupo dominantes tem a longevidade das oligarquias e burguesias do Nordeste". E acrescenta, "Essa longevidade é sincrônica com o atraso do Nordeste. Não porque os barões-ladrões regionais sejam intrinsecamente piores que seus colegas de outras partes do Brasil. Mas, porque sua permanência revela que as ancilares estruturas oligárquicas de dominação permanecem relativamente intocadas, a propriedade da terra, fundamentalmente, e porque as diversas formas de expansão econômica brasileira e de seu sistema político ou as absorveu sem modificá-las ou, por exemplo, a industrialização paulista servindo-se do exército de reservas do Nordeste, ou permitiu sua metamorfose através da punção de recursos públicos principalmente comandada a partir do Sudeste - caso da transformação da coronelada-jagunça em empresários agrícolas através do FINOR - ou se serviu delas para a sustentação da fachada parlamentar de regimes autoritários como ocorreu nas últimas décadas" (48).

Para os propósitos deste trabalho resta reter que ao persistir no espaço nordestino o comando da acumulação mercantil foi obstatizado o progresso e mantido o atraso por este longo período. "A manutenção de características e relações de produção 'pré-capitalistas' (aspas nossas) e arcaicas (...) afetou negativamente o crescimento da produtividade e da acumulação, impediu a destruição do campesinato e a completa formação do proletariado agrícola, freando o desenvolvimento capitalista no campo" (CARVALHO, Inalá de, 1987, p. 49). Incapaz de concorrer com a produção sulina, então organizada em bases capitalistas e mais modernas, o Nordeste já na condição de supridor marginal do mercado externo, é também desalojado dos mercados nacionais. Agravou-se a crise de sua agricultura de exportação, mas ela não chegou a minar a estrutura agrária (49).

Trata-se de melhor compreender que "em nosso país o capital mercantil teve não só um papel histórico fundamental - desde o funcionamento do sistema colonial até a gênese da industrialização - como ainda hoje sua presença é crucial na dinâmica de determinadas regiões e atividades agrícolas" (KAGEYAMA, 1986, p. 42). Fica claro que entre as relações de produção no campo e progresso técnico da agricultura há uma mútua determinação. Porém, para entender a questão regional é preciso ter presente o impacto do desenvolvimento econômico geral sobre as estruturas de produção agrícola pré-existentes. Do mesmo modo que a propriedade da terra, as relações de trabalho são base ao mesmo

tempo que complemento, da acumulação mercantil no Nordeste. Se as principais alterações da agricultura deram-se com maior intensidade no Sudeste, no Sul e Centro Oeste no sentido da tecnificação da produção e da disseminação das relações assalariadas, (em especial do assalariamento temporário) no Nordeste, as formas de produção, notadamente as do sistema algodoeiro-pecuário foram mantidas.

O algodão passa a sofrer a acirrada concorrência de São Paulo; entretanto, o boi em pé continua significando mais do que mercadoria para a acumulação capitalista, se travestindo de capital comercial para aumentar a circulação do dinheiro na mão da oligarquia agrária. A especulação com o boi se dava menos no mercado de abate de animais onde o marchante nunca passou de comerciante retalhista e muito mais no mercado de dinheiro - até transformado em capital particular com função autônoma de executar movimentos meramente técnicos de dinheiro no processo de circulação. No limite, o boi fazia as vezes de ativo líquido, de reserva de valor e aparecia como símbolo da relativa autonomia oligarca no interior do próprio capital comercial/usurário ligado a agroexportação.

Ao mesmo tempo que permitia em algum momento livrar o agropecuarista das garras do Juro (seja usurário ou capitalista) e da hipoteca, abria espaço para o seu controle sobre a estrutura agrária. Ao garantir para si o controle das formas de produção no campo, abria espaço para a expansão de sua base material. Dividia com outras frações e desdobramentos do capital agroexportador boa fatia da acumulação capitalista. Ao garantir, também, para si a propriedade da terra rural e urbana, o capital mercantil de origem fundiária participa do segmento urbano da economia fazendo a expansão da rede comercial tradicional, a especulação imobiliária e, mais tarde, mascarado de capital industrial, controla os principais ativos industriais e agroindustriais.

Faz sentido, portanto, destacar para o leitor a interpretação de Renato MALUF para quem "é possível afirmar que a hegemonia do capital comercial sobre a atividade de produção quase sempre temos como contrapartida um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na região ou no tipo de produção em que este fenômeno se verifica. Ao passo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista deve levar a que o capital industrial e posteriormente o capital financeiro se tornem a forma hegemônica do capital, em termos de sua organização e dos mecanismos por ele utilizados para extrair o excedente econômico" (MALUF, 1982, p. 23).

Resta lembrar, que na análise do processo de desenvolvimento, "mesmo no interior do modo de produção capitalista plenamente constituído, em determinadas situações históricas, constata-se a presença do capital comercial controlando certas atividades produtivas, ocorrendo, inclusive, que esse 'ressurgimento' do capital comercial dominante regionalmente ou em atividades específicas pode-se dar no bojo do processo de industrialização, especialmente nas economias de

Industrialização tardia. Assim, a associação capital comercial-pequenos produtores pode ser recriada no desenvolvimento do capitalismo, em especial nas economias periféricas" (KAGEYAMA, 1986, p. 46). Os exemplos históricos podem ser buscados na literatura e o Nordeste sabemos ser um deles¹⁴.

Nas páginas que se seguem, à luz destas linhas e fatos mais gerais do desenvolvimento socio-econômico do país posteriores a crise de 1929, discuto a articulação da economia do Rio Grande do Norte no processo de formação do mercado nacional de mercadorias e sua relação com o processo de urbanização do estado. Tentar-se-á perseguir os rumos da produção algodoeira local quando São Paulo inicia intensivamente a produção do algodão, ao mesmo tempo em que a produção nordestina é açambarcada pelas multinacionais do algodão (Machine Cotton, Anderson Clayton e SANBRA); e, conseqüentemente, são redefinidos os mercados algodoeiros.

Por outro lado, a economia local a partir de 1940 consegue iniciar um movimento de diversificação produtiva, fruto de imposições externas que se dão no mercado brasileiro pela emergência da 2a. Guerra Mundial. Abre-se a possibilidade de novos produtos na pauta de exportações estadual com a extração da sheelita-mineral de tungstênio utilizado largamente pela indústria bélica e com a produção de sisal devido a ampliação da demanda por matérias-primas por parte da indústria têxtil de cordoária.

A 2a. Grande Guerra vai ter um significado especial para a dinâmica econômica do RN e sua relação com a urbanização: e chega a interferir, diretamente, no processo de constituição do urbano em Natal. O Governo Brasileiro cede aos EUA seu litoral para instalação de bases militares e Natal sedia uma delas.

Neste contexto buscarei delinear novos contornos urbanos, balizando a inserção da economia do RN no processo de formação do mercado nacional e o impacto da 2a. Guerra (e seus desdobramentos) sobre a estrutura produtiva pré-existente. Tratamento em separado será dispensado à cidade de Natal, considerando que as determinações que engendraram precocemente o urbano na capital, ampliando rapidamente sua população, suas estruturas terciárias e direcionando sua expansão física, eram externas, em princípio transitórias e tenuamente coladas à base produtiva local, regional e mesmo nacional.

2.1 Os Rumos da Produção Algodoeira

Os anos 30 e as modificações por que passa a economia brasileira não mudaram significativamente a situação da economia do RN. Ao contrário, nesse momento a produção algodoeira toma outros rumos: São Paulo inicia a produção de algodão em grande escala e, no Nordeste, tem início uma grave crise na

cotonicultura. Sobre essa questão alguns elementos devem ser resgatados.

Na recuperação da crise de 1929 a produção algodoeira nacional recebeu uma dupla solicitação: uma do mercado externo e outra do mercado interno. No mercado externo o "preço mundial deste produto havia sido mantido durante a depressão" e no mercado interno crescia a procura de algodão por parte da indústria têxtil cuja produção aumentou após a crise (FURTADO, 1982, p. 198).

A indústria têxtil nacional - a principal indústria de bens de consumo leve - tinha todas as condições para sair da crise expandir sua produção: um mercado interno crescente, capacidade ociosa e a proteção do Estado que lhe assegurou inclusive a restrição à importação de máquinas até 1937. A deflagração da 2ª. Guerra foi altamente favorável a indústria têxtil brasileira. Tudo o que não se conseguia vender aos preços vigentes no mercado interno, a guerra consumiu. Após a esfriada do mercado em 1947 o parque têxtil brasileiro inicia uma fase de modernização, ampliando com o novo padrão tecnológico suas escalas de produção e a oferta de produtos têxteis. A trajetória de crescimento da Indústria Têxtil entre 1947 e 1962 foi ininterrupta e só no período 1962-1967 é que as chamadas indústrias tradicionais entram em crise profunda (CLEMENTINO, 1983).

A participação do Nordeste no surto algodoeiro dos anos 30, também tem significado, apesar da concorrência estabelecida com vantagens, por São Paulo. As estatísticas mostram que, no Rio Grande do Norte, a situação era favorável e que o estado respondeu ao estímulo do mercado. Pelos dados da tabela 26 observa-se que a produção de algodão do RN teve um acréscimo no decorrer da década de 1920 e praticamente muda seu patamar nos anos 30, passando de 12.000 toneladas em média/ano para 20.000. Esse nível de produção dos anos 30 foi mantido durante as décadas de 40 e 50 apesar da crescente demanda por essa matéria-prima.

TABELA 26 - ALGODÃO EM PLUMA PRODUZIDO NO RIO GRANDE DO NORTE (Média de safra).

PERÍODOS DE SAFRA	QUANTIDADE (em toneladas)
1906/07 a 1910/11	8.123
1911/12 a 1915/16	7.426
1916/17 a 1920/21	7.806
1921/22 a 1925/26	9.973
1926/27 a 1930/31	12.025
1931/32 a 1935/36	19.091
1936/37 a 1940/41	23.209
1941/42 a 1945/46	18.723
1946/47 a 1950/51	22.163
1951/52 a 1955/56	20.115
1956/57 a 1959/60	22.388

Fonte: Secretaria da Agricultura - Serviço de Classificação do Algodão

Por outro lado, observa-se que o mercado de destino da produção do RN continua sendo o interno. Conforme a tabela 27, da exportação de algodão em pluma realizada em 1942, cerca de 88% da tonelage e 95% dos valores de exportação foram escoados pelo sistema de cabotagem.

TABELA 27 - RIO GRANDE DO NORTE - QUADRO DAS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA EM 1942

FORMAS DE ESCOAMENTO	TONELADAS	VR. EM 1000 CR\$
Via terrestre	673	2.823
Cabotagem	12.378	76.260
Exterior	1.024	6.932
TOTAL	14.075	86.015

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Relatório de 1942. Natal, 1943

Tudo indica que esse deslocamento do patamar da produção local ocorrida na década de 1930 se deu através da incorporação de novas terras à cultura algodoeira e da manutenção de métodos extensivos de produção, pois não há registro significativo de novos índices de produtividade no período como demonstra a tabela 28.

TABELA 28 - ÁREA CULTIVADA COM ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO 1931-1937

ANOS	HECTARES CULTIVADOS	RENDIMENTO MÉDIO KG/HECTARE
1931	80.835	590
1932*	55.000	530
1933	100.000	580
1934	110.000	690
1935	115.000	690
1936	99.770	630
1937	120.770	620

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Sinopse do Estado do Rio Grande do Norte. Recife, 1937, Vol. 1.

* Ano de seca

Logo, a estrutura da produção descrita no primeiro capítulo permanece praticamente intacta até os anos 70 quando apresenta os primeiros sintomas de mudança. No período em análise é o beneficiamento e a comercialização do algodão que atravessa um longo período de transição: a usina de algodão só se generaliza no Rio Grande do Norte na década de 50.

A TRANSIÇÃO PARA A USINA¹¹¹

A concorrência estrangeira agravada pela volta do algodão americano ao mercado mundial e pela disposição dos EUA de impedirem a expansão da cultura em outros países fizeram com que o Brasil estabelecesse uma política defensiva de seus interesses, no sentido de se colocar entre os grandes produtores e exportadores mundiais de algodão. Para tanto, considera, basicamente três aspectos: a) colocar o algodão brasileiro em condições de concorrência com os demais produtores mundiais seguindo a mesma tática dos EUA - melhoramento da qualidade da fibra e aumento de produção por superfície (reestruturação dos sistemas de plantio e comercialização); b) uma reorientação completa no que diz respeito ao beneficiamento e preparo do algodão para a exportação; e, o controle do Estado sobre essa atividade, através de legislação adequada e a construção de aparelhagem que a colocasse em prática. Enfim, se quiséssemos vencer nos mercados internacionais, teríamos de conhecer com detalhes a formação de nossos preços, cujo ponto de estrangulamento era o beneficiamento. A grande recorrência seria a instalação de usinas centrais modernas, a exemplo das cooperativas americanas¹¹².

A desvantagem do algodão nordestino fundava-se tanto no fato de ter São Paulo como concorrente, como numa política algodoeira cujas diretrizes privilegiavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e não a evolução de uma região em particular. A política algodoeira segue os contornos de uma dimensão mais abrangente, fato esse evidenciado na ação de diversos organismos: Conselho Federal de Comércio Exterior, Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Ministério da Agricultura, etc.

Na medida em que cabia à iniciativa privada proceder a reorganização da atividade de beneficiamento, o Estado apressava o processo facilitando a entrada de capital estrangeiro e entregando o mercado brasileiro, particularmente o nordestino, às multinacionais do algodão¹¹³. Em outras palavras, estava em curso uma mudança significativa na estrutura do beneficiamento do algodão: são concentrados os mecanismos e os instrumentos de beneficiar e comercializar a produção. "Enfim, estava diretamente nas mãos do capital comercial concentrado o beneficiamento do algodão e o usineiro surge como 'novo' agente da intermediação comercial e financeira da agroexportação. Eliminava-se a casa exportadora no momento em que se fundiam as figuras do maquinista e do exportador em um só comerciante. Nasce o 'usineiro'"

(CLEMENTINO, 1987, p. 116). Nesse processo a luta era desigual entre nacionais e estrangeiros, já que esses últimos recebiam concessões fiscais do Estado para se instalarem no Brasil.

No Rio Grande do Norte as primeiras mudanças significativas na estrutura do beneficiamento do algodão ocorrem já no início dos anos 30. As multinacionais do algodão, de certa maneira, são responsáveis por elas. Desde 1924 que a Machine Cotton operava no estado e a década de 30 viu chegar a SANBRA e a Anderson Clayton. Entretanto, é preciso desmistificar um pouco a importância da multinacional no RN e registrar a existência de grupos locais "fortes" e capazes de dividir o controle do mercado algodoeiro a nível estadual.

"No movimento de reestruturação do beneficiamento do algodão no RN, no pós-30, distingue-se, claramente, dois momentos: um de transição e outro de generalização da usina. O primeiro, de transição, se caracteriza pela 'saída' da máquina de trabalho (descaroçadora) do interior das grandes fazendas e sua concentração nos pequenos núcleos urbanos do interior próximos às zonas de produção de algodão". Por essa época, muitos desses núcleos foram elevados à categoria de municípios. "Esse momento se estende no decorrer de toda a década de 30 até os anos 40. A generalização da usina só vai se dar nos anos 50, ao mesmo tempo em que se difunde o uso da torta de algodão na alimentação do gado" (CLEMENTINO, 1987, p. 127).

Verifica-se que o processo de deslocamento dos maquinismos de beneficiamento do campo para a "cidade" se dá a partir de movimentos internos do capital agroexportador. De um lado, saem os descaroçadores do interior das grandes fazendas e, de outro, a interiorização da casa exportadora que agora, também assume a tarefa de beneficiar algodão. Até então, além da intermediação comercial, ela fazia o controle de qualidade da pluma por um processo conhecido como reprensagem. A isso, acrescenta-se a penetração das firmas estrangeiras no mercado algodoeiro local.

É preciso que fique claro que, longe de desvincular o beneficiamento e a comercialização do algodão do financiamento à produção, esse processo, ao contrário, fortaleceu, considerando que a usina ao prescindir da agenciamento da casa exportadora, abriu para o fazendeiro/maquinista a possibilidade de exercer diretamente a intermediação comercial e financeira na produção e na comercialização do algodão. Os dados empíricos mostram, por exemplo, que as casas exportadoras sediadas em Natal não se transformaram em usinas; entretanto, aquelas localizadas em Mossoró passaram também a beneficiar o algodão.

À medida que surgiram as "firmas algodoeiras" os pequenos maquinismos foram sendo eliminados das fazendas e realocados em pequenos núcleos urbanos do interior em pequenas usinas de 2 a 5 descaroçadores - só eventualmente registra-se uma "interiorização" da casa exportadora. Uma das características da fase de transição é que a unidade de fabricação de óleo de algodão

não está necessariamente acoplada à de beneficiamento. Ao contrário do beneficiamento, a planta industrial de óleo continua localizada nos centros urbanos maiores (Recife, Natal, Mossoró, Campina Grande). Nesse sentido predomina no núcleo urbano emergente a "firma" e não a "usina" de algodão. Esta última só vai se generalizar, nesse núcleo nos anos 50.

É interessante notar que se compararmos os dados da tabela 29 (referentes ao ano de 1922) com os da tabela 30 (referente a 1942) observa-se que no decorrer de menos de uma década o número de unidades de beneficiamento foi reduzido em quase 50%. Na década de 1940 acelera-se ainda mais o processo de desaparecimento dos pequenos descaroçadores, abrindo espaço à chegada da usina no interior. A tabela 30 mostra a existência de 168 estabelecimentos industriais de algodão no ano de 1942: sendo que desses, 157 faziam o beneficiamento e apenas 7 estavam destinados ao fabrico de óleo de algodão. Indica, ainda, que tanto a atividade de beneficiamento como a fabricação de óleo se dava fora dos limites do município de Natal, sendo que a última atividade localizava-se nos maiores centros do interior (Mossoró) ou em suas proximidades (Angicos) ou em zonas eminentemente algodoeiras (Currais Novos, no Seridó e Baixa Verde, na região do Mato Grande).

TABELA 29 - BENEFICIADORAS DE ALGODÃO ESTABELECIDAS NO RIO GRANDE DO NORTE

NATUREZA DO EQUIPAMENTO	1922		1935	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Bolandeiras ⁽¹⁾	89	25,0	09	2,8
Descaroçadores ⁽²⁾	297	75,0	289	90,0
Usinas	14	4,4
Prensas de Exportação	09	2,8
TOTAL	396	100,0	321	100,0

Fonte: GUERRA, Felipe. Ainda o Nordeste. Natal, Tipografia de A República, 1927 (para os dados de 1922); e GALVÃO, Luis Gonzaga. A questão algodoeira no Nordeste e as usinas estrangeiras. Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, em 12 de novembro de 1936.

(1) Maquinismos pequenos com tração animal

(2) Conhecidos como "locomóveis". As unidades de beneficiamento possuíam em média duas dessas máquinas na década de vinte e entre três e cinco máquinas na década de 1930.

(...) Sem informação

TABELA 30 - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE ALGODÃO EXISTENTES NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1942

MUNICÍPIOS	NATUREZA DO ESTABELECIMENTO					TOTAL
	FIAÇÃO E BENEFI- PRENSAG. CIAMENTO	ÓLEOS VE- GETAIS	FAB. MAQ. BENEF.	ESTOPA		
Natal	01					01
Acarí		06				06
Alexandria		04				04
Angicos		08	01			09
Apodi		01				01
Augusto Severo		09				09
Baixa Verde		03	01			04
Calçó		03				03
Caraúbas		06				06
Currais Novos		11	01	01		13
J. do Seridó		05				05
Jucurutu		04				04
Lages		05				05
Luis Gomes		03				03
Macaíba		04				04
Martins		07				07
Mossoró	01	03	04		01	08
Nova Cruz		06				06
Parehas		13				13
Patu		08				08
Pau dos Ferros		05				05
Pedro Velho		01				01
Sant. do Matos		08				08
Santa Cruz		12				12
Santo Antonio		01				01
São Gonçalo		02				02
São Miguel		07				07
São Tomé		11				11
Serra Negra		01				01
TOTAL	02	157	07	01	01	168

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Relatório de 1942, Natal, 1949, p. 52-56.

Nesse particular, a ação do governo estadual foi decisiva no sentido de minimizar a ação da multinacional e resguardar o controle da produção para as firmas locais. Utilizando o discurso da necessidade de preservação da qualidade do algodão mocó, governo e fazendeiros/maquinistas cuidaram de afastar as firmas americanas e fortalecer sua ação no mercado local. Pela "preservação do algodão mocó" e pelo repúdio "a ação danosa que a multinacional causava quebrando a fibra longa" eram deixadas de lado as rixas políticas, familiares, a nível de município, e as dissidências internas da política regional, contanto que fossem preservadas a estrutura fundiária e as relações de produção vigentes. A multinacional ameaçava essa estrutura, açambarcando o mercado, comprando o algodão nas feiras,

diretamente ao pequeno produtor e o que é pior, pagando ao preço do dia. A oligarquia imaginava poder sempre comprar algodão na folha.

Observa-se que a influência da entrada do capital internacional na esfera da comercialização do algodão ameaçava a ordem estabelecida. As casas exportadoras que não entraram no ramo de beneficiamento foram deslocadas do mercado algodoeiro. As que continuaram, somente o conseguiram com a montagem de equipamentos similares às modernas usinas da SANBRA, Anderson Clayton e Machine Cotton. O mesmo acontece com os maquinismos antes já instalados no interior (fazendas) que tiveram de fazer melhorias em seus conjuntos de serras, adquirir novas prensas, e mais tarde, a fazer a montagem da usina de óleo vegetal.

Como o custo de complementação ou aquisição de uma dessas unidades era muito elevado, somente se tornaram usinas aquelas firmas ou maquinistas que, sendo suficientemente capitalizados, podem concorrer com a multinacional e fazer as mesmas ofertas de preços e financiamento da produção, além de investir na modernização de máquinas e prensas. Isso é inaccessível às empresas de menor solidez financeira provocando, dessa maneira, o desaparecimento de muitas delas.

No RN muitos maquinistas conseguiram passar à nova condição de usineiro. Por ser um negócio bastante rentável (apenas a exportação do caroço para o fabrico de óleo já cobria os custos operacionais de beneficiamento da pluma), sua existência como tal dependia, de um lado, da possibilidade de adquirir a usina e, de outro, de seu poder de garantir o financiamento da produção anual de determinada região. O financiamento é base do controle sobre a produção. Parte desse controle o usineiro tem conferido pela propriedade da terra e pela manutenção das relações de trabalho citadas.

Para o maquinista tornar-se usineiro, teria de passar a financiar os agricultores em larga escala, como faz a multinacional, bem como pagar pelo algodão o preço bem mais elevado que o vigente no mercado oferecido por elas. O maquinista que não dispusesse de recursos financeiros próprios poderia se valer de empréstimo de investimentos e de custeio de safra, respaldado no patrimônio privado que a propriedade da terra representa. Quanto maior a propriedade fundiária, mais facilidade seria encontrada no levantamento de fundos para prover necessidades financeiras e quanto maior o rebanho bovino menor o risco de perder a renda fundiária. O proprietário empenha sua renda fundiária (mediante a apresentação de um título de terra) e com isto obtém o dinheiro de que necessita para prover o empreendimento agrícola ⁽¹⁵⁾. A facilidade de liquidez de rebanho bovino lhe permite não só saldar em tempo hábil seus compromissos com o exportador ou com o banco e, mais que isso, se apropriar do lucro empresarial e de toda a renda fundiária.

A recorrência ao crédito bancário e oficial já era possível nos anos 50. A aplicação dos recursos da política de

preços mínimos no período 1952/1962 concentra-se praticamente no algodão, sendo esta cultura responsável por uma participação entre 60% e 88% dos gastos ou dos créditos da política, enquanto os produtos alimentares têm participação mínima ⁽¹⁴⁾. Portanto, desde a década de 1940, com o apoio do governo do estado e, durante as décadas 50/60 com o inquestionável reforço da política de preços mínimos, as usinas se espalharam por todo o interior do RN como pode ser observado no mapa 5.

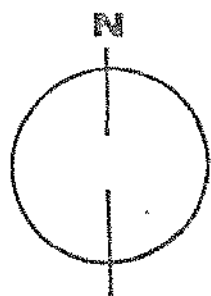
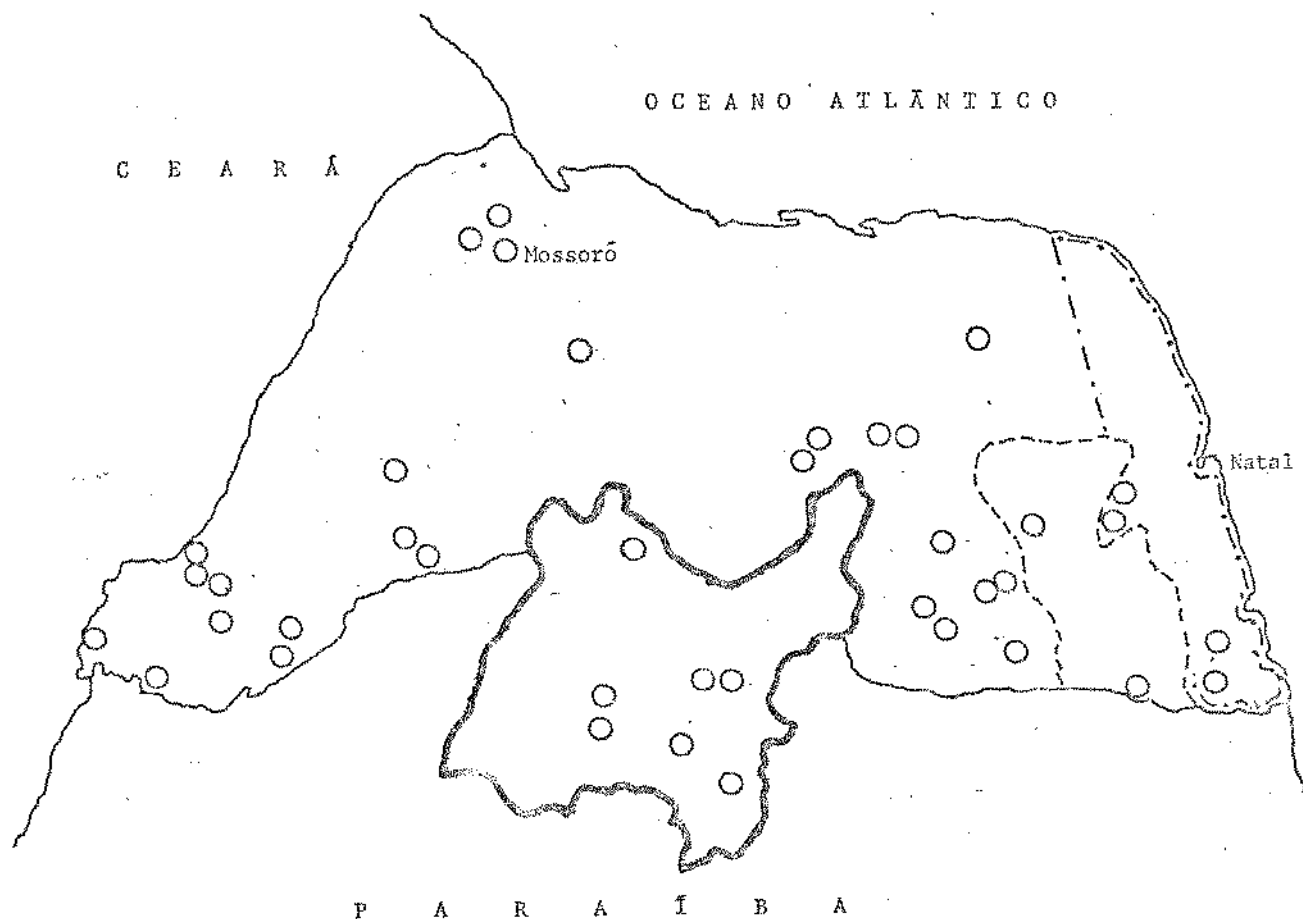
Segundo os próprios maquinistas "até a década de 60 o mercado deu para todos" para os locais e para os estrangeiros. Essa década se caracteriza pela consolidação da usina. Na safra 1969/1970 o processo de concentração iniciado em 30 reduzia as usinas para 25 unidades, indicando que o setor passara por um aperfeiçoamento técnico com ampliação e diversificação de capacidade produtiva. Das 25 unidades apenas 4 pertenciam as multinacionais (2 da SANBRA e 2 da Machine Cotton), pois estas motivadas pela crescente participação de outras oleaginosas na produção de óleo vegetal (soja e mamona) iniciavam sua debandada do Nordeste. Mesmo assim, ainda detinham 22,5% da capacidade instalada do setor.

Embora as firmas locais aumentassem sua participação no beneficiamento, se ressentiram da crise porque passava a economia brasileira no início dos anos 70, caracterizada por claros sinais de desaceleração do crescimento industrial associada a uma espiral inflacionária sem precedentes no país. Os maquinistas defrontavam-se com a perda de eficácia dos mecanismos de financiamento do setor público e com dificuldades crescentes do setor externo devido a queda da procura por fibras de algodão à medida em que se generaliza na Europa o uso das fibras sintéticas pela indústria têxtil. Como o mercado nacional de fibras reflete em boa medida as condições do mercado internacional, o final dos anos 60 - a partir de 1968 - e a década de 70 correspondem ao período em que o Brasil difunde uma tecnologia mais avançada na indústria têxtil. A modernização dos equipamentos têxteis nesse período está de certa forma associada à introdução dos fios sintéticos na economia brasileira. A introdução das fibras sintéticas levou a que em termos relativos, houvesse uma redução crescente do consumo dos fios de algodão e, particularmente, das fibras de melhor qualidade (caso do algodão mocó). Este fato certamente trouxe sérios problemas à colocação do algodão do RN no mercado nacional, desde que sua sustentação estava justamente pautada na qualidade da fibra longa, até então indispensável ao bom funcionamento da maquinaria têxtil.

Acrescente-se o "efeito" da modernização da indústria têxtil nacional sobre a indústria do Nordeste: o da "destruição" da indústria têxtil nordestina e sua substituição por "filiais" das empresas sediadas no Sudeste. As novas indústrias implantadas utilizavam equipamentos modernos, com alto índice de automação, utilizando mão-de-obra barata e pouca matéria-prima regional (algodão) já que aos moldes do Sudeste se introduziam as fibras sintéticas, importadas inicialmente, e depois produzidas no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

MAPA 05 -

USINAS EM FUNCIONAMENTO NA SAFRA 1959 - 1960



LEGENDA:

- - - - - Litoral
- Agreste
- Sertão
- Sertido
- - Usinas

ESCALA - 1: 2.500.000

O Rio Grande do Norte que até os anos 70 tinha seu parque manufatureiro formado essencialmente por indústrias tradicionais modificou um pouco esse perfil, modernizando e ampliando o setor têxtil.

Para o Nordeste e, particularmente, para o Rio Grande do Norte (produtor de fibra longa), esse efeito gerava dupla ação sobre o setor algodoeiro, dada a especificidade da fibra do algodão mocó. "A medida que essa indústria têxtil penetrava no Nordeste e no Rio Grande do Norte, desestruturava a produção regional têxtil (consumidora de fibra longa) e se implantava com uma base técnica poupadora de algodão e potencialmente não consumidora de fibra longa. Isso significa dizer que, mantida a tendência do consumo de matérias-primas da indústria têxtil nacional (inclua-se as sediadas no Nordeste), em termos relativos, a tendência é a de que o consumo de fibra de algodão seja decrescente também na região. Melhor dizendo, há indícios que o parque têxtil instalado no Rio Grande do Norte - 'terra do algodão' - esteja consumindo matéria-prima do Sudeste" (CLEMENTINO, 1987, p. 192-193).

A perda da competitividade do algodão mocó provoca um desequilíbrio na organização da produção e comercialização do algodão no Rio Grande do Norte, situação essa agravada pela presença do capital têxtil na região que, ao invés de consumir a produção local passa a importar (mais barato) fibra de inferior qualidade de São Paulo e outros estados do Sul. O algodão mocó perde, então, a sua alcunha de "ouro branco" e passa a ser um entrave ao equilíbrio do anelar binômio sertanejo: algodão-gado.

Nos anos 80 essa situação foi seriamente agravada pela praga do bicudo. No presente, a produção do Rio Grande do Norte está reduzida a 10% das 30.000 toneladas de pluma produzidas em média nos anos 70.

2.2. A Diversificação da Produção Exportável: scheelita e sisal

Na época da 2ª Grande Guerra a economia norte-riograndense é acrescida de duas novas atividades de exportação: a mineração de scheelita (minério de tungstênio) e a cultura do sisal que se expandirão, até o ano de 1953 (fim da Guerra da Coréia) e início da década de sessenta (crise de superprodução), contribuindo de certa maneira para melhorar o perfil da economia estadual no pós-guerra.

Por volta de 1928, identificaram-se indícios de tungstênio no Nordeste, nos municípios de Acará, Parelhas e Santa Cruz, todos no Rio Grande do Norte. Entretanto, a exploração sistemática do minério na região só ocorreu quando as necessidades de matérias-primas dos países envolvidos na 2ª. Guerra Mundial

orientaram a exploração dos jazimentos. A produção nacional de tungstênio (quase toda procedente do Nordeste) de 32 toneladas, passa para 1264 toneladas em 1943 e sobe para 2221 toneladas no ano seguinte¹²⁷.

Em 1940 têm início as primeiras pesquisas no RN e em 1941 descobre-se a primeira jazida. Localizado o minério, a exploração veio em seguida, através da garimpagem. A identificação de grandes jazidas atraiu capitais locais e empresas estrangeiras que aqui se estabeleceram notadamente no município de Currais Novos, no Seridó, onde estão situadas as maiores minas hoje em exploração no país.

A procura pelo minério tornou-se intensa graças aos preços e estímulos da Comissão de Compras do Governo Norte Americano estabelecida em Parelhas-RN - já no início da 2a. Guerra. Surgiu nessa época a oportunidade de proprietários de terra do Seridó explorarem o minério uma vez que o código de mineração da constituição de 1937 dava ao proprietário da terra direito à exploração do solo mineralizado. A maior mina, ainda hoje, em operação, a Brejuí, pertencente a Mineração Tomaz Salustino S/A, localizada no município de Currais Novos, apresenta essa característica. Em sua dissertação, CUNHA, descreve: "Logo que a scheelita foi encontrada no sítio Brejuí seu proprietário organizou o trabalho de modo a poder recolher 5% da produção, comprar todo minério produzido e abastecer os garimpeiros das mercadorias necessárias à sua reprodução. Com os recursos acumulados, o proprietário de Brejuí criou a 'Mineração Tomaz Salustino S/A' (...) A produção de Brejuí atingiu seu pico em 1945 com 95 toneladas de metal contido, correspondendo a mais de 100% do que produziu no ano anterior quando não havia controle rigoroso sobre os garimpeiros" (CUNHA, 1988, p. 65).

Fimda a 2a. Guerra decresce progressivamente a produção brasileira de scheelita devido a queda de preços no mercado exterior. "Os países consumidores (exceto os Estados Unidos) não dispunham de meios de pagamento. O enorme desenvolvimento da produção do minério, e os estoques que subsistiam, não encontraram senão compradores arruinados. Recai o preço em quedas sucessivas" (DNPM, 1973, p. 31). Essa crise tem seu ponto máximo em 1949; mas, já no ano seguinte as implicações sobre o mercado resultantes da guerra dos EUA com a Coreia (grande produtora) fizeram os preços aumentarem rapidamente em 1950-51. Em 1953, a produção brasileira volta a atingir 1000 toneladas (se equipara ao pico de 1945) sendo que a Mineração Tomaz Salustino fornecia 50% das exportações brasileiras do produto.

A crise de comercialização foi, porém, agravada em 1958 quando no Brasil, apenas duas empresas continuaram as explorações: a Mineração Wa Chang, assegurada, apenas, por um contrato de fornecimento diário de 5 a 7 toneladas do metal ao governo americano e a Mineração Tomaz Salustino S/A cujo concessionário, também, grande proprietário rural "retirou da pecuária os recursos necessários à manutenção da mina" (CUNHA, 1988, p. 34).

Allás, como diz CUNHA, "o domínio econômico do Dr. Tomaz estendia-se a construções de estradas que lhe serviam para compra de minérios nas cidades mais próximas: ao Tungstênio Hotel, infraestrutura destinada a hospedar técnicos em mineração, vindos da Paraíba e Pernambuco; a construção de cinema, estação de rádio, posto de puericultura, prédio para funcionamento do Banco do Brasil, campo de pouso para pequenos aviões e aero clube. Essas construções feitas 'às suas custas exclusivas' foram, na verdade indenizadas pelo poder público, (...) engrossaram (...) o patrimônio da família e são exploradas lucrativamente" (CUNHA, 1988, p. 66).

O acesso ao poder político trazia ao proprietário de Brejuí "chances de decisões práticas que lhe permitiam maior apoio infraestrutural" (CUNHA, 1988, p. 67). Em 1947, entre outras funções públicas assumidas, e sob a legenda do PSD, foi eleito vice-governador ao lado de José Varela.

É nesta atmosfera de falência que se apreende o processo da produção scheelitífera do Rio Grande do Norte e as estratégias de sobrevivência para conseguir preços compatíveis com seus custos de produção. Os preços continuaram baixos e a produção nacional caiu progressivamente, só começando a reagir de 1965 em diante, como pode ser observado na tabela 31.

TABELA 31 - PRODUÇÃO E CONSUMO DE TUNGSTÊNIO NO BRASIL - 1962-1971

ANOS	EM TONELADAS DO METAL CONTIDO	
	PRODUÇÃO	CONSUMO
1962	574	...
1963	257	-
1964	177	-
1965	247	11
1966	194	11
1967	238	11
1968	383	11
1969	826	144
1970	1073	161
1971	1398	210

Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. Perfil Analítico do Tungstênio. Rio de Janeiro: 1973. Boletim nº 24.

Pelo que já foi dito até agora é fácil de se entender a irregularidade da produção brasileira, devido a sua funcionalidade direta com a variação dos preços no mercado externo. A produção não chega a ser expressiva para poder influenciar aquele mercado. A produção brasileira corresponde somente a 3% da produção mundial em 1970. Por outro lado, devido a pequena escala de nossa produção e tamanho das empresas mineradoras, não é economicamente viável a

realização de estoques nos períodos em que os preços se acham em baixa.

As perspectivas favoráveis apresentadas pelo mercado interno brasileiro a partir de 1969 (vide tabela 31) não foram suficientes para retirar do produto sua dependência do mercado internacional. Até 1976 o concentrado de tungstênio caracterizou-se como um produto tipicamente de mercado exterior. Posteriormente ocorre "uma nítida substituição das exportações de matéria prima como a sheelita e a wolfranita pela exportação de produtos industrializados como brocas e coroas, aço especial como o tungstênio e o ferro tungstênio"⁽¹⁸⁾. Mesmo assim, em 1983, outra grande crise de comercialização abateu-se sobre esta atividade mineradora, marcadamente, do Rio Grande do Norte.

Atualmente, mais de 90% da produção brasileira de concentrado de tungstênio é proveniente de minas do RN: Barra Verde, explorada pela mineração Termoligas e Metalurgia S/A; e, Boca de Laje, explorada pela Tungstênio do Brasil Minérios e Metais S/A. Estas minas, outras de menor tamanho e os garimpos, seguem as determinações do mercado. Os garimpos funcionam como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores expulsos pela modernização da produção agro-pecuária do Seridó a partir dos anos 70; e, como amortecedor, nos longos períodos de estiagens da crítica situação da população flagelada, freando inclusive o processo migratório.

Também, durante a 2ª Guerra o Rio Grande do Norte inicia suas exportações de sisal⁽¹⁷⁾. Durante a década de 1940, foi efetivado o primeiro plantio da cultura à níveis econômicos com implantação de cerca de 50% da produção realizada nos anos 70 (cerca de 60.000 toneladas). Posteriormente, no período 1950/60 foi acrescentado mais 40%, totalizando nesta fase 90% do plantio sisaleiro, que obedeceu em média as seguintes fases:

1945	50%
1955	40%
1965	10%

A partir desse período, o desenvolvimento de alocação da cultura à agricultura estadual foi interrompido por força de crises sucessivas no mercado internacional, decorrentes principalmente da forte concorrência de alguns substitutos sintéticos extraídos do prolipopileno. O maior poder competitivo dos sintéticos, desmotivou os plantadores locais de expandirem suas culturas, pois a inconstância dos preços criava condições desfavoráveis à sua expansão. Sendo as colheitas obtidas de plantações de várias gerações, apresentam níveis insatisfatórios de rendimento e qualidade.

Mesmo assim, o RN é o terceiro estado produtor de sisal no Brasil, sendo responsável, antes da primeira crise do petróleo (1974) por cerca de 35% da produção nacional superado apenas pela

Bahia e Paraíba que ocupavam 19 e 20 lugares, respectivamente.

Uma série de fatores de ordem internacional levou a debilitação da economia sisaleira no período 1969/72, gerando a interrupção no desenvolvimento da cultura no estado ou mesmo sua retração, com abandono ou substituição dos campos. Dentre estes fatores os substitutos derivados do petróleo contribuíram para retração da cultura até 1972 e conseqüentemente para a queda dos preços internacionais desestimulando a produção de alguns países.

A escassez do produto no mercado internacional em consequência da queda de produção dos países africanos, permitiu ao Brasil elevar seus embarques. Pela tabela 32, pode-se verificar que de 36 mil toneladas em 1970 passou para 152 mil toneladas em 1972 o que lhe rendeu o equivalente a US\$ 15,4 milhões em 1970. A participação do Rio Grande do Norte neste período foi decrescente no valor da receita cambial, vez que como já foi mencionado, a cultura no estado, por essa época, encontrava-se desgastada.

No ano de 1973 efetuou-se o maior volume de exportações do período (160 mil toneladas), trazendo um rendimento de US\$ 59,4 milhões. A participação do RN chega a 10% nesse ano. Em 1974 verifica-se decréscimo na quantidade exportada, porém, com a 1ª crise do petróleo os preços internacionais do sisal estavam elevados e a participação do RN nas exportações se eleva à 13,7%.

TABELA 32 - EXPORTAÇÕES DE SISAL DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO NORTE

ANOS	BRASIL		RIO GRANDE DO NORTE		% S/ BR (\$1000)
	EXPORTAÇÃO (TON)	Vr. DOLAR FOB(\$1000)	EXPORTAÇÃO (TON)	Vr. DOLAR FOB(\$1000)	
1970	136090	15428	10307	1216	7,8
1971	147400	15280	7032	705	4,6
1972	152104	22488	7987	1273	5,6
1973	160241	59445	17260	6447	10,8
1974	139013	114130	17426	13250	11,6
1975	51956	30054	8362	4116	13,7

Fonte: Banco do Brasil - CACEX - Relatórios anuais.

Apesar do segundo momento de elevação dos preços do petróleo - 1973 - o sisal vem perdendo significado econômico dando ensejo a uma verdadeira bancarrota para os produtores. O que se observa é que a pouca produção continua a ser exportada e o consumo interno é restrito à indústria têxtil na fabricação de baler, tapetes, estofamentos, artesanato, etc. Estas limitações vem comprometendo gravemente o futuro do sisal, como opção para a agricultura do RN.

Para a ótica deste trabalho, o sisal é significativo no período 1940-70 pela localização da cultura e pelos centros de convergência da produção. Diferentemente da scheelita, que se expande na região Seridó, o sisal juntamente com o cultivo do algodão herbáceo (fibra curta) se expande sobre novas áreas notadamente na porção norte do Agreste e Centro-Norte do estado. Destacam-se como maiores produtores os municípios de Touros, João Câmara, Parazinho e Pureza, responsáveis pela quase totalidade da produção das micro-regiões homogêneas (estabelecidas pelo IBGE em 1969) do litoral de São Bento e Serra Verde (ou região do Mato Grande), que contribuem, respectivamente, com 43,6% e 32% da produção total do RN (dados de 1974). Destaca-se, ainda, a MR-Borborema Potiguar (na porção sul do Agreste) com 17,6% da produção total; perfazendo com o litoral de São Bento e Serra Verde 93,2% do agave norte-riograndense.

Como centros de convergência da produção de sisal, figuram os municípios de Natal, João Câmara, Nova Cruz, Campo Redondo e São Tomé. Os centros de convergência do agave não estão vinculados apenas a existência de usinas de beneficiamento do produto, dado que Nova Cruz, Santa Cruz, Campo Redondo e São Tomé não possuíam unidades de beneficiamento. Existiam usinas, apenas, em Natal, João Câmara e Touros, não figurando este último como centro de convergência⁽²⁰⁾.

Destes centros, Natal e Nova Cruz tinham até 1940, algum tipo de importância na formação da rede urbana do RN, João Câmara, Campo Redondo e São Tomé, vão aparecer nesse momento pautados na expansão da cultura sisaleira e do algodão herbáceo; do mesmo modo que Currais Novos se firma como centro intermediário com a extração de scheelita. Desses "novos" contornos urbanos trataremos a seguir.

2.3. Os "Novos" Contornos Urbanos

Serão abordados neste item algumas das principais consequências da evolução da economia do Rio Grande do Norte no período pré-SUDENE (1930-1960) sobre o desenvolvimento urbano do estado.

Vimos anteriormente que o avanço algodoeiro de início do século até 1930, fora incapaz de estabelecer uma diferenciação regional interna do Estado com exceção de Mossoró. A difusão, a atomização e a não centralidade do campo, marcam as manifestações do desenvolvimento do capitalismo no estado e dimensionam de modo precário o processo de urbanização nesse período. Foi dito, também, que se alguma mudança ocorreu nesse processo é o Estado oligarca o responsável por ela.

Parece-nos que o pré-30 se define menos pela criação de bases que assentassem um processo de industrialização (como

ocorreu com a economia paulista), e mais pela criação de bases políticas que possibilitaram e/ou facilitaram os "ajustes" internos requeridos pelo processo de transformação e modernização do país nas décadas posteriores. No plano político, o pré-30, marca a recomposição das elites e a consolidação das oligarquias republicanas. Essas modificações, embora lentas cobrem o Interregno que vai da proclamação até 1914 quando as primeiras fissuras mais sérias começam a relegar a oligarquia Maranhão (açucareira e organizadora do Estado Republicano no RN) ao ostracismo (LINDOSO, 1989, cap. 1).

O desgaste político dos Maranhão era evidente na 2ª década. Suas bases de sustentação social se estreitaram à medida em que os representantes da oligarquia algodoeiro-pecuária, procedentes do Seridó e do Oeste tinham seus interesses cada vez mais atrelados as propostas de políticas de combate as secas; deslocando-se concretamente nos anos 20 o eixo da hegemonia do açúcar (litoral) para o algodão-pecuária. Como diz LINDOSO "é quebrado o monolitismo que marca a cena política do Estado republicano no RN (LINDOSO, 1989, cap. 1).

Em linhas gerais, o período de 30 a 60 marca precisamente o momento em que a oligarquia algodoeiro-pecuária amplia sua base econômica e aperfeiçoa suas formas de dominação política. Aproveita as políticas públicas para prover suas necessidades de infraestrutura e ajeitar sua máquina política: ao mesmo tempo em que utiliza os recursos federais em seu próprio proveito, cria (sem prescindir da velha política dos currais eleitorais) um curral eleitoral urbano sustentado e dominado pelo emprego que essas políticas trouxeram consigo.

Os recursos federais que generosamente permitiram a construção das estradas de ferro, das rodovias, do telégrafo, das Caixas Econômicas, dos bancos oficiais, das cooperativas agrícolas, dos açudes, etc. foram gastos à revelia de transformações importantes na agricultura: incapazes, portanto, de alterar o curso do processo de desenvolvimento econômico do RN. Entretanto, foram eficazes para estender a dominação econômica e política dos setores oligárquicos dessa sociedade. Mostraram-se mais eficazes, ainda, em estender a base material que a propriedade da terra representa para sua sustentação econômica e política: se apropriando, por exemplo, das terras ao redor dos centros urbanos maiores (Natal) e deixando-as em repouso para valorização.

É necessário não esquecer que a ação das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a urbanização, geram em graus diferenciados impactos sobre o terciário. Nele estão presentes o setor privado e o público, sendo que este último em certas áreas do país (como o Nordeste) tem papel importantíssimo no nível da renda e do emprego urbanos.

O terciário tem em grande medida uma dinâmica reflexa. Sua oferta reflete as demandas derivadas da indústria e da agricultura. Contudo o terciário guarda uma "certa autonomia".

Seus segmentos constituem atividades que, em grande medida, são reflexos dos compartimentos produtivos. Outros porém, guardam graus variáveis de dinâmica reflexa e autônoma (CANO, 1985, p. 24).

A dificuldade que aqui se coloca é entender a articulação a nível local/regional da nova divisão social e territorial do trabalho que termina dando outra qualificação aos centros regionais nordestinos. A ação governamental, através de suas políticas públicas influenciam, pelos processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem no eixo dinâmico da sociedade em geral as articulações entre o terciário e os demais setores da economia local. Esta última, porém, na condição de gestora dessas políticas consegue utilizá-las, adequando-as, aos seus próprios interesses. Razão porque, seu impacto sobre o setor terciário não somente guarda graus variáveis de dinâmica reflexa e autônoma, mas também, amplia, em descompasso com a dinâmica induzida pelos setores da produção material, as respostas que o terciário tem que dar às pressões da expansão da massa humana que vive em seu contexto.

O crucial é que essa especificidade do terciário proporciona atração às populações rurais em disritmia com as oportunidades de emprego urbano. Mesmo assim, os empregos criados por essas instituições geram uma massa de salários e criam condições para a expansão das atividades comerciais e, como um ciclo, a expansão destas gera a extensão dos serviços e perversamente prolifera o mercado informal de trabalho.

Parece-nos redundante dizer que a expansão das atividades comerciais, da construção civil, do imobiliário, passa a se constituir uma versão urbana das transformações que o capital mercantil de origem fundiária foi incapaz de proceder no campo. É nesse sentido que FELIPE afirma que "a reorganização ou a organização do espaço urbano (no Nordeste) cria formas de dominação, onde a sociedade urbana é governada por um poder local que fortalece as suas formas de dominação, através do empregulismo que essas instituições de serviços sob seu controle estão criando" (FELIPE, 1983, p. 62).

Por todas estas considerações (e pelo item 2.2) supõe-se que são praticamente inexistentes as modificações sobre os "primeiros contornos urbanos". Entretanto, voltamos as evidências empíricas para analisar o processo evolutivo da população, dos meios de transportes e da divisão político-administrativa do território no sentido de verificar a ocorrência ou não de modificações significativas na rede urbana do Rio Grande do Norte no período pré-SUDENE.

Do mesmo modo que no item anterior (2.2) desdobraremos o período 1930-1980 em duas fases: a primeira de "ajustes" internos decorrentes das necessidades de formação do mercado nacional e outra (superposta) de pré-transição, gestada durante a 2ª Grande Guerra e desdobrada no pós-guerra.

Em 1920 o estado do Rio Grande do Norte tinha uma rede urbana composta de 37 municípios, totalmente ocupados. Essa ocupação, porém, já o dissemos era fraca e rarefeita tanto em termos demográficos como econômicos. O período 1920-1950 não apresenta destacadas mudanças: apenas cinco novos municípios são criados entre 1920 e 1940 e mais seis até 1950. As transformações mais significativas na divisão político-administrativa do território estadual vão se dar no período 1950-1970. Pela tabela 33 pode ser observado que em 1950 o RN contava com 48 municípios, elevando-se em 1960 para 83 e em 1970 para 150. Entre 1970 e 1990 apenas mais um município foi criado: o da Serra do Mel, desmembrado de vários municípios⁽²⁾. Pelo mapa 6 é possível apreender a dinâmica regional de fracionamento do território. Tendo por base a divisão municipal e regional censitária de 1950, é possível visualizar o desdobramento municipal em 1970.

TABELA 33 - RIO GRANDE DO NORTE - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO AS REGIÕES - 1920-1970

ZONAS FISIOGRÁFICAS ⁽¹⁾	CENSOS				
	1920	1940	1950	1960	1970 ⁽²⁾
Litoral ou Mata	10	10	09	18	28
Agreste	05	07	09	20	36
Centro Norte	06	06	09	12	19
Seridó	06	08	10	16	22
Oeste	04	04	04	06	11
Serrana	06	07	07	11	34
TOTAL	37	42	48	83	150

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

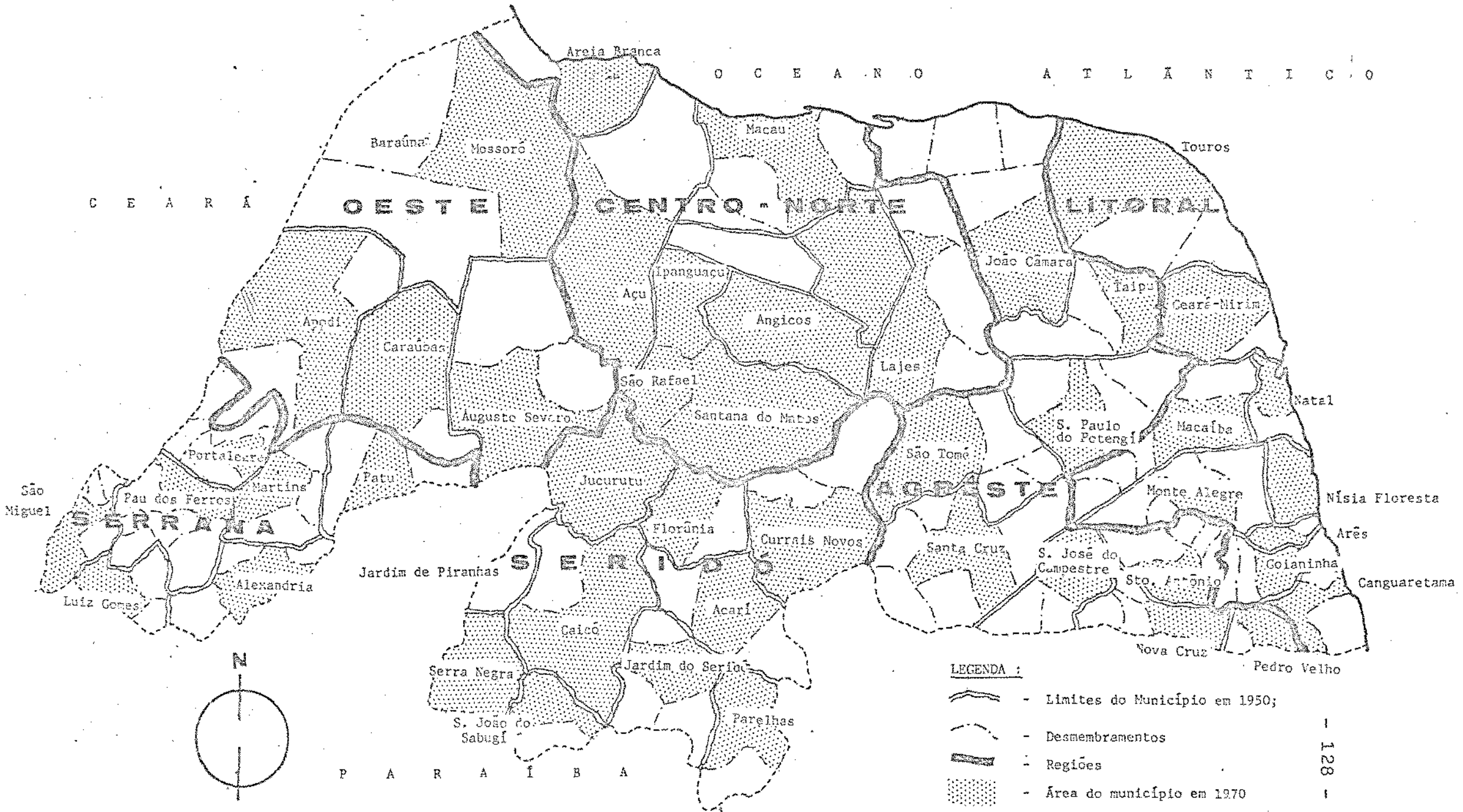
(1) De acordo com a regionalização do Censo Demográfico de 1950.

(2) O RN conta hoje com 151 municípios

Em 1920 a população potiguar abrangia cerca de 537 mil pessoas, aumentando para 768 mil em 1940, 968 mil em 1950 e 1,1 milhão de pessoas em 1960 (tabela 23). Calculada em relação à respectiva área terrestre (53 048 Km²), a densidade demográfica do estado, de 14,5 habitantes por Km² em 1940, elevou-se para 18,2 hab/Km² em 1950. Nesse período a população cresceu 199.903 pessoas e o incremento relativo do período foi, portanto, de 23,0%.

Os dados de urbanização revelam-se incipientes como pode ser visto na tabela 34. Pelos critérios de situação de domicílio dos censos de 1940 e 1950, a população urbana e suburbana era de 19,4% em 1940 e 26,2% em 1950, concentrando-se a população praticamente no meio rural.

MAPA 06 - R.G.N. : DIVISÃO ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS - 1950/1970



LEGENDA :





-  - Limites do Município em 1950;
-  - Desmembramentos
-  - Regiões
-  - Área do município em 1970

TABELA 34 - RIO GRANDE DO NORTE - POPULAÇÃO PRESENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1940-1950

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	ANOS			
	1940	%	1950	%
Urbano e suburbano	164.248	19,4	253.765	26,2
Rural	603.770	78,6	714.156	73,8
TOTAL	768.018	100,0	967.921	100,0

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral de 1950

Obs: A delimitação dos quadros urbano, suburbano e rural obedeceu a critérios diferentes em 1940 e 1950. Vide Introdução do Censo Demográfico de 1950: Estado do Rio Grande do Norte: Seleção dos principais dados. p.V

Essa forma de crescimento populacional rural pouco contribuiu para dar corpo à rede urbana do interior e não originou a concentração de população na capital do estado em 1940. Como pode ser lido na tabela 35, dos 42 municípios existentes 06 tinham de 5.001 a 10.000 habitantes e somente o município de Natal contava com população entre 50.001 e 100.000 habitantes. Cerca de 50 % destes municípios não tinham 20.000 habitantes.

As cidades, que pelos critérios censitários da época congregam as populações urbana e suburbana do distrito em que tem sede o governo municipal, refletem o quadro anterior; ou seja, das 42 cidades do RN, 26 tinham até 2.000 hab. A única cidade que se aproximava a 50.000 era Natal.

Nos anos 50 esse referencial se mantém, com exceção do município da capital, que praticamente dobra sua população em uma década (vide tabela 36). Os quatro municípios mais populosos eram Natal (103.215 hab.); Santa Cruz (43.092), Mossoró (40.681) e Macaíba (40.339). Nesses quatro municípios, que tinham em conjunto, 227.327 habitantes, se encontravam 23% da população do RN.

As pessoas presentes nas sedes municipais (cidades) somavam 223.095 e correspondiam a 23% da população total do Rio Grande do Norte em 1950. As pessoas presentes nas nove localidades de mais de 5.000 hab. se elevavam a 157.978, equivalente a 16% da população do estado, e se distribuíam pelas cidades de Natal (94.812 habitantes), Mossoró (19.612), Caicó (7.755), Areia Branca (7.665), Macau (7.661), Currals Novos (5.179), Nova Cruz (5.131), Ceará Mirim (5.092) e Acu (5.071):

TABELA 35 - RIO GRANDE DO NORTE - MUNICÍPIOS, DISTRITOS, CIDADES E VILAS SEGUNDO O TAMANHO DA POPULAÇÃO - 1940 e 1950

HABITANTES	MUNICÍPIOS		DISTRITOS		CIDADES ⁽¹⁾		VILAS ⁽²⁾	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Até 500	-	-	-	-	01	-	19	13
de 501 a 1000	-	-	-	-	16	06	20	15
de 1001 a 2000	-	-	01	01	10	23	03	09
de 2001 a 5000	01	01	24	18	11	10	-	01
de 5001 a 10000	05	07	34	35	02	07	-	-
de 10001 a 20000	22	22	18	22	01	01	-	-
de 20001 a 50000	14	17	06	09	01	-	-	-
de 50001 a 100000	01	-	01	01	-	01	-	-
mais de 100000	-	01	-	-	-	-	-	-
TOTAL	42	48	84	86	42	48	42	38

Fonte: IBGE - Censos de 1940 e 1950

(1) Como população de cidade, quadro urbano e suburbano do distrito em que tem sede o governo municipal (distrito que tem a mesma denominação do município)

(2) Quadro urbano e suburbano de qualquer distrito que não seja o da sede municipal.

Em 1940, o município de Natal, reunia apenas 7,17% da população estadual. Em 1950 esses números evoluíram para 10,66% apesar da taxa média geométrica de incremento anual da população residente no estado haver sido de 2,43% e acima da média do Brasil que foi de 2,39%. Esse aumento de participação, como veremos na tabela 36, pode ser atribuído a instalação da base militar dos EUA em Natal durante a 2ª Grande Guerra e aos desdobramentos que a guerra causou na economia estadual. Tratamento em separado será dispensado à esta questão, no próximo capítulo.

TABELA 36 - PROGRESSÃO DA RELAÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE NATAL E O CONJUNTO DO RN

ANOS	POPULAÇÃO DO RN	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NATAL	% SOBRE O TOTAL DO RN
1900	274.317	16.059	5,85
1920	537.135	30.696	5,71
1940	788.018	55.119	7,17
1950	967.921	103.215	10,66
1960	1140.823	162.537	14,24
1970	1545.428	264.379	17,10
1980	1887.494	416.898	22,08

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1980

SEPLAN - RN - Perfil da Cidade de Natal, 1978.

No tocante à concentração regional da população, observa-se pela tabela 37 que há uma disseminação em todas as zonas fisiográficas, obedecendo, ainda discretamente, a tendência histórica no sentido capital-Interior. A zona do litoral oriental é a mais populosa com 28,3% da população total, 28,2% de população suburbana e 59,0% da considerada estritamente urbana pelo censo de 1950. A menos populosa é a zona Oeste com 9,6 % da população; e, a maior participação de população rural é a do Agreste (26,1 %). O Seridó manteve sua participação de 14 % em relação ao censo de 1920 (vide tabelas 23 e 24).

Os meios de transportes se desenvolveram no período 1930-1960, mais uma vez em atenção às necessidades das atividades econômicas de exportação e sempre atrelados às políticas públicas e aos recursos federais de combate às secas. Guarda um certo alinhamento com a evolução registrada pela economia nordestina, muito embora sua ligação mais estreita seja com a troca de mercadorias no mercado nacional. Aliás, como demonstramos, esta é uma característica do RN que antecede a 1930.

Sabe-se que o eixo de comunicação do sistema de transporte nordestino é constituído até os anos 60 pela navegação marítima. O desenvolvimento do sistema de transporte terrestre, inicialmente o ferroviário e depois o rodoviário, eram complementares à navegação marítima. A expansão do sistema ferroviário nordestino foi favorecida pela introdução de um sistema nacional de garantia de juros para os investimentos no setor, através da atração de capitais estrangeiros. A malha ferroviária se adensará, especialmente entre 1875 e 1920, melhorando as ligações interiores entre o litoral e o sertão e projetando a atuação dos portos e terminais ferroviários. A ocorrência de repetidas secas durante este período não somente será uma motivação adicional por parte da oligarquia para expandir o sistema, mas também proporcionará a mão-de-obra demandada pela atividade da construção da ferrovia (SEPLAN, 1976, p. 27).

A partir de 1909, sobretudo, inicia-se uma ação sistemática para combater os efeitos das secas através da construção de rodovias. Depois de 1920, notadamente, a preocupação de "abrir estradas" substitui a programação de construção de ferrovias dentro dos planos do DNOCs (antigo IFOCs). Mais ou menos em 1940 a Rede Rodoviária Básica do Nordeste já estava implantada, apoiando-se fundamentalmente nos antigos "caminhos do gado" (vide mapa D2). Nos anos 30 e 40 o tráfego rodoviário, em consequência, já tem condições de competir com o transporte ferroviário; porém, o sistema rodoviário só substitui o trem como principal meio de transporte intra-regional após a II Grande Guerra, durante a qual a rede rodoviária foi expandida e melhorada por razões de segurança⁽²²⁾.

O Rio Grande do Norte, fugiu um pouco a essa regra. O transporte marítimo, como no Nordeste, constitui até o final da década de 60 o principal meio de ligação entre o RN e outras

TABELA 37 - RIO GRANDE DO NORTE - POPULAÇÃO PRESENTE EM 1950 POR ZONA FISIAGRÁFICA SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ⁽¹⁾	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO							
	TOTAIS	%	URBANO	%	SUBURBANO	%	RURAL	%
LITORAL OU MATA ⁽²⁾	274.537	28,3	101.192	59,0	23.170	28,2	150.175	21,0
AGRESTE ⁽³⁾	213.130	22,0	16.375	9,5	9.954	12,1	186.801	26,1
CENTRO NORTE ⁽⁴⁾	141.489	14,6	18.146	10,6	16.502	20,0	106.821	15,0
SERIDÓ	137.426	14,3	16.907	9,8	12.075	14,7	108.444	15,2
OESTE ⁽⁵⁾	92.929	9,8	9.598	5,6	15.608	19,0	67.723	9,5
SERRANA	108.430	11,2	9.277	5,5	4.961	6,0	94.192	13,2
TOTAL	967.921	100,0	171.945	100,0	82.270	100,0	714.156	100,0

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral de 1950. Censo demográfico.

(1) De acordo com a regionalização do Censo de 1950.

(2) Nesta região inclui-se o município de Natal com 103.215 hab, sendo: 86 % urbano, 9 % sub-urbano e 5 % rural; bem como o 4º município mais populoso, o de Macaíba, cuja população é eminentemente rural: 85,5 %.

(3) Santa Cruz é o 2º município mais populoso do RN: população rural de 88 %.

(4) O município de Areia Branca, região salineira, é o que apresenta depois de Natal e Mossoró, mais baixo índice de população rural: 58 %. Sua população urbana é de 19 % da total e a suburbana 22 %.

(5) Mossoró é o 3º município mais populoso: tem 16 % de sua população urbana, 33 % suburbana e 51 % rural.

Unidades da Federação: mas, diferentemente de outros estados o transporte rodoviário não é o principal meio de ligação com o próprio Nordeste. Aqui, as ligações rodoviárias eram precárias e mesmo internamente, o deslocamento de pessoas de Natal para Macau e Mossoró era efetivado com mais frequência por via marítima⁽²²⁾.

Os portos norte-riograndenses (Natal, Areia Branca e Macau) eram ponto de escala obrigatória das companhias de cabotagem, não somente para transporte de carga, mas também de passageiros. O único porto organizado era o de Natal⁽²³⁾. A importância do transporte marítimo para o RN pode ser mensurada pela participação no movimento de cabotagem do país, em 1937. No registro de entrada de embarcações nacionais o RN participa com 5,63% do movimento de navios e 6,79% da tonelagem circulada no país. No movimento de saídas com 5,63% do movimento de embarcações e 6,80% da tonelagem de mercadorias (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943, p. 184).

A navegação aérea, principalmente a internacional desenvolvida a partir da década de 1940 tem no estado um dos seus principais pontos de apoio no continente sul americano. Como esse assunto diz respeito, diretamente, a cidade de Natal, prescindimos da oportunidade de observá-lo retardando-o para o próximo capítulo.

O sistema viário potiguar fundamenta-se, entretanto, no sistema ferroviário, apesar da lentidão com que foi implantado. Vimos anteriormente que no pré-30 somente a rede da Great Western (Natal-Nova Cruz) fora totalmente implantada e conectada com a rede paraibana. Aliás, pelos critérios do antigo Instituto Nacional de Estatística era a única linha férrea de 1ª categoria do RN. As demais - E. F. Mossoró-Souza e A. F. Central do Rio Grande do Norte eram consideradas sistemas de 3ª categoria (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1937).

A E. F. Mossoró-São Francisco teve seu primeiro trecho inaugurado (Porto Franco a Mossoró) em 1915 e o segundo, Mossoró a São Sebastião (atual Gov. Dix-Sept Rosado), somente em 1936, Almino Afonso em 1937, Mombaça (hoje Frutuoso Gomes) em 1941 e somente depois da 2ª Grande Guerra irá atingir Souza onde se entronca com a rede viação cearense.

Em 1920 a E. F. Central do Rio Grande do Norte tinha apenas o trecho Natal-Lages inaugurado, ou seja, 147 Km. Apenas em 1932 avança no pequeno percurso até Angicos. Daí, as obras foram recomeçadas apenas no pós-guerra quando atinge São Rafael e Macau. Em 1950 tinha uma extensão de 261 Km e em 1960 atingia 332. No entanto, muitos dos volumosos recursos nela dispendidos perderam-se, graças aos desmandos e incompetência daqueles que ao gerir os gastos públicos foram incapazes de articular diferentes interesses. Alguns trechos da estrada foram construídos mas, por questões técnicas, não chegaram a entrar em tráfego; como os percursos Lages a Currais Novos (20 Km) e São Rafael a Jucurutu (26 Km).

Embora não tão diferente da estrada de ferro, a construção do sistema rodoviário foi mais rápida e passa a concorrer efetivamente com a linha férrea na década de 1940. Ao mesmo tempo em que saíam das fazendas os descarçadores de algodão era consolidado o sistema rodoviário estadual, conforme pode ser visto no mapa D7. De acordo com Osvaldo Lamartine de FÁRIA, "foi de lá para cá que a usina engoliu os pequenos descarçadores. O espinhaço mais taludo e o pé-redondo e mais ligeiro do caminhão tangeram das estradas as tropas de burro" e foram substituindo também o carro-de-boi e a linha do trem (FÁRIA, 1961, p. 15-16).

No que tange as rodovias, em 1920, duas são as estradas em que já se fazia o transporte de automóveis. No sentido litoral-sertão, a que ligava Macaíba a Santa Cruz, com 105 Km de extensão; saindo de Mossoró, com 108 Km, a outra, se destinava a Limoeiro do Norte, no Ceará. Estavam em construção, a que ligava Oficinas a Açú e o prolongamento de Santa Cruz ao Seridó (PEARSE, 1921, cap. X). Ainda de Mossoró partiam estradas carroçáveis para Apodi (via distrito de São Sebastião), Augusto Severo e Açú.

No início da década de 1940 já estava implantada a rede rodoviária básica do RN constituída por uma via tronco e dois ramais: (vide mapa D7)

- a) Via Tronco - Natal a Equador, via Macaíba, Santa Cruz, Currais Novos, Acarí e Parelhas. Esta via liga a capital ao Seridó e este a Paraíba;
- b) Ramal de Mossoró - Santa Cruz, Cerro Corá, Angicos, Açú, Mossoró e Limoeiro do Norte (CE);
- c) Ramal do Seridó - Acarí, Jardim do Seridó, Calcó, Brejo do Cruz (PB) e Gatolé do Rocha (PB).

Esta rede básica foi complementada com diversas estradas carroçáveis, entre as quais se destacam:

a) Sentido capital-interior

- . ligação Macaíba a Angicos via Lages, encontrando o percurso Natal-Mossoró e beneficiando áreas de expansão algodoeira na região central;
- . estrada Natal-Macau, passando por Ceará Mirim, Talpu e a porção agreste setentrional conhecida como Mato Grande (produtora de algodão herbáceo e sisal) e o município salineiro de Macau;

b) Ligando o Oeste a Zona Serrana

- . Mossoró-Apodi - foi prolongada até São Sebastião, passando por Pau dos Ferros e fazendo outra conexão com o Ceará.

Aparentemente, não há, entre 1930-1960 sensíveis

modificações na organização espacial do estado, nem vestígios de movimentos significativos de população que identifiquem um processo de urbanização em curso. Entretanto, alguns pontos sugerem maiores esclarecimentos.

Em primeiro lugar, a lenta implantação das rodovias e a mais que lenta sequência de implantação da estrada de ferro criam situações curiosas e contraditórias. De um lado mantém centros de intermediação comercial antigos, situados nos fins de linha ou de entroncamento de ramais rodoviários. Como foi dito, a rede rodoviária básica do RN obedece os traçados dos antigos caminhos do gado. Cidades como Macaíba e Nova Cruz, por exemplo, já tinham funções comerciais específicas no pré-30 e pelo menos Nova Cruz se manteve. Do mesmo modo leva a cidades como Santa Cruz, Baixa Verde (hoje João Câmara), Lages e Angicos novas funções. Se é possível dizer que houve um traço novo na formação da rede urbana, deve-se ao período de fastígio que estas cidades tiveram pela expansão algodoeira do Seridó em direção ao centro do estado e pela dinamização interna do Agreste no sentido norte com as culturas do algodão e do sisal.

De outro lado, o mesmo movimento que deu "nova funcionalidade" à região mais central do Rio Grande do norte, põe por terra a "autonomia" do Vale do Açu em relação a Mossoró. É bom lembrar que parte da produção de algodão do Seridó e do próprio vale (incluindo-se aí a cera de carnaúba) eram escoados pelo porto de Macau, que a partir de então perde importância no escoamento da produção estadual para o mercado nacional.

Era de se esperar que a perda de autonomia do Vale do Açu, ampliasse consideravelmente a área de influência da região de Mossoró, que aliás fora a única a promover uma diferenciação regional e interna no período anterior. Acontece que a partir da primeira década do corrente século todo o sudeste do estado do Ceará, inclusive o Cariri e o Vale do Salgado, passam a viver na órbita de Fortaleza. A penetração da influência de capital cearense em área antes articulada com Mossoró deve-se ao aumento da circulação ferroviária, com a construção da estrada de ferro Baturité iniciada em 1877 e alcançando: Quixadá em 1891, Quixeramobim em 1894, Iguatu em 1910, Cedro em 1916, Crato em 1926, penetrando na Paraíba a partir de Baixo em 1923. Nesse mesmo ano os trilhos, via Paraíba, chegam a Antenor Navarro: em 1926, a Cajazeiras e Souza; e, em 1932, a Pombal.

A implantação da E. F. Mossoró-São Francisco (Souza) foi bem mais lenta, não permitindo a Mossoró concorrer com Fortaleza, a não ser para relações com o baixo Jaguaribe. Depois da 2ª Grande Guerra, quando a estrada de ferro da Rede Viação Cearense chega à região do Rio do Peixe, área tradicionalmente voltada para Mossoró, esta já constituía parte da zona de influência de Campina Grande, cuja rápida projeção para o interior, logo concorre com Mossoró e Fortaleza. O advento da era do caminhão, apoiado na implantação do sistema rodoviário paraibano, especialmente a construção da rodovia Campina Grande-Cajazeiras, completava o cerco empurrando Mossoró aos próprios limites do RN.

Desse modo, a atuação da cidade de Mossoró alcançará seu ápice no período anterior. A redução de sua área de influência como centro regional do sertão nordestino não é compensada pela atração que passa a exercer sobre as zonas internas - porção oeste do Vale do Açu e Zona Serrana em expansão algodoeira - pois a porção leste da região mais central passa a se articular direto com a capital. O Seridó que tradicionalmente exportava parte de sua produção pelo porto de Macau - via Açu - caminha, como veremos, para outras direções.

No início do século XX o Seridó relacionava-se com a região Centro-Oeste do estado e com a região do brejo paraibano. A sua produção algodoeira era escoada em várias direções: Macau, Natal e Campina Grande. A construção do sistema viário paraibano tangencia o Seridó (paraibano e potiguar), provocando a sua vinculação à área de atuação de Campina Grande. Com a construção do ramal rodoviário do Seridó (RN) (vide mapa 07) a região se liga diretamente à atuação da cidade de Natal, cuja irradiação comercial é muito mais fraca no pós-30 que a de Campina Grande. E assim grande parcela do algodão Seridó continua escoada por aquela cidade.

A abertura do Seridó à capital fortalece Santa Cruz (2º município mais populoso em 1950) situado no caminho para Caicó e centro de convergência de várias estradas que aí se reúnem em direção a Natal (vide mapa 07). Do mesmo modo Macaíba (4º município mais populoso) continua sua função de ligação entre Natal, o sul do agreste e agora também, com o Seridó.

Em segundo lugar, esses deslocamentos, de fato, sugerem uma expansão do relacionamento da capital com o interior; porém, no nosso entender, incapaz de originar a concentração que configuraria a capital potiguar. Como vimos, o município da capital tinha 7,17% da população do RN; em 1950 praticamente dobrava essa população e já detinha 10,68%. Em 1960, aumentava a concentração para 17,10 % e em 1980 para 22,08% (tabela 37). Ocorre que um processo de rápida concentração urbana requer, em princípio, a formação de uma rede urbana (hierarquizada) que suporte a dinâmica produtiva. Além do mais, uma cidade com o setor terciário em processo de expansão e modernização concentra, além de população, atividades produtivas urbanas. Era de se esperar, portanto, que fosse a dinâmica de reprodução dessa economia que exigisse um segmento urbano.

Mais uma vez chegamos ao ponto em que as explicações mais gerais são insuficientes para apreender a especificidade do RN: como explicar que uma série de atividades mais ligadas ao processo de urbanização tenham se desenvolvido, na década de 1940, em Natal, como o comércio varejista, o transporte urbano, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc, sem que outros componentes mais ligados à produção sejam explicitados no processo mais geral de desenvolvimento econômico do estado?

Afora o aparelho de Estado, tudo faz crer que o nível de atividade e de concentração da indústria, do comércio atacadista, do comércio de importação e exportação, dos bancos, etc, não explicam o movimento exagerado da dinâmica "autônoma" do terciário em Natal, desde a década de 1940.

Ainda consideramos dispensável uma análise em separado, da relação da urbanização com a dinâmica regional. No entanto, preparamos quadros demonstrativos da Produção, Movimento de Importação e Exportação, de alguns componentes mais ligados à Produção e da Administração Pública referentes ao final dos anos trinta, no sentido de tomá-los como ponto de referência, para o estudo específico da cidade de Natal, que faremos no capítulo seguinte. Estes demonstrativos correspondem respectivamente aos anexos A, B e C.

Por outro lado, consideramos oportuno antecipar uma breve avaliação da comparação dos dados censitários ligados à mão-de-obra. Nas datas dos censos de 1940 e 1950 as pessoas economicamente ativas representavam respectivamente 38,4% e 30,3% da população do RN, conforme tabela 38. Essa menor variação absoluta da PEA, em parte, pode ser atribuída a seca de 1942 que desempregou grande contingentes de mão-de-obra no setor agrícola estadual.

TABELA 38 - RIO GRANDE DO NORTE - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NAS DATAS DOS CENSOS DE 1940 E 1950

ESPECIFICAÇÃO	1940		1950	
	Abs.	%	Abs.	%
Pessoas Economicamente Ativas	295.017	38,4	293.158	30,3
Pessoas Não Economicamente Ativas	473.001	61,6	674.763	69,7
População Total	768.018	100,0	967.921	100,0

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 e 1950

A tabela 38 mostra a população de 10 anos e mais em 1940 e 1950, segundo os ramos de atividade, destacando, no ano de 1950, o município da capital. Em 1940, 39% das pessoas nessa faixa de idade se encontravam na agricultura; em 1950, seguindo a tendência geral do país, ocorre um declínio para 31,2%. As atividades domésticas não remuneradas e as atividades escolares discentes tem, ao contrário, seus percentuais elevados de 36,6% para 48,0%. Praticamente se mantém as alíquotas relativas as atividades da Indústria Extrativa, da Indústria de Transformação e do Comércio de Mercadorias. Há uma discreta redução dos percentuais da prestação de serviços, e dos transportes e comunicações. Cresce o percentual referente a Defesa e Segurança Pública.

Pelos dados referentes a Natal em 1950, ficam mais

claros alguns pontos. Percebe-se a pouca concentração da Indústria e do comércio de mercadorias; o alto peso das atividades ligadas a prestação de serviços e a Administração Pública; e, principalmente, da Defesa e Segurança Pública. Por outro lado, pelos dados das atividades escolares discentes, percebe-se que a cidade recebeu significativo contingente populacional considerando a pouca participação da mulher no sistema produtivo àquela época. Atribuímos a 2ª Guerra Mundial e a instalação de bases militares na capital, as modificações ocorridas. No capítulo seguinte trataremos da especificidade de Natal

TABELA 39 - RIO GRANDE DO NORTE - POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS EM 1940 E 1950, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

RAMO DE ATIVIDADE	1940		RN		1950		NATAL/RN
	PES. PRES.	%	PES. PRES.	%	PES. PRES.	%	
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	212.084	39,0	208.050	31,2	1.272	1,8	0,00
Indústrias Extrativas	8.003	1,5	9.833	1,5	498	0,6	0,00
Indústrias de Transformação	11.600	2,1	13.179	2,0	4.571	6,0	0,34
Comércio de Mercadorias	8.717	1,6	12.819	2,0	4.152	5,4	0,32
Comércio de Imóveis e Valores Mobiliários, Crédito, seguro e capitalização	169	0,0	378	0,0	258	0,3	0,68
Prestação de Serviços	22.554	4,1	20.340	3,0	8.145	10,7	0,40
Transporte, Comunicação e Armazenagem	6.406	1,8	8.415	1,2	2.978	4,0	0,35
Profissões Liberais	329	0,0	482	0,0	218	0,3	0,45
Atividades Sociais	2.343	0,4	4.353	0,6	1.981	2,6	0,45
Adm. Pública, Legislativo e Justiça	2.738	0,5	2.506	0,4	1.133	1,5	0,45
Defesa e Segurança Pública	1.851	0,3	5.744	1,0	4.859	6,4	0,84
Atividades Domésticas não Remuneradas e Atividades Escolares Discantes	198.735	36,6	319.746	48,0	36.410	48,0	0,11
Ativ. não compreendidas nos demais ramos, mal definidos e não declarados	1.094	0,2	750	0,0	111	0,1	0,14
Condições Inativas	86.476	12,2	60.784	9,1	9.505	12,5	0,15
TOTAL GERAL	543.099	100,0	687.179	100,0	76.092	100,0	0,11

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1940 e 1950

NOTAS

(01) Os sucessivos planos de valorização do café (1906, 1917 e 1921) deram excelentes resultados. Em 1922 o governo federal criou uma Política de Defesa Permanente para o café sob a responsabilidade do Instituto do Café de São Paulo. Até 1926 e safra 1927/28 a produção crescia cada vez mais. Em 1927 houve uma queda do preço internacional do produto, retornando ao preço normal em 1928, embora em níveis inferiores ao do ano de 1926. Como se previa, a safra 1928/29 equivaleu apenas à metade da anterior e foi menor do que a média verificada antes de 1927.

Contrariando a natureza normal do ciclo, a safra 1929/30 foi record. Essas duas safras records equivaleram a quatro anos de safra normal. Mesmo assim, o Instituto do Café conseguiu conter os preços até meados de 1929.

Dois eventos precipitaram os preços para baixo: 1º) mais influência financeira do Governo do Estado de São Paulo no plano interno, os efeitos da política econômica deflacionista e de estabilização cambial que impossibilitavam socorrer o Instituto do Café; 2º) no plano externo, a derrocada da Bolsa de New York repercutiu negativamente, agravando a situação do mercado internacional do café.

A postura interna, face a crise, fez propagar ainda mais o efeito depressivo colocando ainda mais em baixa o preço do café. Tornou-se impossível levar adiante a política de sustentação do café nas formas até então organizadas.

Cabe lembrar que a insistência na política de livre conversibilidade, vigorando em plena crise, faria com que além de grande fuga de ouro e divisas, gerasse por isso mesmo, forte redução do meio circulante, que passa de 3,4 para 2,8 milhões de contos entre 1929/30. Dada a estrutura bancária de então, este fato reduzia o socorro creditício, agravando a crise com diminuição da capacidade de liquidez.

Mesmo assim, São Paulo obteve em 1930 um empréstimo externo de 20 milhões de libras esterlinas. Este recurso, porém, não foi suficiente para sustentar a crise e a política de defesa do café ruiu. Com a revolução de 1930, o Governo Federal reorganiza a Política de Defesa do Café, cria o Conselho Nacional do Café e retoma a compra de excedentes em fevereiro de 1931.

A situação persiste crítica e agrava-se em 1931. Os novos plantios efetuados no final da década de vinte começam a entrar em produção, com safras altíssimas em 1931/32 e 1933/34, abarrotando ainda mais o mercado já sobrecarregado com os invendáveis estoques das safras 1927/28 e 1929/30.

Essas safras do início dos anos trinta só seriam superadas em 1959/60.

Para sair da crise não foi só suficiente o clássico mecanismo cambial ou a temporária retirada do produto do mercado a curto prazo. Foi preciso rigorosa ação do Estado através da política do governo federal para sustentação da economia cafeeira. O Estado destruiu entre 1931 e 1944 cerca de 78 milhões de sacas de café (CANO, 1985, p. 204-210).

- (02) Em 1926, o movimento de modernização da indústria têxtil culmina com a crise de sobreinversão. A indústria aí instalada não foi capaz de criar seu próprio mercado, dependendo da economia cafeeira para sobreviver. "Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está presa à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador ainda que seja através do gasto público ou da urbanização" (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 110).

"Essa crise de sobreinversão nos principais setores industriais paulistas - notadamente no têxtil algodoeiro - encontraria uma solução apenas parcial na conquista temporária dos mercados do restante do país. Com efeito, a única saída se traduziu em agravamento da competição inter-capitalista interregional" (CANO, 1981, p. 195).

"O setor industrial então se defende da tendência ao declínio de sua taxa interna de rentabilidade acentuando a concorrência intercapitalista. Aceleraram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas a custa de empresas marginais. Ainda que a taxa de acumulação global da indústria não suba e mesmo declíne, a capacidade produtiva das empresas mais fortes se amplia e seus custos diretos de produção podem inclusive cair devido à incorporação do progresso técnico que acompanha a importação de máquinas e equipamentos" (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 112).

STEIN, coloca que "enquanto o mercado interno para os produtos do algodão não desabou, os fabricantes brasileiros continuaram expandindo a sua capacidade produtiva e a produção". As dificuldades foram agravadas, e mesmo a revisão tarifária de 1928 não foi suficiente para superar a crise mantendo-se elevado grau de capacidade ociosa (STEIN, 1974, p. 123 e 135).

Em 1929, com o desequilíbrio dos países centrais, a crise chegou ao Brasil na mesma intensidade tanto para o setor exportador como para o setor industrial. "No momento em que

estala a crise definitivamente tanto o complexo exportador quanto a indústria são arrastados" (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 112).

STEIN, diz que o principal problema já não era mais os lucros e sim a manutenção do pessoal e de máquinas. Foi reduzida a semana de trabalho gradualmente de seis para três dias e o número de teares em operação foi também reduzido. A importação de máquinas têxteis caiu entre 1926 e 1930 em 83%. A situação da maior indústria brasileira (têxtil) era desoladora: "um relatório de fevereiro de 1930 descreve a situação sombria de 57 fábricas de tecidos de algodão de São Paulo. 23 haviam suspenso suas operações; 17 estavam funcionando com apenas 10 a 50% de sua capacidade produtiva, enquanto que 17 fábricas (30%) operavam com 50 a 120%". A produção caíra de 594 milhões de metros em 1927 para 476 milhões em 1930 (STEIN, 1974, p. 136).

As propostas de superação da crise eram variadas: as pequenas e médias empresas descobriam o papel dos atravessadores e tentavam livrarem-se deles. As empresas maiores (Rio e São Paulo) não pretenderam mudar seus esquemas de comercialização por demais atrelados com as grandes casas comerciais. A saída proposta pelas grandes situava-se a nível governamental.

Em 1929 elas conseguiam ampliações da tarifa, e a proibição da importação do novo maquinário têxtil, sendo resguardada apenas as importações de peças de reposição. Este fato fazia consolidar o poder das maiores descartando os possíveis arranjos internos e o acirramento da concorrência (ALBUQUERQUE, 1982, p. 133).

A preocupação com a garantia de ganhos a nível comercial sem concorrência fica evidenciado entre os protestos de industriais do Rio e São Paulo em 1931, quando se deu a proibição de importação do maquinário que se mostraram contrários à chance aberta para que se produzisse internamente o maquinário importado. Essa proibição se estendeu até 1937, gerando grandes polêmicas dentro do empresariado.

É exigido que o decreto fosse estendido para proibir a produção doméstica de teares. Os industriais têxteis paulistas qualificaram os proprietários de três fábricas paulistas de teares como "indivíduos destituídos de patriotismo, sedentos de lucros legais ou ilegais" sendo seus teares descritos como "rudes imitações dos modelos ingleses e franceses sem o mérito da originalidade" (STEIN, 1974, p. 9-10).

A proteção tarifária e as restrições à importação de máquinas conseguem ampliar o grau de utilização da capacidade instalada. No mesmo sentido, "a quebra da

capacidade para importar defende, em certa medida, o capital industrial, que começa a se recuperar lentamente através de gradual utilização da capacidade ociosa". No momento em que os preços internacionais e internos tornam a subir começa um novo ciclo de expansão conjunta. No que pese a indústria têxtil em 1933 esta já se encontrava em franca recuperação. (CARDOSO DE MELO, 1975, p. 113).

- (03) Olhando "ex post", podemos dizer que a especificidade da industrialização brasileira está numa determinada articulação das três esferas de capital, a saber, capital privado nacional, capital estatal e capital internacional, colada a um determinado padrão de financiamento. Como isto foi montado?

A economia brasileira se recupera da crise de 29 a partir de um estímulo governamental (sustentação do gasto público com a compra dos estoques do café) e de uma política cambial com controles de câmbio, restrições quantitativas e depreciação cambial, cujo significado foi possibilitar a ocupação de uma capacidade ociosa, uma reserva de mercado para as indústrias locais (dadas as limitações à importação) e a compra de equipamento de segunda mão (dada a crise dos anos 30 nos países desenvolvidos).

Esse perfil de crescimento se modifica a partir de 1939 com as alterações na política cambial. Caracteriza esta modificação uma relativa liberdade cambial e uma taxa de câmbio ao valor de 18 cruzeiros o dólar. Essa taxa vigorou de 1939 a 1952. Seu significado foi reverter a relação preço interno X preço externo.

Com isto, caracteriza o crescimento industrial dos anos 40 um barateamento dos preços externos frente aos internos ou seja, um barateamento dos insumos e equipamentos, o que se constitui em não concorrência para a indústria local dado que a reserva de mercado vai se dar pelas imposições da guerra. O crescimento industrial de 42 a 51 ficou em torno de 6% ao ano. E enquanto o produto industrial aumentou de 140% no período, o estoque de capital só aumentou de 87%. Esse crescimento industrial foi assentado sobre a indústria de transformação, com base numa expansão autônoma do mercado interno.

O Estado, através dos instrumentos clássicos de política econômica (política cambial, política monetária e creditícia, política tributária), mais a criação de um primeiro ciclo de empresas estatais, a formação de fundos públicos, o surgimento de novos órgãos de coordenação econômica, e o controle de gasto público através de dois planos governamentais, não só sustenta esse crescimento (controle de câmbio, economias externas, crédito), como constrói o tipo de inserção que irá ter no sistema produtivo: Além da presença das empresas estatais, chama a

si controle sobre fundos destinados à acumulação. Na verdade, de 1952 à 1953, o Estado constrói o padrão de financiamento da industrialização pesada: aumentando, criando novos fundos públicos e os centralizando, potencializa o movimento da acumulação. Reformando a política cambial em 1953 (instrução 70 da SUMOC), suplementa o orçamento público através do mecanismo dos ágios cambiais.

Todo este esforço converge para um único ponto: a criação de uma base industrial pesada, condição para a entrada do capital externo. Isto só foi possível com a formação de um "sistema financeiro industrial" que centralizasse capital para o financiamento do investimento de longo prazo. Sem a formação deste sistema, que no Brasil foi estatal, fica impossível pensar-se a montagem da base de bens de produção e do próprio setor de bens de produção.

A articulação de dois blocos de investimento - a infra-estrutura básica e o setor de bens de produção - exige um grau avançado de concentração e centralização de capital, o que não é encontrado nas industrializações tardias. Portanto, para que estes dois blocos sejam simultaneamente projetados, é decisiva a forma de intervenção do Estado enquanto "um aglutinador de um processo de monopolização do capital, no âmbito de sua economia nacional, para viabilizar direta (através das empresas públicas) ou indiretamente a constituição do Departamento de Bens e de Produção" (VIANA, 1981; BELUZZO, e COUTINHO, Estudos CEBRAP nº 23).

(04) De acordo com a orientação teórica adotada neste trabalho "a estrutura fundiária não pode ser considerada em si mesma 'fonte de atraso' para o desenvolvimento de determinada região. Quando existe atraso, as razões devem ser procuradas nas relações sociais de produção predominantes". No caso específico do Nordeste, já observamos, que elas se dão basicamente na pequena produção que se reproduz no interior da grande propriedade; ou seja, se estabelecem entre proprietários de terra e pequenos produtores. "A natureza e o significado preciso das relações sociais de produção são determinados pelo contexto em que estas relações se inserem e pelos vínculos por elas mantidos com a economia como um todo" (GRAZIANO DA SILVA, 1988).

(05) A literatura sobre a "questão regional" no Brasil é ampla e abrange várias posições teóricas. Não cabe nesta oportunidade, elaborar uma revisão exaustiva de múltiplos pontos de vista. Na opinião de Francisco de OLIVEIRA, por exemplo, "a mudança da política econômica que se centrava agora na mobilização da reprodução do capital industrial - favorecendo a taxa cambial subestimada ao mesmo tempo que eram elevadas as taxas alfandegárias para proteção à indústria de transformação - que deu origem as trocas do triângulo Nordeste-Exterior-Centro Sul-Nordeste, definiria a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no

Nordeste". Na opinião do autor essa taxa de realização do valor das mercadorias imobilizava a reprodução do capital no Nordeste; ou seja, a economia nordestina entra numa fase de "estagnação" (OLIVEIRA, 1977, p. 17). Acharnos, mais coerente a opinião de Wilson CANO, que discorda de FURTADO e de OLIVEIRA ao observar que ambas as regiões continuaram crescendo. O problema seria então de diferenciais de corrida e não que o Centro Sul sugasse capitais do Nordeste (Ver a respeito, CANO, 1985).

- (06) "Essas mudanças estão, seguramente, associadas tanto à própria demanda regional, como às exigências da economia brasileira e da sua indústria, notadamente após a implantação dos segmentos pesados" (GUIMARÃES, 1985, p. 141).
- (07) No caso do RN, então, isso só vai ocorrer, timidamente, no final dos anos 60.
- (08) A citação de OLIVEIRA está contida na apresentação que ele faz à Tese de Doutorado de Inaiá de CARVALHO, 1987. In: CARVALHO, Inaiá, 1987, p. 21-24.
- (09) Salienta-se que não há uma relação unívoca entre estrutura fundiária e a forma concreta assumida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo "O maior erro da visão dominante nos anos 50 e 60 parece ter sido o de considerar a estrutura da propriedade incompatível com a modernização da agricultura. Ora, no Brasil a estrutura fundiária pouco se alterou - na verdade concentrou-se ainda mais. No entanto, a estrutura agrária (expressando o conjunto das relações sociais no campo) alterou-se radicalmente, tanto em decorrência da pressão exercida por fatores externos à agricultura, como dos desdobramentos de processos à ela endógenas" (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 5-6).
- (10) Exemplos históricos descritos por vários autores podem ser encontrados na Alemanha do início do século estudada por HILFERDING ou na Rússia analisada por LÊNIN e citadas por KAGEYAMA, 1986, p. 46. É redundante citar aqui a bibliografia sobre o Nordeste.
- (11) As idéias contidas neste destaque foram resumidas do capítulo 4 de O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial, 1987, de nossa autoria.
- (12) Processo semelhante aconteceu com o açúcar no final do século XIX. Ver WANDERLEY, 1978.
- (13) O surto algodoeiro ocorrido no Brasil nos anos 30 onde São Paulo dispara como grande produtor, atraiu a atenção de empresas internacionais que controlavam no mundo inteiro os mercados distribuidores do produto ao consumo. Três dentre elas, as mais possantes, instalaram-se no Brasil: a SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro - pertencente ao

grupo financeiro Bunge & Born, Anderson Clayton & Cia Ltda e Louis Drayfus & Cia. À essas três acrescenta-se a Cottoniere Brasil Ltda., instalada no Maranhão e com atuação comercial circunscrita aos mercados franceses e a Machine Cotton, de capital inglês, instalada no Rio Grande do Norte desde 1924.

- (14) Mediante pressões da oligarquia algodoeira, o interventor Rafael Fernandes de Gurjão (1937/43) estabeleceu que só poderiam exportar ou comercializar algodão no Rio Grande do Norte os maquinistas que em conjugação com a atividade de beneficiamento e comercialização do algodão mantivessem por sua conta campos experimentais para distribuição gratuita de sementes aos cultivadores das regiões onde se localizassem os descaroçadores. Essa não era uma exigência nova e fazia parte dos contratos que as firmas estrangeiras assinaram com o Estado brasileiro. Apenas, era uma cláusula no geral, não cumprida. O que o governo do Rio Grande do Norte fez, foi justamente colocá-la em prática. Ao mesmo tempo que conseguia afastar as multinacionais, temporariamente (cerca de 20 anos) o governo estadual respaldava a oligarquia algodoeira pecuária, contendo o processo de reorganização da economia algodoeira.
- (15) No estudo da renda fundiária, a fórmula trinitária desenvolvida por MARX no Livro III de O Capital, não é a única possível para dar à agricultura o capital de que necessita o desenvolvimento capitalista no campo. Para KAUTSKY, por exemplo, a agricultura tinha um segundo meio para conseguir capital; na medida que podia recorrer ao crédito fundiário ou por hipoteca. Nesse sistema, o proprietário empenha sua renda fundiária (hipoteca a renda - materializada no título jurídico da terra) e com isto obtém os fundos de que necessita para o empreendimento agrícola (KAUTSKY, 1980, p. 105).
- (16) "Há fortes indícios (...) que apontam ter sido a política de preços mínimos utilizada durante o período (...) 1952/62 como instrumento de proteção de interesses de beneficiadores e intermediários agrícolas". Ver sobre a questão DELGADO, 1978, p. 18.
- (17) Em 1940, as minas de scheelita exploradas no Nordeste localizavam-se em Santa Luzia no Seridó paraibano. A partir dessa descoberta, numerosos pontos mineralizados foram identificados em vários municípios do Seridó potiguar: Acari, Governador Dix-Sept Rosado e São João do Sabugi. Vide CUNHA, 1988, p. 34.
- (18) Para garantir esse deslocamento para o mercado interno, o governo brasileiro promoveu entre empresários de mineração e industriais metalúrgicos um acordo no qual os primeiros se comprometiam a abastecer o mercado interno, exportando, apenas, o excedente. Esse acordo é alvo de críticas, por parte dos mineradores nordestinos que termina

responsabilizando-os pelo abastecimento do mercado doméstico. Conforme CUNHA, os mineradores "alegam estar a Região subsidiando o Sul". (CUNHA, 1988, p. 35). Os empresários do setor metalúrgico, por sua vez reclamam do alto preço do produto no mercado interno e pressionam o governo à liberar importações.

- (19) Fibra conhecida regionalmente como agave.
- (20) Além dos centros de convergência situados no estado, outros exercem influência na produção sisaleira potiguar. Na Paraíba, os municípios de Sapé e Campina Grande aparecem como centros de convergência de parte da produção de sisal do Rio Grande do Norte, embora que de pouca significância (SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1976 (mimeo)).
- (21) O município de Serra do Mel foi originado do Projeto Vilas Rurais iniciado na gestão do governo Cortez Pereira (1971-1975) com o objetivo de ocupar a mão-de-obra liberada da modernização das salinas. Reuniu parte dos municípios de Açu, Areia Branca, Carnaúbas e Mossoró.
- (22) A expansão ou retração da rede urbana no RN, pensada tendo os meios de transporte como ponto de reflexão, é inconcebível sem uma análise regional do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações; sob pena de superficial e/ou parcial; mesmo depois de 1930.
- (23) Em 1937, por exemplo, dos 4200 Km de estradas de rodagem apenas 700 eram de "terra melhorada". Os demais 3500 eram de "terra não melhorada". Não dispomos de dados para um confronto com a região; porém em termos de Brasil significava o magro percentual de 2,36% e 2,16% para os respectivos tipos de leito. Dados do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943.
- (24) Os problemas técnicos do porto de Natal não foram resolvidos até hoje. Isso talvez explique o baixo índice (médio) de utilização de sua infraestrutura em 1937, de 35% (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943).

3. A IMPORTÂNCIA DA 2ª GUERRA MUNDIAL NA URBANIZAÇÃO DA CAPITAL

3.1. A Especificidade de Natal

O estudo sobre Natal inicia-se por uma caracterização de determinados momentos do processo de produção de seu espaço urbano, com a finalidade de resgatar aquilo que há de específico na capital em relação ao quadro mais geral do desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Para tanto, a abrangência espacial não será rígida e nem ficará restrita aos limites intra-urbanos do município de Natal. No que se refere a sua abrangência no tempo o destaque da capital neste trabalho adotará quatro grandes cortes:

- 1) Natal: Centro administrativo até a 2ª Guerra Mundial;
- 2) Natal: Centro estratégico militar durante a 2ª Grande Guerra;
- 3) Natal: Centro administrativo e estratégico militar (pós guerra e até os anos 60);
- 4) Natal: em transição para a sociedade urbana (anos 70 em diante).

Neste capítulo, seguindo a periodização mais geral, abordaremos os três primeiros cortes periódicos antes explicitados, ficando o último - anos 70 em diante - para a terceira parte do trabalho.

Os cortes periódicos foram construídos a partir de uma revisão da escassa literatura econômica do estado e os poucos estudos existentes sobre a urbanização de Natal⁽¹⁾. A pesquisa bibliográfica foi complementada com dados secundários coletados em fontes oficiais, jornais e com história oral através de entrevistas com "pessoas-memórias". Foi de grande valia, também a leitura dos relatórios parciais de vários estados da pesquisa Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste⁽²⁾. Os resultados desta pesquisa já divulgados pelos vários estados levantam uma diversidade de elementos e reflexões sobre a questão urbana cuja análise carece, no nosso entender, de aprofundamento. No que se refere a constituição do urbano no Nordeste os referidos estudos contemplam a questão da existência ou não de especificidade na estruturação do urbano na Região. Temos a pretensão de contribuir para o entendimento da especificidade do urbano (e do Estado) em cidades do Nordeste, a partir do estudo sobre Natal - a capital potiguar.

O quadro a seguir antecipa de modo sintético os períodos a serem estudados através das características possíveis de serem apresentadas com base no material pesquisado.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE NATAL
QUADRO RESUMO

PERÍODOS/CORTES	CARACTERÍSTICAS
- Antes da 2ª Grande Guerra	<ul style="list-style-type: none">. Processo lento de concentração de atividades e de população. Pouco significativo economicamente. Abrigava apenas 7% da população do RN. Desfrutava desde o início deste século do contato com inovações tecnológicas ligadas ao desenvolvimento da aviação civil e comercial. Foi uma das primeiras cidades nordestinas a contar com plano urbanístico. O contato com o novo marca uma específica "cultura urbana"
- O episódio da 2ª Grande Guerra	<ul style="list-style-type: none">. Ponto estratégico-militar. Sedia base das Forças Armadas norte-americanas e brasileiras. Intensifica o fluxo migratório e passa, rapidamente, a concentrar população civil e militar. Proporciona um certo crescimento econômico através das atividades comerciais e serviços. Desencadela um processo de especulação imobiliária urbana. Expande fisicamente a cidade e delinea a expansão física das décadas seguintes
- Pré-SUDENE ^(*) (décadas 50-60)	<ul style="list-style-type: none">. Diminui o ritmo de concentração de população em relação ao período anterior, mas aumenta nos anos 60, chegando a dobrar a

a população nestes 20 anos.

- . Fixação de contingentes militares brasileiros
- . Desencadeia-se na cidade um processo rápido de especulação imobiliária através de loteamentos (décadas de 50 e 60)
- . Surgem os primeiros programas habitacionais (década de 60)
- . Criação de infra-estrutura com recursos governamentais (anos 60)

- A década de 1970

- . Arrancada para o desenvolvimento urbano e/ou transição para a sociedade urbana: aumenta o ritmo de concentração de atividades econômicas e de população
- . Política de desenvolvimento industrial: Parque Têxtil
- . Participa do Programa Cidades de Porte Médio - recursos governamentais/agências internacionais.
- . Mudança na distribuição da população economicamente ativa dentro da estrutura ocupacional.
- . Modernização industrial
- . Início das atividades da Petrobrás
- . Afluxo de grande número de técnicos e operários qualificados da Petrobrás e suas empreiteiras
- . Consolidação de uma parcela da população com salários médios altos (serviço público federal civil e militar + técnicos da Petrobrás)
- . Modernização do comércio tradicional - abertura de grandes magazines e shopping centers
- . Dinamização da construção civil

- . Aumento da especulação imobiliária e valorização da terra urbana
- . Construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia da cidade em áreas sem infra-estrutura e serviços urbanos
- . Crescimento descontínuo da cidade e posteriormente verticalização das áreas centrais.
- . Êxodo rural relativamente contido e pouca favelização
- . Início da atividade turística (a partir de 1983 com a conclusão de investimentos em infra-estrutura hoteleira - via costeira - ocorre um boom turístico em Natal)
- . Transferência e/ou integração de capitais da construção civil e imobiliário para a atividade turística (hoteleria)
- . Crescimento do setor serviços e do comércio em função da indústria do turismo.
- . Modificações na tipologia das ocupações em Natal e Mossoró.

(*). Apesar da SUDENE haver sido criada em 1959, os incentivos fiscais só entraram maciçamente em Natal na década de 1970.

Ainda pautada no mesmo referencial, foram estabelecidas as seguintes hipóteses explicativas da especificidade da dinâmica da economia urbana de Natal:

- a) Natal é uma cidade eminentemente terciária, caracterizando-a a condição de prestadora de serviços ao Estado brasileiro;
- b) Em decorrência do "peso" dessa função na economia urbana a dinâmica econômica da cidade é dada e/ou garantida de fora do território potiguar;
- c) Estas características, em última instância, orientam o processo de urbanização da cidade;

- d) Bem como, já garante espaço ao capital mercantil local nos segmentos urbanos da economia: dinamiza e desenvolve a construção civil; as atividades do comércio de mercadorias, permitindo sua modernização; além, é claro, de promover a especulação das terras urbanas;
- e) O início das atividades turísticas e a chegada da Petrobrás acentuam esse processo.

Este capítulo trata, a partir da perspectiva analítica que pretende explicar o processo de urbanização pela síntese dos processos econômicos e sociais, de identificar a especificidade de Natal no processo mais geral de constituição do urbano no Rio Grande do Norte.

3.2. A Capital Antes da 2ª Guerra

Natal faz parte do rol de cidades brasileiras que, no contexto de uma economia fundada para cumprir um papel específico na acumulação primitiva do antigo sistema colonial nasce, como diz Oliveira, "antes mesmo do campo" (OLIVEIRA, 1978, p. 69). Fundada em 25 de dezembro de 1599, foi transformada em ponto de apoio para a conquista do litoral setentrional.

A cidade, junto com a Fortaleza dos Reis Magos - que lhe deu origem - passa a exercer a função de defesa do território conquistado pelos portugueses. Natal se desenvolve de forma lenta e relativamente isolada do processo de ocupação do território potiguar. "O Forte se erguia a setecentos e cinquenta metros da barra (rio Potengi), em cima do arrecife, ilhado nas marés altas. É lugar melhor e mais lógico, anunciando e defendendo a cidade futura" (CASCUDO, 1980, p. 21-25). Nasce a cidade do Natal encravada entre a Barra do Rio Grande (Potengi), o mar e as dunas: portanto, isolada fisicamente. Acontece que, se por um lado, sua condição estratégica permitiu a conquista do litoral setentrional do Nordeste brasileiro para os portugueses, de outro lado, deixou a capital relativamente excluída do processo de povoamento e ocupação da capitania do Rio Grande.

Até o século XVII ela é "cidade apenas no nome" (SOUZA, 1979). Com uma população muito pobre, pela inexistência de qualquer atividade econômica formal, tinha em 1810, quando da visita de Koster, "três ruas que desembocavam na praça da matriz, nenhum calçamento e população de 600 ou 700 habitantes" (KOSTER, 1942).

Durante quase todo o século passado Natal será mais um centro administrativo do que entreposto comercial. Sua condição de empório de mercadorias é resultante (é concomitante) à consolidação da economia algodoeira na primeira metade do atual

século. Isso significa dizer que na produção do espaço urbano de Natal a ação do Estado e das políticas públicas também é decisiva. Este, aparece, como é usual, promovendo e financiando infraestrutura urbana e serviços públicos como sistema viário, transporte urbano, saneamento público, saúde, educação, lazer e habitação para a população.

Entretanto, vale dizer, se cabe ao Estado em sua concepção mais ampla prover os recursos de que a sociedade necessita, em se falando do Estado no Nordeste, as tarefas de locação dos mesmos, sua gerência, controle e fiscalização estão atrelados aos interesses particulares, menores, das oligarquias dominantes.

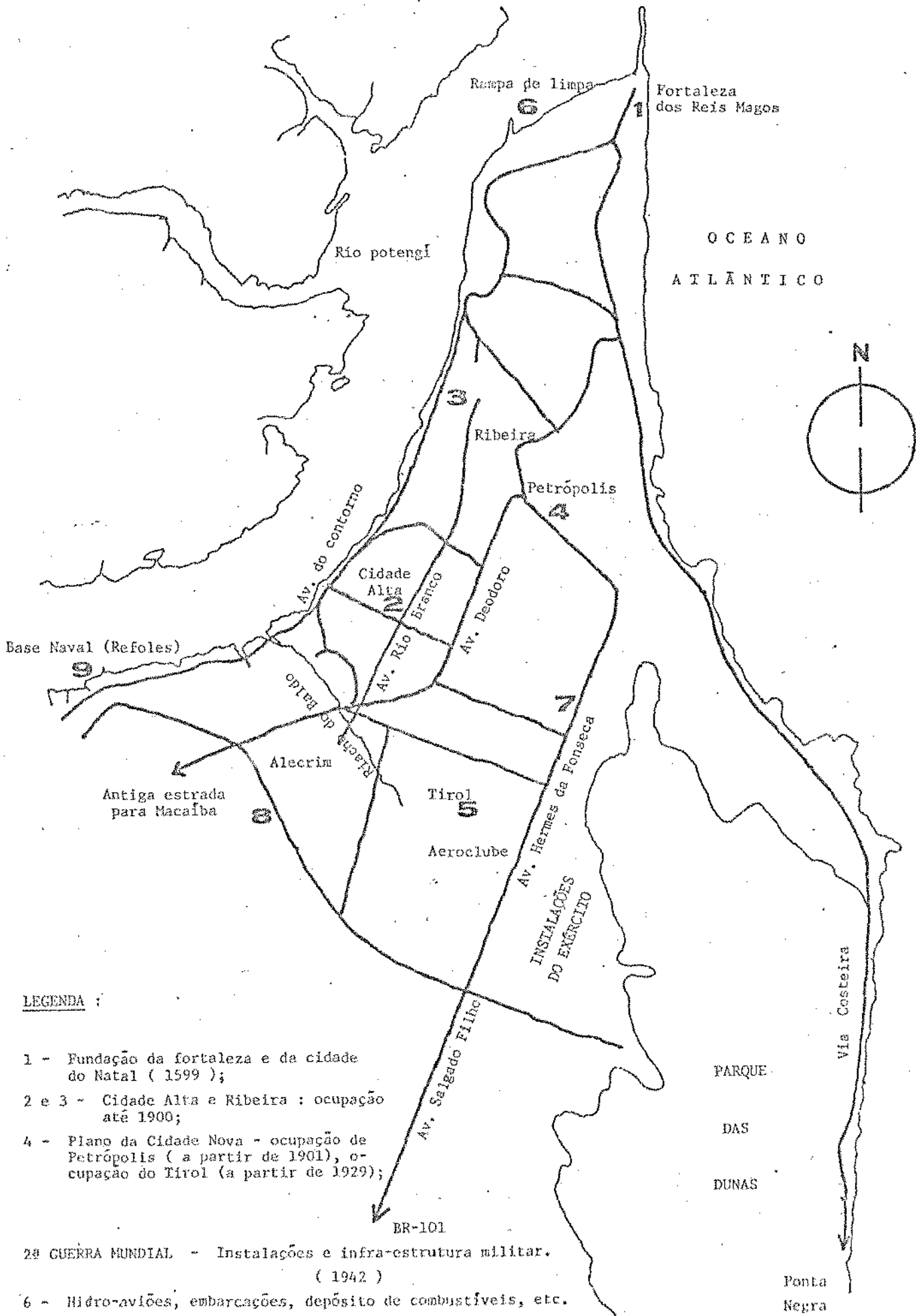
É o Estado capturado, comprometido com a oligarquia que elabora as leis de parcelamento e zoneamento do solo urbano, faz os códigos de obras e edificações "como regulador da propriedade imobiliária" fazendo uso do sistema fiscal para o cumprimento da legislação. Nesse sentido, não resta dúvida que o Nordeste apresenta uma forma de expressão urbana peculiar: na cidade o capital produtivo também não constitui o setor hegemônico da economia e conseqüentemente o Estado não se obriga a viabilizar as condições de produção e reprodução do sistema econômico. Porém, a supremacia do capital comercial e capital imobiliário permitem uma certa cidade. A visualização do processo de constituição desse urbano, aparece na situação concreta de Natal.

Aí, como observado no capítulo 2 o processo de concentração da população foi lento. Em 1870 quando o algodão começa a deslocar a cana-de-açúcar da condição de produto de exportação por excelência Natal, tem 5,4% da população do RN e só em 1940 com o episódio da 2ª Grande Guerra é que a dinâmica populacional vai sofrer mudanças significativas (vide tabela 36).

Também muito lentamente, Natal foi criando suas próprias atividades econômicas baseadas principalmente no intercâmbio comercial na atividade portuária e principalmente valendo-se de sua condição de capital provincial (depois estadual), através dos chamados serviços administrativos. Observe-se que àquela época, outras localidades como Macaíba, Mossoró e Macau rivalizavam com Natal como empório comercial, chegando mesmo, em algumas ocasiões, a superar a capital.

Não obstante sua reduzida população e dimensões físicas acanhadas (vide mapa B) já demonstrava o peso das políticas públicas no feitiço da cidade. Acentuava-se, a preocupação das oligarquias com a necessidade de criar condições que propiciassem a integração da cidade à economia estadual. "Assim é que na virada do século foram tomadas algumas medidas visando a melhoria das condições de exportação/importação de mercadorias, tais como: a navegação e a atracagem no porto de Natal, a construção de estradas de rodagem e ferrovias, além da construção de uma ponte sobre o Rio Potengi, concluída em 1916, ligando Natal ao interior do estado" (SANTOS, 1989, p. 79).

MAPA 08 - EVOLUÇÃO URBANA DE NATAL ATÉ 2ª GUERRA



LEGENDA :

- 1 - Fundação da fortaleza e da cidade do Natal (1599);
- 2 e 3 - Cidade Alta e Ribeira : ocupação até 1900;
- 4 - Plano da Cidade Nova - ocupação de Petrópolis (a partir de 1901), ocupação do Tirol (a partir de 1929);
- 5 - 2ª GUERRA MUNDIAL - Instalações e infra-estrutura militar. (1942)
- 6 - Hidro-aviões, embarcações, depósito de combustíveis, etc.
- 7 - Articulação Natal - Parnamirim Fields, Pipe Line;
- 8 - Articulação instalações do Exército com Base Naval; (9);
- 10 - Bases Aéreas Americanas,

PARQUE
DAS
DUNAS

Ponta
Negra

Observa-se, ao mesmo tempo, instalação da Junta Comercial (1900); da Sociedade Agrícola (1905); e do Banco de Natal (1906) que mais tarde veio a transformar-se no Banco do Estado do Rio Grande do Norte, liquidado recentemente pelo Banco Central. A Indústria, porém, era incipiente: "em 1904 funcionava nos arredores de Natal uma fábrica de óleos vegetais" (SANTOS, 1989, p. 79).

As atividades pertinentes à própria dinâmica urbana também surgiram lenta e gradualmente. Entre 1900 e 1910 foram fundadas seis instituições de ensino (primário e secundário), inclusive uma escola de música, além do Teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão) e do Instituto Histórico e Geográfico. Também durante os anos 20 são fundados estabelecimentos de ensino especializado: Escola de Comércio, Escola Profissional do Alecrim (1922), Escola de Farmácia (1923), além de um hospital. Segundo SANTOS "estes equipamentos e serviços se localizavam à margem direita do Rio Potengi, destinando-se basicamente ao consumo das classes dominantes" (SANTOS, 1989, p. 85).

Em 1905 inaugura-se a iluminação a gás de acetileno nos dois bairros principais, a Ribeira e a Cidade Alta (vide mapa B). O primeiro, se caracterizava por abrigar o comércio de mercadorias, as atividades de lazer (cinemas, bares, cabarés), os hotéis, a alfândega, o porto, as casas exportadoras e a estação ferroviária. Como diz Lenine PINTO "era o bairro mais movimentado de Natal (...) [e] da maioria dos homens ricos" (PINTO, 1971, p. 25).

A Cidade Alta, bairro residencial, tinha porém, o privilégio de sediar a administração pública. "Ficavam lá as principais repartições e entidades como sejam: Palácio dos Governos Estadual e Municipal, Quartel da Força Federal (...) Quartel da Polícia Militar (...) o grande mercado público (...) bispado, Catedral, Capitania dos Portos, Tribunal de Justiça, Igreja Presbiteriana, Liceu Industrial e outros (como o velho Atheneu Norte-Riograndense) que davam muita vida ao bairro" (PINTO, 1971, p. 33). Servindo à Cidade Alta a Companhia de Ferro Carril inaugurou a primeira linha de bonde (puxados por burros) em 1908.

É interessante observar que desde o início do século há uma certa preocupação com o controle da expansão física territorial urbana de Natal. O surgimento de vários planos que em parte implantados, direcionam o parcelamento, uso e ocupação do solo de uma determinada área da cidade até a década de 1940, é uma prova desse fato. Já em 1901 o crescimento da cidade era orientado por plano urbanístico: o Plano da Cidade Nova, que "visava a expansão da cidade já comprometida na antiga Cidade Alta (...) compreendia todo o Petrópolis e todo o Tirol de agora até as imediações do Aero Clube" (CASCUDO, 1980, p. 331-334). Este Plano expandiu os limites da cidade até as encostas da cordilheira de dunas situadas à leste (vide mapa B).

Antes da 2ª Guerra Mundial estava em execução o Plano de

Sistematização da Cidade de Natal, ou Plano Palumbo, considerado por urbanistas e arquitetos, ousado para as características que a cidade apresentava na época. Este Plano permitiu a ocupação do Tirol a partir de 1909. ¹⁰³

Depreende-se da preocupação dos governantes com o controle da expansão físico territorial da cidade que havia uma certa "visão de futuro" por parte daqueles que controlam o Estado a nível local; bem como, facilidades na captação (supõe-se externa) dos recursos que a formulação e a implantação de Planos Diretores requerem. Pois, como observa FERREIRA, "a produção imobiliária se desenvolve de maneira lenta como o próprio crescimento da cidade" (FERREIRA, 1989, p. 3). Até a II Guerra "não havia nenhum entusiasmo para a construção de edifícios destinados ao comércio e a residências". Com relação ao investimento em construção de imóveis para alugar "era o meio de vida somente preferido por pacatos cidadãos, que fugiam dos negócios de maiores lucros e maiores esforços para se dedicarem a esse cômodo 'modus vivendi' de senhorio" ¹⁰⁴

Por conseguinte, não era a expansão imobiliária que provocava a necessidade do ordenamento físico da cidade. Ao contrário, era a esperteza das classes dominantes em alocar recursos externos e preparar a cidade para o futuro (ou para seu próprio usufruto).

Tudo indica que mais uma vez é a condição estratégica de Natal, sua saliência no Atlântico Sul, que projeta o futuro da capital e alonga a visão de seus dirigentes, legítimos representantes da oligarquia agrária. Observou-se que na 1ª metade do século atual não houve grandes transformações na estrutura econômica do Rio Grande do Norte, embora a economia algodoeira (principalmente) continuasse crescendo. No entanto, já nos anos 20, a condição estratégica de maior projeção do continente vivida pela capital potiguar, coloca-a em contato direto com o mundo desenvolvido, com o que de mais moderno existia em termos de comunicação e transporte. Natal vive intensamente, nesse período, a infância da aviação. Desde 1927 o campo de pouso de Parnamirim (atual aeroporto Augusto Severo) recebe aviões de todos os países que desenvolvem a aviação e tipos de aparelhos. Em 1929 funda-se o Aero Clube do Rio Grande do Norte, com escola de pilotagem. Segundo a historiografia local, "já nessa época (...) [a escola] serviu-se da técnica francesa de cujos pilotos extraiu o melhor para alcançar os êxitos obtidos". Aqui se fixaram "abrindo caminho para o futuro" os hangares da Latecoere [hoje Air France], do Sindicato Condor [de propriedade Alemã, porém de incorporação brasileira] que juntos com os Italianos da "Ala Litoria" [Linee Aeree Transcontinentali Italiane - LATI] trouxeram seus aparelhos transatlânticos (CASCUDO, 1980). "Entre o céu e a terra, voando para Natal", visando "um mundo sem distância" ocorre entre 1922 a 1939 "os grandes raides aéreos" (VIVEIROS, 1974, 43-118).

A partir dessas experiências, em 1938 essas companhias estudam a possibilidade de iniciar vôos regulares da Europa com o continente americano: em 1939 a LATI, a empresa italiana, já

mantém linhas regulares para Natal, o que infelizmente foi atropelado pela eclosão da 2ª Guerra Mundial, como será visto no próximo item.

Parece que o contato com inovações tecnológicas germina na cidade não só tênues necessidades de serviços urbanos (hotéis de trânsito, transporte, reparos, etc) como também consegue marcar uma específica "cultura urbana". Só assim é possível entender a existência de planos urbanísticos em uma acanhada cidade provinciana, de 55.000 habitantes (Censo de 1940) como era Natal antes da 2ª Grande Guerra.

Natal sofre uma enorme mudança com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, quando em 1941 tem início a instalação de bases militares. A vinda de grande contingente de militares e civis e mais a construção da Base Norte-Americana encontra a cidade despreparada para absorver esta atividade e este contingente populacional. O episódio da 2ª Guerra Mundial, sua relação com a urbanização do Nordeste e seu impacto sobre Natal é o que veremos nos próximos tópicos.

3.3. A 2ª Guerra e sua Relação com a Urbanização

A 2ª Guerra Mundial, conflito armado iniciado na Europa em 1939, atingiu escala global, durando até 1945. Continuava basicamente o de 1914-1918, como disputa Interimperialista pela hegemonia mundial. Como diz Moniz BANDEIRA "Hitler apenas lhe introduzira o elemento da contra-revolução, esmagando os focos da democracia proletária, na sociedade burguesa do Ocidente, que suas 'panzers' invadiam". E acrescenta "os objetivos da guerra, ultrapassavam, portanto, as aspirações das classes dominantes no Brasil" (BANDEIRA, 1973, p. 275). Naquele momento a inserção do país na acumulação capitalista era restritiva e a participação no "grande bolo" se ainda hoje não passa de um sonho vão, fugia às suas possibilidades econômicas e militares. A defesa da democracia, empreendida pelos países aliados, não interessava a burguesia brasileira e "o Estado Novo, como a forma possível de ascensão do capitalismo (...) aparentava-se mais com o terceiro Reich, no modo e nos métodos de construção da classe operária, apesar de seus compromissos com o imperialismo norte-americano" (BANDEIRA, 1973, p. 275). Isto porque o então Presidente Getúlio Vargas já mostrara claramente simpatia à doutrina nazi-facista tanto na prática como através de pronunciamentos, comprovados pelo célebre discurso de 11 de Junho de 1941⁴⁵.

A "americanização" do Brasil, porém, vem do século passado e começa, de fato, com "o delírio da República". Por fidelidade a obra de Moniz BANDEIRA é preciso dizer, também, que ela "não se processou sem resistência" (BANDEIRA, 1973, p. 133-153).

As negociações brasileiro-americanas durante a 2ª Grande Guerra apresentam, várias dificuldades, agravadas pelo fato de que objetos das negociações são múltiplos: fornecimentos de equipamentos militares, plano de cooperação econômica em escala ampla e projetos de defesa do continente americano.

As conversações bilaterais têm lugar simultaneamente logo após o início das hostilidades na Europa. Como não temos o objetivo de apreender o total alcance das relações entre Washington e o Rio de Janeiro consideramos dispensável uma análise global das relações brasileiro-americanas, que na concepção de SEITENFUS deveria compreender: a) os fornecimentos militares, b) o projeto de defesa continental; e c) a cooperação econômica. Mesmo não pretendendo uma análise exaustiva dessas relações: daremos ênfase ao alcance dessas negociações sobre as questões propriamente beligerantes.

De acordo com SEITENFUS, as relações econômicas brasileiro-americanas podem ser vistas sob três ângulos diferentes, no momento que se inicia a guerra. O primeiro aspecto é a questão da suspensão do pagamento dos atrasados da dívida externa brasileira. Os juros da dívida haviam sido suspensos em novembro de 1937 e o Brasil não tinha meios materiais para saldar seus compromissos com os credores. Depois de longas conversações os dois países concluem um acordo em 25 de março de 1940 no qual estão definidas as medidas que permitirão ao Brasil liquidar os juros da sua dívida e os atrasados comerciais em acúmulo (SEITENFUS, 1985, p. 285).

O segundo aspecto de suas relações econômicas trata da formidável progressão das relações comerciais e, em particular, das importações brasileiras. "A expansão das exportações foi assegurada pelo efeito combinado dos acordos relativos ao suprimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos, do aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados tradicionalmente supridos pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos (que reduziram suas exportações à luz do esforço de guerra), de maciças compras de carne e algodão pelo Reino Unido e dos melhores preços de café garantido pelo Acordo Internacional". Este aumento das exportações resultou "em considerável expansão dos saldos na balança comercial que se constituiu em fonte importante, mas não exclusiva, do explosivo processo inflacionário que caracterizou o período de guerra" (ABREU, in HOLANDA, 1984, p. 41).

O terceiro aspecto das relações econômicas brasileiras é o mais importante para o Estado Novo. Trata-se de um plano de cooperação econômica em larga escala e nele está a questão da siderúrgica. Getúlio Vargas faz dessa questão um ponto capital e constante em todos os seus programas governamentais e procura tirar partido da situação de guerra, a fim de realizar seu objetivo - a implantação da siderurgia. De acordo com BANDEIRA "Vargas chegara à conclusão de que o Brasil podia transformar, por si só, o seu próprio minério de ferro, através de uma empresa nacional, cuja organização já se iniciara, com nomes de reconhecida idoneidade financeira (...) mas precisava de um

crédito de 17 milhões de dólares, sob a forma de empréstimo, para a compra da maquinaria e rápida montagem da indústria" (BANDEIRA, 1973, p. 268).

As negociações desenvolveram-se entre dificuldades e desconfiança. A dependência financeira e técnica brasileira coloca os seus dirigentes em situação delicada: a questão da siderúrgica depende exclusivamente de fora e o Brasil só tem meios de pressão muito limitados. O episódio da guerra facilita o propósito do Brasil, que aproveitou a oportunidade para abordar a questão da siderúrgica tanto com os EUA como com a Alemanha⁽⁶⁴⁾.

OS ACORDOS MILITARES E A DEFESA DO CONTINENTE

Desde 1934, os Estados Unidos expandiam seus contatos militares com o Brasil. A Conferência de Lima e os Acordos de Washington (1939) aprofundaram ainda mais o comprometimento do Brasil com o imperialismo norte-americano para a eventualidade de uma guerra. Em junho de 1939, os EUA parecem ter resolvido o dilema de sua política armamentista quando o Departamento de Estado propõe ao conjunto dos países americanos "um programa geral de cooperação, em vista do fornecimento de material naval e militar para a defesa do continente" (SEITENFUS, 1985, p. 280). Aliás, o governo norte-americano se declara disposto a cooperar na construção de navios de guerra nos estaleiros dos países interessados.

A luta do Exército e da Marinha brasileira por maiores efetivos, melhor aparelhamento, mais recursos, vinha de longa data. Eram comuns as queixas de todos os ministros militares com relação ao que consideravam um descaso das elites civis governantes quanto ao preparo das referidas corporações para o adequado exercício de suas funções. Grande parte da oficialidade brasileira não ocultava, contudo, suas simpatias pelas potências do Eixo. E Vargas por um período "alimenta o sonho Alemão" de ter o Brasil ao seu lado. (SEITENFUS, 1988, p. 306). Procurou manter a neutralidade do Brasil, porém, sua posição foi se tornando insustentável.

A proposta de defesa continental apresentada pela missão militar dos EUA ao Brasil "consistia em obter que o governo de Vargas, quando se tornasse necessário, pusesse à disposição das forças armadas dos EUA portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió, Natal, Fortaleza, São Luís do Maranhão, Belém e Amapá, estradas de ferro e de rodagem, principalmente as que serviam àquelas regiões, rádios, cabos, telégrafo e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local"; enfim todos os setores vitais da sociedade brasileira (BANDEIRA, 1973, p. 276).

O governo dos EUA mostrava-se disposto a abrir ao Brasil um crédito de 100 milhões de dólares para a compra de material bélico; e o Export and Import Bank concedeu de imediato 12 milhões de dólares ao exército brasileiro dos vinte que lhe cabia neste empréstimo. As autoridades brasileiras, contudo, não se mostravam cordatas. As norte-americanas, por sua vez, com firmeza e, até com impaciência, pretendiam de qualquer forma (inclusive pela força) a concessão para instalar bases no Nordeste brasileiro.

Entre as dificuldades e desconfianças de ambas as partes, foram fechados vários acordos no ano de 1941. O primeiro é assinado em 17 de Janeiro e tem como objeto a instalação de missões militares norte-americanas no Brasil. Alguns meses depois, em abril, é concluído um novo acordo onde o Brasil abre às forças navais norte-americanas os portos do litoral Norte e Nordeste, para reparos, ancoragem e reabastecimento de seus navios. Em Julho, os generais Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Brasil e o Tenente-Coronel Miller, chefe da Missão Militar Americana no Brasil, assinaram o "Term of Agreement" para a criação do Brazilian-American Joint Group of Staff Officers. Com este acordo o governo de Washington obteve do Brasil a promessa de autorizar a utilização de bases aéreas e navais por outros países americanos. Inclusive, é claro, os EUA, que ajudariam material e tecnicamente sua construção. A Base naval de Natal, como veremos mais adiante, é fruto deste acordo.

Em outubro do mesmo ano, o governo de Washington, promoveu outro acordo nos termos do "lend and lease", para empréstimo e arrendamento de material bélico ao Brasil.

O Brasil ainda resistiu, não utilizando o crédito de 12 milhões de dólares concedido pelo Export and Import Bank para compra de armamentos negando permissão para que técnicos americanos fizessem o mapeamento aéreo do Nordeste brasileiro.

O ataque a Pearl Harbor, em 7 de dezembro precipitou os acontecimentos e proporcionou aos EUA o pretexto que venceria a resistência dos Isolacionistas. Aquele país entra abertamente no conflito e o Brasil não poderia mais conservar-se neutro.

O perigo mais eminente, partia, agora (após os EUA entrarem na guerra), dos próprios americanos. BANDEIRA defende a tese de que os EUA ameaçavam invadir o Norte e o Nordeste do País, "caso as autoridades militares do Estado Novo não lhes permitissem o estabelecimento de bases aéreas e navais naquelas regiões". E acrescenta: "não se tratava de mera bravata" (BANDEIRA, 1973, p. 289). O governo dos Estados Unidos não consumou o atentado e tudo indica que o governo de Roosevelt procurou contornar a situação. Interessa aqui reter que com o desenrolar da guerra nos fins de 1941, o governo Vargas se viu forçado a uma definição. Termina por ceder o território brasileiro para as operações bélicas dos EUA. O recrudescimento da ofensiva Alemã contra navios mercantes brasileiros acompanhou o rompimento das relações com os países do Eixo (28 de Janeiro de 1942) e o Brasil entraria na guerra (02 de agosto de 1942).

Leôncio BASBAUM citando Luís VERGARA assim se expressou: "Essa parte [a cessão de bases aéreas e navais no Nordeste] é fundamental na nossa cooperação militar. É tão séria que se nós falharmos, os Estados Unidos vão ao extremo de instalar e utilizar essas bases mesmo pela força" (BASBAUM, 1976, p. 122).

Como se depreende, "forças superiores" levaram o país a posicionar-se do lado dos aliados. De nada valeram as pressões do Eixo, nem a explícita e contundente simpatia de Vargas pelo ideário nazista. Política e economicamente, não havia outro caminho para o Brasil: senão, o de concordar com os Estados Unidos. O comércio com a Europa estava bloqueado pela presença dos submarinos e navios de guerra no Atlântico Sul. Enfim, a proposta Alemã em seu conjunto, não era suficientemente forte para substituir a ajuda norte-americana. E assim, o Brasil passa "do sonho alemão à realidade americana" (SEITENFUS, 1985, p. 323).

O ESTREITO NATAL-DAKAR NO SALIENTE NORDESTE

A grande extensão do litoral brasileiro - 7400 Km - não apresenta uma importância estratégica fundamental na 2ª Guerra. Desta costa, interessa, particularmente, uma superfície de cerca de três milhões de Km² entre a Bahia e o Pará. A região mais exposta tem 3800 Km compreendendo o litoral da Bahia ao Maranhão.

No interior dessa zona conhecida como "saliente do Nordeste" (vide mapa 9), os estrategistas militares norte-americanos traçaram um triângulo compreendendo as cidades de Natal e Recife e o arquipélago de Fernando de Noronha, porta de entrada do estreito Natal-Dakar, chamado pelos americanos de "Trampoline to Victory" (SMITH Jr. 1988).

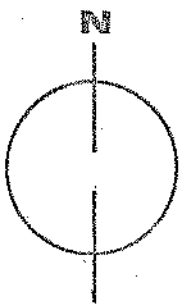
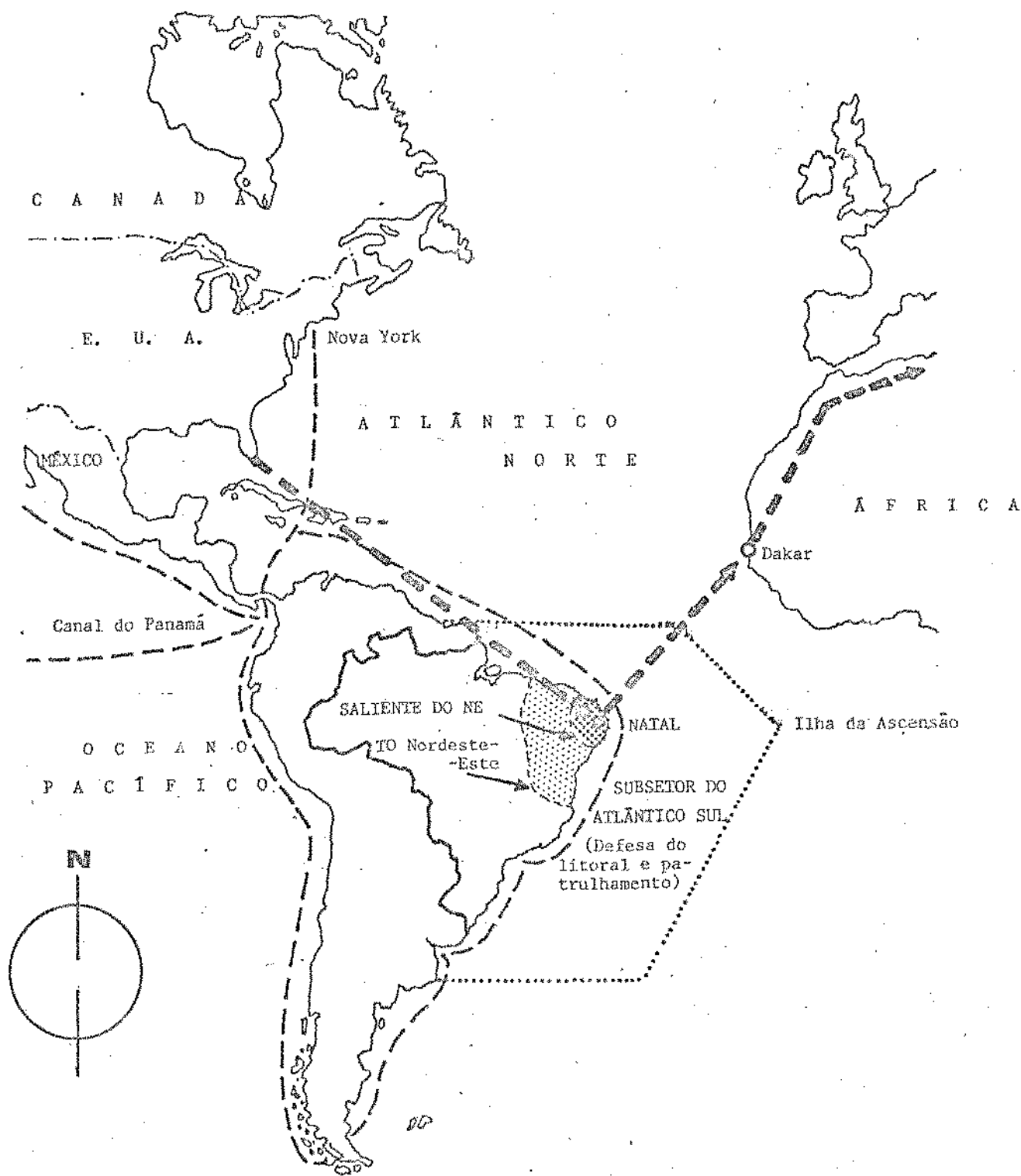
A situação geográfica do Brasil mostra, ao primeiro exame, o valor estratégico do nosso litoral e, particularmente, a do saliente nordestino. Projetado sobre o Atlântico Sul estreitando-o e dominando-o, a meio caminho da África, o Nordeste brasileiro, era área de grande relevância para as operações ao sul do Equador. Considerado, pelos EUA, como fator decisivo para a condução da guerra e, por esta razão, entrada do estreito Natal-Dakar, alvo principal de qualquer agressão das potências do Eixo sobre a América.

As autoridades militares brasileiras, mesmo reconhecendo a posição norte-americana de imperiosa necessidade de reforçar as guarnições do Nordeste brasileiro, bem como seu equipamento militar, consideravam "indispensável que a concentração dos meios militares brasileiros - em homens e equipamentos - continue a se fazer, como no passado, na Região Sul e, mais particularmente, na fronteira com a Argentina". Nas suas negociações com os EUA Góis Monteiro, por exemplo, defende ser esta a tradicional reação dos

MAPA 09 -

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO NORDESTE BRASILEIRO NO DOMÍNIO DO ATLÂNTICO SUL E NAS LIGAÇÕES AÉREAS COM DAKAR.

SEGUNDO O MAJOR J. F. DE MAYA PEDROSA



LEGENDA :

- - - Principais Rotas Marítimas do Continente;
- Ligações aéreas dos Estados Unidos com Dakar.

estrategistas brasileiros, que sempre pensaram que uma tentativa de ataque ao território nacional só poderia vir do extremo sul do país. Na opinião destes senhores o Nordeste pobre, pouco urbanizado "não merece tantos esforços" (SEITENFUS, p. 293).

A guerra servira para dramatizar a precariedade do Exército como máquina bélica, mesmo para efeito de operações internas. Este fato foi aproveitado pelas autoridades militares para pressionar o governo no sentido de dotar as forças armadas aparelhadas adequadamente às suas tarefas internas e externas. A ênfase na defesa externa e na segurança interna casava com outros aspectos do projeto do intervencionismo controlador de Vargas: ampla intervenção estatal em todos os setores, preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional, industrialismo nacionalista e a presença das Forças Armadas como principais propulsoras do processo a partir de uma posição hegemônica do Estado. Tudo isso o golpe de 1937 permitiu.

Não vamos aqui reconstituir os acontecimentos. Do ponto de vista desta análise nos satisfaz a afirmação de José Murilo de CARVALHO: "por traz da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de uma nova ordem não liberal mas inequivocamente burguesa". E conclui: "o projeto da intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de exército burguês clássico. Mas o conteúdo concreto da intervenção particularmente em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de concepção política revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político" (CARVALHO, 1980, p. 149).

Logo, pela ótica das forças armadas na hipótese de um atentado à soberania nacional, a vulnerabilidade de um país como o Brasil da década de 1940, se concentrava no Centro-Sul. No Nordeste muito pouco havia para ser preservado. A ausência de comunicação daquela região com o resto do país dispensava esforços e gastos do Estado em homens e armas. Ademais, não interessava ao Exército enfrentar as oligarquias regionais, e a "Coronelada Jagunça" do Nordeste não era para ser desprezada^{<e>}.

Até 1941, o instrumento defensor de tão vasta região consistia em pequenos batalhões do exército: um batalhão de caçadores em cada capital de Estado e duas baterias de artilharia, sediadas em Recife e Salvador (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1972, p. 829). A Marinha mantinha em Natal o comando da Capitania dos Portos; a Escola de Aprendizes de Marinheiros, transferida para a capital potiguar em 1908, e, o Rádio Farol que apoiava a escola da Marinha (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1975). A FAB, só seria criada no Brasil em 1942, no contexto da 2ª guerra. É tanto, que a nível local, a ordem era mantida pelas "Forças Estaduais", fossem elas armadas como polícia militar ou como jagunços sob as ordens da "coronelada" que impunha suas próprias leis no Sertão.

A INSTALAÇÃO DAS BASES MILITARES

Os Estados Unidos dão especial atenção à proteção das regiões Norte/Nordeste a fim de prevenir os eventuais ataques de países não americanos. A assinatura dos acordos de 1941 e o episódio de Pearl Harbor, aceleraram para o Brasil o tempo das decisões: a ruptura com os países do Eixo e a aproximação definitiva dos Estados Unidos. Do alinhamento brasileiro surgiram novos acordos. Segundo SEITENFUS, os acordos de 1942 podem se dividir em três grupos: os estratégicos e militares bilaterais, os que visam à luta contra o eixo em escala continental e, por fim, os acordos econômicos. Daremos ênfase as medidas pertinentes aos dois primeiros grupos de acordos.

O mais importante desses acordos é assinado em 3 de março de 1942, sob a forma de um "Lend-Lease". Retoma as disposições gerais do "Lend-Lease" feito em 19 de outubro de 1941 pelos dois países. Trata-se agora de um acordo de longo alcance onde os EUA se comprometem a entregar ao Brasil "armas e munições de guerra" num total de 200 milhões de dólares, sendo que os fornecimentos serão escalonados até 1º de janeiro de 1948" (SEITENFUS, 1985, p. 393). Pelas vantajosas condições do acordo caem por terra as últimas restrições ao Brasil quanto à questão da militarização do Nordeste.

Em meados de 1941, com o desenrolar da guerra e os acordos fechados com os EUA naquele ano, foram aparecendo providências destinadas a colocar na região os meios defensivos. O Exército brasileiro criou o "Teatro de Operações do Nordeste" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1972, p. 829) e a Marinha inicia a construção das bases navais. Entre elas, a Base Naval de Natal (vide mapa 10).

Dentro do esquema de defesa, o triângulo Natal-Fernando de Noronha-Recife foi privilegiado. Em julho de 1941 o Exército organizou três Regimentos de Infantaria (14º, 15º e 16º) sedes em Recife, João Pessoa e Natal, respectivamente. A ilha de Fernando de Noronha foi ocupada e fortificada. Deslocaram-se novos contingentes para essas áreas, consolidou-se a planificação militar através da instalação de unidades de artilharia e de costa.

Natal, provinciana antes, precariamente suportava, agora, os efeitos e a movimentação da implantação de grandes equipamentos militares. Em tempo recorde se instala uma base naval, uma base aérea, uma brigada de infantaria, tropas de apoio, um sistema de vigilância da costa e defesa civil, além de sediar a mobilização técnica do Exército dos Estados Unidos. Aqui eles instalaram uma base aérea de apoio às tropas beligerantes na Europa e na África, conhecida como "Parnamirim Field".

3.4. A Mobilização Militar em Natal

A BASE NAVAL DE NATAL

A instalação da Base Naval de Natal, pode ser considerada um marco para a mobilização militar verificada na década de 40 e seguintes. A idéia não era nova. "Desde 1907 que o governo estadual manifestava interesse por ela". Nova mesmo "era a urgência de ser dado provimento a essa necessidade imperiosa ao resguardo da costa do Brasil" à medida em que se desenrolava a guerra (A REPÚBLICA, 20 maio 1941).

No início de 1941 e, mesmo antes de fechados os acordos com Washington, a Marinha do Brasil já deixava claro que aqui seria instalada uma base naval^(*). Em visita oficial ao RN, o Almirante Aristides Guilhem, então ministro da Marinha do Brasil, assim se expressou: "o Rio Grande do Norte tem do ponto de vista marítimo uma situação sem dúvida relevante e dada sua posição geográfica resulta para Natal a localização de uma Base Naval para cujo estabelecimento o governo se empenha dando-lhe eficiência compatível com seus fins" (A REPÚBLICA, 18 mar. 1941, p. 3).

Em maio de 1941 "pelo titular da Armada foram designados o Almirante Ary Parreiras e os engenheiros navais Capitão de Fragata Oscar Leite de Vasconcelos e o Capitão de Corveta Osvaldo Osires Estorinil, para constituírem a comissão a fim de dar execução imediata à construção da Base Naval, em Natal" (A REPÚBLICA, 20 maio 1941, p. 8).

"Pelo ritmo acelerado em que os trabalhos estão sendo conduzidos, de modo a atender ao seu caráter de urgência a Marinha transfere para Natal a Comissão de Instalação da Base, antes sediada no Rio de Janeiro" (A REPÚBLICA, 7 jan. 1942).

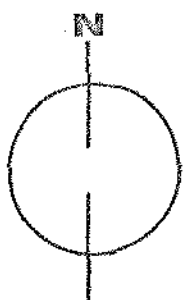
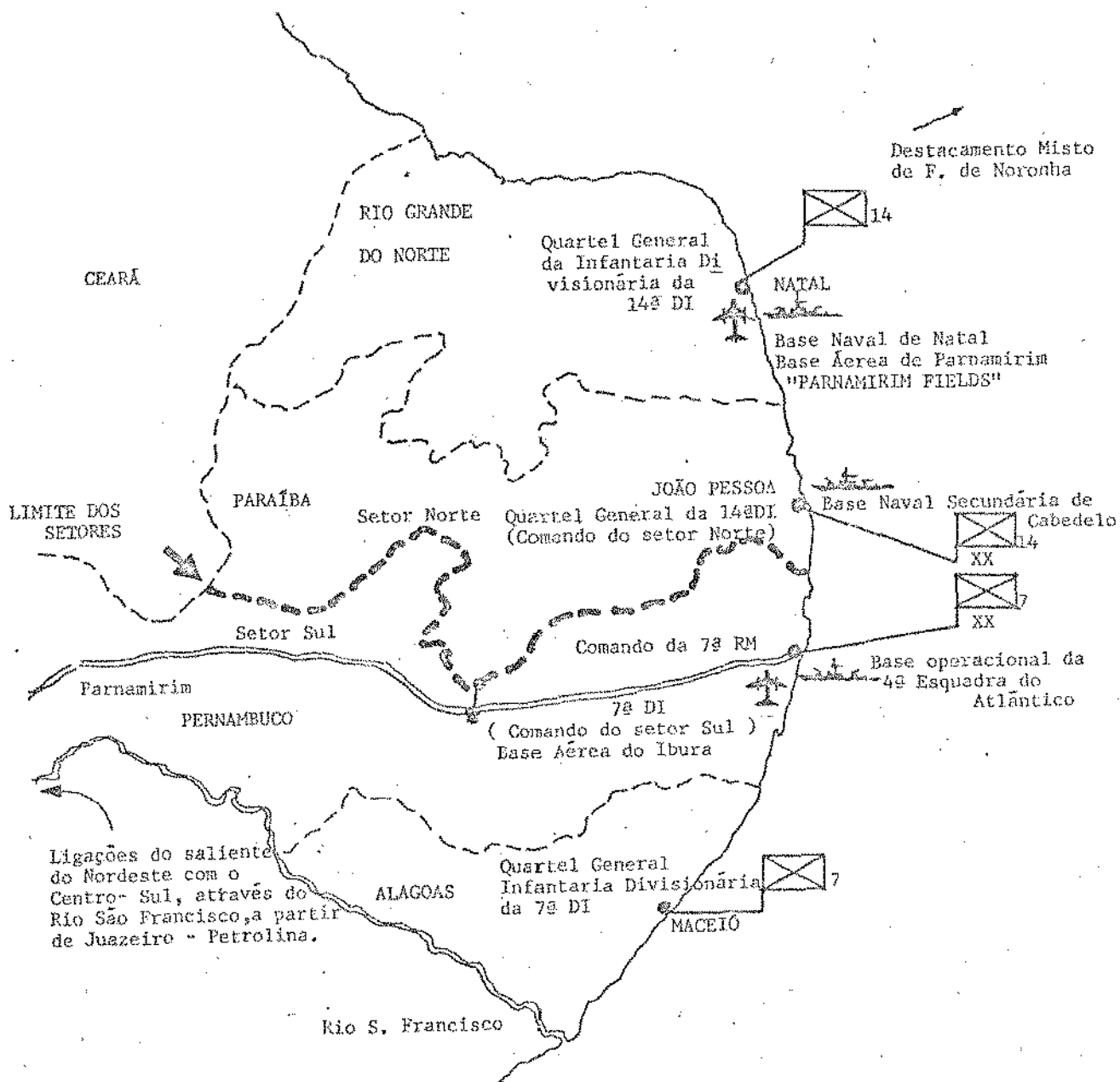
"Aparecem os navios antes mesmo da base". Quando a 2 de agosto de 1942 o Brasil entra na guerra, a base naval ainda não existia. Nessa ocasião, embora ainda estivesse em período de construção, viu-se na contingência de operar como uma unidade totalmente concluída e inteiramente aparelhada para atender as necessidades das Marinhas de Guerra do Brasil e dos Estados Unidos. Em 24 de setembro de 1942, com o recebimento dos dois primeiros caças-submarinos transferidos para nossa Marinha pelo governo americano, iniciou-se uma fase de grandes atividades para a Base Naval de Natal.

Passou imediatamente a executar reparos especializados e a abastecer navios, bem como a abrigar centenas de homens que treinados iriam guarnecer outras novas bases^(*). Data deste momento a instalação do Grupo de Caça Submarino em Natal.

MAPA 10

2ª GUERRA MUNDIAL - SALIENTE DO NORDESTE GRANDES UNIDADES E INSTALAÇÕES MILITARES.

SEGUNDO O MAJOR JOSÉ FERNANDO DE MAYA PEDROSA, com base em DUARTE, O Nordeste.



FONTE : ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 1972. p. 630.

De acordo com a imprensa local "aqueles navios são inteiramente desconhecidos para o pessoal brasileiro. Seu equipamento é constituído de novidades. Seus motores - Diesel - têm sido empregado só nos nossos submarinos, não sendo de uso corrente da Marinha e tem-se que conseguir que estes motores e este equipamento funcionem sempre e excessivamente". E a notícia acrescenta as dificuldades enfrentadas pela necessidade premente de se lidar com o novo: "no trabalho gigantesco exigido pelo muito que se tem a fazer com o pouco que se dispõe, precisa-se de máquinas, ferramentas, de turnos de reparo que conheçam o material, de sobressaentes, de organização da base, que ainda não existe"⁽¹⁰⁾.

Oficialmente o começo das atividades da Base data de 7 de julho de 1941⁽¹¹⁾. Situada à margem direita da curva principal do Rio Potengi, na localidade conhecida em Natal pelo nome de Réfoles, a base foi construída em tempo recorde⁽¹²⁾. Foi com muito esforço que em setembro de 1942 teve início a utilização da ponte de atracação, o que veio acelerar as obras de construção, uma vez que tornava-se possível a descarga de material. "Naquela época os meios de comunicação se faziam muito precariamente por ferrovia, mas por mar os Navios Auxiliares (José Bonifácio e Vital Negreiros) e Navios do Lloyd Brasileiro supriram material para construção da então Base Naval de Natal" (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1975).

Dificuldades muito grandes surgiram durante o período de sua construção nos anos de 1942 e 1943. Porém, "o aparelhamento de todas as armas, terra, mar e céus, tinha de alcançar um ritmo compatível com as necessidades insurgentes"⁽¹³⁾. Nas palavras do ministro Aristides Guilhem, Natal "cidade de tradição brihante e de mais alta importância estratégica" sedia "um dos estabelecimentos mais eficientes da Marinha brasileira e centro de intensas atividades navais".

Pela descrição feita nos jornais locais das várias e rotineiras visitas de autoridades brasileiras e americanas, a Base contava, no auge de sua mobilização (1943), com Casa de Comando, oficinas de carpintaria, Casa de Força, depósito naval, depósito de material, Quartel da 3ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais (com alojamento, biblioteca, refectório, etc.), sede do grupo de caça submarino (com marina para reparos), Centro de Treinamento de Voluntários e Convocados, além de abrigar o 2º grupo móvel de Artilharia da Costa.

Em 1943 o Hospital Naval, em fase final de construção tinha "magníficas instalações": sala de raio X, aparelhamento de ar condicionado na sala de operações (centro cirúrgico) e enfermarias, farmácia, "enfim todas as instalações de um moderno hospital" (A REPÚBLICA, 24 ago. 1943).

O Rádio Farol, inaugurado em 1936 para dar suporte a Escola de Aprendizes de Marinheiros, que também funcionava em Réfoles, no bairro do Alecrim, e que antes era subordinado a Capitania dos Portos, passa para o controle da Base.

A Marinha dos Estados Unidos também tem um interesse por Natal, muito embora esta cidade estivesse em terceiro lugar em sua lista de prioridades, depois de Salvador e Recife. A construção de bases de terra, foram empreendidas direta ou indiretamente pelos EUA dentro do "Programa de desenvolvimento de Aeroportos": aí sim, "Parnamirim Field" era prioridade um.

Dado o seu caráter secundário na mobilização da Marinha dos EUA no Nordeste brasileiro, a Base Naval de Natal destinava-se a acomodar uma parte da 4ª Esquadra da Marinha Americana cuja sede estava em Recife⁽¹⁴⁾. Foi também instalado em Natal, um dique flutuante e uma barca oficina, posteriormente doados a Marinha do Brasil em 1945 (DIÁRIO DE NATAL, 31 jul. 1945). Faziam parte do contingente naval americano um grupo de Fuzileiros Navais; auxiliares da Army Force (o Exército) no patrulhamento da cidade.

As instalações da Marinha Americana incluíam, ainda, a Instalação Aérea Naval e o Serviço de Transporte Aéreo Naval. Ou seja, operava não só na Base Naval mas, também, no Rio Potengi, onde aproveitaram o hidroporto da Air France em Réfoles e o da Lufthansa na Limpa (bairro das Rocas) para fixarem a Fleet Air Wrig 16 (16ª Ala Aérea da Esquadra), que operava os aviões anfíbios "Catalina", os hidroaviões "Marine" e os dirigíveis "Blimps", aviões de bombardeio de patrulhamento de terra, usados para proteger comboios e submarinos de combate (CLYDE Jr., 1988, cap. 2).

De outra parte, "passam pela base simultaneamente centenas de oficiais e marinheiros que vêm à América do Sul para guarnecer os caças submarinos" (DIÁRIO DE NATAL, 20 abr. 1945).

O almirante Ary Parreiras, figura legendária, constantemente enaltecida, homenageada e aclamada na cidade de Natal entre 1941 e 1945, pela imprensa local, teve seu nome ligado diretamente às obras de construção da base, sendo posteriormente, seu primeiro diretor. Pelo acompanhamento dos jornais da época percebe-se às enormes dificuldades enfrentadas pelo Almirante para "converter Natal numa legítima cidade do Atlântico Sul" (DIÁRIO DE NATAL, 20 abr. 1945). O "despreparo da cidade" para "um esforço tão desproporcional" era agravado pelas tropas do Exército Brasileiro aqui também mobilizada. Informações obtidas na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil atestam que além do Batalhão de Caçadores e do 16º Regimento de Infantaria aqui sediados, outras corporações foram instaladas pelas necessidades da guerra: 3º regimento de Artilharia Anti-Aérea, 2º Batalhão de Carros de Combate Leve, Companhia de Transmissão, 7ª Companhia de Engenharia, GEMAC, Batalhão de Engenho (fazia parte da Infantaria) e Batalhão de Engenharia de Combate muitas destas tropas tiveram caráter provisório⁽¹⁵⁾. Porém, durante a guerra teve início a construção dos três grandes quartéis do exército existentes hoje em Natal: 16º RI, Batalhão de Engenharia e Combate e GEMAC.

A seguir, resgataremos ainda as proporções dos investimentos feitos diretamente pelo governo dos Estados Unidos

para por em operação "Parnamirim Field", o que na opinião de Lenine PINTO levou Natal a ter o aspecto de uma "epopéia cinematográfica" (PINTO, 1976, p. 27).

O CAMPO DE PARNAMIRIM

Antes mesmo da participação efetiva do Brasil na guerra o campo de Parnamirim transformou-se num agitado centro cosmopolita com objetivos bélicos. O dia 26 de junho de 1941 atestava pela primeira vez, a passagem dos aviões procedentes dos EUA e com destino ao outro lado do Atlântico.

Segundo Paulo VIVEIROS em sua História da Aviação no Rio Grande do Norte, a princípio os aviões de guerra americanos chegavam "camuflados de transporte comercial" e técnicos de aviação americanos, sem passaportes, chegavam pelo Porto de Natal. Na realidade eram militares americanos⁽¹⁶⁾. E deste modo, como escreve Lenine PINTO "ninguém, apercebera que ao pessoal da Aeronáutica viera acrescentar-se centenas de soldados que tinham por distintivo um emblema com o nº 5 superposto a letra A, do 5th Army" (PINTO, 1976, p. 21).

Quando a esquadra japonesa despeja mais de 400 aviões no ataque de Pearl Harbour, cessa o principal problema que os EUA ainda enfrentava junto ao governo brasileiro: a colocação maciça de tropas no Nordeste brasileiro. Ao mesmo tempo, Parnamirim Field era irreversível.

O campo de Parnamirim já existia antes da deflagração da 2ª Guerra mundial. Com a entrada dos Estados Unidos no grande conflito e com a cessão de áreas pelo governo brasileiro, para apoio das tropas Aliadas foram utilizados, embora precariamente, as edificações já existentes, de propriedade da L.A.T.I e Air France.

Essas Companhias possuíam além das bases de hidroaviões já mencionadas, duas pistas de pouso, asfaltadas que dividiam a imensa área do Campo de Parnamirim em duas partes distintas: no setor oeste das pistas foi construída pela Força Aérea Brasileira - FAB, criada em 1942, a Base Aérea de Natal e no setor este das pistas foi edificada "em proporções muito maiores" Parnamirim Field, a partir de março de 1942 (COSTA, 1980, p. 64-65).

A FAB é quem utiliza as edificações já existentes construídas pelas Companhias estrangeiras⁽¹⁷⁾. Logicamente essas acomodações pelas suas dimensões restritas e com outras finalidades para as quais foram construídas, não atendem às exigências técnicas e sanitárias daquele momento, onde a ênfase era a mobilização militar, incluindo-se grandes contingentes de soldados. Assim, na época de ativação da Base Aérea foram ampliadas as pistas e construídas as seguintes obras pelo governo

brasileiro: "um alojamento para praças, um rancho para a Base e uma caixa d'água com capacidade para 100.000 litros (...) um Cassino de Oficiais, dois alojamentos para praças, um almoxarifado, uma escola regimental, uma casa de bomba, um paiol de munição e uma quadra de tênis" (COSTA, 1980, p. 66-67). Foram prédios feitos para abrigarem em definitivo os serviços da Base Aérea de Natal, apesar de construídas em tempo muito curto, pelas necessidades de guerra.

Parnamirim Field, situada no lado este das pistas de pouso, foi construída diretamente pelo governo dos Estados Unidos "com a finalidade dupla de preparar uma Base para operações de uma unidade tática de envergadura a fim de enfrentar qualquer ameaça à Segurança do Hemisfério Ocidental, e a prolongar uma cadeia de aeroportos, assegurando uma rota aérea razoavelmente protegida, para que os aviões multimotores pudessem prolongar a viagem com destino à África ou além" (COSTA, 1980, p. 79).

Embora iniciada a construção em 1940 somente em março de 1942 as obras da Base Americana foram aceleradas. Na área propriamente dita de Parnamirim Field as instalações compreendiam "uma área de 2.970 acres de terra, incluindo duas pistas de pouso com capacidade de operações irrestritas de aeronaves tipo C-54 ou outras de peso bruto equivalente". Ambas as pistas possuíam acostamento de 200 pés de largura e serviços de esgotos. Havia seis outras pistas secundárias, de rolagem; doze áreas de estacionamento, todas pavimentadas; dez hangares; além, dos equipamentos de auxílio à navegação, comunicação, iluminação e instalações para combustíveis (COSTA, 1980, p. 77).

A Base Americana dispunha de mais de 700 edificações (CASCUDO chega a afirmar que eram 1500), em estilo simples, tipo barraco, que permitiam alojar 1800 Oficiais e 2700 militares subalternos¹⁴⁰. Em seu interior funcionava o Headquarter da Força Aérea dos Estados Unidos no Atlântico Sul sob a chefia do general da Aviação Robert L. Walsh; a quem ficava subordinado um destacamento de ligação da RAF (Royal Air Force) britânica.

De acordo com a própria avaliação dos usuários na época "tem excelentes condições para cuidar do pessoal que voa" sendo "uma das Bases mais populares - se não a mais - do mundo" (FOREIGN FERRY NEWS, 18 Jul. 1943, vol. 11, nº 10, 23 maio 1943, vol. 1, nº 2, respectivamente).

O FOREIGN FERRY NEWS, jornal noticioso, escrito em inglês e com restrita circulação aos contingentes da Base mostra claramente que Parnamirim Field era uma Base de trânsito e apoio para homens, armas e equipamentos. Em consequência das modificações e ampliações dos planos iniciais de construção determinados por mudanças no teatro de guerra, seu período de construção e atividades foi simultâneo e ininterrupto. Mesmo em constante ampliação e operando 24 horas por dia "com todos os recursos da técnica possíveis ao gênio e ao dinheiro" administrou sérias dificuldades, considerando seu intenso movimento e o pouco que Natal podia lhe oferecer em termos de infra-estrutura e

abastecimento.

"Mais do que mil soldados passam pelas suas portas diariamente para aproveitar os divertimentos e a comida americana" diz o bem humorado Foreign Ferry News (19 set. 1943, vol. 1, nº 19).

De acordo com COSTA "o trânsito diário de 400 a 600 aeronaves, em demanda da África, concorria para essa sobrecarga de pessoal" (COSTA, 1980, p. 79). Esse fluxo é ratificado pela historiografia; Câmara CASCUDO se refere a "saída diária de 300 aviões rumo à África" (CASCUDO, 1980); Aldo FERNANDES, em seu depoimento, afirma haver presenciado a descida ininterrupta de aviões procedentes de Belém de cinco em cinco minutos⁽⁴⁷⁾.

Em sua História da Base Aérea, COSTA afirma, ainda, que "em situações extremas, a Base Americana chegou a hospedar cinco vezes mais o total previsto". Quando a disponibilidade total dos prédios existentes eram insuficientes para atender ao efetivo em trânsito eram usados barracas de campanha em toda a área disponível, cada uma abrigando 10 homens (COSTA, 1980, p. 78).

O número de americanos em Natal durante a guerra é, no entanto, impreciso e de quantificação apenas estimada. O Departamento de Estado "por razões de segurança não pode divulgar o número de pessoas atualmente em Parnamirim" logo os documentos oficiais eram omissos a respeito (FOREIGN FERRY NEWS, 23 jul. 1943, vol. 2 nº 17). Dispomos como referencial das estimativas de CASCUDO (1980) e de Lenine PINTO (1976) que referem-se à um contingente de 10.000 americanos, sem contar com os militares brasileiros.

Para esse contingente aqui despejado de repente e que correspondia a cerca de 20% da população da cidade (vide quadro 37) era preciso, além da infraestrutura de serviços essencialmente técnicos, cuidar-se também do abastecimento e do entretenimento dos soldados.

Apesar dos americanos trazerem de tudo (inclusive água para beber) as dificuldades enfrentadas eram muito grandes. "Não sabemos hoje como Natal pôde suportar um esforço tão desproporcional" escreve Lenine PINTO (1976, p. 13). As dificuldades eram muitas: de transportes, de operários, de habitação, de serviços urbanos em geral, de abastecimento, enfim de tudo o que uma cidade precisa para de uma hora para outra dobrar seu contingente populacional e oferecer serviços especializados. E em meio ao contínuo e forte barulho de motores que vibravam e roncavam ante as cabeças estupefatas de seus habitantes os navios e aviões americanos despejavam material de construção e soldados. "Assanhavam-se fornecedores e empreiteiras. Aquilo ia ser o paraíso do comércio que realmente o foi e é" (DIÁRIO DE NATAL, 20 abr. 1945, p. 3).

Os recursos eram abundantes. As instalações de Parnamirim Field custaram 9,5 milhões de dólares presumivelmente

gastos no mercado nordestino; pois esse valor não inclui os materiais e equipamentos que foram embarcados diretamente dos Estados Unidos^{<20>}.

Construíram-se, além da área de pouso, depósitos subterrâneos para água e combustíveis, armazéns para grandes estoques de sobressalentes e de materiais que seriam transportados para outros destinos. Abriu-se um pipeline com mais de 20 Km de extensão para levar desde o Porto de Natal e do Hidroporto da Rampa da Limpa (ambos no bairro das Rocas), os 100.000 litros de gasolina consumidos diariamente pela Base.

A carga pesada chegava por mar e era transportada pelos trens de Great Western até São José de Mipibu, município distante cerca de 25 Km, além de Parnamirim. De lá, eram transportados em caminhões (de 16 rodas) até a Base. Portanto, a ligação por terra Natal-Parnamirim logo se coloca como tarefa mais urgente. Em apenas seis semanas, como diz Lenine PINTO, ou 100 dias, como descreve Câmara GASCUDO, Parnamirim Road, foi construída, utilizando-se para tanto o trabalho simultâneo de 6000 operários. A "pista" (como é conhecida em Natal), pavimentada em seus 20 Km de extensão, reduzia o antigo trajeto de 3 horas para apenas 20 minutos, sendo considerada pela população local "uma obra-prima da tecnologia" (PINTO, 1976, p. 29).

Para facilitar a organização, todas as atividades da Base eram divididas em quatro setores de atividades: administração; operações; prioridade e tráfego e de fornecimento e serviço (FOREIGN FERRY NEWS, 20 Jun. 1943, vol. 1 nº 6).

A complexidade de suas operações pode ser observada pela descrição do "progresso" dos armazéns do Comando dos Serviços Aéreos: além das trocas de motores, inspeções de 50 HP e consertos estruturais, há também um departamento de recuperação que arruma peça de aviões abandonados, um departamento de conserto de peças que se responsabiliza por todo o Atlântico Sul e exige nesta Base representantes de fábricas dos EUA que podem explicar como o equipamento funciona^{<21>}.

A diversidade e a qualidade dos serviços de alojamento e entretenimento também atestam a grande mobilização na Base. Os serviços de restaurante, reembolsável, por exemplo, foram sempre melhorados e complementados como pode ser visto nas colunas do jornal americano: "Dois refeitórios novos estão quase prontos. Cada cafeteria terá capacidade de servir 500 pessoas de cada vez (...) e somente o equipamento mais moderno está sendo usado" (FOREIGN FERRY NEWS, 6 Jun. 1943, vol. 1, nº 4). Em outras edições acrescenta: "Uma nova padaria estará pronta para servir à Base" (16 Jun. 1943, Vol. 1 nº 5); e, "uma pequena fábrica de Coca-Cola está sendo instalada no prédio 304" (18 abr. 1944, vol. 2 nº 6).

No PX (Post Exchange), podia-se adquirir cigarros, whisky e até finas baixelas (PINTO, 1976, p. 39). Era um supermercado do padrão americano da época.

Pelos dados coletados observa-se que havia uma preocupação, talvez até excessiva, com o bem-estar e o entretenimento dos soldados sediados ou em trânsito. O Hospital, "instalado com muito cuidado" tinha disponibilidade de 170 leitos e era dotado de centro cirúrgico, enfermarias, pronto socorro, farmácia e clínica dentária. Contava ainda a Base com uma biblioteca de 5000 volumes sob responsabilidade da Cruz Vermelha e dos Serviços especiais: discoteca, sorveteria, capela para quatrocentas pessoas, 3 quadras de beisebol e outras para diferentes esportes, um escritório de seguros, escritório de câmbio, teatro, clubes para oficiais e subalternos tanto na Base como na cidade, além, de uma emissora de rádio - a USMS - com programa direto pela Columbia Broadcasting System de Nova York.

Parnamirim Field, tinha todas as manifestações da vida norte-americana: recebia regularmente artista, cantores, estrelas de cinema e prostitutas (Women American Auxillary Corp) e mantinham o jornal noticioso - Foreign Ferry News - que circulou de 16/04/43 a 27/05/45, publicado somente aos domingos. Recebeu visitantes ilustres como as primeiras damas Elionor Roosevelt, dos EUA e Madame Eliony Kay Chek, da China; o Príncipe Barnard, da Holanda, o Príncipe Faisal, da Arábia Saudita, entre muitos outros. "Vinte e quatro das quarenta e seis delegações nacionais para a Conferência de Bretton Woods chegaram pelo ATC" e transitaram pela Base (FOREIGN FERRY NEWS, 19 maio 1945, vol. 2 nº 52). Porém, o acontecimento que mais se notabilizou foi a Conferência de Cúpula entre o Presidente Vargas e o Presidente Roosevelt que se reuniram em Natal "para analisar o futuro de todas as américas" (EM GUARDA, 1949, 2(5): 1-10). Enfim, como diz CASCUDO, "tudo era novo, enorme ... desde os caminhões de 16 rodas com reboque, até filmes novíssimos que passavam 15 meses antes da distribuição para o grande público" (CASCUDO, 1980, p. 399-404).

Além da Base Aérea de Parnamirim, de parte da Base Naval, das Bases de Hidroaviões em Réfoles e na Limpa, os americanos, ocuparam outras áreas em Natal: "Na rua Seridó estava o Marine Corps (Fuzileiros Navais), (...) na Av. Deodoro instalaram-se os pilotos do Air Transport Command, (...) outra 'staff house' de aviadores era a Vila de José Mesquita na mesma avenida: (...) a mais badalada das 'staff houses' era a das tripulações da Pan American (...) na Av. Hermes da Fonseca (...) Perto dali (...) funcionava o Vice-Consulado (...) no entanto, o Cônsul Harold Sims morava na Av. Afonso Pena e o General Walsh [Comandante da Base], em Petrópolis (...). Na Av. Tavares de Lira [bairro da Ribeira] abriram um FIRST AID [Pronto Socorro] destinado à profilaxia de doenças venéreas a quem eram submetidas as prostitutas do bairro".

Ainda em Natal funcionavam dois clubes - USO's: o "Down Town" na Ribeira, destinado ao pessoal subalterno [soldados e marinheiros] e outro mais seieto, destinado à oficialidade, era o "Beach Club" em Petrópolis. Como contribuição ao problema do abastecimento, que veremos a seguir, adquiriram perto de São Gonçalo do Amarante a Fazenda Milharada, "estabelecimento agrícola modelo" com cultivo de hortaliças, legumes, criação de aves e

animais de reprodução e corte, incluindo a fabricação de laticínios. Apenas a carne verde e o trigo vinham dos Estados Unidos (PINTO, 1976, p. 36).

Embora boa parte das provisões procedessem dos EUA - "há quatro vôos de carga por dia, (...) a tarefa de fornecer comida para a Base é enorme" (FOREIGN FERRY NEWS, respectivamente, 21 Jan. 1945, vol. 2, nº 35 e 17 out. 1943, vol. 1, nº 23).

O DESPREPARO DA CIDADE

A vinda para Natal de grande contingente de militares e mais a construção das bases, atrai de imediato a população civil motivada pela oferta de emprego civil e militar e também incentivada pela grande circulação de dinheiro que ocorria na cidade. O despreparo da capital potiguar para absorver esta atividade e estes contingentes faz-se de imediato, principalmente nos aspectos ligados ao abastecimento, disponibilidade de moradias, infra-estrutura urbana (transportes, hotéis, pensões) custo de vida e defesa civil.

Além dessas questões sócio-econômicas colocadas pela guerra é importante salientar que elas foram agravadas pelo secular fenômeno da seca, trazendo em seu bojo consequências alarmantes, entre elas, a invasão da cidade de Natal por centenas de favelados em 1942⁽²²⁾.

A imigração, nunca superada, nas décadas seguintes contribuiu para que a cidade praticamente dobrasse sua população em 10 anos. A população passa de 55.000 habitantes em 1940 para 103.000 habitantes em 1950 (tabela 36). Este incremento populacional permanece em ritmo mais modesto, porém crescente nas décadas que se seguiram à guerra, apesar da retirada dos norte-americanos, e da desmobilização de parte dos contingentes militares nacionais. Isso se deve, grosso modo a dois motivos: a fixação e continuidade de tropas e atividades militares das três armas das forças nacionais, e devido ao novo papel, mais dinâmico e participante, que Natal assume no contexto da economia estadual.

A população civil aqui se estabelece com a finalidade de exercer atividades de comércio e prestação de serviços para suprir as necessidades do contingente militar.

As demandas eram muitas. Estava transformada a vida da cidade. A excepcional situação em que esta se encontrava - super habitada - era agravada pelas dificuldades de comunicação postas pela guerra. A navegação marítima se fazia de modo precário e os navios mercantes precisavam ser escoltados ao seu destino. Havia, também, prioridades estabelecidas pelo Governo Federal para o conteúdo das cargas. Restava a ligação ferroviária Natal-Recife feita pela Great Western que além de víveres, transportava tropas

e armas.

As restrições ao livre trânsito das mercadorias terminam por provocar uma crise de abastecimento. Os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como carne, ovos, manteiga, banha, farinha de trigo, feijão, etc, aumentam sensivelmente, tornando-se impossível a manutenção de pessoas de limitados recursos.

A instalação dos serviços militares criou ali não somente um grave problema no abastecimento de víveres; faltam também combustível (gasolina, querosene e diesel), água, transporte urbano, escolas, hospitais, segurança, moradias, hotéis, etc. Era comum, por exemplo, que as "visitas ilustres" se hospedassem no Hospital das Clínicas.

As autoridades brasileiras e americanas tomam conjuntamente medidas para debelar os problemas de abastecimento. Apesar da Base americana ser praticamente auto-suficiente, "prevenindo o abastecimento de suas tropas, o governo norte-americano determinou a fundação, nas proximidades de Natal, de um grande aviário, duma moderna montagem para criação de suínos e uma horta de proporções colossais, obras em que trabalham numerosos técnicos" (A ORDEM. 28 SET. 1943, nº 2373, p. 1).

Com a instalação da Comissão Municipal de Preços, órgão controlador e fiscalizador das mercadorias, e da Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis foram tomadas "diversas e severas providências contra indivíduos inescrupulosos que teimam em infringir a Lei de Economia Popular", majorando preços de gêneros de primeira necessidade, de querosene e gasolina (A ORDEM. 6 fev. 1943, nº 2184).

Outras medidas, de caráter mais amplo foram tomadas conjuntamente pelas Nações Aliadas e o Brasil, por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, no sentido de intensificar ao máximo, a cultura de feijão, arroz, milho, mandioca e outros produtos necessários à alimentação. "Além de sementes e ferramentas que estão sendo distribuídas com os agricultores pobres, (...) as Cooperativas participarão ativamente deste plano de fomento" (A ORDEM. 02 fev. 1943, nº 2180, p. 1).

A nível do governo estadual, o Campo Experimental de Jundiá (no vizinho município de Macaíba) passa a fornecer mudas de hortaliças e frutas gratuitamente aos agricultores dos municípios limítrofes (Ceará Mirim, São Gonçalo, Macaíba, e São José de Mipibu) no sentido de fomentar a produção agrícola. Por outro lado, é criada a Comissão Estadual de Pesca "para organizar cooperativamente os pescadores, proporcionando-lhes os meios necessários, desde o barco a vapor, o financiamento, o frigorífico, o entreposto, peixarias, etc. O pescado poderia se tornar uma alternativa ao consumo de carne de vaca.

Afora a alimentação, outras necessidades como habitação, vestuário, transportes, utensílios domésticos e medicamentos

tiveram seus preços alterados em desproporção alarmante aos preços dos salários e, em consequência, ao poder aquisitivo da população.

A procura por hotéis, pensões e casas para alugar aumentou assustadoramente, de um dia para o outro, alterando com isso o preço dos aluguéis. E todos sentem a ruptura entre os salários e os preços: no dizer local, "desequilíbrio que se acentua cada vez mais com o encarecimento da vida".

A população passa a conviver com medidas que regulam o consumo e combatem a exploração contra a economia popular. De acordo com as notícias dos jornais da época, medidas de congelamento de preços não são "privilégio" do Brasil dos anos oitenta: "duas providências acabam de ser tomadas pela Comissão de Mobilização Econômica: uma aumentando o salário mínimo em todo o Brasil; outra, determinando que os preços que vigoravam até dezembro de 1942, deverão regular as transações durante o ano de 1943" (A ORDEM. 14 Jan. 1943, nº 2164).

A deterioração das condições de vida, observe-se, não era uma exclusividade da população do Rio Grande do Norte. Sugere-se que o habitante do Nordeste sofreu mais diretamente as restrições impostas pela situação de guerra. Natal, particularmente, carecia desafogar o volume de migrantes ou mesmo conter a migração campo-cidade antes que ela fosse concretizada. O ano de 1942, por ser de seca, foi um ano crítico, pois coincide com o início da mobilização militar.

O desvio de trabalhadores em grande número para a exploração de minérios "cerca de dez mil homens estão exercendo suas atividades nesse rendoso setor", e a convocação de homens para a chamada "batalha da borracha" parece não ter sido suficiente para conter o êxodo rural em direção a Natal.

"O SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) já enviou para o 'front' da borracha 2300 trabalhadores de vários municípios do Estado. Somente Macau [região salineira] contribuiu com 570 homens. Este número de soldados para a batalha da borracha (...) terá que quadruplicar para completar a nossa, que é de 10.000 homens" (A ORDEM. 23 JUN. 1942, nº 2293).

Durante os anos de 1942 e 1943, por ocasião da construção das Bases, havia uma oferta de emprego (principalmente não qualificado) muito grande. Logo, a migração, se não era controlada, chegava a ser contornável. Observando-se os jornais de Natal do período, é comum encontrar editais oferecendo contrato de trabalho para Fuzileiros Navais, talfeiros, copelros, pedreiros, serventes, cozinheiros, etc. As notícias também colocam a questão do despreparo da mão-de-obra: "todos os problemas se complicam. Natal está curta de mantimentos, o transporte do Sul é cada vez mais difícil (...) dificuldades de transportes, dificuldades de operá-los (...) as obras americanas pagando ordenados que nós não podíamos pagar. Logo, arrecadam os melhores (...) dificuldades em maquinarias, pois poucos são os auxiliares (...) mas, outros caças

submarinos chegaram com seus motores exigindo assistência constante, revisões periódicas, ainda que não apresentem defeitos (...) as máquinas, rebocarse algumas de Recife, de umas oficinas do Eixo que foram fechadas. O Rio forneceu outros equipamentos. Formaram-se turmas de reparo" (DIÁRIO DE NATAL, 20 abr. 1945).

A questão da superpopulação de Natal é, no entanto, agravada com o final da guerra, gerando desemprego e exigindo medidas práticas das autoridades para conter uma crise de desemprego generalizado. Mais uma vez se recorre às ações emergenciais tipo frentes de trabalho, comumente usada no combate a seca e muito cara às oligarquias, representada perante as autoridades militares pelo Interventor Federal: "O Estado auxiliará (...) a Prefeitura de Natal a fim de esta iniciar diversas obras (...) Pleiteará ao Sr. Presidente da República autorização para os trabalhos na ferrovia Natal-Nova Cruz, e conclusão do trecho Angicos-São Rafael; e, finalmente, iniciando a construção imediata do Hospital-Colônia para psicopatas" - no caso, ex-combatentes, em grande número aqui existentes (A ORDEM, 17 maio 1946, nº 3130).

O CLIMA DE FALSO PROGRESSO

Os dias de ouro de 1942 e 1943 não mais se repetiriam; e, o comércio de Natal foi o primeiro a ter uma prova disso.

"O rebaixamento do nível de transações se faz notar em todos os setores da atividade comercial (...) os fregueses estão escasseando e ninguém sabe se com a marcha da guerra a população adventícia de Natal terminará por desaparecer" (DIÁRIO DE NATAL, 5 OUT. 1944, nº 846).

Entretanto, no auge da mobilização militar, o comércio desfrutava de uma situação de intenso movimento. As lojas, barbearias, sorveterias, restaurantes e cafés, contavam com numerosa freguesia, cosmopolita, constituída principalmente de norte-americanos. Vendia-se de tudo: bolsas, cintos, gravatas, relógios, botas de couro, etc. Determinadas mercadorias eram disputadíssimas, chegando a serem divulgadas no Foreign Ferry News: "muitos presentes diferentes para o Natal são encontrados no Brasil. As sugestões incluem as miniaturas de Jangada, cestaria, espanadores, peneiras, figas, etc. e outros itens difíceis de serem encontrados hoje nos EUA, como: relógios, meias de seda, grampos, elástico e agulhas que existem em abundância aqui" (FOREIGN FERRY NEWS, 5 set. 1943, Vol. 1, nº 17).

Embora o abastecimento da Base americana praticamente não dependesse de despesas feitas em Natal, o soldo de suas tropas eram localmente gastos com entretenimento e compras de bugigangas ou quinquilharias, que o próprio governo dos EUA, se encarregava de transportar: "O Exército e a Marinha transportaram e entregaram

no final do ano milhões de libras de presentes" (FOREIGN FERRY NEWS. 08 Jan. 1944, vol. 1, nº 33).

De outro lado, é parte do cotidiano dos jornais de Natal, editais das Bases abrindo a inscrição para o registro e qualificação de firmas fornecedoras de materiais de construção, gêneros alimentícios, material de limpeza, material elétrico e hidráulico, madeira; inclusive, com calendário programado de necessidades por trimestre. Pela especificação das mercadorias listadas percebe-se que não eram itens de produtos consumidos anteriormente pela população em geral e que novos hábitos de consumo vieram com a guerra⁽²²⁾.

O comércio, na verdade atravessa uma fase nunca vista em sua história. "Novos estabelecimentos, novas vitrines, inúmeros restaurantes, sorveterias. A Rua Dr. Barata, transformada em artéria civilizada, apresentava movimento de centros adiantados e os passantes se acotovelavam indo e vindo em suas estreitas calçadas" (DIÁRIO DE NATAL. 5 out. 1944).

A contínua necessidade de relacionamento entre o governo americano com as forças armadas brasileiras, com as entidades públicas, bem como com o comércio local, levou-os a abrir na cidade escritórios para suas repartições militares e a designar funcionários exclusivamente para fazer pagamentos: "o freguês mais popular da Rua Dr. Barata e da Av. Tavares de Lira é Sgto. H. G. representante do Departamento de Finanças, cuja responsabilidade é fazer pagamentos e trocar dólares por cruzeiros para o pessoal militar" (FOREIGN FERRY NEWS. 18 Jul. 1943 vol. 1, nº 10).

A cidade, os transportes, os bares eram lotados. as lojas aumentaram o número de seus empregados, ampliaram suas instalações e renovaram o estoque, procurando dar ao ambiente um caráter de modernismo para atrair os visitantes.

A vida encareceu em todos os setores, especialmente nas casas noturnas. Os salários foram majorados. As bebidas duplicavam de preço e as mulheres de vida fácil só "chegavam" para o bolso dos americanos. Os táxis (cerca de 30) ganharam muito dinheiro e motoristas de ontem são hoje ricos comerciantes, alguns deles aposentados. Natal era cheia de caminhões e Jeeps militares o que aumentou assustadoramente o tráfego tornando difícil o trânsito na cidade (MELO, 1982, p. 15-18).

Vale a pena ser registrado aqui, também, que esse clima de falso progresso - pois transitório e efêmero - não era participado por todos. A população assustadoramente aumentada (estima-se de 55.000 em 1941 para 85.000 em 1943) não é absorvida pelo mercado em sua plenitude. Apesar da construção civil haver empregado muitos braços "para dezenas de mulheres e crianças dos arrabaldes mais pobres, o milagre dos americanos estava no 'forno' - o monturo de lixo onde eram despejados diariamente toneladas de detritos" (PINTO, 1976, p. 38-39). Poucos eram os que podiam tomar café da manhã com "V.B Vegetable Juice", substituir o guaraná das crianças por Seven-up ou tomar cerveja Budwiser acompanhada com

saigadinhos "Nabisco" (MELO, 1982, p. 39).

Essa descrição ficaria muito mais extensa se fôssemos citar os inúmeros problemas sociais que Natal vivenciou com o estado de guerra. O cenário aqui montado teve a finalidade de chamar a atenção para o impacto que a cidade sofreu com a ocupação militar. Os efeitos causados pela guerra em Natal não podem ser comparados com outras cidades, como Recife e Belém, por exemplo. Mesmo que as proporções da ocupação tenham sido maiores naquelas cidades, seu passado histórico e sua funcionalidade na dinâmica regional/estadual são completamente distintas do papel desempenhado por Natal no contexto dessas economias. No entanto, como diz Neide PATARRA "o sentido da urbanização não é apenas quantitativo: historicamente determinada, a urbanização representa, em cada momento significativo uma modalidade específica de divisão do trabalho (...) campo-cidade: nesse sentido, a cidade passa a significar o 'locus' da estrutura de poder, de atividades comerciais e financeiras necessárias, bem como de instituições burocráticas que viabilizam o fluxo das mercadorias, em cada situação concreta" (PATARRA, in HOLANDA, 1984, p. 260).

A urbanização brasileira, sabemos, encontra suas raízes na economia colonial que, como já foi observado anteriormente, se traduz numa certa feição de cidade: burocrática, sede do poder e ao mesmo tempo sede da intermediação financeira e comercial. A "industrialização restringida" começa a redefinir o antigo urbano, na medida em que a cidade também vai se constituir em locus da atividade produtiva. O que aconteceu no Nordeste?

Mesmo estando explícito a função principal de suas cidades - de circulação e distribuição de produtos - a questão permanece. Houve transformações importantes na indústria e na agricultura regional; porém, "O Nordeste continua a ser uma célula primária exportadora" (CANO, 1985 b). Em outras palavras, até aquele momento não havia caminhado decisivamente rumo à industrialização.

Não temos a pretensão de enveredar pela discussão desta questão, até mesmo porque vários autores já o fizeram⁽²²⁾. Parece-me oportuno apenas chamar a atenção para o fato de que a 2ª Guerra Mundial foi um evento "favorável", cujas repercussões, entretanto, não chegaram (como poderiam?) a inverter as tendências da economia observadas desde o início do século. Melhor dizendo, com tal oportunidade, o velho capital mercantil fortaleceu-se, em sua ambiguidade. O período que vai de 1940 a meados da década de 1960 representa um período de transição ou como quer CANO de "integração do mercado nacional", marcado por transformações que lenta e gradativamente levam a economia regional a se manter com diferencial de corrida em relação a região mais dinâmica, o Centro-Sul. O desenvolvimento do setor industrial persiste em fase de crescimento embrionário. Ocorre uma certa diversificação da estrutura produtiva, que no entanto não justifica para o setor terciário taxas de urbanização muito elevadas e muito acima do crescimento da força de trabalho empregada nas atividades

industriais, sendo por muitos chamada de urbanização sem indústria, ou "inchaço" do setor terciário (PATARRA, In HOLANDA, 1984, v. II, p. 261).

Defendemos a idéia de que a extensão desse processo pode ser qualitativamente ampliada, se em seu bojo for considerada a ocupação militar ocorrida durante a 2ª Guerra pelas Forças Armadas Brasileiras e Americanas. O breve período de 1942-1943 trouxe de uma só vez, a qualquer custo, significativos investimentos públicos diretos e indiretos na estrutura urbana das capitais, que permitiram germinar um mercado urbano precoce. No nosso caso específico, as mudanças na economia do Rio Grande do Norte observadas no capítulo 3 e o impacto causado sobre Natal dos investimentos descritos anteriormente, se, pela sua efemeridade criaram na cidade um clima de falso progresso, por outro, associados ao passado histórico estadual deixaram sequelas perceptíveis na estrutura urbana da capital.

3.5. A Expansão da Capital no Pós-Guerra

A gestação, embora inacabada, de um mercado urbano em Natal, pode ser analisada a partir das possibilidades de desdobramentos da trajetória do capital mercantil local diante da grande oportunidade do lucro fácil que teve durante a 2ª Guerra.

De um lado, a urbanização "enlatada", precoce, feita de fora, foi aproveitada pelos segmentos dinâmicos da economia estadual (algodão, cana-de-açúcar) que agora, diversificados pela economia de guerra aceleram o processo de integração dessa economia ao mercado nacional. O caráter de complementaridade, já perceptível à economia local nesse período, merece registro. O sisal se inseria na diversificação da produção têxtil brasileira até os anos 60 e a scheinita continua sua trajetória (moderada) no mercado exterior.

De outro lado, esses impulsos associados aos investimentos realizados durante a mobilização militar mostram-se insuficientes a uma trajetória do capital comercial em direção à órbita específica no modo de produção especificamente capitalista. No entanto, a complexidade e diversidade de funções que assume de uma hora para outra o terciário em Natal permite uma espécie de antecipação à chamada dinâmica reflexa do setor terciário. Nesse sentido, poderia haver espaço para uma ação do capital comercial.

Mesmo assim, a efemeridade do período de guerra, a forma desordenada como se deram os investimentos no urbano, à revelia das necessidades locais, parece haver influenciado negativamente a dinâmica autônoma do terciário em Natal, permitindo que a população vivenciasse um clima de falso progresso, onde todos seriam beneficiados. Parece dispensável lembrar que o capital comercial usurário desfrutava de grandes vantagens nesse eidorado.

Portanto, é pautado nessa ambiguidade que de certa forma o capital comercial consegue manter alguns daqueles setores urbanos atipicamente gestados.

Para apreensão de resultados nessa ambiguidade, nos interessa perseguir a relação entre a trajetória do capital imobiliário e da construção civil com a expansão físico-territorial, e a fixação de contingentes militares em Natal, no pós guerra. Perseguiremos a hipótese de uma rápida transferência e/ou mobilidade de capitais locais, de origem agrária, para setores essencialmente urbanos: imobiliário, construção civil e comércio de mercadorias. Sob esse enfoque, vale dizer, não só a velha oligarquia foi beneficiada; outros segmentos sociais foram contemplados, pois tiveram oportunidade de enriquecimento rápido durante a guerra. Os recursos de todos os segmentos sociais tiveram posteriormente aplicações financeiras ou de capital em várias direções, inclusive em outros espaços físicos.

A oportunidade não era nova, apenas mais substancial. A burguesia local, sempre acostumada a generosas recompensas do Estado viu-se de uma hora para outra brindada com valiosa oportunidade. Mesmo diante do inesperado, era suficientemente capaz de assumir a ambiguidade que ainda hoje a caracteriza. As formas de convivências estabelecidas permitiram ao capital mercantil a sobrevivência de sua base material - a grande propriedade fundiária, ao mesmo tempo ampliando-a qualitativamente. Desse modo a natureza desse capital comercial tido como hegemônico e reacionário, de certa forma reduz seu grau de vulnerabilidade ao mesmo tempo em que amplia sua capacidade de reação quando, mais adiante, confrontado diretamente com o capital industrial, este lhe ameaça a hegemonia⁽²²⁵⁾.

Nosso propósito agora é resgatar como se dá a manutenção da estrutura fundiária através de suas articulações na construção civil e no imobiliário, oportunizada mais uma vez pelo Estado que aproveitando os equipamentos construídos no decorrer da guerra, fixa contingentes em Natal, assegurando em sua estrutura terciária um certo nível de emprego patrocinado pelo gasto público em investimentos, manutenção das Bases, soldos e salários.

A PRODUÇÃO FUNDIÁRIA EM NATAL

As mudanças ocorridas na economia do Estado durante a guerra e a emergência de necessidades urbanas em Natal nesse período, traz como resultado outro significado à relação entre o capital comercial e a propriedade fundiária e, conseqüentemente, abre espaço à questão fundiária urbana. Em outras palavras, vislumbra-se na capital potiguar um movimento rumo ao surgimento de um mercado urbano de terras que se configura nos anos 70, ao

mesmo tempo em que se garante, de antemão, o conhecimento das tendências da expansão físico territorial da cidade.

FERREIRA, destaca cinco momentos no processo de constituição do espaço urbano (ou ambiente construído) de Natal:

1. "Pequena e lenta produção imobiliária (antes de 1940);
2. Intensa produção imobiliária e aumento da procura de imóveis para alugar e comprar (década de 1940);
3. Formação de um mercado de terras e uma intensa produção fundiária (final da década de 40 e nas décadas de 50 e 60);
4. Produção em grande escala de moradias através de conjuntos habitacionais tanto sob encomenda do Estado e Cooperativas, como através do sistema de Incorporação imobiliária (década de 70 e primeira metade da década de 80);
5. Intensificação do uso do solo urbano através da mudança no porte das construções, aumentando a densidade demográfica dos bairros consolidados e substituindo antigas construções (segunda metade da década de 80)" (FERREIRA, 1988, p. 8).

A autora aponta vários fatores que podem, conjuntamente com a ocupação militar explicar o processo de valorização fundiária surgido no final dos anos 40 e, mais marcadamente nas décadas de 50 e 60. Entre eles: o crescimento populacional; a transferência de capital para o setor imobiliário; a elevação da renda familiar; criação de uma rede viária; existência de terras improdutivas na periferia (zona rural) do município; e indefinição do perímetro urbano (FERREIRA, 1989, p. 12).

A intensificação das atividades da construção civil nos anos da guerra - como dizem os jornais, documentos, as pessoas memórias e a literatura da época - era enorme e atraiu empreiteiras de outros estados, particularmente de Pernambuco e Ceará, que aqui se radicaram²⁴.

O crescimento da produção imobiliária pode ser visto pelo grande número de empresas ligadas a atividade da construção civil. O Cadastro Industrial da FIERN de 1972 registra 40 empresas no ramo sendo 03 criadas na década de 40; 08 nos anos 50; 27 empresas em 60; e, 04 entre 1970 e 1972. Aliás, pelo Cadastro da Secretaria de Indústria e Comércio (de 1988) percebe-se que o desempenho da construção civil foi moderado nos anos 70. Do total de 266 empresas, 74,9% surgiram na década de 80 e somente 18,4% na de 70. Percebe-se pelos dados que o imobiliário tem se mostrado dinamicamente nos anos 80.

Do mesmo modo, a intensificação do processo de

concentração da população aumentou assustadoramente a procura por acomodação (hotéis, pensões e casas para alugar) alterando com isso os preços dos aluguéis. Natal contava apenas com um hotel de categoria, o Grande Hotel, até a inauguração do Hotel dos Reis Magos nos anos 60²².

Torna-se, assim, do dia para a noite, atraente o investimento no setor imobiliário, provocando, também, de parte do capital mercantil usurário um grande número de despejos, como noticiam os jornais da época.

A intensificação das atividades da construção civil para fins militares, soma-se aquela voltada para edificação de casas. Em vários bairros - Ribeira, Rocas, Cidade Alta e principalmente no Tirol, Petrópolis e Alecrim, os terrenos baldios foram ocupados por habitações de alvenaria. As vilas militares são construídas pelas forças armadas brasileiras para acomodar a oficialidade. As estatísticas mostram a crescente produção imobiliária, já no período da guerra:

TABELA 40 - PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA DE NATAL: 1941-1944

ANOS	Nº DE CASAS CONSTRUÍDAS
1941	325
1942	241
1943	737
1944	881

Fonte: Diário de Natal nº 937 de 29 de janeiro de 1945

Em 1946, começaram a ser registrados em cartório os primeiros loteamentos em Natal. A compra e o retalhamento de grandes glebas passam a constituir um investimento rentável, daquele momento em diante. As décadas de 50 e 60 são decisivas tanto para a estrutura física e formato da cidade como para o setor imobiliário. Ao contrário dos anos que antecedem a 2ª Guerra, a cidade não conta com plano urbanístico de 1940 a 1968 que oriente e discipline a ocupação do solo e a avalanche da produção imobiliária, ficando esta à mercê do mercado de imóveis. O Plano Diretor de Natal data de 1974.

As políticas públicas, implementadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (COHAB e INOCDOF) é que a partir de 1964 intervêm e reorientam esse processo, principalmente nos anos 70 e 80²³.

Os loteamentos realizados no período 1940/1960 e os conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado nas décadas seguintes contribuem enormemente para a ampliação do perímetro urbano à revelia do controle devido pela Prefeitura Municipal de Natal.

Os dados levantados por FERREIRA, mostram que os loteamentos efetuados no período 1940/60 estão em área da então periferia da cidade. De acordo com a tabela 41, situam-se em bairros de ocupação recente como Lagoa Nova (74,3%), Dix-Sept Rosado (12,1%), Quintas (6,8%), Cidade da Esperança (5,3%) ou bairros de intensificação demográfica como o Tirol (9,5%), Lagoa Nova (6,8%) e Alecrim (10%).

TABELA 41 - DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OS BAIRROS ATUAIS DOS LOTEAMENTOS REGISTRADOS EM NATAL - DÉCADAS DE 40 A 80

BAIRROS	DÉCADAS					TOTAL	%
	40	50	60	70	80 ^(*)		
Lagoa Nova	3	35	8	4	3	53	74,31
Dix-Sept Rosado	--	14	9	1	1	25	11,85
Tirol	3	13	2	--	1	19	9,00
Alecrim	2	16	1	--	--	19	9,00
Quintas	1	10	2	--	--	13	6,16
Ponta Negra	--	2	9	--	2	13	6,16
Lagoa Seca	3	8	4	--	--	13	6,16
Cidade da Esperança	--	7	3	--	1	11	5,21
Candelária	1	5	1	--	--	7	3,32
Bom Pastor	--	3	3	--	--	6	2,85
Petrópolis	3	2	--	--	--	5	2,37
Capim Macio	--	--	3	1	1	5	2,37
Nordeste	--	4	1	--	--	5	2,37
Neópolis	1	1	1	--	1	4	1,90
Nova Descoberta	--	2	1	--	--	3	1,42
Guarapes	--	--	2	--	--	2	0,94
Pitimbú	--	--	--	1	1	2	0,94
Potengi	--	1	1	--	--	2	0,94
Felipe Camarão	--	--	--	--	1	1	0,47
Igapó	--	--	1	--	--	1	0,47
Cidade Nova	--	--	--	1	--	1	0,47
Redinha	--	--	--	--	1	1	0,47
Total	17	121	52	8	13	211	100,00

Fonte: Coleta direta em cartório. Ver Ferreira, 1989, p. 18.

(*) Até 1989

Os dados da tabela 42 mostram que 57,4% do total de loteamentos ocorreram nos anos 50 o que corresponde a 16,8% das áreas loteadas. Apesar do grande número de loteamentos registrados no pós-guerra, a área média por empreendimento não é a mais significativa. Em outras palavras, os dados revelam que nas décadas posteriores a de 50, diminui o número de loteamentos e aumenta a área por eles ocupada, principalmente na década de 80.

TABELA 42 - QUANTIDADE DE LOTEAMENTOS E ÁREA LOTEADA EM NATAL POR DÉCADA

DÉCADAS	LOTEAMENTOS (A)		ÁREA (B)		B/A
	Quantidade	%	Em ha	%	
1940	17	8,0	241.430	5,6	14,2
1950	121	57,4	727.910	16,8	6,0
1960	52	24,6	2.696.900	62,4	22,3 ^(**)
1970	8	3,8	141.752	3,3	17,7
1980 ^(*)	13	6,2	517.807	11,9	39,8
TOTAL	211	100,0	4.325.799	100,0	-

Fonte: Coleta de dados em Cartório feita por FERREIRA, 1989, p. 17

(*) Registros efetuados até 1989

(**) Nesta percentagem não estão incluídos 2 loteamentos registrados em cartório que isoladamente correspondem a uma área por loteamento de 768.800 ha.

É preciso no entanto observar que embora em pequeno número, porém significativo em termos de área, inicia-se no pós-guerra, a ocupação de locais distantes do centro da cidade. Para isso, muito contribuem terrenos cercados e ocupados pelas forças armadas brasileiras, que, dadas as suas dimensões oneram a implantação da infra-estrutura e serviços urbanos na cidade, criam enormes vazios urbanos, beneficiam glebas ou loteamentos antigos não totalmente utilizados e impõem a característica de cidade horizontal que Natal apresenta.

Para se ter uma idéia da dimensão da ocupação militar em termos de apropriação da terra urbana vale ressaltar que ela representa cerca de 3% da área urbana do município de Natal. Ou seja, de acordo com a Lei nº 2221/71 de 23 de julho de 1974, o município de Natal é dividido em 38 bairros, cuja área urbana é de 12079,99 ha e com área total de 16.900 ha (IPLANAT, 1988, p. 2). De acordo com os levantamentos por nós efetuados as Forças Armadas ocupam 352,56 ha, da área urbana, conforme mapa 11. Vale ressaltar que a Base Aérea está fora dos limites do município de Natal e ocupa área de 557,76 ha.

A instalação da Base Aérea, a oeste, cerca de 20 Km do porto de Natal e a instalação da Base Naval no Rio Potengi, ao norte, fazem surgir dois eixos viários de intenso movimento de tráfego: a cidade acompanha essas duas tendências em seu crescimento físico-territorial: uma pela expansão da rodovia Natal-Parnamirim, construída pelos norte-americanos e a outra, pouco definida, de penetração perpendicular a esta pista (Av. Alexandrino de Alencar) em direção a Base Naval no bairro do Alecrim.

Como pode ser visto no mapa 12, a localização dos

loteamentos constantes na tabela 41, acompanham os eixos antes mencionados, abrangendo os bairros do Tirol, Lagoa Nova (eixo da pista), Alecrim, Dix-Sept Rosado e Quintas (perpendicular à Base Naval).

Dessa forma no nosso entender, o que orientou o crescimento físico-territorial da cidade de 1940-70, foram em grande parte os procedimentos especulativos do capital imobiliário ao aproveitar e especular em cima da infra-estrutura que "gratuitamente" resultara da mobilização militar durante a 2ª Guerra. Este fato impulsiona a valorização da terra nas áreas beneficiadas ou influenciadas por este embrião de sistema viário, que tem, a partir daí, mais condições ou menor desembolso ao ser ampliado e melhorado.

De acordo com FERREIRA, "essa quantidade enorme de terras disponíveis para o retalhamento e a especulação constitui elemento fundamental para a emergência de um mercado de terra, sendo transformados lentamente, ao sabor dos procedimentos especulativos de terras rurais em áreas urbanas" (FERREIRA, 1989, p. 15-16). O registro dos loteamentos nos cartórios de imóveis de Natal mostram como uma área é ao mesmo tempo considerada como rural por alguns, suburbanas e urbanas por outros. Aliás, é do interesse de seus proprietários que elas figurem como imóveis rurais, pois assim burlam o IPTU, pagando menos imposto ao INCRA.

Através de levantamento realizado no cadastro do INCRA constatou-se a existência de 4.677,5 ha de terras urbanas em Natal registrados como imóveis rurais, o que corresponde a cerca de 25% da área do município. Pela tabela 43 é possível perceber que do total de terra tida como rural 52,5% pertencem a duas grandes imobiliárias. Aliás, boa parte dessas glebas já estão loteadas e vendidas, sendo que os novos proprietários possuem até agora apenas o contrato de compra do imóvel, continuando a escritura em nome do proprietário/loteador. Ressalte-se ainda que, pelos critérios do IBGE, Natal não tem mais área rural.

TABELA 43 - REGISTRO DE TERRAS DO MUNICÍPIO DE NATAL NO CADASTRO DO ITR (INCRA)

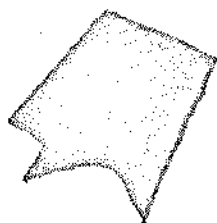
ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA EM HA	Nº DE PROPRIETÁRIOS
Empresas	07	194,4	07
Minifúndios	55	176,6	52
Latifúndios	24	3.458,5	20
Omissos	71	848,0	71
TOTAL	157	4.677,5	150

Fonte: Coleta direta de dados

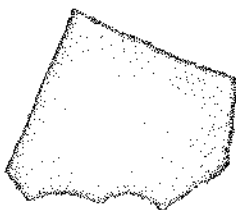
Obs: Pelos critérios do INCRA, São considerados minifúndios áreas de até 7,0 ha, o que não é uma pequena área para imóveis urbanos.

MAPA 11 -

ÁREA MILITAR EM NATAL



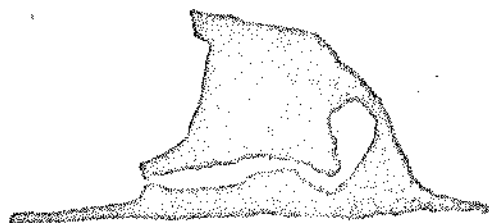
ZEM* I (Nova Descoberta)
BATALHÃO DE ENGENHARIA VISCONDE DE TAUNAY (EXÉRCITO)
ÁREA APROXIMADA - 73.32 ha.



ZEM II (Lagoa Nova/Tirol)
16º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA (EXÉRCITO)
ÁREA APROXIMADA - 99.84 ha.



ZEM III (Santos Reis)
AERONÁUTICA
ÁREA APROXIMADA - 12.00 ha.



ZEM IV (Santos Reis)
EXÉRCITO
ÁREA APROXIMADA - 113. 88 ha.



ZEM V (Alecrim/Quintas)
BASE NAVAL (MARINHA)
ÁREA APROXIMADA - 53,04 ha.

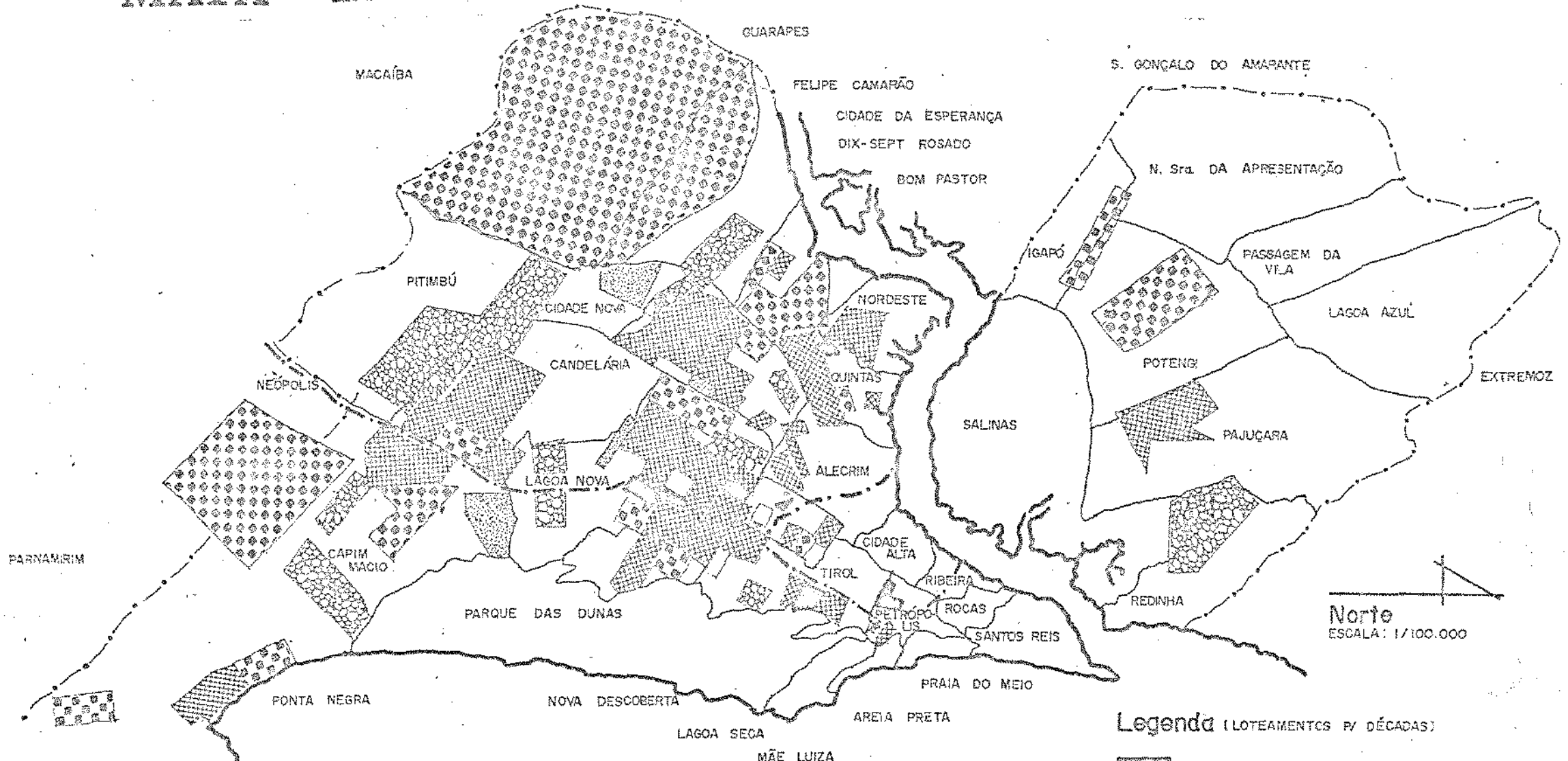
ÁREA TOTAL (aproximada) - 352.56ha.

FONTE : Coleta direta de dados.

OBS.: A Base Aérea de Parnamirim está fora dos limites do município de Natal e ocupa uma área de aproximadamente 557,76 ha. ou 5.577.632,61 m². Dados de Costa, 1989, p.30.





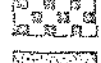


* - ZONA ESPECIAL MILITAR (Plano Diretor de Natal - 1984),

MAPA 16 - ÁREA OCUPADA POR LOTEAMENTOS.



Norte
ESCALA: 1/100.000

Legenda (LOTEAMENTOS P/ DÉCADAS)

	1940/50		EIXOS VIÁRIOS
	1950/60		LIMITE DO MUNICÍPIO
	1960/70		
	1970/80		
	1980		

FONTE DOS DADOS: CARTÓRIOS DO 3º E 6º OFÍCIO DE NOTAS, NATAL/RN.

Este tipo de ocupação acentua um processo de valorização diferenciada do espaço urbano onde os bairros do eixo da pista passam a ser procurados como local de moradia pelas camadas médias da sociedade. A população de baixo poder aquisitivo é expulsa no sentido da Base Naval, e comprimida nos anos 70 e 80 pelo alto preço do solo urbano, ultrapassam o Rio Potengi, conforme pode ser observado no mapa 13.

À população "do outro lado da ponte" ou da "zona norte" são reservadas áreas menos cobiçadas pela especulação imobiliária, porém, de ocupação industrial e operária, após a modernização industrial dos anos 70. São áreas ocupadas por conjuntos construídos pela COHAB, auto-construção ou favelas, configurando, assim, o processo de segregação social do espaço urbano.

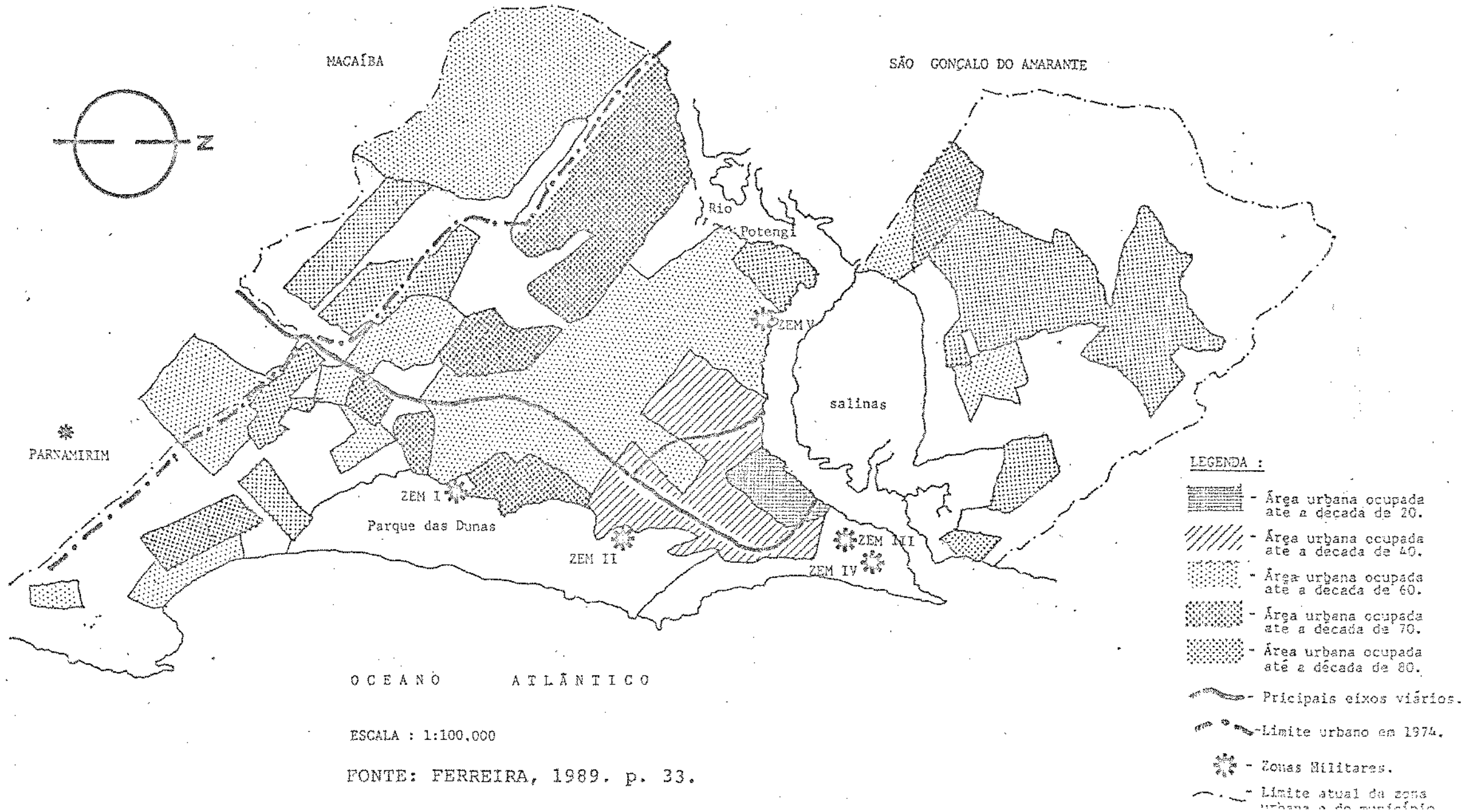
Com relação as leis que regulamentam esta produção fundiária, "quando não são débeis diante do afã dos especuladores são desrespeitadas com a conivência da prefeitura, que não mantém uma fiscalização constante e rigorosa sobre o que ela mesma aprova" (FERREIRA, 1989, p. 19).

Para o nosso propósito, torna-se necessário caracterizar o agente promotor destes empreendimentos imobiliários. Os dados de que dispomos dão conta de um destes: o loteador. As estatísticas revelam que 8 famílias dominaram este tipo de investimento nas décadas de 40/50/60 realizando um total de 42 loteamentos, o que corresponde a 22% dos loteamentos efetuados e perfazendo uma área de 804.577 ha - 37,8% do total de hectares loteados no período (tabela 42).

Presumivelmente foram áreas adquiridas no imediato pós-guerra para repouso, valorização e empreendimento. O manuseio da historiografia nos elucida a procedência dos agora latifundiários ou loteadores urbanos. Osvaldo Lamartine ao se referir ao seu pai, Juvenal Lamartine, um legítimo representante da oligarquia algodoeiro-pecuária, descreve: "Em 1940, ele havia comprado Lagoa Nova. Quilômetros de terra abandonadas, com um velho curral de arame farpado e duas casas em ruínas. Loteou seus terrenos em Natal (...) depois das eras de 40" (FARIA, in Província nº 13, 1974, p. 13)..

FERREIRA, observa que vários loteadores que aparecem inicialmente como pessoas físicas, ao longo do tempo vão se transformar em pessoas jurídicas através da criação de empresas imobiliárias e que, ainda hoje, permanecem neste ramo de atividade, muitas vezes associados a outros setores do comércio, principalmente o de automóveis, autopeças e a construção civil. Cabe esclarecer que nem sempre os registros em cartórios descrevem a profissão do loteador (FERREIRA, 1989, p. 22). Os registros constatarem, ratificando a nossa hipótese, que, em sua totalidade, os terrenos loteados pertencem aos seus promotores. Isso significa dizer que proprietários da terra e loteadores são um só agente. Os terrenos são adquiridos, em grande parte, nas décadas de 1940 e 1950 (63,6%) e loteados em 1950 e 1960 (82%). Aquelas glebas loteadas nas décadas de 70 e 80 (10%) foram adquiridas em sua

MAPA 13 - OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE NATAL



maioria já nos anos 70. Vários desses loteadores são, ainda hoje, identificados como os maiores latifundiários urbanos do município.

A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO MILITAR

A possibilidade de abertura desse e de outros embriões de mercado urbano colocada pela mobilização militar do período de guerra, foi em parte, mantida. Nas décadas que seguiram à 2ª Guerra parte dos destacamentos militares aqui sediados foram fixados e até ampliados.

Algumas explicações podem sustentar a realidade de Natal contar até hoje com significativa população militar: a "urbanização enlatada" que, inicialmente, foi uma necessidade de guerra, torna-se objeto de discussão dos acordos Pan-Americanos no pós-guerra e posteriormente, uma questão de segurança nacional no projeto geopolítico dos militares que tomam o poder em 1964. O Estado brasileiro assume o ônus de manter as Bases militares no Nordeste que, mesmo sem o pique dos tempos de guerra, sustenta e alimenta o setor terciário em Natal.

As questões políticas que norteiam a explicação de continuidade da militarização do Nordeste, ultrapassam os limites deste trabalho. Entretanto, é bom lembrar que terminada a 2ª Grande Guerra, começa, no cenário político internacional, a guerra fria, sequenciada pela Guerra da Coreia e a Revolução Cubana. O imperialismo norte-americano preparava as bases para contra-revolução. Seus maiores cuidados, todos sabem, se concentraram no Nordeste do Brasil. Os "boinas verdes" circularam desenvolvidos pelas ruas do Recife e a "Aliança para o Progresso" pretensamente objetivava promover certa melhoria (de caráter assistencial) nos padrões de vida da população nordestina⁽²²⁾.

Os problemas regionais brasileiros, como se sabe, afloram internamente à discussão política, no final dos anos 50 por dois motivos: a seca de 1958/59 desnuda o quadro de pobreza e miséria do Nordeste à nação, ao mesmo tempo em que no transcurso do Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek (1956-61) o País fazia investimentos pesados no Centro-Sul. Conforme Wilson CANO, naquele momento a concentração industrial em São Paulo era de 55%, sendo aquele estado "responsabilizado" pelo agravamento das chamadas disparidades regionais do desenvolvimento brasileiro (CANO, 1988, p.1).

O período que vai de 1961 até 1967 (politicamente marcado pelo Golpe Militar de 1964) caracterizou-se como de crise econômica e política, sendo esta última estreitamente vinculada à crise econômica. No interior dessa crise onde o poder político e reivindicatório das classes populares, que lutavam pelas reformas de base começava a despontar é que ocorre uma precipitação política nacional sobre a "Questão Nordeste". Como diz José

Willington GERMANO, a situação do Nordeste, afinal, preocupava as elites dominantes internas, que passavam a enxergar a existência de desequilíbrios regionais como uma ameaça à unidade nacional⁽³⁰⁾. Ao citar textos da época da criação da SUDENE, faz o reparo e qualifica: "na verdade uma ameaça à sua dominação de classe -, sendo portanto a superação desses desequilíbrios uma questão de Segurança Nacional" (GERMANO, 1989, p. 33).

Teriam tais ocorrências, algum tipo de ligação com a movimentação/treinamento de militares em Natal? A resposta é difícil. Sabe-se, entretanto, que "a partir da segunda metade da década de 50 (cujo marco pode ser arbitrariamente fixado em 1956 com a criação da 1ª Liga Camponesa no Engenho Galléia - Pernambuco) e prosseguindo até 1964, o Nordeste viveu um processo de intensa luta de classes provocado não somente pela organização dos trabalhadores urbanos mas, sobretudo, pela organização e politização dos trabalhadores rurais" (GERMANO, 1989, p. 29). Não resta dúvida que é neste contexto que se deve procurar a resposta⁽³¹⁾.

Ademais, a proposta de participação do Nordeste para que o Brasil "se torne potência" é muito clara. Os que já leram a Geopolítica de Golbery do COUTO E SILVA devem lembrar que ele afirma que o Nordeste não tinha muita importância econômica no projeto geopolítico e que a importância da região era mais estratégica, era militar. Referia-se, ainda, o autor à proximidade do continente em relação a África e sua localização estratégica no Atlântico Sul. Sabemos, por experiência, que nenhum ponto melhor do que Natal satisfaria os objetivos de tal proposta⁽³²⁾.

O certo é que, para Natal, ficaram saldos de guerra. Após a rápida desmobilização das tropas norte-americanas as Forças Armadas Brasileiras aqui se fixaram ocupando não só as bases por elas construídas, como também, servindo-se das bases e equipamentos doados pelo governo dos EUA ao Brasil.

Foram mantidas em operações: a Base Naval de Natal; a Base Aérea de Natal, tendo incorporado todo o acervo de Paranairm Field; e, o Batalhão de Engenharia Visconde Taunay, o 159 Regimento de Infantaria Motorizada e o GEMAC, todos do Exército. Alguns outros agrupamentos vieram posteriormente, a ser instalados e/ou ampliados na capital, notadamente em fins dos anos 60 e início da década de 70.

Em 1970 foi desativada a Base Aérea de Natal e, em seu lugar, passou a funcionar o Centro de Formação de Pilotos Militares, mais conhecido como CPRM, com o objetivo de treinar oficiais aviadores (ativos e para a reserva) para todo continente sul americano. Em 1973, o CPRM foi transformado no Centro de Aplicação Tática e Recompimento de Equipagens - CATRE -; destinava-se também a ministrar instrução tática básica ao oficial-aviador (COSTA, 1980, p. 423-426).

Ainda no âmbito do Ministério da Aeronáutica foi no mesmo período instalado o Centro de Lançamento de Foguetes da

Barreira do Inferno, como é conhecido. Tanto o CATRE como a Barreira do Inferno, trouxeram para Natal uma população de oficiais e técnicos especializados. O mesmo se deu com a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, aqui instalados também nos anos 70. Acrescenta-se a transferência do Comando do III Distrito Naval de Recife para Natal em 1975.

Além de Natal sediar essa "parafernália" militar cabe lembrar que o Estado brasileiro mantém (como empregador direto) na cidade as repartições públicas federais "normais" que devem pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de Estado, acrescidas das instituições também federais que existem, especificamente, para cuidar do "Nordeste Seco". O mesmo se presta ao Estado do Rio Grande do Norte e a prefeitura de Natal.

Essas evidências, que serão estudadas na terceira parte do trabalho; e, particularmente, pela evolução da tipologia das ocupações, parece possibilitar na cidade uma elevação da renda da população, que ao gastá-la em bens e serviços urbanos, dinamiza a economia urbana de Natal. Por outro lado, como a massa de salários e salários circulam com regularidade no terciário, termina por autonomamente realimentá-lo. São rendimentos oriundos de fora, calcados nas transferências de recursos federais e de salários pagos pelo erário público e que circulam mensalmente, através de repasses ao órgãos públicos e do assalariamento de servidores públicos civis e militares.

Para finalizar esta segunda parte gostaria de alertar ao leitor que na análise da transição para a sociedade urbana vivenciada pela economia do Rio Grande do Norte nos anos 70, incluindo-se aí o processo de urbanização de Natal, não faremos uma relação causal e direta da mobilização militar com os acontecimentos desta nova conjuntura. Entretanto, a elucidação dos fatos que acabamos de analisar, sem dúvida alguma, ajudam a entender as especificidades que a capital potiguar apresenta hoje.

N O T A S

- (01) Ultrapassando o nível descritivo destacamos os trabalhos de CLEMENTINO (1989), FERREIRA (1989), SANTOS (1989), ANDRADE et alii (1987), e MACHADO (1989).
- (02) A pesquisa é financiada pela FINEP, tem coordenação a nível de região, sendo, porém, executada com relativa autonomia pelos programas de pós-graduação e Centros de Pesquisa em Ciências Sociais do Nordeste, desde 1987. No Rio Grande do Norte ela é executada no âmbito do Mestrado em Ciências Sociais da URFN, que já produziu dois relatórios parciais: Mapeamento dos Conflitos Urbanos em Natal (1987) e Estado e Movimentos Sociais Urbanos em Natal (relatório preliminar) em 1990. Pessoalmente, integramos o sub-projeto "Estrutura Urbana de Natal".
- (03) As principais características do Plano Palumbo são visíveis até hoje. O arquiteto Giacomo Palumbo que o elaborou em 1929, estabelece, em definitivo, os rumos em que se dará, posteriormente, a expansão urbana de Natal na margem direita do Rio Potengi. Sobre o Plano Palumbo ver: SANTOS (1989); MIRANDA (1971); e, SALMAR (org) sd.
- (04) Conforme FERREIRA, 1989, p. 9. A autora acrescenta como causa desse desinteresse "o fato de render apenas 1% o capital empregado nessa atividade".
- (05) Sobre as posições do Presidente Getúlio Vargas e particularmente sobre os discursos de 11 e 29 de junho de 1941, ver SEITENFUS, 1985, cap. 3, p. 294-336.
- (06) Foge ao âmbito deste trabalho uma discussão mais ampla das questões econômicas e políticas que culminaram com a participação do Brasil na 2ª Guerra ao lado das Nações Aliadas. Discutiremos a 2ª Guerra Mundial de forma restrita à questão Nordeste e ao RN.
- (07) A expressão é de Francisco de OLIVEIRA, no prefácio ao livro de Inaiá de CARVALHO.
- (08) Em 1940 durante quase um mês esteve estacionado nas águas do rio Potengi o navio hidrográfico da Marinha de Guerra do Brasil - o Janguai - com oficiais técnicos "que se ocuparam em estudar o Porto de Natal sob o aspecto defensivo naval" (A REPÚBLICA. 18 mar. 1941, p.1).
- (09) O programa de instalação de Bases Navais pela Marinha de Guerra do Brasil durante a 2ª Guerra Mundial, contemplava unidades do Rio Grande do Sul ao Pará.
- (10) O DIÁRIO DE NATAL de 20 de abril de 1945, p. 3, em ampla reportagem conta a história da construção da Base, destacando

a figura do Almirante Ary Parreiras, que ora era transferido do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro depois de "relevantes serviços prestados à Marinha de Guerra do Brasil e ao Estado do Rio Grande do Norte".

- (11) Nesta data foi constituída a Comissão de Instalação da Base, que teve sua construção efetivamente iniciada em outubro do mesmo ano, quando o Almirante Ary Parreiras veio para Natal especialmente designado para dirigir a sua construção (A REPUBLICA, 21 de mar. 1945, p.8).
- (12) Se buscarmos no tempo, explicação para tal nome, encontraremos sua origem na utilização do lugar como fundeadouro da figura legendária do corsário francês Jacques Riffault. De acordo com a historiografia, era o lugar onde o corsário guardava suas naus, a serviço de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardiere (CASCUDO, 1980, p. 23-24)
- (13) Discurso do Interventor Federal Rafael Fernandes de Gurjão durante solenidade da visita do Ministro da Marinha do Brasil que, acompanhado do Comandante Walter Scoth Macauley, Chefe da Missão Naval Norte-Americana no Brasil, faz inspeção a Base Naval de Natal em agosto de 1943 (A REPUBLICA, 24 ago. 1943).
- (14) Em Recife, na Base Naval de Tejiú, é sediado o Comando da 4ª Esquadra, sob a chefia do Almirante Jonas Howard Ingram (PINTO, 1976, p. 60).
- (15) Informação obtida em entrevista coletiva realizada junto aos sócios da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, na cidade de Natal, no dia 5 de julho de 1989.
- (16) O Interventor Federal passou a receber expediente confidencial do ministério da Justiça comunicando quando ocorreria essa afluência para Natal (VIVEIROS, 1974, p. 131).
- (17) No antigo hotel da L.A.T.I., foram instalados os órgãos administrativos e o Cassino dos Oficiais. O hangar dessa companhia teve uma das suas alas transformada em alojamento para praças (...) Nos prédios da Companhia Air France instalaram-se o alojamento e o rancho dos sargentos (...) o Centro Médico, inclusive enfermária" (COSTA, 1980, p. 65).
- (18) O que era considerado "barraco" para os padrões norte-americanos à época, e com durabilidade prevista para 10 anos, encontra-se hoje intacto no aeroporto Augusto Severo, em Natal.
- (19) Em visita ao campo o Secretário da Interventoria Federal Aldo FERNANDES aceita o convite das autoridades americanas para ver a descida dos aviões: "eu vou ficar aqui na Base até esses aviões chegarem todinhos (...) Ficamos por lá. Serviram 'whisky', etc. e daqui a pouco começou a chegar avião (...) E assim ficamos até de madrugada. Quando amanheceu o dia estava

a pista cheia de aviões (...) é um espetáculo muito bonito" (FERNANDES, 1987, p. 44-45).

- (20) Estes valores foram levantados por COSTA (1980) de um relatório elaborado em setembro de 1946, pela Air Section Joint Brasil-United Military Commission. Por outro lado, a mesma fonte registra 842 mil dólares gastos pelo governo dos Estados Unidos na Base de Hidroaviões de Natal (COSTA, 1980, p. 79).
- (21) Conforme FOREIGN FERRY NEWS de 13 de fevereiro de 1944, vol. 1, nº 38). Em posterior edição o jornal noticia: "Emil Olin é o representante no campo para a Companhia Caterpillar" (vol. 1, nº 41 de 5 de março de 1944).
- (22) Assim, está expresso, no relatório da pesquisa "Memória da Escola de Serviço Social": "No dia 10 de abril Natal começou a expor nas ruas a chaga aberta do desemprego rural em massa. Famílias inteiras percorriam os bairros residenciais e as ruas do comércio pedindo o que comer" (UFRN, sd., p. 4).
- (23) Ver por exemplo: jornal A REPÚBLICA nas seguintes datas: 7/6/41; 8/7/41; 22/7/41; 2/9/41; 26/9/41; 22/1/42; 16/3/42; 28/3/42; 5/4/42; 19/3/44; 11/8/44; 11/12/44; e 22/12/44.
- (24) Entre outros: Wilson CANO e Francisco de OLIVEIRA.
- (25) No caso particular do Rio Grande do Norte, isto só vai ocorrer, muito timidamente, nos anos 70.
- (26) É o caso, por exemplo, do Sr. Joaquim Victor de Holanda, pernambucano, empreiteiro, que veio para Natal durante a guerra. De acordo com o Cadastro Industrial da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, de 1972, a empresa "Joaquim, Victor de Holanda" iniciou suas atividades em 1943. Além dela, estavam em atividades em 1972: a Construtora Nóbrega Machado, criada em 1948 e a ECOCIL - Empresa de Construção Civil Ltda., também surgida neste ano.
- (27) Situado no coração da Ribeira, o Grande Hotel viveu momentos de glória durante a 2ª Guerra e décadas seguintes. Seu proprietário o "major" Theodorico Bezerra sintetiza ao se auto-definir, os caracteres da oligarquia algodoeiro-pecuária nesse momento: "Estou com 74 anos de idade, dos quais 60 como agricultor, 52 como hoteleiro, 30 como político, 16 como deputado federal e 18 como presidente do PSD. Fui vice-governador durante cinco anos, sou o segundo criador de gado do estado, já perdi a conta dos anos que tenho como deputado estadual e posso dizer que nunca fracassei na vida". Ver Theodorico Bezerra: As Lições Aprendidas no Campo. RN ECONÔMICO 8(82):10-15, maio 1977.
- (28) "Nestas duas décadas foram construídas 41.217 unidades habitacionais ocupando uma área total de 2.100 ha

- aproximadamente. Reunidas em 42 conjuntos, distribuídos por vários bairros periféricos da cidade. Estas casas abrigam uma população em torno de 230.000 pessoas, parcela considerável da população total que em 1985 é de 510.106 habitantes, segundo estimativas do IBGE" (FERREIRA, 1989, p. 11).
- (29) "Desde 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado começou a solicitar ao Itamarity vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, comerciantes, Corpo da Paz, etc.) dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste" (BANDEIRA, 1973, p. 447-449).
- (30) Essa questão aparece com frequência nos textos da época referentes à criação da SUDENE. A propósito, assinala Francisco de OLIVEIRA: "Enfatiza-se explicitamente nesses documentos, o risco que correria a 'unidade nacional' se o agravamento dos 'desequilíbrios regionais' entre o Nordeste e o Centro-Sul persistisse na direção e na intensidade indicadas pelas estatísticas disponíveis" (OLIVEIRA, 1977, p. 100-101). É bom lembrar que naquele momento, pela primeira vez, as contas nacionais eram divulgadas de forma regionalizada.
- (31) "A organização dos camponeses iria provocar forte reação por parte dos latifundiários e que se traduziu em assassinatos, conflitos, chacinas e perseguições" (GERMANO, 1989, p. 29).
- (32) Nesse sentido o General Golbery afirma que "do mundo além-mar (...) vem-nos (...) ameaças gravíssimas (...) que vão desde a sutil propaganda ideológica (...) até os modernos engenhos termo-nucleares capazes de inaugurar uma nunca vista guerra intercontinental. Daí a vulnerabilidade de um país como o Brasil em que se concentram, numa faixa litorânea de amplitude muito reduzida ante os atuais padrões táticos ofensivos, os mais populosos centros do país, seus principais núcleos industriais e os mais importantes eixos de circulação rodoviária e ferroviária". E acrescenta: "O Nordeste brasileiro, pela sua posição dominante em relação ao estrangulamento de Natal a Dakar, avulta de uma significação estratégica nunca antes igualada" (COUTO e SILVA, 1967).

TERCEIRA PARTE

A SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO
PARA A URBANIZAÇÃO.

1. DETERMINANTES DA TRANSIÇÃO NO PERÍODO 1970-1980

1.1. O Contexto das Mudanças

Os anos 70 marcam um momento particular da consolidação no país de uma sociedade urbano-industrial. Inequivocamente, em que pese o seu aspecto concentrador de renda com sérias repercussões no âmbito social, a modernização técnica propicia taxas de crescimento elevadíssimas em todos os setores da economia nacional: agricultura, indústria e, também, nos serviços. Com isto, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente o setor industrial, alcançou um nível mais integrado e uma estrutura produtiva qualitativamente mais profunda.

É indispensável abordar, mesmo que brevemente, alguns desses processos vividos e incorporados, embora de forma concentrada e perversa à sociedade brasileira: notadamente, o intenso processo de urbanização que significou a transferência do campo para as cidades e das cidades pequenas para as metrópoles de grandes contingentes populacionais.

É relevante considerar na análise da intensidade e profundidade dessas transformações que elas estão no bojo da crise, "milagre econômico" e desaceleração da economia brasileira do período 1962-1980. O início da década de 60 (1961-1964) caracterizou-se como crise econômica e política, após o período de industrialização pesada, que se abre com o maciço bloco de investimentos realizados entre 1956 e 1960 pelo Plano de Metas. Quanto à crise econômica, assinala CANO, "representa o agravamento inflacionário, a crise fiscal e financeira do Estado, a desaceleração do crescimento industrial e o esgotamento do manejo instrumental da política econômica" (CANO, 1988, p. 21).

A crise política, estreitamente vinculada a crise econômica, significou um lapso à continuidade de uma proposta institucional moderna e democratizante. De acordo com GERMANO "jogaram um papel importante nessa crise: a) a radicalização das posições dos partidos políticos com relação à orientação a ser dada nos assuntos econômicos, políticos, nas relações externas, etc; b) a intensa politização das massas, sobretudo urbanas, ao longo do período em que concorreram para a mencionada politização: o episódio da renúncia de Jânio [Quadros]; as freqüentes campanhas de reivindicação salarial, quando eram realizados comícios, assembléias, greves e, por fim, o debate em torno das reformas de base - agrária, tributária, universitária; c) o divórcio entre o poder legislativo e o poder executivo: de um lado o Congresso Nacional composto, boa parte, por representantes da sociedade agrária e, por outro lado, o executivo, fortemente influenciado

pelos interesses e valores ligados à sociedade urbano-industrial" (GERMANO, 1989, p. 27).

Foi no âmbito dessa contradição que se desenvolveram, ao mesmo tempo, a tomada de consciência por amplas respostas da sociedade, da gravidade dos problemas maiores do país bem como, o cenário para o período autoritário que o golpe militar instaura em 1964.

A crise atinge seu ápice em 1964-65 e neste último ano o governo militar promoveria suas primeiras reformas econômicas e institucionais⁽⁹¹⁾. A partir de 1967, como assinala CANO, "tudo ao capital". A classe trabalhadora, sempre sob a justificativa de combate a inflação sofre um grande arrocho salarial que associado a reforma financeira oportuniza, a partir de então, uma reconcentração da renda nacional⁽⁹²⁾.

O desenvolvimento acelerado, e relativamente desordenado, sobretudo da época do milagre (1969-1973) deixou o amargo legado da dívida externa. O governo militar já iniciava em 1972 um processo de endividamento externo que segundo CANO era "em grande parte desnecessário sob o ponto de vista de nossas necessidades de importações, mas ajustado à equivocada idéia de converter o país na mais nova potência industrial" (CANO, 1988, p. 22). Essa idéia, significava, em resumo: substituição de combustível (gasolina por álcool anidro); despropositado acúmulo de capacidade produtiva de bens de capital e de alguns insumos básicos; acordos para implantação de projetos nucleares, implantação da indústria de produção de não ferrosos, entre outros.

O agravamento da crise internacional iniciada em 1974 com o primeiro choque do petróleo e o recrudescimento inflacionário comprometeria essa política a partir de 1978-79, evidenciando-se o descontrole das contas e das finanças públicas, e o estrangulamento do balanço de pagamentos, decisivamente agravado pelo 2º choque do petróleo em 1979 e pelo aumento dos juros da dívida externa.

Mesmo assim, a estrutura industrial passou por avanços significativos: deixa de crescer só internamente e passa a ter um forte nexos com o estrangeiro. Ou seja, modificou e modernizou-se pela exigência da implantação de novos setores e para atender à demanda do mercado internacional. Para isso, a dinâmica da economia exige expansão e modernização da agricultura (São Paulo, Centro-Oeste e Sul, principalmente) e exploração (em bases modernas) dos recursos naturais do Norte e Nordeste.

Para suportar a modernização da economia em geral e particularmente do setor exportador, o governo federal não poupou esforços realizando gastos públicos na ampliação da infra-estrutura de transportes e de comunicações. Nunca é demais lembrar a megalomania e os objetivos duvidosos de alguns desses projetos que, ao beneficiar algumas empresas, empreiteiras, construtoras e, até muitos "amigos do rei", comprometeu a já

agravada situação do investimento e das contas públicas.

No bojo desse esforço de "Brasil Grande" o governo passou a dar maior ênfase às políticas regionais se propondo explicitamente (no II PND) a descentralizar rumo à periferia a indústria nacional.

Para os objetivos deste trabalho, uma caracterização mesmo que sumária do crescimento da economia brasileira nessas duas décadas, há que levar em conta, também, a integração econômica do Nordeste com as demais regiões brasileiras, notadamente, com o centro dinâmico dessa economia, que é São Paulo.

Sabe-se que a integração do mercado nacional avançava desde 1930, impondo a expansão do sistema de transportes e de comunicações interregionais o que juntamente com a implantação de uma política de desenvolvimento regional pautada nos incentivos fiscais, no início dos anos 60, fez com que o Nordeste se beneficiasse do intenso crescimento econômico e da maior inserção internacional da economia; e, também, passasse por profundas transformações em sua estrutura produtiva. Como assinala Leonardo GUIMARÃES "a economia regional acompanhou de perto, o também intenso crescimento da economia brasileira, e realizou um esforço de formação de capital, bem maior, em termos relativos, que o desenvolvido a nível nacional" (GUIMARÃES, 1986, p. 208).

No que tange ao Nordeste nesse período, CANO pontua algumas cifras: "em primeiro lugar, os coeficientes de exportação nordestina sobem em 1960 e 1980, de 14,6% para 17,5%; o coeficiente de importações, de 17% para 26,2% demonstrando portanto uma economia inequivocamente mais aberta a transações mercantis com as demais regiões do País. O déficit nordestino se reduz consideravelmente em termos relativos e se reduz também a participação da economia paulista na geração desse déficit". E acrescenta: "isto é muito importante para realçar a integração do mercado nacional, que, com a migração do capital produtivo vai ampliar ainda mais essas relações mercantis e aprofundar as trocas entre as duas regiões" (CANO).

Ressalte-se que no Nordeste, a expansão econômica foi determinada, como no resto do País, pelo comportamento das atividades urbanas: indústria e alguns segmentos do terciário. As atividades agropecuárias, ao contrário apresentaram menor expansão: entre 1965/80 a agropecuária nordestina expandiu-se a 4,1% ao ano, a indústria de transformação a 8,6% e a economia regional em seu conjunto, a 8,4%.

Leonardo GUIMARÃES ao analisar as condições objetivas que possibilitaram esse dinamismo da economia nordestina considera a existência de três etapas vividas pela região no período 1960-80:

- a) Na primeira que vai de 1960-1967, "o Nordeste passa a ser contemplado com um conjunto de medidas associadas

à política mais geral de desenvolvimento regional, entre as quais merecem destaque a de investimento público". Ou seja, antecedendo a crise, foi sendo reivindicada por alguns segmentos da sociedade (principalmente as elites regionais) uma política de desenvolvimento regional que atraísse capitais das regiões mais desenvolvidas para o Nordeste;

- b) Na fase seguinte, a do "milagre econômico", o Nordeste, agora atrelado economicamente às áreas mais industrializadas do País, acompanha o dinamismo da economia brasileira que mantém de 1967 a 1973 um crescimento superior a 11% ao ano. No mesmo período há continuidade dos investimentos públicos e privados no Nordeste, apresentando o gasto público uma expansão de 13% no período em apreço. O aumento dos gastos do Estado, como é usual, se reflete, sobremaneira, na construção civil e na indústria de material de construção. O capital mercantil imobiliário-construtor ao capturar o Estado passa a comandar o processo de ocupação e uso do solo urbano, promovendo o crescimento desordenado das cidades, a especulação imobiliária desenfreada e, conseqüentemente, a periferação dos assentamentos humanos. Serve-se das políticas habitacionais oficiais para realizar os assentamentos de conjuntos habitacionais e força o Estado a prover a infra-estrutura que requer a nova cidade.

Por outro lado, a trajetória do ciclo expansivo leva à desconcentração espacial da indústria de bens intermediários, e o estímulo à produção de insumos básicos nas áreas periféricas. No Nordeste isso se dá principalmente, com os minérios, o petróleo e a petroquímica. O prosseguimento dessa expansão econômica possibilita o surgimento de efeitos dinâmicos que aumentam os níveis de emprego e a massa global de salários, com repercussões no terciário, no comércio e nas atividades industriais de bens de consumo assalariado;

- c) Na terceira fase, "o que se deve ressaltar é que a sobrevida (grifo do autor) do milagre econômico (...) foi mais prolongada no Nordeste do que na economia brasileira em seu conjunto". GUIMARÃES justifica essa afirmativa dizendo que o Nordeste foi, em alguns aspectos, contemplado favoravelmente pela política do II PND: com o avanço da produção de bens intermediários e através da expansão dos investimentos públicos. Isso significa dizer que antes que a crise atingisse de cheio setores vitais da economia brasileira, a região pôde contar com a mobilização de parcela significativa de recursos para investir (GUIMARÃES, 1986, p. 208-231).

Desse modo, os estudos mais recentes sobre o desempenho da economia regional mostram que o período 1960-80 implicou simultaneamente, a criação de uma nova indústria e a modernização de ramos industriais e de outras atividades econômicas: atividades urbanas, como bancos, prestação de serviços e o próprio setor público (arrecadação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações); e mesmo parte do setor agropecuário⁽¹⁴⁾.

Os mesmos estudos, entretanto, alertam para as repercussões significativas, muitas delas negativas, sobre o nível de emprego, sobre os processos de trabalho e, também sobre as relações do Nordeste com as demais regiões brasileiras. Ou seja, a indústria que se criou e se modernizou no Nordeste, não desempenhou a função estratégica que lhe havia sido atribuída pelo GTDN e pelos planejadores do final dos anos 50, qual seja, a de contribuir efetivamente para absorção do desemprego e subemprego que se acumulavam no meio urbano⁽¹⁵⁾.

A exigência de uma renovação tecnológica no parque industrial nordestino era fato inquestionável nos anos 50. Essa questão foi objeto de estudo de órgãos regionais de desenvolvimento como o BNB e a SUDENE, no Programa de Recuperação da Indústria Tradicional do Nordeste, já aponta como causa da rigidez da estrutura da produção industrial, o obsolescência do equipamento, considerando-se que na época o equipamento têxtil, por exemplo, tinha mais de 30 anos. O referido plano propõe inclusive um amplo Programa de Recuperação dessa indústria no Nordeste⁽¹⁶⁾.

A forma com que o processo de industrialização se revestiu na região, entretanto, contradiz os postulados em que foram pautadas as políticas de ação para a solução do problema regional enfatizados na idéia de maior absorção de mão-de-obra e aproveitamento de matérias-primas regionais. O que vamos constatar é o contrário. Observando as medidas de política econômica governamental pela ótica de seus resultados, vemos as contradições que ela apresenta em relação a sua justificativa maior (absorção de mão-de-obra e de matéria-prima regional) e que a política de industrialização preconizada pela SUDENE, na prática significava uma política industrial de atração de investimentos, através de incentivos fiscais e financeiros a grandes grupos empresariais que dada a conjuntura econômica (crise dos anos 1962-67) viram nos incentivos oferecidos pelo (e para o) Nordeste condições de materialização e remuneração do capital. O que aconteceu é que a indústria nacional aproveitou um capital barato e antecipou sua ida para o Nordeste, pois "o começo da crise coincidiria com o início do funcionamento do sistema de incentivos fiscais para o desenvolvimento do Nordeste, subsidiando fortemente as inversões privadas que para lá foram canalizadas (...) assim, parte do excedente gerado no pólo (Centro-Sul) que não tinha condições de ser convertido em novo capital produtivo no pólo, graças ao sistema de incentivos fiscais pode vazar em direção às regiões incentivadas, facilitando dessa maneira, a transição para a forma mais avançada de dominação do mercado nacional: aquela que se manifesta via acumulação de capital"⁽¹⁷⁾.

As modernas inversões de propriedade do capital sediadas no Centro-Sul, realizadas no Nordeste criam importantes segmentos produtivos na economia regional, mas, também, ao modernizar o parque industrial pré-existente quebram alguns melhores empreendimentos similares locais, como é o caso do encerramento de algumas grandes e antigas fábricas têxteis do Nordeste⁽¹⁰⁾. Instalou-se, portanto, no Nordeste, não só uma nova indústria; muito mais que isso realizou-se o aprofundamento do capital industrial no mercado nacional de mercadorias e do processo de acumulação de capital à escala nacional que completa seu circuito na década de 70.

Desta maneira fica bastante claro "o caráter ou a motivação com que se utilizaram os incentivos concedidos: a industrialização perde o seu caráter originalmente proposto, como elemento de estratégia mais ampla e integrada do desenvolvimento regional, passando o Nordeste a funcionar como área de expansão, sobretudo da inversão de grandes empresas, numa conjuntura nacional de busca de novas formas para a realização da acumulação de capital" (MOREIRA, 1988, p. 84).

Evidencia-se, como nunca, o enorme potencial de acumulação desse capitalismo tardio e a marca da heterogeneidade desse desenvolvimento retardatário, em função, inclusive de uma modernização acelerada que desconsidera a problemática da desigualdade. Deve-se lembrar a respeito dessa modernização, que, no Nordeste, o avanço não foi capaz de superar as forças econômicas e as estruturas políticas do poder local que sobrevivem a custo do atraso regional, como assinala CANO, "a despeito de uma certa modernização agrícola, da expansão do crédito rural e da industrialização, o capital mercantil regional somente sofreu abalos marginais em sua dominação" (CANO, 1988, p.30). Continuou, à revelia dos interesses da sociedade brasileira e regional, a controlar o crédito e a comercialização da produção agrícola, garantindo com isso a intocabilidade da estrutura fundiária. Continuou também ao seu inteiro dispor, as benesses do poder público, já que mantém o poder político, com o que tenta sedimentar e perenizar o velho discurso regionalista dos desequilíbrios regionais e da "necessidade de mais recursos para a região". Mais recursos lhe asseguram, acima de tudo, a infra-estrutura necessária à manutenção de sua base material - a propriedade da terra rural e urbana - e por conseguinte o controle da urbanização.

Do que se assinalou anteriormente, gostaria de reter, grosso modo, algumas questões mais amplas, pois elas qualificam as possíveis transformações na estrutura do emprego e das ocupações no Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte.

- a) A modernização não se resume, no Nordeste, principalmente a partir da 2ª metade dos anos 60 à atividade industrial. A industrialização e a urbanização estabelecem características novas para a estrutura social da região: classes empresariais,

novos segmentos médios, operariado organizado, são expressões destas transformações:

- b) Fica evidenciada a forte articulação da "nova indústria" com o mercado e a produção das demais regiões brasileiras, que segundo Leonardo GUIMARÃES, resulta uma menor difusão dos efeitos dinamizadores deste segmento sobre a própria economia regional, notadamente sobre o emprego e a geração de renda. (GUIMARÃES, 1986, p. 277);
- c) A inserção do Nordeste no processo de integração do mercado nacional (já em curso desde os anos 30) apresenta características próprias e até certo ponto distintas do chamado processo de "interiorização" do desenvolvimento do Estado de São Paulo no mesmo período¹⁰². Ambos são resultados de políticas de descentralização industrial que, intencionalmente ou não, resultaram em impactos efetivos sobre a urbanização desses espaços. O que me parece necessário ter claro é a especificidade dos espaços criados, residindo aí a distinção. Um separador de águas dos mais cristalinos é o caráter complementar com que se reveste a industrialização do Nordeste. A estrutura industrial que surge na Bahia, por exemplo, é centrada, basicamente na industrialização de bens intermediários. É um modelo de complementaridade com a estrutura industrial do Centro-Sul e por essa via a integração da Bahia à economia nacional se faz mais completa e mais rápida do que a de Pernambuco. Nesse último estado também se estruturam ramos de bens de consumo duráveis (embora, com algumas avarias depois do início das atividades da Zona Franca de Manaus);
- d) As formas de inserção acima referidas aliadas ao passado histórico da região recolocam em outro nível o conceito de heterogeneidade estrutural. No mínimo, mudam o ritmo e a intensidade dos encadeamentos da estrutura produtiva e da configuração espaço/tempo na região em relação ao polo dinâmico. Tanto o progresso como o atraso a que estão submetidos o Nordeste, são frutos do mesmo processo, que consiste na penetração e na expansão do capitalismo num meio em que são recolocados pelo próprio capital formas de produção pouco desenvolvidas. Resultando em ampliação da pobreza e da miséria, agora, também, oriundas do progresso;
- e) Por fim, convém lembrar, mais uma vez, que a configuração do espaço regional, também, não é homogênea e que o RN não participou desse processo ao mesmo nível da Bahia, Pernambuco e Ceará. A inserção da economia local à dinâmica do capitalismo é muito tímida no período em estudo. Entretanto, considerando as estruturas locais, parece que as mudanças foram

significativas, principalmente, no que se refere a expansão urbana de Natal. Esta é a nossa maior questão.

1.2. As Transformações na Estrutura Produtiva

Para entender as transformações ocorridas na estrutura econômica do Rio Grande do Norte no período 1970-80, é preciso que se analise esta economia dentro do contexto das mudanças acima referidas. Ou seja, dentro do contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente, do Nordeste, da divisão regional do trabalho e do processo de acumulação na região nesse momento específico. É bom lembrar que considera-se o Nordeste integrado ao padrão de desenvolvimento nacional (Cf. GUIMARÃES, 1985).

Observou-se nos capítulos precedentes que o Rio Grande do Norte caracterizou-se até os anos 60 como um estado pobre e atrasado, com insignificante participação na vida econômica do país. Suas débeis estruturas econômicas e precárias relações capitalistas de produção impediram-lhe de participar mais favoravelmente do processo de industrialização da economia brasileira que se iniciara nos anos 30, apesar da inserção do algodão - seu principal produto exportável - no mercado interno já naquele momento.

Somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Entre 1970 e 1980 para tomarmos as datas censitárias, assistem-se transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os indicadores econômicos e sociais disponíveis atestam esse processo acompanhado de suas peculiaridades. A tabela .44 reúne alguns deles. O início da transição para a sociedade urbana pode ser aferido a partir dos seguintes dados: em 1970, mais de 50% da população residia em áreas, vilas ou cidades de menos de 20 mil habitantes, com a singularidade de que dos 49% residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes 34,9% estavam concentrados em Natal e 10,8% em Mossoró. Em outras palavras, em 1970 somente Natal e Mossoró apresentam concentração urbana, fenômeno este agravado pela ausência, até então, de uma rede urbana intermediária no Estado.

Essa discrepância é timidamente corrigida como se vê no Censo de 1980. A população rural pelo critério censitário é menor, entretanto o percentual da população em municípios com mais de 20 mil habitantes se coloca ligeiramente abaixo (55,3%) da percentagem da população em áreas urbanas. No nosso entender, tal movimento reflete uma tênue modificação na rede urbana do interior, provavelmente provocada por mudanças ocorridas no campo. Na tabela 45 pode-se visualizar o movimento 1970-80 das dez cidades do RN mais populosas em 1970.

TABELA 44 - RIO GRANDE DO NORTE - INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

INDICADORES	Em %	
	1970	1980
URBANIZAÇÃO		
. % da pop. residente em áreas urbanas ⁽¹⁾	47,6	58,7
. % da pop. em municípios com mais de 20 mil hab. ⁽²⁾	48,0	55,3
ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO		
. % da PEA no setor primário	59,0	41,6
. % da PEA no setor secundário	11,0	19,4
. % da PEA no setor terciário	30,0	39,0
ESTRUTURA DA RENDA INTERNA⁽³⁾		
. % da Renda do setor primário	18,7	12,8
. % da Renda da ind. de transformação	16,7	30,8
. % da Renda do setor terciário	64,6	56,4

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980, e Sinopse Preliminar do Censo de 1980: Conjuntura Econômica, maio de 1987.

(1) critério censitário

(2) população nas sedes municipais

(3) excluídos construção civil e serviços industriais de utilidade pública

TABELA 45 - RIO GRANDE DO NORTE - DEZ CIDADES MAIS POPULOSAS

MUNICÍPIOS	Município	1970		Município	1980		% de / \ 1980/ 70
		Urbana	% urb s/tot		Urbana	% urb s/tot	
Natal	264.379	257.487	97,4	416.898	416.898	100,0	1,62
Mossoró	97.245	79.509	81,7	145.989	122.261	84,1	1,54
Caicó	36.521	24.583	67,3	40.028	30.793	77,0	1,25
Macau	25.800	18.832	73,0	24.059	17.511	72,7	0,93
Currais Novos	26.179	15.809	60,3	34.975	25.661	73,3	1,62
Açu	25.038	13.250	53,0	34.890	20.503	58,7	1,54
Ceará Mirim	37.930	12.869	34,0	40.100	17.076	42,5	1,32
Macaíba	29.126	9.938	34,1	31.267	17.053	54,5	1,71
Santa Cruz	20.323	9.873	48,5	22.337	13.159	59,0	1,33
Nova Cruz	22.285	8.514	38,2	26.048	12.809	49,1	1,50

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Pelos dados de 1970, percebe-se que embora os municípios de Macau, Currais Novos e Açú não concentrem até aquela data 20.000 pessoas em sua sede urbana, apresentam percentual de população urbana sobre o total superior a 50%. Em 1980 Currais Novos e Açú ultrapassam 20.000 habitantes na sede municipal e a cidade de Macau apresenta um decréscimo populacional, presumivelmente resultante de movimento migratório provocado pela mecanização das salinas.

Outro aspecto que merece registro é o movimento de população urbana nos municípios da "Grande Natal"⁽¹⁶⁾. Observa-se pela tabela 46 que dos municípios da "Grande Natal" somente Parnamirim concentrava população urbana superior a 50% do total. Em 1980, apenas Extremoz apresenta baixa taxa de urbanização (37,7%). Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz, tiveram variação percentual de população urbana significativa durante a década de 1970.

TABELA 46 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE NATAL

MUNICÍPIOS	Município	1970		Município	1980		% de /\ 1980/ 70
		Urbana	% urb s/tot		Urbana	% urb s/tot	
Natal	264.379	257.487	97,4	416.898	416.898	100,0	1,62
Ed. Gomes	12.123	8.401	69,3	26.360	19.822	75,2	2,36
Macaíba	29.126	9.938	34,1	31.267	17.053	54,5	1,71
S. Gonçalo do Amarante	18.826	4.094	21,7	50.797	25.762	50,7	6,29
Extremoz	8.991	702	7,8	8.791	3.318	37,7	4,72

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Voltando aos dados da tabela 44 verifica-se que a estrutura setorial do emprego apresenta significativas transformações. A população empregada no primário reduz-se a aproximadamente 41% da PEA; enquanto que a PEA da indústria aumenta em 8 pontos percentuais. Mesmo assim, percebe-se que a PEA agrícola ainda é elevada e que a produção e geração de renda embora concentrada nos meios urbanos, revela que o setor primário tem peso significativo na estrutura do emprego e da renda interna; fato este, perceptível, também, pela alíquota apresentada pelo terciário.

Os sinais de transformações na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Mesmo assim, embora pareçam significativos os indicadores mais gerais, merecem uma qualificação que identifique o alcance e os limites das mudanças, que se importantes a nível local, são provavelmente inexpressivas no âmbito regional e nacional. Faremos em seguida um breve detalhamento da avaliação dos setores produtivos - agricultura e

Indústria - para verificar se a dinâmica dessa economia passa à exigir, de fato, um segmento urbano mais complexo.

Percebe-se de antemão, pelo próprio passado estadual no contexto da região e do Brasil as dificuldades de integração da economia local às novas formas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Apesar da penetração do capital industrial na região Nordeste (a partir do período 1962-67), a economia do Rio Grande do Norte não muda seu caráter eminentemente agro-exportador.

Diferentemente de outros Estados (BA, PE e CE) que já nos primórdios da SUDENE usufruíram dos incentivos fiscais, somente no final dos anos 60 é que os efeitos dos processos de industrialização chegam ao Rio Grande do Norte. Como diz Manoel Correia de ANDRADE, "houve (...) uma certa seletividade entre os vários estados do Nordeste" na utilização dos incentivos fiscais (ANDRADE, 1981, p. 61). O Rio Grande do Norte, por exemplo, carecia de infra-estrutura para poder fazer sua "decolagem rumo ao progresso"¹¹.

A utilização dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE vão, no RN, contribuir para a modernização dos processos de extração da scheelita (fim dos anos 60) e para a criação de um parque têxtil na década de 1970, em torno da cidade de Natal. Como em todo o Nordeste, à essa seletividade a nível regional, seguiu-se também uma seletividade a nível municipal em cada estado. No RN, Natal concentra, praticamente a maior parte dos investimentos incentivados¹².

AS TRANSFORMAÇÕES NA INDÚSTRIA

Tradicionalmente o RN vem apresentando uma concentração em determinados gêneros na sua estrutura industrial. Qualitativamente, esta concentração se dá em gêneros predominantemente produtores de Bens de Consumo Não Duráveis. O gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, lidera o panorama da distribuição dos gêneros industriais do Estado (cerca de 23% em 1980). Tomando-se como indicador o Valor da Transformação Industrial observa-se que não houve modificações expressivas em termos da participação dos gêneros de indústrias na sua composição. Na tabela 47 tem-se que, em 1959 cinco gêneros de indústrias representavam 88% do VTI do Estado. Em 1975, os mesmos gêneros diminuíram sua participação para 81%, face a participação inexpressiva da indústria química, aumentando a participação do grupo composto pelos gêneros mais tradicionais. Em 1980, segue-se a mesma performance com a inclusão do gênero Produtos de Minerais Não Metálicos, que naquela data censitária representa 11,44% da VTI.

TABELA 47 - RIO GRANDE DO NORTE - COMPOSIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - 1959, 1975, 1980

ÁREAS	CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	EM %		
		1959	1975	1980
RN	Ind. Extrativa Mineral	28,21	28,73	16,21
	Têxtil	30,00	17,00	19,18
	Produtos Alimentares	15,00	18,00	14,93
	Química	10,00	-	-
	Vestuário e Calçados	5,00	17,00	22,89
	Prod. de Minerais Não Metálicos	-	-	11,44
SUB TOTAL		88,21	80,73	84,65
Outros gêneros BCND, BI e BK		11,79	19,27	15,35
TOTAL		100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censos Industriais de 1960, 1975 e 1980.

A tipologia referida (e desenvolvida na tabela 50) merece um reparo no que diz respeito à inclusão do gênero Transformação de Produtos de Minerais Não Metálicos. Composto normalmente a categoria de uso Bens Intermediários, tal gênero significa, no Rio Grande do Norte, principalmente a indústria de tijolos e telhas cerâmicas, sem nenhuma outra transformação, o que nos permite supor a indústria da construção civil em contínua atividade no período. Consideração semelhante pode ser feita ao ramo Extração de Minerais, que até hoje não conseguiu induzir uma agregação maior de valor ao produto mineral, notadamente o sal marinho. Devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nesses gêneros, os produtos que os caracterizam sofrem restrições no âmbito das trocas de mercadorias. Como afirma TEIXEIRA, "o RN fechou-se à modernização industrial (...) não temos no nosso parque industrial empresas modernas, me refiro a não termos indústrias de base, dinâmicas, germinativas e portanto indutoras de um desenvolvimento industrial" (TEIXEIRA, 1989).

A partir dos dados antes observados registrou-se o conhecimento da importância da indústria de Bens de Consumo Não Duráveis na estrutura industrial do RN. Partimos agora para a inserção dessa indústria no contexto da região Nordeste. Utilizaremos para tanto os dados contidos no trabalho de PAIVA (1982), apesar da limitação que apresenta por não incluir o censo industrial de 1980. De nossa parte consideramos dispensável complementar a tabela 49 uma vez que as tabelas 47 e 48 mostram a pouca probabilidade que teve a indústria do RN de aumentar a sua participação em relação ao Nordeste na data censitária de 1980.

A participação do VTI norte-riograndense no VTI do Nordeste cresceu de 5,07% em 1959 para 6,08% em 1975 conforme pode ser visto na tabela 49. Decompondo-se essa participação em termos de classes de indústrias, a mesma tabela mostra que a indústria

extrativa estadual elevou sua participação de 12,14% em 1959 para 48,49% em 1975. A participação da indústria de transformação permaneceu constante com 4,1% e 4,5% nos dois períodos.

TABELA 4B - RIO GRANDE DO NORTE - CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS EM RELAÇÃO AO BRASIL - 1980

GÊNERO/PRODUTO	VTI
VESTUÁRIO	
. Confeccões de Roupas e Agasalhos do Vestuário Masculino	8,03
. Fabricação de Calçados	0,25
PRODUTOS ALIMENTARES	
. Produtos de Paderia e Confeltaria	3,09
. Fab. de Biscoito e Bolacha	2,55
. Fab. de Sal de Cozinha	68,84
TRANSFORMAÇÃO DE PROD. DE MIN. NÃO METÁLICOS	
. Pedra para Construção	10,20
. Fabricação de Cal	2,55
. Telha, Tijolo e Lajota	5,10
. Artefatos de Cimento	1,78
TÊXTIL	
. Beneficiamento de Fibras Têxteis e Vegetais	10,20
. Fiação, Tecelagem, Fiação e Tecelagem	11,09
. Redes (exclusivo para pesca)	33,15
EXTRAÇÃO DE MINERAIS^(*)	
. Extração de Sal	61,00
. Extração de Minérios de Metais não Ferrosos excl. metais preciosos	26,49
. Extração de Pedras e outros Minerais em Bruto para Construção	0,62

Fonte: Teixeira, 1989.

(*) Exclusivo scheelita; sabendo ser este um produto caracteristicamente de especialização do estado, Teixeira calculou os demais para efeito de complementaridade.

Assim, observamos que a expansão industrial do estado ocorreu, em parte, pelas suas vantagens geológicas - isto é, as indústrias extrativas minerais aumentaram sua participação na produção nordestina medida em termos de VTI, confirmando o caráter de complementaridade da economia regional em relação à economia nacional.

TABELA 49 - RIO GRANDE DO NORTE - PARTICIPAÇÃO DO VTI EM RELAÇÃO AO NORDESTE A PREÇOS 1985/87 SEGUNDO AS CLASSES DE INDÚSTRIAS NO PERÍODO 1959/1975

CLASSES DE INDÚSTRIA	EM %		
	1959	1970	1975
Extração de Minerais	12,40	46,33	46,49
Indústria de Transformação	4,13	3,49	4,50
TOTAL DA INDÚSTRIA	5,07	4,94	6,08

Fonte: Cf. PAIVA FQ, 1982, p. 11

OBS: . O valor constante foi calculado com base no Deflator da coluna - 2 FGV (IGP)

. O VTI a preços correntes foi extraído dos Censos Industriais da FIBGE.

Assim, não é difícil concluir, que o parque industrial do RN, no limite, passou por um processo de modernização, sem contudo alterar sua estrutura. A participação da indústria de transformação do RN, em relação à mesma classe de indústria do Nordeste, se mantém, praticamente inalterada; contudo, para o Nordeste como um todo constata-se que houve uma modificação na estrutura industrial com o surgimento de gêneros dinâmicos (GUIMARÃES, 1985).

AS TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA

No que se refere ao setor agropecuário, suporte tradicional da economia do RN, observa-se pela tabela 50 que o setor apresentou nos anos 70 um comportamento relativamente estável. As variações anuais refletidas pela oscilação do índice real de preços referem-se, em parte, a situações provocadas pelo efeito das estiagens, notadamente no final da década.

Os dados gerais do valor bruto da produção agropecuária por ramo de atividade também refletem o mesmo comportamento dentro do setor, como pode ser observado na tabela 51.

TABELA 50 - RIO GRANDE DO NORTE - ÍNDICES REAIS E VARIACÕES PERCENTUAIS DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES DO SETOR AGROPECUÁRIO - 1970-82 - ANO BASE 1975

ANO	ÍNDICE REAL (%)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1970	53,1	-
1971	101,0	90,2
1972	111,8	10,7
1973	126,5	13,1
1974	107,5	-16,0
1975	100,0	-7,0
1976	128,9	28,9
1977	157,9	22,4
1978	158,9	-0,6
1979	91,9	-41,4
1980	114,8	24,9
1981	95,2	-17,1
1982	115,3	21,1

Fonte: IDEC

TABELA 51 - RIO GRANDE DO NORTE - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO POR RAMOS DE ATIVIDADE - 1970-82 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

ANO	AGRICULTURA	PRODUÇÃO ANIMAL E DE DERIVADOS	SILVICULTURA	TOTAL
1970	65,37	28,89	5,74	100,00
1971	78,94	17,89	3,17	100,00
1972	70,92	25,35	3,73	100,00
1973	65,58	28,81	5,61	100,00
1974	69,72	24,41	5,87	100,00
1975	55,34	36,93	7,73	100,00
1976	73,20	21,74	5,06	100,00
1977	74,45	20,22	5,33	100,00
1978	72,39	21,80	5,81	100,00
1979	64,74	27,61	7,65	100,00
1980	55,28	38,04	6,68	100,00
1981	69,73	24,00	6,27	100,00
1982	72,60	19,64	7,76	100,00

Fonte: IDEC

Ainda em 1980, o setor agropecuário potiguar continuava caracterizado pela coexistência de atividades de pecuária e de lavoura. A agricultura visava, principalmente, a produção de matérias-primas e na pecuária predominava o rebanho bovino.

Entretanto, uma análise mais acurada das formas de

Inserção da agricultura do R. G. do Norte no processo de modernização (conservadora) da agricultura brasileira, indica mudanças qualitativas na estrutura agrária local, como aconteceu em todo o País, a modernização industrial no RN foi de certa forma acompanhada pela modernização da agricultura, com o crescimento da produção canavieira do litoral estimulada pelo PROÁLCOOL e pela expansão da pecuária sertaneja que se estabelece em novas bases produtivas iniciando a ruptura do secular binômio algodão-gado e, conseqüentemente, de suas pretéritas relações de trabalho, a parceria.

Foi no final dos anos 60 que houve mais nitidamente uma mudança na evolução das produções agrícolas e do efetivo dos rebanhos. José Lacerda FELIPE em "Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte" observa que aconteceu uma série de modificações com relação a agricultura, entre elas: a substituição parcial do algodão arbóreo pelo algodão herbáceo; a expansão da cana-de-açúcar do litoral oriental rumo ao agreste, através do uso de tecnologias novas que incorpora os solos de tabuleiros à atividade açucareira; e, conseqüentemente, redução das áreas agricultáveis utilizadas para produção de alimentos (FELIPE, 1987).

O aparecimento de novas atividades, de certa forma modificou o quadro básico da produção agrícola estadual no sentido de maior diversificação. O gráfico 04 mostra a participação percentual das principais culturas do RN no valor total da produção agrícola nos anos setenta. As 5 principais culturas comerciais reduzem sua participação de 72,2% no quinquênio 1950/54 para 59,2%, no quinquênio 1975/79, registrando-se uma drástica diminuição na participação do algodão de 67,5% para 33,0% no igual período. A cana-de-açúcar, ao contrário eleva sua participação de 3,2% para 12,5% em razão dos incentivos concedidos pelo PROÁLCOOL.

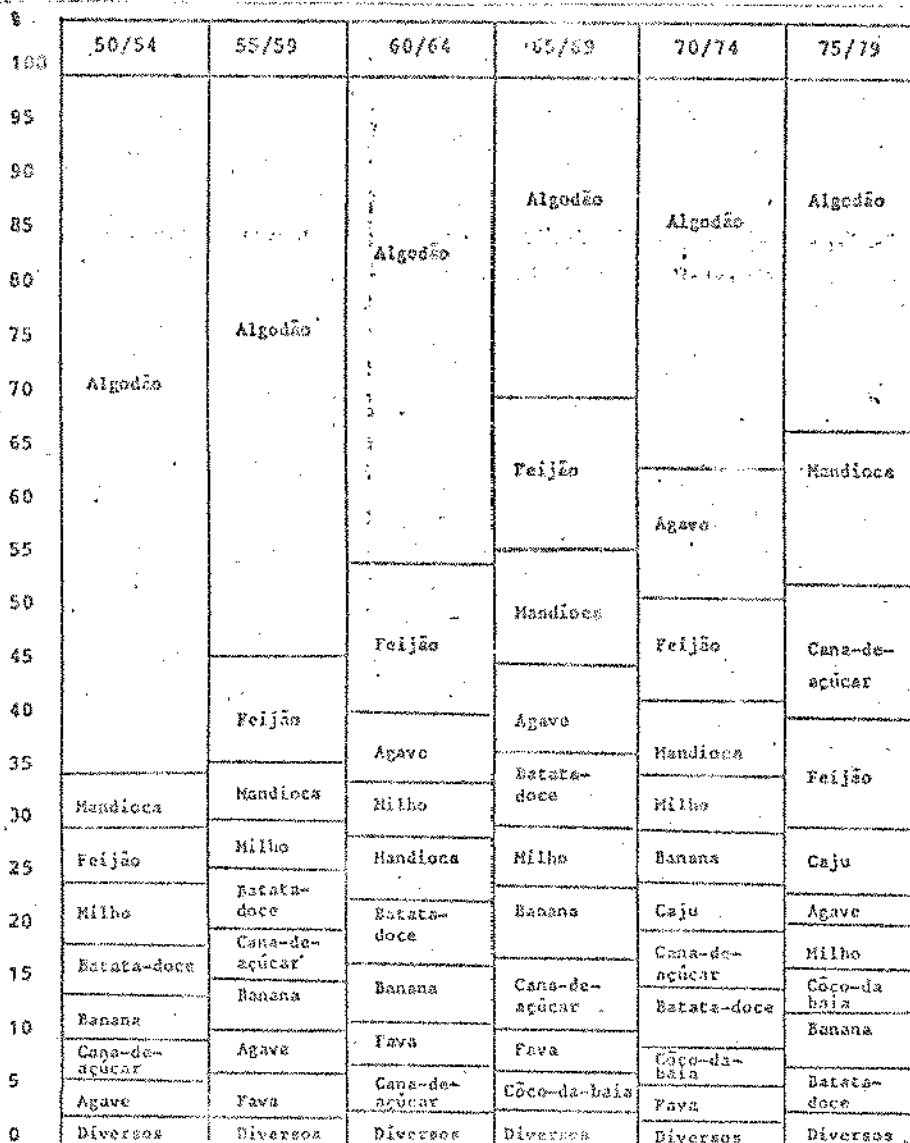
A modernização resultou, também, em inovações que implicaram no aparecimento de novas culturas de exportação (cajú, caco-da-baía, melão). São, porém, "manchas" no cenário agrícola estadual que se caracterizam pelo uso de técnicas de irrigação, tecnologias avançadas de manejo do solo, uso de critérios de seleção na escolha das sementes, técnicas de controle de pragas (uso de herbicidas, fungicidas) além de tantas outras.

No que se refere as culturas alimentares, a mandioca, dentre esses cultivos é o único produto em destaque. De acordo com COLOMBET somente 18% da produção de mandioca era consumida nos próprios estabelecimentos agrícolas quando o consumo do milho e do feijão ultrapassava os 50% (COLOMBET, 1985, p. 38). Esse novo "caráter" comercial de que se reveste a mandioca deve-se, em parte, a concentração de seu cultivo no Agreste, que pela sua proximidade em relação a Natal tem no mercado de capital demanda assegurada.

O rebanho estadual, também, apresenta uma queda nítida dos seus efetivos de médio porte, sinalizando que, a partir de então, as atividades de pecuária eram compostas, quase que

GRÁFICO 04 -

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO R.G.N. NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.



DIVERSOS: Abacaxi, Arroz, Laranja, maçã, Manga.

Fonte: Dados Básicos no Anexo E

exclusivamente, por produtos de origem bovina (ver tabela 52).

TABELA 52 - RIO GRANDE DO NORTE - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS VÁRIOS TIPOS DE REBANHOS NO VALOR TOTAL DO REBANHO ESTADUAL

PERÍODOS	VALOR TOTAL DO REBANHO (Cr\$ 1000) ⁽¹⁾	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS REBANHOS			
		BOVINOS	SUÍNOS	CAPRINOS	OVINOS
1950-54	56.565	78,5	10,5	5,0	6,0
1975-79	206.491	92,5	3,0	1,5	3,0

Fonte: Colombet, 1985, anexo 4, p. 96-103

(1) Valores deflacionados com base na coluna 2 da FGV (base 65/67)

As mudanças acima referidas apresentam muitas variações dentro do território estadual. No que diz respeito a apropriação da terra e formas de organização da produção observa-se um descompasso no ritmo de crescimento das diferentes produções agrícolas e na pecuária⁽¹⁾.

A estrutura agrária do RN é, em princípio, marcada pela distribuição desigual da terra, com características acentuadas da relação latifúndio-minifúndio. Analisando especificamente a estrutura fundiária, constata-se pelos dados da tabela 53 que as propriedades até 100 ha representam 93% dos estabelecimentos recenseados e somente cerca de 25% da área. Por outro lado, as propriedades entre 1000 e 10000 ha representam 0,56% dos estabelecimentos e 30% da área total, sem falar que o grupo de proprietários de 100 a 1000 ha detém mais de 40% da área dos estabelecimentos rurais. Aparentemente, há uma desconcentração fundiária que pode ser motivada por dois fatores: 1) a fruticultura (caju, melão e maracujá) voltada para o mercado regional; 2) à medida em que não avançou significativamente os índices de produtividade agrícola por motivos adversos (por exemplo, a seca) há uma rotação da propriedade pelo barateamento da terra.

No RN, são poucos os estabelecimentos agrícolas que têm acesso aos processos modernizantes. A maioria dos produtores não têm acesso ao crédito e portanto, ainda estão presos a práticas tradicionais quanto ao uso do solo. A inadequação do uso da terra põe os minifundistas em desvantagem com relação aos grandes proprietários, refletindo assim, uma relação de desigualdade mais profunda; uma vez que são as grandes propriedades as beneficiadas pelas políticas agrícolas e inovações tecnológicas.

TABELA 53 - RIO GRANDE DO NORTE - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA - TOTAL 1975/80

ESPECIFICAÇÃO	ANOS			
	1975		1980	
	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)
Grupos de Área Total	104.842	4.376.360	106.610	4.509.086
Menos de 10	67.910	195.484	66.063	195.977
De 10 a menos de 100	29.723	936.484	32.866	1.038.225
De 100 a menos de 1000	6.583	1.747.942	6.993	1.350.353
De 1000 a menos de 10000	593	1.281.919	600	1.248.270
De 10000 e mais	10	214.647	11	178.261
Sem declaração	23	...	77	...

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário - 1975)

IBGE (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980)

Entretanto, o problema agrário do RN não se restringe a rígida performance da estrutura fundiária. Segundo informações do Diagnóstico Estrutural do Estado, o setor agrícola é o menos capitalizado da economia estadual. A estrutura fundiária, sua rigidez e principalmente a concentração de interesses em torno da grande propriedade, associada as irregularidades climáticas, comprometem os níveis de desenvolvimento da produção, resultando em pouca tecnificação e baixos níveis de produtividade (SEPLAN, 1978). A prática das atividades agropecuárias está sujeita a extrema irregularidade das precipitações pluviométricas e ocorrência periódica de secas ou de enchentes que influem negativamente sobre a produtividade, e, de certa forma, limitam a escolha das atividades. Além disso, a qualidade dos solos, muitas vezes medíocre, vem, também, reduzir as possibilidades agrícolas do estado, uma vez que requerem do capital investimentos técnicos produtivos mais sofisticados e caros. A irrigação, por exemplo, tem sido a solução incentivada pelo Estado nos anos 80. Essas condições, junto com a história de ocupação do solo das "regiões agrárias" do RN definem uma certa especificidade à integração da agropecuária estadual na modernização e industrialização da agricultura brasileira.

Na zona canavieira, que cobre uma mínima parte do Rio Grande do Norte, a partir dos anos 70 e da implantação do PROÁLCOOL, a lavoura de cana-de-açúcar se expandiu invadindo as terras que antes pertenciam a pequenos proprietários. No Rio Grande do Norte, como em toda área açucareira do País, a implantação do PROÁLCOOL modificou a estrutura agrária, beneficiando grandes proprietários rurais. A propriedade da terra concentrou-se cada vez mais na mão de empresas industriais e dos antigos senhores de engenhos, muitas vezes ligados a elas. Os antigos moradores, responsáveis pela produção de culturas alimentares, sofreram um processo de proletarianização, pois a

modernização dos métodos de produção expandiu a necessidade de assalariamento, agora, também temporário.

No Agreste, a pecuária, que até os anos 60 tinha um caráter meramente extensivo, começou a intensificar-se com base na introdução de gado selecionado e de plantas forrageiras. Com isso, os pequenos produtores agrícolas que se encontravam quase sempre subordinados aos grandes proprietários pecuaristas por relações de arrendamento ou parceria na cultura do algodão, foram obrigados a diminuir suas produções de subsistência em proveito de culturas forrageiras, ou mesmo, abandonar o trabalho na terra e ir procurar o emprego urbano. Na pouca terra de agreste existente no RN predomina a grande propriedade de pecuária, porém, é significativa a existência de estabelecimentos de tamanho médio e pequeno.

No Sertão semi-árido, que cobre a maior parte do território estadual e onde predominava a tradicional associação gado-algodão, assistiu-se a um empobrecimento crescente da atividade agrícola ligado ao declínio da produtividade do algodão arbóreo e pela substituição das culturas alimentares por forrageiras.

No Sertão, as áreas destinadas as culturas alimentares também foram comprimidas. As terras ocupadas tradicionalmente com essas culturas na grande propriedade sertaneja foram ocupadas com pastagens, rompendo com as centenárias formas de organização de fazenda no Semi-árido (a pequena produção que se reproduz no interior da grande propriedade) e, conseqüentemente, com suas pretéritas relações de trabalho: a parceria.

Observamos nos capítulos anteriores que o algodão do sertão norte-riograndense teve assegurado, durante longo período, uma faixa de mercado no Centro-Sul do País. A fibra longa que caracteriza o algodão mocó permitia nas condições de produção de fios, linhas e tecidos então existentes - boa produtividade. Ao mesmo tempo, a organização da produção agrícola permitia que seus custos não comprometessem as perspectivas de lucratividade da indústria têxtil. As mudanças ocorridas no setor têxtil, que resultaram em redução substancial da utilização do algodão fibra longa provocam uma queda relativa em seu preço e o aproxima daquele correspondente ao algodão de qualidade inferior. "Tais transformações refletem-se no sistema produtivo algodoeiro onde se cultivava exclusivamente algodão mocó de fibra longa" (NOVAIS, in LOUREIRO, 1981, p. 58)

A "segurança de mercado" dada pelo Governo Federal ao garantir a compra da produção de algodão não resolvia os problemas que a retração do consumo de algodão mocó gerava sobre a estrutura de produção, beneficiamento e comercialização do algodão no Rio Grande do Norte. O preço mínimo estabelecido pelo governo "era determinado não em função do custo do produtor de algodão nem de lucros que poderiam recuperar o usineiro, mas sim em função da taxa de lucro do próprio setor industrial" (id. ibidem, p. 60).

A solução para o impasse é encontrada, economicamente;

na pecuária. Essa apresenta, no entanto, uma restrição à sua expansão: alimentação do gado no período de estigagem (agosto a janeiro). Como o período de estigagem coincide com a safra do algodão, a sua folhagem apresenta-se ainda, como a única pastagem natural propícia nessa época do ano.

A perspectiva de maiores lucros com a exploração da pecuária permite a aplicação de recursos em pesquisas para resolver o problema da alimentação do gado. Como resultado, surgem as plantações de capim nos terrenos de baixios, vazantes de rios e margens dos açudes; terras antes ocupadas com a sobrevivência do parceiro. No RN, introduziu-se o plantio do capim-elefante, cuja variedade possibilita vários cortes sucessivos. Depois as pastagens foram ampliadas por um novo tipo de capim: uma variedade de capim-elefante denominada de cameron e que possui grande crescimento, superior até cinco vezes em relação ao outro tipo (RN ECONÔMICO, 10 (103):33-34, 1979). Apesar das vantagens que apresenta esse último capim, somente no final da década é que foi introduzido em algumas fazendas, em caráter experimental, pois mesmo não precisando de terras especiais, carece de adubação.

Com essas novas fontes de alimento, associadas à pastagem do algodão e complementadas pelo uso da torta de algodão como ração para o gado, fica consolidada a expansão da pecuária. No período 1971/77, o setor pecuário, ao ser dinamizado no Rio Grande do Norte, passa a crescer cerca de 9% cumulativo anual. A pecuária de carne e a de leite representaram 82,2% da produção animal em 1977 (54,3% e 27,9% respectivamente)⁽¹⁴⁾. Os subsídios implícitos no crédito rural e as políticas agrícolas específicas para o Nordeste muito contribuíram para a expansão do setor. No que se refere ao crédito rural, tanto como exigência da produção, mas também como estímulo ao produtor rural mais integrado ao sistema financeiro, oportunizou ao proprietário fundiário substituir o capital próprio pelo capital proveniente do crédito subsidiado. Entre as políticas para o setor agropecuário no Nordeste gostaríamos de lembrar o PROTERRA como importante instrumento na reorganização das formas de produção no agreste e no sertão, no decorrer dos anos 70⁽¹⁵⁾.

A expansão da pecuária na grande propriedade sertaneja acarreta mudanças na organização da produção, refletindo nas relações de trabalho e, conseqüentemente, alterando as relações campo-cidade. Como observa NOVAIS, "para o grande proprietário, aumenta a necessidade de capital na medida em que, com a drástica diminuição da lavoura de subsistência, não é possível a transferência do custo de reprodução da força de trabalho do proprietário para o trabalhador. Por outro lado, para o parceiro, a diminuição da produtividade do algodão, em razão da máxima utilização como pastagem, inviabiliza o pagamento dos 'adiantamentos' com a parte da produção do algodão que lhe cabia" (NOVAIS in LOUREIRO, 1981, p. 61).

Os trabalhadores são pressionados a deixar as propriedades à medida em que se expande a criação do gado. Os que permanecem na propriedade "administram grandes áreas de algodão".

recrutando trabalhadores expulsos, antigos parceiros que são aliciados nas pontas de ruas da periferia das cidades sertanejas" (Id, *ibidem*). Os que ficaram na propriedade para "cuidar" dos campos de algodão do patrão ou do rebanho continuam trabalhando "na meia", e os que vão sendo deslocados para as pontas de ruas, ao perderem a "condição de morador", tornam-se "volantes" e passam a trabalhar na "diária", aliciados pelo "novo parceiro" que faz, às vezes, do empregado da zona canavieira⁴⁴.

É de notar, também, que as mudanças no interior da grande propriedade refletem-se nas relações de complementaridade e subordinação entre as "fazendas" e os "sítios". O pequeno proprietário, porém, continua tendo sua produção financiada por grandes proprietários usineiros e atravessadores, que agora disputam entre si a preferência de compra do algodão não mais interessados (prioritariamente) na fibra e, sim, no que possa servir para alimentar o gado nos períodos de estiagens.

Logo, se de um lado, os investimentos são direcionados para a pecuária, por outro, a própria pecuária mantém a necessidade de ser produzido o algodão. As novas formas de organização da produção do algodão movimentam outras modalidades de concentração da produção dentro e fora da grande propriedade. Dentro da propriedade, as relações de produção até então estabelecidas sofrem modificações: permanece a relação de parceria sob nova forma e os grandes proprietários agora possuidores de campos de algodão fazem a mediação com o "administrador parceiro". Fora dos limites da fazenda rebatem modificações nas formas de comercialização e distribuição do produto (CLEMENTINO, 1987). Conseqüentemente, há um movimento significativo no sentido de novas relações de trabalho e de uma nova configuração dos núcleos urbanos e pequenas cidades sertanejas⁴⁵, ensaiando os primeiros passos para a formação de uma rede urbana nos moldes exigidos pelo desenvolvimento da produção especificamente capitalista.

A CHEGADA DA PETROBRÁS

Ainda nos anos 70, tem início no RN a produção de petróleo e gás natural. Em 1968 a Petrobrás realiza alguns levantamentos sísmicos de reflexão no Rio Grande do Norte. Os resultados desses estudos, originaram, em 1976, a perfuração dos primeiros poços com características exploratórias. Já em 1979, descobria-se petróleo em Mossoró.

No tocante à exploração marítima, em 1973 eram perfurados os primeiros poços no mar, sendo encontrado petróleo no campo de Ubarana. Hoje o RN é o 2º produtor de petróleo do País, com uma produção em 1988 de aproximadamente 90.000 barris/dia e o 1º produtor de gás natural.

Os investimentos realizados pela empresa nesses 10 anos

de atividades são volumosas, considerando que desenvolve em mar e em terra pesquisa, prospecção, produção e distribuição (no caso do gás) de petróleo e gás natural.

Um breve indicador do potencial que a Petrobrás representa para o crescimento econômico do RN pode ser previsto se aferido o volume de recursos financeiros que a empresa já investiu na Baía Potiguar: nos "royalties" que paga aos municípios produtores e ao próprio Estado; na compra de mercadorias e serviços que faz (embora em pequenas proporções) no mercado local; e na massa de salários (altos) que faz circular direta ou indiretamente, com regularidade, na economia estadual.

Apesar das atividades da Petrobrás serem, ainda, estranhas à matriz técnica e social da economia do Rio Grande do Norte, vem desde o final dos anos 70 transformando substancialmente a economia estadual, à medida em que, juntamente com o PROÁLCOOL (já que o bico do dizima a produção algodoeira) sustenta e amortece os impactos da crise dos anos 80. A significativa massa de salários pagos pela Petrobrás concentrará ainda mais a renda em Natal e Mossoró (nesta região estão sediadas as plataformas continentais e os poços de terra) ao mesmo tempo em que dinamiza a construção civil. Com a presença da Petrobrás cresce a demanda por investimentos na construção de estradas restritas aos campos de exploração de petróleo; além disso, a massa de salários frente a escassez de habitação (principalmente em Mossoró), deslanchará um importantíssimo crescimento da indústria da construção civil e de seus materiais. Mesmo assim, o caráter de "quase enclave" das atividades da Petrobrás não se alterou até agora: as compras da empresa e de suas subsidiárias ainda são feitas praticamente fora do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, pequenas e incipientes indústrias do ramo metalúrgico e mecânico começam a ser incentivados, muito embora não sejam identificados, ainda maiores articulações com outros ramos industriais. Por fim, as receitas do Estado acusam progresso, tanto pela obtenção dos "royalties" que a empresa paga quanto pela via da derivação fiscal sobre os gastos da Petrobrás, investimentos e salários.

Entretanto, o impacto da Petrobrás na economia do Rio Grande do Norte, não será perceptível neste estudo tendo em vista que seu período temporal se encerra em 1980, quando a empresa apenas iniciava suas atividades na região de Mossoró. Mesmo assim, as atividades da empresa marcam, juntamente com a performance dos anos 70 um momento particular na transição para uma sociedade urbana no Rio Grande do Norte. Isso se dá concomitantemente, ao momento em que as bases materiais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil ganham traços indistigáveis de modernidade; ao mesmo tempo em que consolida no País uma sociedade urbano-industrial. A industrialização e a urbanização estabelecem características novas para a estrutura social e iniciam uma nova forma de integração regional - via acumulação de capital. Evidencia-se, como nunca, o enorme potencial de acumulação desse capitalismo periférico e tardio. Explicita-se com traços fortes a marca de sua heterogeneidade, em função inclusive de

modernização acelerada que desconsidera as contradições as diferenças intra-regionais, a capacidade de ação e reação do capital mercantil regional, acabando por desencadear entre os estados nordestinos uma verdadeira corrida para "participar" dessa "modernidade" e oportunizando ao capital mercantil regional, seja em suas formas produtivas ou comerciais, espaço para se desenvolver tanto no sentido do progresso como do atraso.

O "BOOM" TURÍSTICO

Outra atividade que teve seus alicerces colocados nos anos 70 foi o turismo. O RN se integrou à política Nacional de Turismo através da SUDENE e BNB^(4.00). As primeiras ações voltadas para a promoção do turismo foram empreendidas ainda nos anos 60 com a construção do Hotel Internacional dos Reis Magos.

Em 1971, o Governo Estadual cria a EMPROTURN (Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte). Ainda nesta década inicia projetos de infra-estrutura, com ênfase na implantação de uma cadeia de hotéis de pequeno e médio portes no interior do estado e construção do Centro de Convenções de Natal, incluindo-se a contratação de um escritório especializado no Sudeste para a concepção do Projeto Via Costeira/Parque das Dunas.

Admite-se que foi nos anos 80, com a implantação da Via Costeira (estrada que liga as praias do perímetro urbano de Natal à Ponta Negra) e que concentra a infra-estrutura hoteleira é que, de certa forma, tornou-se possível recepcionar um significativo fluxo turístico em Natal. Um verdadeiro "boom" turístico é iniciado em 1985, até mesmo nos períodos de baixa estação, já que Natal passou a ser uma destinação recomendada por quase todos os roteiros turísticos nacionais (PAIVA et alii, 1988)

É interessante situar na trajetória da expansão do turismo, que além de dinamizar a construção civil desde os anos 70, o turismo vem promovendo transferência de capitais daquele ramo, do imobiliário e, até mesmo, das redes de supermercados ligados a grupos locais e regionais que passam a ver o turismo como uma alternativa de investimento frente a concorrência das grandes cadeias de supermercados do País que se instalam em Natal nesse momento.

Como no caso da Petrobrás, o turismo é uma realidade dos anos 80 na economia do Rio Grande do Norte, fugindo, portanto, ao período temporal em discussão. Porém, seu significado na dinâmica do terciário em Natal, já no final dos anos 70 é de fato inquestionável.

Resta agora, saber se a importância destas transformações pode ser avallada também, pelo novo sentido que

coloca à urbanização. Em outras palavras, as alterações no mundo rural exigem mudanças correlatas no terciário das cidades? Nesse sentido "a urbanização não se coloca como um fenômeno residual ou artificial, que simplesmente deposita nas cidades um excedente estrutural de mão-de-obra de origem agrária. O crescimento das cidades pelo contrário, responde à lógica do próprio progresso material" (PACHECO, *id.*, p. 8). A ausência de uma rede urbana no RN, em particular, é uma evidência nítida da natureza contraditória do processo de desenvolvimento do capitalismo no País e da resultante urbanização. O urbano no Nordeste não pode pois ser apreendido sem uma percepção do caráter da intervenção do Estado nesse espaço regional e sua articulação com o capital mercantil de origem local. Só assim, é possível entender a existência de cidades do porte e das funções que Natal apresenta como capital estadual.

NOTAS

- (01) Através da reforma tributária restaura o poder de gasto do setor público; pela reforma bancária e financeira, reorienta os instrumentos e as instituições financeiras do País, agilizando o crédito ao consumidor direto e aos bens de capital, além de instituir a correção monetária. A reforma administrativa reorganiza o aparelho de Estado, altera a legislação trabalhista e implanta uma política habitacional inclusive criando instituições específicas (BNH) (CANO, 1988, p. 21).
- (02) Neste particular, os 20% mais pobres da população tinham em 1960 3,9% da renda nacional; em 1970, 3,4%; e, em 1980 essa taxa decrescia ainda mais para 2,8%. Enquanto isso, os 10% mais ricos tinham 39,6% em 1960; 40,7% em 1970; e, 50,9% em 1980. A concentração torna-se mais evidente se destacado que a população 1% mais rica detém 11,9% da renda em 1960; 14,7% em 1970; e, 16,9% em 1980.
- (03) Cf. CANO, 1989, p. 13. Segundo o autor, "outro resultado importante foi a modificação da pauta de exportação nordestina, que de 22% que era o peso das manufaturas em 1960, saltaria no final dos anos 70 para 70%, mostrando, portanto, uma estrutura de pauta avançada, com preponderância de insumos industriais". No que se refere a produção industrial lembra que, "dos 22 ramos industriais, a indústria nordestina só não aplicou sua participação na concentração nacional em apenas três deles (material de transporte, fumo e o ramo diversos), ou seja, nos demais 19 ramos, de 1970 para 1980, a produção industrial nordestina cresce em média, acima da média nacional e portanto, aumentando seus graus, pequenos é verdade, de concentração". No que tange a produção agrícola, assinala: "o Nordeste sofre uma pequena perda de participação em que pese todas as regiões brasileiras, sem exceção, terem apresentado tanto no que tange a produção agropecuária quanto à industrial expressivas e elevadíssimas taxas de crescimento do produto. A modernização parcial da agricultura do Nordeste vai reproduzir um problema que é o da diversificação da estrutura agrícola e que ocorre à medida em que avança a intensificação no agro o que evidentemente já, ocorreu em São Paulo e no Sul do País: a expulsão dos chamados produtos simples (mandioca, arroz de sequeiro, etc.) não capturáveis pelo capital intensificador de tecnologia, para periferias mais atrasadas. Esses produtos simples são gradativamente expulsos para a periferia, e é curioso que até no Nordeste isso já esteja ocorrendo por força das modificações tecnológicas". Idem, ibidem, p. 13-14.
- (04) Recomendamos, a leitura dos trabalhos de: GUINARZES (1986) e (1989); CANO (1988) e (1989); SOUZA (1988); DINIZ (1988); e, BUARQUE (1989).

- (05) Ocorreu o crescimento do emprego a uma taxa de 4,6% o que significa que o Nordeste passou de um contingente de 232,8 mil trabalhadores em 1960 para 574,3 mil em 1980, segundo os censos industriais. Registre-se que dos 350,5 mil trabalhadores industriais acrescidos no período 1960-80, cerca de 59% deu-se fora do segmento tradicional representado pela produção de bens de consumo não duráveis (GUIMARÃES, 1986, p. 218).
- (06) Ver SUDENE, Plano Quinquenal de Desenvolvimento para o Nordeste (1961-65), Recife, 1961. O referido Plano destaca um programa de "reaparelhamento da indústria Têxtil do Nordeste", montado em cima de um estudo diagnóstico realizado conjuntamente pela SUDENE/BNB/Confederação Nacional da Indústria em 1959, e que constata o obsolescência do equipamento têxtil instalado na região.
- (07) CANO, 1985, Cap. V. Sobre a mesma questão ver também OLIVEIRA, 1977.
- (08) O Parque Têxtil Nordestino teve vários de seus estabelecimentos fechados e a participação da indústria têxtil nordestina no total nacional com 7% em 1959 para 5,2% em 1969. Ver BNB-SUDENE, Oportunidades de Investimento no Nordeste - Indústria Têxtil, Fortaleza, 1976, p. 45.
- (09) A investigação acerca da urbanização do interior paulista neste período vem sendo desenvolvida no grupo em economia urbana do Instituto de Economia da UNICAMP. Os resultados finais destas pesquisas coordenados por Wilson Cano, estão sendo publicados pela Fundação SEADE na coleção Economia Paulista.
- (10) A definição da "Grande Natal" aqui utilizada é a desenvolvida pela SEPLAN-RN. A definição do "aglomerado urbano de Natal" do IBGE engloba apenas os municípios de Natal e Parnamirim.
- (11) Ressalte-se que a oligarquia local, agora vestida de nova roupagem - populista - consegue mais uma vez, gratuitamente, os recursos de que necessita para participar do processo de industrialização do Nordeste.

O governo Aluísio Alves (1961-64) montou um ambicioso programa governamental e foi buscar financiamento para suas obras na "Aliança para o Progresso". Os recursos obtidos junto à Aliança destinavam-se a projetos a serem desenvolvidos nas seguintes áreas: agricultura, casas populares, pecuária, abastecimento de água, saúde e educação. No plano das realizações iria desempenhar papel de destaque no que diz respeito ao estabelecimento de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento. Sobre os convênios do Governo Aluísio Alves com os EUA e os constantes atritos que teve com a SUDENE para a execução dos programas da "Aliança" (GERMANO, 1989).

- (12) "No Rio Grande do Norte, Natal recebeu incentivos para 45 indústrias (52,9% do total do Estado), seguida de Parnamirim, em suas mediações, e onde se localiza o aeroporto, com oito unidades, de Mossoró, segundo centro urbano e econômico do estado, com seis e de Macau e São Gonçalo do Amarante, com quatro cada um. Em Macau, as grandes beneficiadas foram, naturalmente, as empresas salineiras, três delas transnacionais" (ANDRADE, 1981, p. 61-62). Os dados observados pelo autor referem-se aos Projetos Industriais aprovados para o RN no período 1960-77.
- (13) Na análise que faz da regionalização do padrão agrário do semi-árido nordestino José Graziano da SILVA afirma que as zonas semi-áridas do Rio Grande do Norte e da Paraíba apresentam um padrão agrário onde "a intensidade do uso da terra é inferior apenas a Alagoas e Sergipe, assim como o grau de modernização. Entretanto a alta desigualdade da posse da terra que apresentam leva a supor a existência de uma heterogeneidade interna nestes estados, onde se combinam a pequena produção intensiva (em termos de uso da terra) e os grandes estabelecimentos de maior consumo intermediário". O próprio autor ao tratar em separado os fatores que combinados definem o padrão agrário, aponta variáveis indicadoras da heterogeneidade interna do semi-árido destes estados. No caso do Rio Grande do Norte o peso dos fatores de estrutura fundiária apontam para uma estrutura fundiária desigual onde se combinam a pequena e a grande propriedade. Considerando-se apenas os aspectos ligados à modernização agrícola (intensidade de uso da terra e das trocas agricultura-indústria) o Rio Grande do Norte (e a Paraíba) apresentam um tipo de modernização que privilegia um certo grau de compras de insumos extra-setoriais (agrotóxicos) combinado com uso extensivo da terra (uso da terra que indica taxas negativas de lotação, área trabalhada e uso de fertilizantes) (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 37-51).
- (14) Dados da SEPLAN-RN. Diagnóstico Estrutural do Estado: aspectos econômicos. V. 3 p. 67.
- (15) Entre as políticas para o setor agropecuário, gostaríamos de lembrar que o PROTERRA foi um dos instrumentos que mais fortemente favoreceu a agroindústria e a grande propriedade no Nordeste, sendo apontado como um dos responsáveis pelo agravamento da concentração fundiária na região. Uma excelente análise do PROTERRA foi feita por SALES (1982).
- (16) Sobre o trabalho "volante" e o surgimento do "empreiteiro" no Nordeste ver, entre outros o trabalho de SIGAUND, 1971.
- (17) Ver, particularmente, o trabalho de ALVES, Francisco. Estapas de Crescimento das Cidades no Sertão Paraibano. Rio de Janeiro, UFRJ-COPPE, 1979. Tese de Mestrado.
- (18) O Nordeste se integrou à Política Nacional de Turismo através das agências de fomento ao desenvolvimento regional (BNB e

SUDENE), com ações nas áreas de estudos e pesquisas, campanhas promocionais, qualificação de recursos humanos e incentivos financeiros e fiscais, notadamente, a hotéis. Contribuiu também para essa tomada de decisão a conclusão das obras das BR's 101 e 116 que ligam o Nordeste ao Sul do país (PAIVA, 1987).

2. AS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

Observamos que as transformações mais relevantes no dinamismo, na estrutura e nas relações de trabalho da economia do Rio Grande do Norte têm lugar justamente na fase de integração produtiva do mercado nacional, na década de 60 e, sobretudo, de 70. O que propomos agora é avançar nossa compreensão do significado dos processos históricos de formação e desenvolvimento da economia do estado observando a natureza da estrutura ocupacional de suas principais cidades.

Pretendemos fazer este percurso tendo como suporte os estudos que tomam a avaliação dos perfis ocupacionais e das transformações estruturais do emprego como elementos importantes no entendimento dos processos de urbanização. Entretanto, como nos norteamos pelas análises que propõem avaliar a urbanização como uma das manifestações específicas da divisão social do trabalho (ainda que complexamente determinada) partimos do entendimento de que "as estruturas ocupacionais refletem e sintetizam tanto as mudanças estruturais da base material do capitalismo nacional, quanto a dinâmica demográfica que condiciona e é determinada pela natureza da urbanização, da mesma forma que também incorporam determinações derivadas das características particulares que assume a reprodução social nesta sociedade"¹⁰. Ou seja, essa perspectiva metodológica rejeita as análises da estrutura ocupacional fundadas na concepção funcionalista que inspira os estudos tradicionais de mobilidade ocupacional. E por outra via compreende a natureza heterogênea das formas de organização dos mercados de trabalho urbanos e a sua segmentação, que são acompanhadas na realidade brasileira por um precário grau de estruturação desse mesmo mercado, isto em função da permanente reestruturação das próprias atividades produtivas (PAGHECO, 1989, p.3).

Esta tese, mesmo abordando estas questões de modo parcial, está ciente da necessidade de compreensão destes problemas para o avanço das análises teóricas ou concretas sobre a urbanização. E em se tratando do Nordeste, como salientava Francisco de OLIVEIRA "já não se trata de provar que o Nordeste é viável (...) [e sim de] trabalhar contra [suas especificidades]" (OLIVEIRA, 1984, p. 49).

Durante a exposição que se segue procurar-se-á centrar a análise no estudo da situação ocupacional das cidades de Natal e Mossoró. Porém, como o método que vem sendo adotado para exposição da tese privilegia os traços mais gerais de desenvolvimento do Rio Grande do Norte e as formas de inserção de sua economia no contexto nacional, faremos primeiro uma caracterização, mesmo que sumária, da estrutura ocupacional do estado. Procuraremos ressaltar aqueles aspectos que espelham o avanço do desenvolvimento capitalista nesta economia. Melhor dizendo, no RN, como em todo o país, as relações capitalistas de produção apresentaram-se mais sólidas ao longo da década de 1970. São

elementos, no nosso entender, significativos para a compreensão das modificações no emprego de suas principais cidades, particularmente, Natal.

Por outro lado, uma visão de conjunto necessita diferenciar: a) situações típicas capazes de viabilizar uma análise da estrutura global do emprego e de seus nexos com as transformações da economia brasileira na década de 1970, em particular com a urbanização; b) de situações que mesmo inserida na condição anterior guardam especificidades. Nesse segundo aspecto o conceito de "integração" dos mercados de trabalho - ou mesmo de integração heterogênea, para evidenciar a permanência das desigualdades e da miséria "desnecessária" - embora controverso, permite descartar qualquer enfoque baseado na perspectiva de insuficiência dinâmica do emprego frente às pressões demográficas, no período em estudo⁴⁰.

Entendido dessa forma o mercado de trabalho urbano, os problemas que radicam de seu crescimento recente tem origem não numa suposta falta de dinamismo da economia, mas exatamente em seu contrário: na rapidez e na forma perversa que assume o desenvolvimento capitalista na região. Ao incentivar os investimentos industriais, o Estado "esqueceu" que o Nordeste sempre esteve abarrotado de pobres, agora vítimas não somente da não exploração capitalista, mas também da industrialização recente.

Dito de outro modo, as questões colocadas pela "urbanização caótica" desse período e agravadas pela "arrebentação urbana" na atual década apontam, na verdade, traços comuns para as diversas experiências regionais. Entretanto, se convenientemente avaliadas as especificidades de cada área, percebe-se que no Nordeste essas questões são ampliadas por um passado marcado principalmente por um grande excedente demográfico, uma estrutura fundiária perversa, uma agricultura retrógrada, uma indústria debilitada e um urbano com frágeis estruturas terciárias (CANO, 1986 b).

De acordo com Leonardo GUIMARÃES o estudo dessas questões, no Nordeste, requer atenção para pelo menos três pontos:

- a) "a herança que as fases históricas anteriores deixaram, no que se refere ao grande excedente estrutural de população;
- b) as transformações ocorridas na estrutura produtiva pretérita, às quais estão associadas a modernização dos processos produtivos tradicionais, com redução da capacidade de absorção da força de trabalho;
- c) as relações de dependência ou complementariedade existentes com as demais economias, que no caso nordestino não se trata de um processo de industrialização, no sentido de montagem de uma estrutura com seus vários departamentos integrados

entre si, mas de uma 'regionalização da grande indústria', em grande parte especializada em alguns segmentos que se integram bem mais com o resto da economia brasileira" (GUIMARÃES, 1985, p. 302).

Neste sentido, não devemos minimizar, também, a intensidade da implantação de novos segmentos produtivos, o que exerce influência na desestruturação dos tradicionais mercados de trabalho. Ou seja, os problemas que radicam o crescimento anárquico do mercado de trabalho urbano no Nordeste, na verdade, tem a ver, não somente com os baixos salários com que se paga a força de trabalho no país, com a má administração pública das cidades e com a ganância do capital imobiliário mas, também, com uma história de miséria onde o homem sempre explorado, sugado, pela voracidade do capital (e dos poderosos) vê sua condição de se reproduzir como trabalhador e como ser social ameaçada ou mesmo tolhida.

Cláudio SALM ao se referir ao processo de "integração" nacional da força de trabalho e da população que procura emprego no Nordeste, com propriedade caracteriza esse processo integrador nas formas que ele assumiu na região:

- a) "Grande peso da população e da força de trabalho residente no campo;
- b) Importância menor do núcleo capitalista na economia com uma malha setorial menos densa;
- c) A intensidade do fluxo migratório campo-cidade e as pressões que a partir daí são exercidas no mercado de trabalho urbano e dão lugar aos amplos contingentes de trabalhadores informais; e
- d) A modernização dos processos de trabalho na região que assumiu, em alguns casos caráter destruidor de postos de trabalho" (SALM, 1987).

Assim, as mudanças consideráveis que ocorreram no Nordeste (e RN), associadas ao passado histórico regional (e local) caracterizaram um espectro ampliado de situações ocupacionais. Por essa razão o estudo da estrutura ocupacional de Natal e Mossoró necessita abordar os mercados de trabalho dentro de sua heterogeneidade. "Trata-se de apreender tanto as situações que refletem a crescente integração da população economicamente ativa nas formas modernas de emprego organizado, quanto os traços de atraso que perpetuam formas subordinadas de inserção nos mercados de trabalho, onde é menor a cobertura jurídico institucional em carteira ou em que prevalecem relações sociais diferentes do assalariamento" (PACHEGO, 1989).

Na análise de especificidades dessa natureza é preciso levar em conta a diferenciação interna da estrutura de ocupações e a heterogeneidade que caracteriza os setores de atividades. No caso particular do RN algumas questões se colocam a priori:

- 19) Clareza sobre os determinantes das mudanças na estrutura ocupacional. Em passagens anteriores observamos que tais mudanças são decorrentes:
- a) Do processo mais geral de integração do mercado nacional;
 - b) Das políticas de desenvolvimento regional que aceleraram a integração produtiva regional; e
 - c) Em razão sobretudo das novas formas de atuação do Estado; quer através dos incentivos industriais, quer no financiamento à construção civil, quer na implantação da infra-estrutura econômica, foi o responsável pela maior parte dos resultados alcançados.
- 29) As limitações desse processo na transformação da base produtiva local: têxtil, mineração (quase que somente) e agropecuária (vide Capítulo anterior).
- 39) A persistência e dominação do capital mercantil local ainda caracterizando a economia do RN como exportadora de matérias-primas;
- 49) A grande importância que assume o poder público na estrutura do emprego direto de mão de obra para a produção de bens e serviços públicos e o gasto público na compra de bens e serviços ao setor privado gerando pelo emprego indireto efeitos significativos sobre o volume de empregos na economia.

O entendimento prévio dessas questões facilitam a compreensão da natureza complexa, ambígua e contraditória da estrutura ocupacional do RN e, de modo particular, de suas principais cidades.

2.1. Características Básicas da Estrutura Ocupacional 1970-1980

É interessante, antes de iniciar a análise das características básicas da estrutura ocupacional do Rio Grande do Norte, traçar um rápido perfil evolutivo da força de trabalho local entre os anos censitários de 1970 e 1980, particularmente no que concerne à sua composição setorial. Como vimos na tabela 44 evidenciou-se uma profunda mudança estrutural na composição setorial da PEA do estado. De um lado observou-se a queda significativa da participação do setor primário de 59,0% para 41,6% no período que vai de 1970 a 1980. De outro, o acelerado

crescimento da força de trabalho engajada nas atividades secundárias e terciárias. Essa, não é uma situação peculiar do RN, mas na verdade, comum ao Nordeste e ao país. Foi precisamente o crescimento das atividades secundárias e terciárias que impulsionaram o processo de urbanização no período em estudo.

O Rio Grande do Norte constituía em 1980 um dos Estados Nordestinos com maior percentual de população urbana sobre a população total. Tinha em 1980, 1.890,8 mil habitantes (população residente), dos quais 1.115,3 mil habitantes em domicílio urbano. Em termos percentuais isso significa 58,7% da população total. No Nordeste, a média regional era de 50,5%. Apenas Pernambuco apresentava percentual superior: 61,6%. Esse maior percentual de população urbana da sociedade potiguar se reflete na estrutura ocupacional e na distribuição regional da PEA. O RN com 5,1% da PEA do Nordeste, tinha em 1980 uma participação de 6,2% na PEA regional voltada para as atividades eminentemente urbanas (secundário e terciário). Por outro lado, também, deve ser ressaltado que enquanto no Nordeste como um todo 46,2% da PEA estava alocada em atividades urbanas, no RN essa proporção atingia 56,4% (FIERN, 1987, p. 87).

As transformações verificadas na composição setorial do emprego no RN que redundaram, ao final, em maiores participações dos setores econômicos predominantemente urbanos no emprego total, não devem, no entanto, ser interpretados como indicativos da não importância do setor agropecuário na geração do emprego local. Vale ressaltar que ele ainda é responsável por 41% da mão-de-obra empregada no estado (vide tabela 44). Dadas as características próprias desse setor, que como vimos anteriormente, pontificam baixos níveis de produtividade (e consequentemente de renda e consumo), tem-se aí, com certeza um foco de pobreza.

A observação da realidade ocupacional rural sugere, portanto, que esse quadro possa se traduzir em fortes pressões sobre o mercado de trabalho urbano, ao mesmo tempo em que poderia refletir dinamismo das atividades econômicas (sejam urbanas ou rurais). Consequentemente, também, sugere de modo simultâneo, a ampliação desse mercado. Porém, a natureza contraditória das transformações desses anos não deve levar a que se subestime sua dimensão em direção ao avanço do núcleo capitalista. Tanto o crescimento da base material, quanto a capacidade de gerar empregos e de incorporar uma parcela expressiva da sociedade são demonstrações inequívocas da integração da economia local ao estágio de desenvolvimento do capitalismo no país. É nesse sentido, a urbanização não se apresenta como um fenômeno residual que deposita nas cidades um excedente estrutural de mão-de-obra originária do campo. O que se verifica no Nordeste é que esse excedente tanto é histórico como atual. Em outras palavras, o crescimento das cidades, responde tanto à lógica do progresso material como a de seu próprio atraso. A rede urbana do RN, em particular, é uma evidência nítida desse fato. Basta ver o alto peso que as populações urbanas de Natal e Mossoró têm no total da população urbana do estado (ver tabela 45).

O que gostaríamos de deixar claro é que essa situação, por mais contraditória que seja, não pode ser apreendida por considerações tipo "terciário inchado", maior prevalência do "mercado informal" ou formulações similares. O mesmo se depreende para a estrutura ocupacional do estado como um todo. A herança social (de pobreza e miséria) e o caráter desigual do desenvolvimento não devem empanar a significativa integração de que fala Cláudio SALM, que advém do avanço do assalariamento, da criação de empregos com produtividade maior e da redução relativa das formas de organização da produção e das relações de trabalho mais atrasadas.

A evolução da situação ocupacional no RN reflete, de forma significativa o desempenho recente dos segmentos mais modernos de sua economia. São esses segmentos (extrativa mineral - sal e scheelita - têxtil e agricultura de exportação) que, juntamente com o Estado, comandam as transformações discretamente verificadas no emprego durante a década de 1970. E em que pese a população e a força de trabalho residente no campo e a intensidade dos movimentos territoriais de população inter-estadual e intra-estadual, é perceptível que a economia norte-riograndense, no que respeita às atividades urbanas contribui muito para a geração de emprego.

De acordo com os dados da tabela 54, nota-se que a PEA local passou de um contingente total de 410 mil pessoas em 1970 para 595 mil em 1980. Tal crescimento deve ser comparado com a evolução das oportunidades de trabalho que se criam na economia, de modo a se avaliar em que medida e como se está utilizando a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho e que vai se juntar à força de trabalho pré-existente^(*).

Como foge ao âmbito deste trabalho uma referência mais detalhada ao comportamento da PEA, faremos uma observação relativa à população em idade de trabalhar para evitar maiores distorções de sua utilização na explicação do movimento da base material.

Pela tabela 54 observa-se a rápida evolução da PEA não agrícola. No período de 10 anos a força de trabalho aumentou seu contingente em 223,8 mil trabalhadores o que corresponde à uma taxa média anual de crescimento de 7,7%. A comparação destes dados com os apresentados pela população em idade de trabalho - PIT - não agrícola, no mesmo período, evoluiu em cerca de 5,7%, evidenciando uma pressão da oferta de trabalho sobre o mercado urbano. Note-se, ainda, que nesse mesmo intervalo de tempo a ocupação urbana cresceu em torno de 7,3%, o que redundou em uma significativa absorção da oferta de trabalho no mercado.

TABELA 54 - RIO GRANDE DO NORTE - UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
- 1970-1980

ESPECIFICAÇÃO	EM MILHARES DE PESSOAS	
	1970	1980
PEA Total ⁽¹⁾	410,1	535,2
PEA não-agrícola ⁽²⁾	169,2	356,1
Ocupação não agrícola ⁽²⁾	169,0	342,1
PEA atividade eminentemente urbana ⁽²⁾	165,9	335,9
PIT ⁽²⁾ não agrícola ⁽²⁾	492,6	880,7

Fonte: Dados básicos do IBGE (Censos Demográficos) utilizados por FIERN/UFPE, 1987, p. 75.

(1) Em milhares de pessoas

(2) População em idade de trabalhar, incluída a PEA

A análise dos empregos criados em atividades eminentemente urbanas (secundário e terciário), segundo setor de atividade, auxilia o entendimento desse quadro. Mesmo que o número de pessoas ocupadas na agricultura seja significativo (41,0% dos postos de trabalho), o número absoluto de novos empregos gerados são de fato, em sua totalidade, urbanos. Pela tabela 55 percebe-se que quase 1/5 dessas ocupações seriam geradas pela indústria de transformação ou em valores absolutos 40,2 milhões de empregos. Seguiriam em importância a prestação de serviços que, excluído o emprego doméstico corresponde a 26,0 milhões de novos empregos, e o comércio de mercadorias, onde são criados 23,5 mil ocupações.

O desempenho do setor industrial na geração de empregos reflete o dinamismo das atividades urbanas no período. De acordo com o documento da FIERN/UFPE "o nível de emprego da indústria de transformação do Rio Grande do Norte apresenta um perfil nitidamente ascendente, pontificando taxas de crescimento nada desprezíveis para os padrões de um estado periférico de uma região subdesenvolvida. Com efeito, no período (...) 1970-75 esta taxa foi de 9,02% a.a., bastante aquém do período 1975-80 que foi de ordem de 11,15% a.a." (FIERN/UFPE, 1987, p.113). Pela tabela 55 observa-se que a indústria de transformação apresentou no período 1970-1980 uma taxa de crescimento de 9,4% a.a. Um aspecto que o documento da FIERN chama a atenção é o fato de que as grandes empregadoras do período foram as indústrias têxteis e do vestuário.

O comportamento da indústria extrativa mineral na geração de novos empregos merece uma explicação: a baixa taxa de crescimento de 2,1% a.a. refere-se ao fato de que a mecanização das salinas e a modernização dos processos de trabalhos nas usinas de scheelita ocorreram no final dos anos 60. A "performance" do emprego no terciário em 1980 reflete aquela apresentada pelas

TABELA 55 - RIO GRANDE DO NORTE - ESTRUTURA DO EMPREGO URBANO E TAXA DE CRESCIMENTO DO PERÍODO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADES (PEÇA DO SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO)

ESPECIFICAÇÃO	1970		1980		ACRÉSCIMO 1970-1980	
	1000	%	1000	%	Δ ABS.	TX CRESC. s.a.
	PESSOAS		PESSOAS			
Indústria Ext. Mineral	11,2	5,7	13,8	4,1	2,6	2,1
Indústria de Transformação	15,7	9,5	55,9	16,6	40,2	13,5
Construção Civil	17,0	10,2	38,8	11,0	19,9	8,0
Energia e Gás	0,8	0,5	1,8	0,5	1,0	0,4
Melhoramento Urb. e Abast.	0,8	0,4	3,0	0,9	2,4	17,5
TOTAL SECUNDÁRIO	45,3	27,3	111,4	33,1	66,1	8,4
Comércio de Mercadorias	25,8	16,1	50,3	15,0	23,5	6,5
Transporte e Comunicações	14,9	8,6	18,0	5,3	3,7	2,3
Serv. de Alojamento e Alim.	2,5	1,5	8,1	2,5	5,6	12,5
Serv. Confecção e Reparação	10,6	6,4	15,0	4,5	4,4	3,5
Serv. Domésticos Remunerados	15,7	9,5	23,8	7,0	8,1	4,2
Serv. Tec. Profissionais	1,2	0,7	3,4	1,0	2,2	12,1
TOTAL DE SERVIÇOS PESSOAIS ⁽¹⁾	40,5	24,4	74,8	22,2	34,1	8,3
Serviços Administrativos	8,5	5,5	18,5	5,5	10,0	8,0
Defesa e Segurança Nacional	10,2	6,1	10,2	3,0	0,0	0,0
Inst. de Crédito, Com. Val. e Imov.	1,7	1,0	5,3	1,6	3,6	12,0
TOTAL TERCIÁRIO	120,6	72,7	224,5	66,9	103,9	8,4
TOTAL ATIVIDADES URBANAS	165,9	100,0	335,9	100,0	170,0	7,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

(1) Inclui outros serviços pessoais e serviços auxiliares

transformações da indústria. Como as mudanças não alcançaram ramos industriais mais dinâmicos e geraram empregos próprios de manufatura, também, nas transformações do emprego terciário essa situação estará refletida.

Assim, cresceram segmentos modernos como a intermediação financeira e os serviços técnicos profissionais e decresceram a dimensão das pessoas ocupadas no emprego doméstico remunerado, ambos, indicativos do desempenho apresentado pelos segmentos ligados à própria ampliação do produto industrial local e a integração da economia às formas assumidas pela centralização do capital a nível nacional⁽⁴⁴⁾. É pelo desempenho apresentado por esses segmentos mais modernos que derivam as novas exigências colocadas pela urbanização (PACHECO, 1980, p. 10).

A mesma tabela aponta outros resultados que espelham a forma pela qual a urbanização se explicita no espaço regional e, em particular no RN. Um resultado diz respeito ao setor de transportes e comunicações. Mesmo que a significativa redução seja por conta das atividades de transporte, os dados sugerem que as comunicações foram modernizadas no período. Outro fato que chama a atenção são os empregos do setor público, que chegam a representar números expressivos tanto na participação da PEA urbana em 1980 como nos novos empregos na década. Isso significa que o setor público tem alto peso na estrutura do emprego local, apesar da taxa de crescimento anual das atividades de Defesa e Segurança Nacional ter-se apresentado nula.

De acordo com os estudiosos do tema, dois outros aspectos são centrais na análise das transformações na estrutura de emprego e das ocupações por que passou o mercado de trabalho brasileiro na década de 1970: o avanço do assalariamento e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho (PACHECO, 1989, p. 11 e MÉDICE, 1982, p. 138 e seguintes).

Esses traços gerais no Rio Grande do Norte acompanham a trajetória da economia brasileira no período. Pode-se notar, pelos dados contidos na tabela 56 que entre 1970 e 1980 houve um aumento relativo do número de empregados e uma redução dos não remunerados. O percentual dos empregados passa de 47,8%, em 1970, para aproximadamente 63% ao fim da década, incidindo, é bom lembrar, sobre números absolutos significativamente maiores. Esse aumento tem como contra partida reduções nos percentuais de autônomos e não remunerados, fenômenos que no RN refletem mais a organização do mercado de trabalho urbano que propriamente modificações no emprego agrícola (vide tabela 44). O acréscimo do percentual de empregadores é pouco sintomático. Refere-se em sua maioria aos setores do comércio e prestações de serviços, uma vez que na indústria prevalece a "figura" dos administradores e gerentes. A categoria proprietários é em princípio externa à realidade da industrialização do Nordeste.

Dadas estas características gerais sobre a distribuição da força de trabalho pela posição na ocupação, pode-se dizer que no Rio Grande do Norte, como todo o país, a extensão do

assalariamento foi aspecto predominante no período.

TABELA 56 - RIO GRANDE DO NORTE - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - 1970/1980

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1970			1980		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Empregados	38,3	9,5	47,8	44,9	18,1	62,9
Autônomos	37,1	4,0	41,1	24,8	5,5	30,4
Empregadores	1,0	0,2	1,2	1,3	0,1	1,4
Não Remunerados	9,3	0,6	9,9	4,2	1,1	5,3
TOTAL	85,7	14,3	100,0	75,2	24,8	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

A importância da participação feminina no mercado de trabalho do RN pode ser aferida, nestes dez anos, por números também significativos. O percentual de mulheres no total das pessoas ocupadas eleva-se de 14,3% para quase 25%. Cresce a participação feminina tanto na condição de empregada como na de autônoma. Porém, eleva-se também, a cifra das mulheres não remuneradas que junto ao decréscimo da situação de empregadora denota que o mercado de trabalho no RN ainda apresenta limites à participação da mulher.

A tabela 57 reflete as taxas de atividades por sexo, diferenciando a situação de domicílio. Entre 1970 e 1980, em áreas urbanas, o percentual das mulheres ocupadas passa de 16,2% para 25,8%. Complementando a renda familiar, ou simultaneamente expressando uma forma de inserção social distinta favorecida pela sociedade urbana, essa maior participação da mulher traz implicações importantes para a dinâmica do emprego na medida em que requer uma expansão ainda maior do número total de ocupações.

TABELA 57 - RIO GRANDE DO NORTE - TAXAS DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (EM %) - 1970/1980

ANOS	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	HOMEM	MULHER
1970	Pop. Total	39,1	70,2	10,7
	Pop. Urbana	36,2	60,2	16,2
1980	Pop. Total	43,5	67,2	21,0
	Pop. Urbana	42,9	68,8	25,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

OBS. Taxa de atividade definida como relação entre a PEA e a população de mais de 10 anos.

Esses traços básicos na estrutura ocupacional na década evidentemente deveriam ser completados por uma apresentação, mesmo resumida, da evolução dos rendimentos, em particular dos salários, do mesmo modo que procedeu MÉDIGE (1982), por exemplo. Entretanto como não dispomos de recursos estatísticos mais amplos para este detalhamento acatamos à priori a sugestão de PACHECO de que "o movimento geral é conhecido: os anos iniciais da década reforçam a tendência de diferenciação que acompanha a maior heterogeneidade da estrutura de ocupações com a política salarial comprimindo as remunerações de base, fato que sofreria uma inversão nos últimos anos do decênio, com a alteração da política de salários" (PACHECO, 1989).

A título de ilustração, mostraremos alguns dados evolutivos da distribuição da renda apresentados pela FIERN/UFPE (1987). As informações contidas na tabela 58 dão conta da concentração de renda verificada no estado medida pelo coeficiente de Gini. Com efeito, ocorre uma expressiva concentração da renda no período 1960-1980 e, principalmente, nos anos 70.

TABELA 58 - RIO GRANDE DO NORTE - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PESSOAL MENSAL, DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, COM RENDIMENTOS POSITIVOS

ESPECIFICAÇÃO	1960	1970	1980
Coeficiente de Gini ⁽¹⁾	0,471	0,509	0,575
% da renda apropriada pelos 40% mais pobres	15,3	14,6	11,2
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	39,0	44,1	48,0

Fonte: FIERN/UFPE, p. 49 - Dados Básicos - Censos demográficos

(1) Espelha o grau de desigualdade da distribuição estabelecendo que quanto mais próximo da unidade maior é a desigualdade.

2.2. Alterações na Estrutura Ocupacional da Capital

Vimos que as transformações na rede urbana potiguar, no sentido do crescimento mais acentuado de cidades fora da "Grande Natal" não aconteceram no período em estudo. Isso mostra que as modificações na base produtiva dessa economia não foram acompanhadas por alterações espaciais, pouco modificando as relações regionais internas ao estado. Acentua-se cada vez mais a tendência de uma dinâmica "concentracionista", apoiada numa relação campo-cidade indubitavelmente favorável à cidade e que impede o desenvolvimento de uma malha urbana interiorizada.

Achamos que isso denota a existência de um padrão de evolução urbana que tolhe o destino das pequenas cidades, relegando-as à continuarem com sua histórica função de intermediação comercial primária. O caráter "concentracionalista" da indústria restringe os papéis da rede urbana do interior impedindo-a de ser beneficiária da modernização agrícola. O contrário se dá com Natal e Mossoró, que ampliam seus papéis enquanto capital e centro regional, respectivamente, além de assumirem, também, os papéis que deveriam ser reservados aos centros sub-regionais. Conseqüentemente, não se vê nesse período uma diferenciação do território no Rio Grande do Norte. Porém, como mostra a tabela 45 acentuam-se características de esvaziamento de áreas (principalmente nas regiões mais ao centro do estado) e uma tendência de ampliação das disparidades entre as duas maiores cidades e entre elas e os pequenos núcleos urbanos do interior. Daí tornar-se pouco útil trabalhar os dados referentes a estrutura ocupacional de Natal e Mossoró em conjunto.

Os municípios de Natal e Mossoró que em 1970 já apresentavam elevadas taxas de concentração em relação a população do estado, a transformação industrial e ao emprego tiveram esses percentuais ampliados, conforme pode ser visto na tabela 59. É expressiva a importância de Natal nesses números, como veremos em breve.

Quando se examina a possibilidade de que a dimensão urbana da população estadual encontre respaldo no papel econômico dessas cidades o resultado apresentado na tabela 59 é ainda mais significativo. Na realidade, ela mostra a situação de municípios com população urbana superior a 100.000 habitantes em 1980, deixando de lado cidades menores (que não tinham 50.000 habitantes em 1980), pois elas explicitam uma situação peculiar: são pequenas cidades nucleadas diretamente, por Natal ou Mossoró e até por centros regionais de outros estados (como Campina Grande) que não conseguem se constituir em centros sub-regionais de menor crescimento. Quando se observa apenas os aglomerados urbanos conforme a definição do IBGE, ficam excluídos, de chofre, as demais cidades do RN¹⁹⁸⁰.

TABELA 59 - RIO GRANDE DO NORTE - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE NATAL E MOSSORÓ NA PRODUÇÃO, EMPREGO SETORIAL E NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (EM %) - 1970-1980

ESPECIFICAÇÃO	1970	1980
Percentual da população total	23,3	29,6
Percentual da PEA do setor secundário	40,6	44,3
Percentual do valor da transformação industrial	47,8	74,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Industriais.

No entanto, é preciso qualificar um pouco essa dimensão urbana explicitada pelas transformações produtivas que acompanham o crescimento de Natal e Mossoró. Faremos isso adiante pela evolução da estrutura ocupacional dessas cidades. Sabemos de antemão que tal empreitada carece de uma avaliação cuidadosa pois do mesmo modo que apontam características novas para a estrutura social, com os segmentos médios, o avanço do assalariamento e do trabalho da mulher, o crescimento de gerentes e chefes como representantes de empresários, refletem, também, e de modo acentuado, formas de organização do trabalho pouco desenvolvidas e emprego público muito acentuado no período.

Uma representação dessa natureza deve levar em conta a diferenciação interna da estrutura de ocupações e a heterogeneidade que caracteriza os setores de atividades. Com efeito, a divisão social do trabalho decompõe o trabalho em unidades (empresas ou outros organismos) distintas e reagrupadas em ramos e setores distintos. Uma dificuldade reside em trabalhar a composição setorial (e intra-setorial) do emprego com superposição de informações ao nível dos grupos ocupacionais sem esbarrar em problemas de natureza metodológica e conceitual⁽²⁴⁾.

Entretanto, a necessidade de que se disponha de algum conhecimento sistematizado do movimento e das mudanças na estrutura ocupacional das duas principais cidades do RN impõe a escolha de um recurso analítico. Utilizaremos os dados de emprego segundo as diferentes atividades das pessoas ocupadas existentes nos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Em que pese esses fatos, a PEA constitui, sem dúvida, a fonte de dados mais completa disponível para um estudo da estrutura ocupacional no Brasil (CANO & SEMEGHINI, 1990, p. 5).

A observação da tabela 60 permite visualizar a composição setorial do emprego no município de Natal; em 1970 e 1980, bem como, aferir a contribuição de cada setor ou ramo de atividade para os empregos gerados na década de 1970.

Inicialmente destaca-se que o município de Natal desenvolve atividades eminentemente urbanas. A PEA - agrícola (atividades agrícolas e extrativa vegetal e animal) é irrelevante na absorção do emprego. Desde logo, em razão da natureza urbana das ocupações analisadas interessa focar exclusivamente a PEA Urbana (setores secundário e terciário).

Em termos de grandes agregados, o maior percentual diz respeito ao emprego no setor secundário: 26,5% do total da PEA urbana em 1980 e 34,0% dos empregos urbanos criados na década. O terciário, neste caso, se responsabiliza por 66% dos empregos urbanos gerados. A PEA Terciária em 1970 contribuía com 81% e em 1980 reduz sua participação para 73,5%.

Se estes números chamam atenção para diferenças macrosetoriais importantes, sua desagregação salienta especificidades de toda ordem.

TABELA 60 - MUNICÍPIO DE NATAL - COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO - 1970/1980

SETORES DE ATIVIDADE	NATAL					
	1970		1980		ACRÉSCIMO 70 - 80	
	PEA	%	PEA	%	PEA	%
Ind. Extrativa Mineral	176	0,2	1361	1,0	1185	1,7
Ind. Transformação	5162	7,6	20489	14,8	15327	22,0
Ind. Construção Civil	6766	10,0	13143	9,5	6377	9,1
Serv. Ind. Utilidade Pública	838	1,7	1008	1,2	772	1,2
Comércio	11236	16,6	22466	16,6	11200	16,1
Transportes	4129	6,0	6407	4,6	2278	3,2
Comunicações	667	1,0	1181	0,9	514	0,7
Outros Serviços	39003	57,4	70971	51,8	31968	45,0
TOTAL SECUNDÁRIO	12940	19,0	36601	26,5	23661	34,0
TOTAL TERCIÁRIO	55085	81,0	101045	73,5	45960	65,0
TOTAL PEA URBANA	68025	100,0	137646	100,0	69621	100,0
TOTAL DA PEA	71231	-	139892	-	68651	-

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos 1970 e 1980

Dentro da indústria, em razão do maior peso que assume a indústria de transformação em relação a extrativa mineral e a construção civil em 1980, ocorre grandes mudanças. A indústria de transformação responde por 20,0% dos empregos urbanos criados na década, enquanto que a construção civil mantém sua participação em termos percentuais (Ver Tabela 80). A indústria extrativa mineral também amplia sua participação no emprego urbano em termos percentuais.

Entretanto, é pela desagregação do terciário que torna-se possível apreender, ainda que sem grandes formalizações, a trajetória do emprego urbano em Natal. Esta tentativa será feita no sentido de verificar tanto as determinações mais gerais do movimento recente da base produtiva estadual, como também, os traços de atraso que sobre ela são perpetrados.

CANO & SEMEGHINI sugerem que uma análise que tente, pelo menos, dar conta das determinações mais gerais dessa dinâmica recente possa ser "dividida" em quatro vetores:

- a) "As impactações decorrentes do desenvolvimento e mecanização da agricultura mercantil sobre a oferta de serviços comerciais, distributivos, financeiros, técnicos, etc;
- b) Aquelas decorrentes da interação técnica e econômica entre agricultura e indústria, como a agroindustrialização e na quimificação e mecanização dessa agricultura, dos quais derivam novas exigências terciárias;
- c) As decorrentes, estrito senso, do processo de industrialização, que não apenas impõe uma diversificada expansão da oferta de serviços técnicos e econômicos complementares, mas também exige uma diversificada expansão de serviços que parecem atender às necessidades da população mas que em essência são requerimentos daquela base produtiva.
- d) Os estímulos relativamente autônomos decorrentes do próprio processo de urbanização, que derivam do crescimento vegetativo da população urbana, ponderado pelo nível de distribuição da renda. Essa autonomia, contudo, normalmente apresenta-se (em relação aos determinantes derivados dos setores industrial e agrícola) normalmente permeada, pelo menos em parte, por determinações emanadas daqueles setores que também influenciam indiretamente o futuro crescimento vegetativo da população urbana, como é o caso do êxodo rural e da atração de mão-de-obra para a indústria" (CANO & SEMEGHINI, 1990, p. 8).

No caso particular de Natal, o fato de que somente 65% dos novos empregos urbanos são terciários, quando a participação desse setor ainda é de 79,5% em 1980 sugere que o crescimento

Industrial concentrado em Natal, contribui em parte para reduzir o alto peso que, historicamente, tem o emprego público na dinâmica da economia urbana de Natal, seja através do assalariamento (emprego direto), de cunho normativo, seja indireto, através do gasto público. Essa ação (ou intervenção) do Estado caracteriza Natal como uma cidade eminentemente terciária e prestadora de serviços.

Há, ainda, uma questão controversa, de difícil comprovação empírica na ausência de pesquisas de campo mais detalhadas, que é a do "terciário inchado" ^(*). Sabemos que as modificações ocorridas na indústria estadual foram muito tímidas e qualitativamente pouco importantes, sugerindo que o setor secundário estadual (concentrado em Natal) apresenta significativo grau de informalização na produção e no emprego. É contudo, no terciário que esse fenômeno e a precariedade do emprego se manifestam em escala maior, haja visto, entre outros, a expansão do emprego doméstico que segue crescendo em termos absolutos, apesar das donas de casa natalenses haverem sofrido a "desleal" concorrência da indústria de confecção no período. O mesmo acontece com o emprego no comércio ambulante que reduz sua participação relativa no total do emprego urbano, mas que segue crescendo em termos absolutos, como veremos logo adiante.

Certamente, pelas dificuldades teóricas e metodológicas em se analisar as mudanças do período a nível do terciário, impõe-se a formulação de cortes metodológicos. Nesse sentido para analisar a trajetória dos sub-setores que compõem o terciário, utilizando tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, nos servimos da classificação elaborada por CANO & SEMEGHINI (1980) que inspirados em Singelmann agrupam os seguintes segmentos:

- Serviços distributivos: comércio, armazenagem, transportes e comunicações;
- Serviços sociais: saúde; ensino; administração pública e serviços comunitários;
- Serviços pessoais: hotelaria e alojamento; alimentação e higiene pessoal; confecção e conservação do vesturário; conservação e manutenção de edifícios; esporte, cultura, diversão, rádio e TV;
- Serviços produtivos: serviços techno-profissionais; serviços de apoio à produção e à atividade profissional e outros serviços pessoais: crédito; capitalização; comércio de imóveis;

Destacamos, além desses, o serviço doméstico (normalmente incluído nos serviços pessoais), o comércio ambulante (serviços distributivos), os serviços de reparação (serviços pessoais) e o serviço de segurança (serviços sociais), por representarem segmentos mais tradicionais, com grande peso das atividades informais. Cabe assinalar, que optamos por incluir nos

"serviços produtivos" a categoria de "serviços de apoio à produção e à atividade profissional e outros serviços pessoais". Por injunções da classificação censitária de 1970 e para manter a comparabilidade com 1980, não foi possível aqui maior desagregação, mantendo-se portanto nesta rubrica certo grau de heterogeneidade: isto é, mantendo-se na mesma rubrica, junto com serviços produtivos, alguns pessoais - sobretudo serviços de autônomos prestados a domicílios, como os de encanadores ou eletricitistas -, que não são separáveis dos mesmos serviços prestados às empresas^(*).

Os dados da tabela B1 mostram a composição setorial da PEA-terciária em Natal nas datas censitárias de 1970 e 1980, bem como as principais modificações do período.

Inicialmente, destacamos que os serviços distributivos, produtivos, pessoais e sociais - mais expressivos do desenvolvimento econômico urbano, apresentaram os seguintes resultados: os serviços produtivos aumentaram sua ponderação relativa passando de 3,5% em 1970 para 5,9% em 1980, enquanto que os serviços distributivos e os serviços pessoais também mantiveram suas participações com ligeiro acréscimo percentual. Em contrapartida os serviços sociais ampliaram significativamente sua ponderação relativa. Se somados à alíquota embora decrescente dos Serviços de Segurança, onde predominam as atividades de defesa nacional, observa-se sem maiores percursos que o emprego público representa significativa parcela do emprego urbano em Natal.

Os serviços distributivos, isoladamente, respondiam por 24,5% da PEA terciária natalense em 1970, e 26,5% em 1980. Sua taxa de crescimento, 7,0% ao ano, foi pouco superior à da PEA Terciária. O segmento "Comércio de artigos pessoais e domiciliares" alocava nas duas datas censitárias cerca de metade do emprego nos serviços distributivos (ver. tabela B2), incluindo-se os ocupados nas lojas de departamento, supermercados e shopping-centers que surgem na década; parcela do comércio atacadista e todo pequeno comércio (exceto os ambulantes) atomizado pelos três bairros comerciais que sediam o comércio da cidade.

Complementando esses dados, através de levantamento empírico na revista mensal RN-ECONÔMICO, nos foi possível perceber o seguinte em relação ao comércio de artigos:

- a) Emergência das redes de supermercados, estabelecidos na capital estadual tanto por grupos nacionais como regionais (Rede Bom Preço do Grupo Paes Mendonça) como local - Nordeste - procedente do comércio atacadista da cidade;
- b) Como "ninguém segura os supermercados no período" o comércio de artigos passa a viver uma fase de "descentralização comercial" com a "especialização" dos bairros comerciais em determinados artigos. No Alecrim, comércio mais popular "tem de tudo"; porém s

TABELA 61 - MUNICÍPIO DE NATAL - ESTRUTURA DA PEA NO SETOR TERCIÁRIO - 1970/1980

CATEGORIAS DO SETOR TERCIÁRIO	1970		1980		TX CRESCIMENTO 70-80	EMPREGOS GERADOS	
	PEA	% SOBRE TERCIÁRIO PEA URB	PEA	% SOBRE TERCIÁRIO PEA URB		PEA	% SOBRE TERCIÁRIO PEA URB
Serviços distributivos	13530	24,5	29754	26,5	7,0	13224	28,7
Serviços produtivos	1932	3,5	5988	5,9	12,0	4055	8,8
Serviços pessoais	6009	10,9	11072	11,0	6,3	5063	11,2
Serviços sociais	11329	20,5	27934	27,6	9,4	15605	36,1
Serviços de reparação	1717	3,1	3282	3,2	6,7	1565	3,5
Serviços de seguradoras	6092	12,6	8033	8,0	1,5	1150	2,5
Comércio ambulante	2692	4,7	3320	3,3	2,7	768	1,8
Serv. doméstico remunerado	9316	16,9	13300	13,1	3,8	3984	8,8
Outros serviços	1797	3,3	1952	1,9	-2,8	-445	1,0
Total setor terciários	55085	100,0	101045	100,0	6,2	45960	100,0
Indústria de transformação	5162	-	20489	-	14,8	15327	-
Total da PEA urbana	68025	-	137746	-	100,0	68621	-

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 62 - MUNICÍPIO DE NATAL - PEA NOS SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Comércio de artigos pessoais e domiciliares	7822	15729	11,5	11,4	7,2
Comércio de veículos, máquinas e lubrificantes	771	2882	1,1	2,1	14,5
Comércio de matérias-primas e ativos auxiliares do comércio	141	455	0,2	0,3	12,4
Transportes rodoviários e urbanos	2651	5178	3,9	3,8	6,9
Outros transportes e armazenagem	1478	1229	2,1	1,0	-1,8
Comunicações	667	1181	1,0	0,8	5,9
TOTAL	13590	28754	19,8	19,4	5,6

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

mesmo não acontece com a Ribeira que concentra o atacado e a Cidade Alta, os artigos de luxo:

- c) Por outro lado, ocorre no período uma acirrada concorrência no comércio de alguns artigos pela avalanche da entrada de grupos regionais no mercado local. O ramo de eletrodomésticos é um dos mais afetados, passando os grupos locais por um processo modernizante. Outros ramos que também sofreram processo similar foram os de confecções (entraram empresas de PE e PB-Campina Grande); o de sapatos (CE, PB e PE), e ainda, o de automóveis. Este último, não só no que se refere a lojas de automóveis de passeio como também, no de máquinas e implementos agrícolas; e:
- d) A saída encontrada pelo comércio local foi a especialização dentro do ramo do comércio. Em outras palavras, no ramo de confecções se especializavam lojas para homens, fardamentos, para crianças, gestantes e mulheres, etc. Os supermercados criam superbox, fórmula também utilizada pelas grandes mercearias como a "São Cristovão", para sobreviver. Especializa-se o ramo de materiais de construção, como por exemplo, pela separação entre as empresas de material elétrico, hidráulico, cimento e material básico de construção. Por outro lado surgem os "shoppings da construção" concentrando para o consumidor os produtos em lojas de departamentos.

O segmento "comércio de matérias-primas e Atividades auxiliares do comércio" expandiu-se à expressiva taxa de 12,4% ao ano, graças principalmente às atividades referentes à corretagem de mercadorias e produtos agropecuários que cresceram bastante na década. É bom lembrar que, historicamente, o comércio importador e exportador do RN apresentou fraco desempenho. O "Comércio de veículos, máquinas e lubrificantes" foi o que mais cresceu no período (taxa anual de 14,5%), enquanto que o setor de comunicação reduz sua participação de 1,0% em 1970 para 0,8% em 1980, denotando que as modificações decorrentes da produção ocorreram em atividades tradicionais da indústria ou da agricultura.

O exame da evolução do emprego nos dois agregados que compõem o setor de transportes revela comportamento bastante distinto entre eles. A tabela B3 ajuda a explicar sua performance. Em "Armazenagem e outros transportes" o contingente alocado foi negativo, refletindo a involução dos serviços ferroviários, a reduzidíssima utilização do porto de Natal, que aliás, historicamente, arca com sérios problemas técnicos, a precariedade dos serviços de armazenagem e a pequena expressão relativa do transporte aéreo. O transporte hidroviário não é utilizado em Natal.

Já a PEA dos "transportes rodoviários e urbanos" cresceu a uma taxa média positiva de 6,9% ao ano - superior a do conjunto

TABELA 63 - MUNICÍPIO DE NATAL - PEA NOS SERVIÇOS PRODUTIVOS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serviços tecno-profissionais	431	1099	0,6	0,8	9,7
Serv. de apoio a produção e serv. pessoais	400	1686	0,6	1,2	15,5
Serv. de créd. capitalizado e com. valores	1049	2679	1,6	1,9	9,8
Administração e comércio de imóveis	52	544	0,0	0,4	26,5
TOTAL	1932	5998	2,8	4,3	12,0

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

dos serviços distributivos. Embora o nível de agregação dos dados dificulte uma conclusão mais precisa, o crescimento do emprego nesse segmento deve-se, principalmente, ao aumento da população da cidade, exigindo expansão do transporte de passageiros; muito embora tenha ocorrido acréscimo na demanda da população e do comércio por transporte rodoviário e transporte urbano de cargas.

Em síntese, o emprego nos serviços distributivos deixou de se constituir como a maior parcela do emprego terciário em Natal. Em 1980 ele passava para segundo plano, sendo superado pelos serviços sociais. A avaliação de seu desempenho refletiu muito timidamente a introdução de transformações modernizantes e de maior produtividade. Ao contrário, espelha claramente a deterioração de alguns setores mais ligados a produção (transporte de carga) e a presença do Estado como empregador (direto e indireto) através do desempenho do comércio de artigos e do transporte urbano.

O desempenho do emprego nos serviços produtivos em Natal registrado pelos Censos Demográficos no período corrobora a situação antes explicitada para os setores da produção material. Sua taxa média, de 12,0%, se aproxima daquela de 14,8% exibida pela indústria de transformação, sendo a mais significativa dos quatro principais segmentos terciários. Assim, como seria de esperar, os empregos nos serviços tecno-profissionais, envolvendo engenheiros, agrônomos, economistas e profissionais similares evoluiu a 9,7% ao ano, enquanto o contingente de "serviços de apoio a produção e outros serviços pessoais" cresceu à notável taxa de 15,5%. Esse desempenho, no nosso entender, reflete tanto a demanda por serviços anteriormente existentes, estimulada pelo crescimento econômico e pela externalização de atividades que eram executadas pelas próprias empresas, quanto o surgimento de novos serviços, especializados, potencializados pela introdução das modernas tecnologias de informática e comunicações. Na realidade, expressa que as regiões periféricas foram muito contempladas na década na medida em que avançava o desenvolvimento industrial e econômico, do qual o Centro-Sul do país era (e ainda é) a maior expressão a nível nacional.

Completando o quadro, o emprego nas atividades financeiras e no setor imobiliário expandiu-se também a taxas bem elevadas. Neste particular, vale registrar que a maior taxa de crescimento do emprego terciário na década de 70 foi a da atividade de administração e comércio de imóveis, ratificando as observações já efetuadas no capítulo 3, da 2ª parte deste trabalho.

As taxas exibidas pelas atividades financeiras e, em particular, no setor imobiliário, se associadas a performance da construção civil na PEA Urbana refletem a natureza do gasto público na geração indireta de emprego. Tal gasto define-se pela implementação da infra-estrutura e na efetivação de uma organização espacial relativa a moradia. Esse processo permite a formação de periferia nas cidades, promovida pela especulação imobiliária e por planos de moradia popular. As formas de morar e

viver na cidade vão gradativamente ficando estratificadas acompanhando não só a lógica especulativa mas os padrões de bem morar referentes as várias camadas sociais. A valorização dos terrenos de praia, a criação de polos de lazer, as moradias para burguesia e classe média alta redefinem o espaço urbano caracterizando uma forma peculiar de modernização. Desde que esta acompanha a lógica especulativa não cria conseqüentemente a racionalidade no uso e ocupação do solo urbano. Há dessa forma um "moderno" que aparece não só nas estatísticas mas, também, nas obras de impacto que termina sobrepondo-se a investimentos infra-estruturais capazes de acompanhar as escalas de crescimento.

Com isso, no total da PEA terciária, o peso dos serviços produtivos, que era de 9,5% em 1970, passaria a 5,9% em 1980. No total da PEA urbana seu peso seria de 4,3% nesse último ano.

A evolução do emprego nos serviços sociais na década apresentou taxa de crescimento inferior a dos serviços produtivos, crescendo a uma taxa média de 9,4%, taxa essa, muito aproximada para todos os segmentos que compõem o setor. Em 1980, esse agregado ocupava 20,3% da PEA urbana, superando em muito o emprego doméstico, o conjunto dos serviços produtivos e dos serviços pessoais (excluído o emprego doméstico). Aliás, é bom registrar que em Natal os Serviços Sociais absorvem precisamente um quinto da PEA urbana e quase um terço da PEA terciária.

O exame da trajetória dos principais segmentos que compõem os Serviços Sociais revela que não houve mudança de rumo na composição que prevalecia no início da década. Tanto em 1970 como em 1980 a administração pública era responsável por aproximadamente, 36% da PEA desses serviços. Por outro lado, o ensino público absorve mais 31% nas duas datas censitárias. Somados ao segmento "serviços de saúde pública e previdência" resultam em, no mínimo, 83% desses empregos serem realizados diretamente pelo Estado.

É certo que a expansão dos Serviços Sociais, em parte, devem ser debitada à urbanização do período, acompanhada pelo que houve de enxugamento rural no estado e pelo avanço do assalariamento e da diferenciação social. Entretanto, chamamos atenção para o fato de que esse período representa, no Nordeste, um marco no processo de mudança nos padrões de dominação política, e tem um significado tão importante para o emprego urbano como tiveram as transformações da base produtiva^(*).

No Brasil, a partir do governo Médice, o Estado elabora o discurso da integração nacional e com ele introduz políticas de ação comunitária, com ênfase na "participação popular", ao mesmo tempo que incrementa medidas econômicas que favorece abertamente o capital. A implantação de mecanismos de controle dos setores da população cuja ativação parecia ameaçar a hegemonia dominante passam a fazer parte da Política Social do Estado. Na medida em que a repressão em sua forma mais violenta, não é capaz de conter o quadro da organização social, o Estado tem que lançar mão de mecanismos de controle dos setores populares e de aperfeiçoar seus

mecanismos corporativos (ANDRADE, 1989, p.3).

O discurso da integração nacional, com ênfase na "participação popular", no incremento do associativismo e no compromisso com as camadas populares, é a marca característica dos governos (em todos os níveis) no Nordeste que enfatizando exageradamente o adjetivo comunitário faz da ação estatal na região, uma ação comunitária. E com resultados e dimensões variadas têm um significado importante para a urbanização.

Na situação aqui descrita a expansão dos serviços sociais públicos assume forma peculiar à urbanização regional e continue sendo uma forma eficaz para a expansão do emprego público, tão caro às oligarquias dominantes, na medida em que atende as suas necessidades clientelísticas de legitimação, tanto no que diz respeito a oferta de serviços enquanto benesses, como no que diz respeito a oferta de emprego público na compra do voto, agora, urbano.

A PEA dos serviços pessoais cresceu no conjunto a uma taxa de 0,3% a.a., excluídos o serviço doméstico remunerado e os serviços de reparação. O segmento de maior peso, serviços de confecção e conservação do vestuário, responsável por 63% de seu contingente em 1970 tem sua participação reduzida à 41% em 1980, apresentando a menor taxa de crescimento do período.

Por outro lado, como prevalece no quadro desagregado de todos os segmentos do terciário (com exceção dos serviços sociais) as taxas de crescimento ao ano do período são as mais díspares. Registrou-se em "conservação e manutenção de Edifícios" a maior taxa de crescimento, apesar de sua pouca expressividade na PEA urbana - 0,5%, em 1980, o que ratifica as observações feitas anteriormente no que se refere a expansão imobiliária e a segregação do espaço urbano.

Assim, enquanto aumentaram de peso os serviços pessoais mais contemporâneos, cujo aparecimento e mobilidade deveriam, em princípio, decorrer da consolidação da sociedade urbano industrial e não de ações estatais clientelísticas e corporativísticas, ainda permanece significativa a participação de atividades mais tradicionais.

O sentido geral, modernizante das mudanças dos anos 70, no entanto, é preservado. Isso se verifica, por exemplo, pelo fato de que tanto o serviço doméstico remunerado, quanto o comércio ambulante, ambas categorias frequentemente utilizadas como indicadores de um terciário "inchado" apresentam reduzidas taxas de crescimento e tem sua participação reduzida na PEA-urbana de Natal. Sem embargo, ainda em 1980 esses dois setores empregavam um efetivo de 16.620 pessoas, cerca de 16,6% da PEA urbana (quase três vezes o equivalente nos serviços produtivos e mais do que o restante dos serviços pessoais), patamar muito elevado se comparado àquele característico da estrutura de emprego terciário em São Paulo (CANO & SEMEGHINI, 1990).

Os serviços de reparação mantiveram seu peso relativo na PEA terciária; constitui um agregado em que a maior parte das ocupações dizia respeito à reparação de veículos. Os serviços de segurança envolvem principalmente atividades de segurança nacional. Embora com participação declinante na PEA terciária, apresenta taxa de crescimento positiva, corroborando, (embora não mais decisivamente), para o emprego público direto. Entretanto, sua contribuição persiste na vida econômica da cidade, considerando que nos anos 70 as forças armadas sediadas em Natal melhoram o perfil dos empregos no sentido de uma maior qualificação, tendo em vista a substituição de objetivos militares de vigilância e ocupação territorial para atividades de treinamento profissional.

Ainda que as qualificações visualizadas pela distribuição setorial do emprego permitam diferenciar significativamente a estrutura ocupacional da capital, o resultado mais interessante, deste ponto de vista, é obtido a partir do exame da classificação sintetizadas das ocupações apresentada nas tabelas 66 e 67. Nelas as ocupações estão reunidas em 46 grupos ocupacionais. Para cada um destes grupos, definidos de forma a compatibilizar os distintos critérios adotados pelos censos de 1970 e 1980 são enumerados: a) na tabela 66, o número de trabalhadores, a taxa de crescimento, o peso no emprego urbano, a renda média em salários mínimos (de São Paulo) e o coeficiente de variação de renda; e b) na tabela 67, o percentual de empregados, o percentual de participação da mulher e, exclusivamente para 1980 o percentual de migrantes recentes e de contribuintes à previdência social⁴⁰. Vejamos algumas observações à respeito destas informações.

Nestas tabelas são muito reveladoras as formas pelas quais se dão as transformações recentes do Brasil urbano na periferia, tanto pela semelhança com os padrões mais avançados deste capitalismo tardio, como por suas diferenças. De início podemos constatar: a) uma maior presença feminina no mercado de trabalho, exceto para ocupações tradicionalmente reputada aos homens, como por exemplo, as da construção civil; e b) uma evolução da estrutura ocupacional no sentido do aumento da participação das ocupações não-manuais no conjunto do emprego. Esses são aspectos comuns à realidade da urbanização em todo país, sem exceção de Natal.

Uma análise de ocupações selecionadas auxilia a compreender melhor estas questões. Neste sentido, acatamos a sugestão de PACHECO (1989) sobre oito grupos ocupacionais escolhidos em função de sua representatividade para o emprego urbano, ou mesmo, das características a serem realçadas na avaliação das transformações em curso: administradores, gerentes e chefes; auxiliares de escritório; Secretários e datilógrafos; mecânicos e torneiros mecânicos; Serventes de pedreiro; Vendedores de jornais e ambulantes; lojistas e caixas; Emprego doméstico remunerado.

O grupo administradores, gerentes e chefes, representa

TABELA 64 - MUNICÍPIO DE NATAL - PEA NOS SERVIÇOS SOCIAIS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serv. comunitários e assistenciais	397	1000	0,5	0,7	11,5
Serv. de saúde pública e previdência	1797	4458	2,6	3,2	9,5
Saúde particular	719	1552	1,0	1,1	8,0
Ensino público	3555	8092	5,2	8,7	9,8
Ensino particular	917	1794	1,3	1,3	6,9
Adm. Pública	4004	10040	6,0	7,3	9,6
TOTAL	11329	27934	16,6	20,3	9,4

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 65 - MUNICÍPIO DE NATAL - PEA NOS SERVIÇOS PESSOAIS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serviços de hotelaria e alojamento	216	943	0,3	0,7	15,9
Serviços de higiene pessoal e alimentação	1378	3582	2,0	2,6	10,0
Serviços de confecção e conservação de vest.	3821	4573	5,6	3,4	2,0
Serviços de conserva- ção de edifícios	69	676	0,1	0,5	26,8
Serviços de esporte, cultura, diversão, rá- dio e TV	531	1198	0,8	0,8	8,5
TOTAL	6009	11072	8,8	8,0	6,3
Emprego doméstico	9316	13300	13,7	9,7	3,6

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 86 - MUNICIPIO DE NATAL - ESTRUTURA OCUPACIONAL 1970/1980

OCUPAÇÃO	Nº DE TRAB.		TAXA CRESC. TRAB.	EST. OCUPAC. RENDA MEDIA (Z)				C.V. RENDA	
	1970	1980		1970	1980	1970	1980	1970	1980
PROPRIETARIOS	4997	7542	5,6	5,9	3,5	7,0	1,37	2,09	
ADMINISTRADORES, SERVIDORES E CHEFES	1610	7222	17,1	4,9	4,9	6,9	0,91	1,24	
AUXILIARES DE SERVIÇOS	4722	10780	10,6	7,1	1,7	2,2	0,30	1,33	
SUPERVISORES DE ATIVIDADES DE NATUREZA ESPECIFICA	515	1541	10,0	1,0	3,9	5,1	0,73	0,93	
ENGENHEIROS E ARQUITETOS	59	545	10,8	0,4	19,8	15,9	0,21	0,55	
OCUPAÇÕES AUXILIARES DE ENGENHARIA E AGRICULTURA	123	575	10,2	0,8	2,1	3,4	0,20	0,77	
MEDICOS, DENTISTAS E ENGENHEIROS DOUTRADOS	281	1097	10,7	0,6	5,4	12,3	0,20	0,77	
GRUPOS DE AUXILIARES DE SAO DE SAO	1050	2237	5,0	1,5	1,3	1,8	0,30	0,70	
PROFESSORES PRIMARIOS E INSPETORES DE SAO	2325	4935	4,8	2,2	4,3	2,3	0,22	0,52	
PROFESSORES SECUNDARIOS E SUPERIORES	1007	2333	11,4	1,5	4,3	5,0	1,20	0,88	
SCONOMISTAS E CONTADORES - NIVEL SUPERIOR	84	202	16,0	0,2	7,6	10,5	0,45	0,55	
TECNICOS DE CONTAABILIDADE - NIVEL MEDIO	310	1031	12,8	0,5	4,3	4,6	0,51	0,74	
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL SUPERIOR	510	1138	8,4	0,9	7,2	11,6	0,58	0,74	
OUTRAS OCUPACOES TECNICAS E CIENTIFICAS DE NIVEL MEDIO	652	1191	5,7	1,0	1,9	3,0	1,00	1,48	
TRAFICANTES E TECNICOS ESPECIALIZADOS	44	129	11,4	0,1	1,5	4,0	0,78	0,91	
QUEROZINTEIROS QUANTIFICADORES DO SECTOR PRIMARIO	0	20	0,0	0,0	0,0	14,0	0,00	0,30	
TRABALHADORES DE PROPECUARIA E EXCULTIVA VERDE	1785	1895	-0,8	2,7	0,7	1,9	1,09	1,26	
TRABALHADORES MECANICOS	57	127	8,2	0,1	1,8	2,5	0,25	0,41	
MECANICOS SEM ESPECIALIZACAO	439	950	6,0	0,7	1,5	2,5	0,33	0,78	
OPERARIOS DE INDUSTRIA MANUFATURADORA	318	788	9,5	0,5	1,4	1,8	0,32	0,63	
OPERARIOS DE INDUSTRIA TEXTIL	100	1139	27,9	0,1	0,9	1,1	0,48	0,50	
ALTADEOS E COOPERAIOS	2001	7019	12,4	3,0	0,7	1,0	0,78	0,89	
OUTRAS OCUPACOES DE INDUSTRIA DE VESTUARIOS E CALÇADOS	482	975	12,2	0,4	0,8	1,0	0,54	0,70	
MARCELADES E SARTIÇOS	1192	2110	10,5	1,8	1,1	1,7	0,76	0,72	
ELECTRICISTAS E RADIOTECNICOS	500	1527	12,2	2,4	1,4	2,4	0,43	0,62	
EXERCITANTES E EMPREGADOS	244	771	9,7	0,0	3,1	5,0	1,08	0,78	
DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	32	679	9,4	0,0	1,0	1,6	0,79	0,88	
OUTRAS OCUPACOES DE INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1295	3178	9,4	1,9	1,0	1,9	0,47	0,49	
PADELEIROS	2688	5081	6,6	3,8	0,6	0,9	0,57	0,49	
SERVICOES DE PORTAIS	2083	2561	5,5	3,1	0,6	0,9	0,47	0,49	
OCUPACOES DE INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	1299	2394	6,0	1,9	1,2	2,0	1,25	0,83	
VENDEDORES DE JORNALIS E AMBULANTES	2388	4782	4,3	4,4	1,6	1,6	0,28	1,24	
LOJISTAS E CALÇADOS	3590	7481	7,4	6,5	1,0	1,8	0,81	1,00	
OUTRAS OCUPACOES DO COMERCIO	450	869	6,0	0,7	3,6	6,8	0,87	1,00	
RADELEIROS	2226	5742	7,4	4,2	1,5	2,5	0,88	0,85	
OUTRAS OCUPACOES DE TRANSPORTES E COMUNICACOES	1368	2146	3,7	2,2	1,6	2,5	0,73	1,04	
OPERARIOS DE REPARACAO DE VEICULOS	1975	2560	3,3	2,1	1,3	1,3	0,91	1,00	
OPERARIOS E COLABORADORES	681	2477	13,6	1,9	0,7	1,3	0,77	0,79	
EMPRESAS COMERCIAIS	8900	1857	3,9	13,3	0,2	0,4	0,56	0,86	
OCUPACOES DO SERVICO DE NIVEL SUPERIOR	2010	3471	1,4	4,5	0,5	0,8	0,92	1,23	
PORTAIS, VIAGENS, AGENCIAS E SERVIÇOS	3227	8344	10,0	4,8	0,3	1,2	0,68	0,74	
OCUPACOES DE OUTRAS AGENCIAS E SEGURANCA PUBLICA	5625	4885	-1,4	8,4	2,4	2,9	1,08	1,08	
OPERARIOS DE MAQUINAS (EXCETO COMERCIO CIVIL)	184	1305	23,0	0,2	1,0	1,3	0,75	0,82	
TRABALHADORES DE SAO SEM ESPECIALIZACAO	59	1564	6,2	1,3	0,8	0,5	0,44	0,52	
OUTRAS OCUPACOES N.D.A.	2583	7344	11,4	3,3	1,8	2,3	0,44	1,44	
N.D.A.	1224	332	-10,4	1,8	0,0	0,5	5,50	0,63	
TOTAL SEM PROPRIETARIOS	71201	12882	-7,0	-	-	-	-	-	
TOTAL	60864	13240	-	-	-	-	-	-	

FORNE: TRABALHADORES ESPECIAIS DOS CENSOES DEMOGRAFICOS DE 1970-1980

(1) Participação no total das ocupações exclusivas proprietários

(2) Renda média em salários mínimos de São Paulo

TABELA 57 - MUNICÍPIO DE MATAL - ESTRUTURA OCUPACIONAL - 1970/1980

OCUPAÇÃO	% EMPREGADOS		MIGRANTES	% PART. DA MULHER	
	1970	1980		1970	1980
Proprietários	18,3	18,0	18,0	20,0	78,0
Administradores, gerentes e chefes	100,0	99,0	18,5	22,1	97,1
Auxiliares de escritório	99,7	98,4	21,1	47,5	98,0
Profissionais de natureza específica	100,0	100,0	20,4	7,8	98,0
Engenheiros e arquitetos	83,8	82,8	27,7	0,0	99,1
Engenheiros auxiliares de engenharia e arquitetura	88,7	85,8	19,1	0,0	99,5
Médicos, dentistas e enfermeiros diplomados	76,0	80,0	22,5	33,1	83,0
Ocupações auxiliares de áreas de saúde	99,0	99,1	74,5	55,7	95,0
Professores primários e professores de ensino	81,0	84,1	22,0	91,5	89,5
Professores secundários e superiores	87,1	88,0	20,8	42,2	87,0
Economistas e contadores - nível superior	93,8	93,8	13,1	42,8	98,0
Técnicos de contabilidade - nível médio	24,3	22,9	15,2	42,5	98,4
Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior	87,3	82,1	22,1	28,8	97,1
Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio	78,5	78,2	21,3	18,5	75,5
Técnicos e técnicos agrícolas	100,0	100,0	41,1	0,0	93,7
Outros trabalhadores qualificados do setor primário	0,0	0,0	16,7	0,0	79,3
Trabalhadores da agropecuária e extrativa vegetal	29,9	27,7	32,4	1,3	54,1
Formadores técnicos	86,0	82,9	32,1	0,0	72,0
Mecânicos sem especialização	81,8	88,8	33,8	0,0	88,0
Ocupações de indústria metal-mecânica	78,0	78,0	27,8	0,0	88,0
Ocupações de indústria têxtil	82,0	85,4	30,0	7,0	84,0
Alfaiates e costureiras	47,1	72,2	28,2	99,4	81,4
Outras ocupações da indústria de vestuário e calçados	27,0	47,3	16,2	8,8	98,2
Mecânicas e carpinteiras	64,3	68,9	26,2	0,0	89,4
Eletricistas e radiotelegrafistas	88,0	88,7	28,0	0,0	89,6
Expedientes e embaladores	100,0	100,0	40,6	64,2	88,5
Da indústria de transformação	100,0	100,0	12,8	19,7	99,8
Outras ocupações de indústria de transformação	87,3	88,7	22,5	2,4	74,6
Produtoras	87,0	87,0	22,0	0,0	88,0
Serventos de padarias	89,6	89,9	34,2	0,0	87,5
Ocupações de indústria da construção	89,6	89,9	34,2	0,0	70,1
Condutores de jornais e ambulantes	18,5	12,5	20,8	18,7	87,3
Lojistas e caixas	87,4	87,3	28,8	4,4	80,6
Outras ocupações do comércio	82,0	88,2	30,8	5,5	80,6
Motociclistas	83,8	78,0	21,8	0,1	80,1
Outras ocupações dos transportes e comunicações	80,0	84,1	30,5	11,8	80,0
Ocupações de reparação de veículos	89,3	87,3	20,8	0,0	80,0
Carros e ciclomotivos	93,4	97,8	22,4	4,0	70,0
Empresas domésticas	100,0	98,5	50,7	59,1	88,8
Ocupações de serviço de higiene pessoal	14,2	24,1	14,8	50,3	81,7
Parqueiros, vigias, assessores e serventes	89,3	89,6	24,1	18,0	81,6
Ocupações de serviços nacionais e segurança pública	100,0	100,0	39,5	0,1	49,8
Operadores de máquinas (exceto operadores civis)	100,0	100,0	31,8	8,8	97,2
Trabalhadores brancos sem especialização	78,5	72,3	24,0	0,0	88,2
Outras ocupações M.P.C.	88,0	87,3	29,7	21,7	79,0
N.D.A.	0,8	0,0	44,0	0,0	88,0
TOTAL	75,2	81,7	28,5	38,5	73,8

Fonte: Tabela Especial das Censos Demográficos 1970 e 1980.

(*) Percentual de trabalhadores com menos de 5 anos de escolaridade no município.

um conjunto de ocupações não manuais, embora heterogêneo. Amplia consideravelmente sua participação no conjunto do emprego, apresentando uma alta taxa de crescimento de trabalhadores dentre as ocupações selecionadas. Entretanto, sua renda média de 6,8 salários mínimos em 1980 não acompanha comportamento similar àquele descrito para as ocupações urbanas qualificadas: engenheiros e arquitetos (15,5); médicos, dentistas e enfermeiros diplomados (17,8); economistas e contadores de nível superior (10,5); e, outras ocupações técnicas e científicas de nível superior (11,6). Isso se deve em parte ao fato de que só a administração pública recruta 25% do total dessa ocupação: o ensino público 10%; os serviços de saúde pública 6,3%; perfazendo 41,5%. Por outro lado, os índices de utilização do grupo ocupacional pela indústria de transformação além de serem muito baixos (14,6%), sugerem pelo nível de renda a sua natureza pouco dinâmica. Além da indústria de transformação, o comércio de artigos emprega 11,4% do grupo ocupacional. Chama a atenção, ainda, os índices apresentados pela participação da mulher, de 35,9% em 1980 e pelo baixo índice de migrantes recentes, demonstrando a utilização de mão-de-obra local.

A situação do grupo auxiliares de escritório, secretários e datilógrafos apresenta pontos em comum com o primeiro. Aqui, também, está expresso um contingente amplo das ocupações urbanas não-manuais, com a ligeira diferença que tratam-se de segmentos de renda em média muito baixa e inferior às encontradas para Administradores, gerentes e chefes. Como na situação anterior a mão-de-obra é local e, neste grupo, acentuadamente feminina - 59,9%. Mais uma vez o Estado se sobressai como empregador em 1980. A administração, o ensino e a saúde pública empregam juntos 32,4% dos auxiliares de escritório: segue-se em importância, a indústria de transformação com 11,7% e os serviços de crédito, capitalização e comércio de valores com 9,8%.

O terceiro conjunto de ocupações reúne mecânicos e torneiros mecânicos 44,9% alocados na indústria de transformação; e 25,2% nos serviços de reparação. Evidentemente estes números indicam a incipiência da indústria metal-mecânica instalada no RN. A renda média de 2,8 salários mínimos também sugere o grau de industrialização do município de Natal. Como se trata de uma categoria ocupacional da indústria especializada apresenta um percentual de migrantes recentes de 33,1% em 1980.

O grupo serventes de pedreiros envolve uma ocupação tipicamente relacionada à recepção de migrantes dentro do mercado de trabalho. No caso específico de Natal o percentual de migrantes foi de 34,2% neste grupo. Se compararmos com outras ocupações típicas da migração interna como empregadas domésticas (50,7%); expedidores e embaladores (40,6%); e pedreiros (26,8%) percebe-se que seu movimento apresenta-se mais como resultado do ritmo de crescimento do setor de construção, (que como sabemos manteve sua participação na PEA Urbana de 1980, apresentando taxa de crescimento de trabalhadores no período, de 9,1% a.a.) de que como uma categoria de emprego residual. Assim, o desempenho do setor

associado ao percentual de migrantes completa a idéia de que a construção civil não sofre grandes pressões por emprego residual no período.

O quinto grupo selecionado envolve ocupações tipicamente listadas como constituindo parte do setor "informal". Refletem, na realidade, formas de organização do trabalho onde é baixíssima a presença do assalariamento. Esta dimensão específica da ocupação torna sua análise muito importante para comprovar (ou não) hipóteses de maior informalização das estruturas ocupacionais em cidades de estados periféricos. Observa-se que exatamente para o grupo "vendedores de jornais e ambulantes" não há um padrão de comportamento que derive alguma lógica de expansão dessas ocupações pelo conjunto do emprego urbano. De um lado cai a participação percentual dessas ocupações no total do emprego de 4,2% em 1970 para 3,4% em 1980, e não há qualquer relação evidente entre as migrações e o crescimento da ocupação. Per essa avaliação não sustentam-se aqui quaisquer hipóteses sobre informalização dessas estruturas ocupacionais.

Entretanto os dados relativos a renda, a contribuição previdenciária e a posição na ocupação apresentam-se contraditórios e aparentemente na direção de corroborar o raciocínio oposto. Há entre as duas datas censitárias uma variação mínima no que se refere a posição na ocupação, com reduzida participação do percentual de empregados e elevada percentagem de conta-própria em 1980: 84,8%. Mesmo assim, os níveis de contribuição à previdência social em 1980 (38,6%) aproximam-se daqueles apresentados por grupos ocupacionais considerados "formais", como por exemplo outras ocupações da indústria de vestuário e calçados (36,2%); ocupações do serviço de higiene pessoal (31,7%) e até de ocupações do setor público como de Defesa Nacional e Segurança Pública (49,85%).

A análise se torna mais complicada pela observação dos dados de renda. A renda média do grupo, menor que um salário mínimo em 1970, ultrapassa esse limite em 1980 - 1,6 salários mínimos. Mais significativo ainda, é o coeficiente da variação dessa renda tanto em 1970 como em 1980, apresentando coeficientes similares ao de atividades definidoras do emprego urbano, como por exemplo, as ocupações não manuais qualificadas.

Foge ao âmbito deste trabalho uma discussão de maior envergadura sobre essa "massa cinzenta" (SOUZA, 1980, p. 32). É interessante, porém, reter as observações de Paulo Renato SOUZA sobre as formas de ajustamento das rendas nestes segmentos de "pequenos vendedores de serviços". Neles "a entrada de novos produtores - é mais livre (...) e com maior razão a renda média é a variável de ajuste entre um mercado dado (grifos do autor) (...) e o número de pessoas que busca a sobrevivência nessa forma" (SOUZA, 1980, p. 34).

Parece-nos que em uma organização social como a aqui estudada o excedente de força de trabalho pode pressionar no sentido de que o mesmo tamanho do mercado seja disputado por um

número variável de "produtores" com o correspondente ajuste na renda média dos ocupados. Diferentemente do que seria de esperar em uma realidade onde predominam as formas especificamente capitalistas, em Natal, o "biscateiro", os "vendedores ambulantes", os "engraxates" os "pastoradores de automóveis" podem até ter uma "reserva de mercado" peculiar. Desfrutam de defesas pelo lado dos equipamentos que utilizam doados pela prefeitura ou por políticos em busca de votos, adquirem seus "pontos" de trabalho por concessões pessoais arranjados por políticos e até por vista grossa de fiscais ou da polícia, cooptados por uma ínfima "bola". Enfim, há uma concorrência desleal entre o comércio de artigos e o comércio ambulante, constantemente denunciada pelas entidades representativas do comércio perante a sociedade e através das injunções desses organismos de classe junto às autoridades constituídas. Diferentemente, de São Paulo, por exemplo, os artigos do comércio ambulante em Natal tem os mesmos preços oferecidos pelo comércio de "portas abertas". Além de contarem com o apoio de autoridades públicas, tem a seu favor a aliança do comércio atacadista que na ganância do lucro fácil e rápido colabora na entrega de mercadorias em consignação ou mediante pagamento por meio de cheques-pré-datados - aliás, prática muito difundida no comércio em geral da cidade.

Portanto, como diz Paulo Renato, a visão de que o setor informal poderia expandir-se porque é 'eficiente' em algumas atividades seria, no mínimo, ingênua. A visão alternativa que lhe pareceu mais correta foi conceber essas atividades "como formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial 'junto' com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados (grifos do autor) pela expansão do sistema hegemônico. Esclarece, entretanto, que logicamente "o que está determinado é o espaço econômico do setor informal, não sua dimensão ocupacional. Esclarecemos nós, que em Natal, mais do que no RN, "a expansão do sistema hegemônico" é dada e/ou garantida de fora, razão porque os espaços são criados, destruídos e recriados fora do controle econômico local. Esta é a razão da "interferência" do poder político.

O sexto grupo selecionado agrega lojistas e caixas, concentrados sobretudo no comércio de mercadorias: 77,1% em 1970 e 66,8% em 1980. Embora seu desempenho demonstre uma redução de sua importância no conjunto das ocupações e uma taxa de crescimento de trabalhadores mediana percebe-se haver melhorado seu perfil na medida em que emprega mais mulheres - 37,2% em 1980; eleva a renda-média de 1,0 sm para 1,8 sm e apresenta 80,6% de contribuintes à previdência.

A última das ocupações é o emprego doméstico que reflete uma trajetória de lento crescimento, mas que assume um papel muito significativo no conjunto do emprego urbano, particularmente o feminino. É importante salientar que se a ocupação responde por apenas 4,4% dos novos empregos gerados na década, ainda representa, em 1980, 9,3% do emprego urbano de Natal, número superior a ocupações típicas do comércio de artigos como lojistas

e caixas ou de ocupações não manuais como auxiliares de escritório.

O emprego doméstico associado ao grupo ocupacional alfaiates e costureiras define o emprego feminino como uma marca do período. Esse último grupo tem em 1980 um percentual de 97% de mulheres e de seu conjunto cerca de 70% é mão-de-obra assalariada da indústria de transformação (do vestuário). Como já afirmamos antes as "madames" em Natal sofreram a concorrência desse ramo industrial. Esta é uma das razões, por exemplo, do emprego doméstico haver aumentado a sua renda média em 1980 e mantido nesta data coeficiente de variação de renda exatamente igual ao de 1970. Por fim, não deixa de ser pertinente registrar que neste grupo se encontra a maior participação de migrantes em 1980, de 50,7%; e, lógico, o menor percentual em relação a contribuição previdenciária (25%).

2.3. Mossoró: Breve Análise Regional

As observações que faremos sobre Mossoró tem a finalidade de detectar as alterações da estrutura ocupacional do município enquanto "pólo" regional e, por conseguinte, com estrutura de emprego urbano ainda mais aproximada à realidade estadual. Nesse sentido, a análise regional auxiliará no entendimento da especificidade da urbanização em Natal.

Um primeiro ponto é o da dimensão do contingente existente no meio rural do município. Os dados da PEA mostram não só a reduzida importância que tem o contingente ocupado na agricultura, que em 1980 utilizava somente 16,8% da força de trabalho municipal, como as mudanças que vêm ocorrendo na composição da população economicamente ativa (PEA), no sentido de uma participação cada vez maior do emprego urbano: entre 1970 e 1980 a PEA agrícola apresentou taxa de crescimento negativa de emprego de -1%. Conseqüentemente, estes dados sugerem modificações significativas na estrutura do emprego urbano.

A leitura da tabela 6B permite verificar a composição setorial do emprego urbano em Mossoró em 1970 e 1980, como também averiguar a participação de cada setor ou ramos de atividade para os empregos gerados no decorrer da década. A estruturação dos dados segue a mesma orientação teórico-metodológica proposta para Natal.

Inicialmente, destaca-se que os setores secundário e terciário dobraram seus valores absolutos durante a década. Estes números chamam a atenção para diferenças macrosetoriais importantes, sendo necessário desagregá-los para aprofundar a análise regional.

No setor secundário os maiores percentuais dizem

respeito a indústria de transformação: 18,0% da PEA urbana em 1980 e 23,0% dos novos empregos criados na década. A construção civil mantém sua participação em termos percentuais nas duas datas censitárias dobrando em termos absolutos sua participação no emprego. A indústria extrativa mineral decresce em oito pontos percentuais sua participação na PEA urbana entre 1970 e 1980 e apresenta números (absolutos e relativos) negativos para a geração de novos empregos no período. Este descenso pode ser atribuído ao fato de que a mecanização das salinas fora iniciada em fins dos anos 60 e completada na primeira metade dos anos 70.

A observação da tabela 69 permite visualizar a composição setorial da PEA terciária do município de Mossoró, em 1970 e 1980, bem como as principais mudanças que ocorreram no emprego urbano durante a década. Destaca-se que os serviços distributivos, produtivos, pessoais e sociais - mais expressivos do desenvolvimento econômico e urbano - aumentaram sua ponderação relativa na estrutura do terciário, de 68,5% em 1970 para 75,6% em 1980, enquanto que os demais (com exceção dos serviços de reparação e serviços de segurança) tiveram sua participação reduzida; aqueles quatro agregados, cresceram à taxa média de 9,5% superior à do conjunto do terciário, e também à do total da PEA urbana.

Os serviços distributivos, sozinhos, respondiam por 38,9% da PEA terciária de Mossoró em 1970, e 32,5% em 1980. Sua taxa de crescimento, 5,5% ao ano, foi inferior a da PEA terciária. O segmento "comércio de artigos pessoais e domiciliares" que alocava em 1970 metade do emprego nos serviços distributivos teve sua participação ampliada para cerca de 60% em 1980. Este dado sugere mais a extensão e proliferação do pequeno comércio de "portas abertas" do que propriamente sua modernização. Mesmo assim, em certos ramos, o comércio de artigos apresentou um desempenho que reflete a introdução de transformações modernizantes e de maior produtividade da agricultura ou mesmo da indústria. O ramo de "comércio de veículos, máquinas e lubrificantes" (embora numericamente inexpressivo) foi o que cresceu mais no período (25,2% a.a.).

Embora Mossoró, historicamente, fosse uma praça distribuidora da produção regional, sua população dependia da praça de Fortaleza para a aquisição de automóveis, móveis, eletrodomésticos e outros artigos. Nos anos 70 o comércio desses artigos adquiriu novo porte com a chegada dos supermercados (o primeiro deles foi o Nordestão em 1975), das lojas de eletrodomésticos e, posteriormente, dos magazines (Riachuelo, em 1983).

O setor de transportes é o segundo em expressão dentro dos serviços distributivos. Entre 1970 e 1980, em Mossoró a taxa de crescimento dos transportes rodoviários e urbanos foi muito modesta (3,9%) e a de "outros transportes e armazenagem" teve queda de (-5,7%), mais acentuada que a de Natal (-1,8%). Em resumo, o emprego nos serviços distributivos ainda se constitui como a maior parcela do emprego terciário em Mossoró. Em 1980

TABELA 68 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO - 1970/1980

SETORES DE ATIVIDADE	MOSSORÓ					
	1970		1980		ACRÉSCIMO 70 - 80	
	PEA	%	PEA	%	PEA	%
Ind. Extrativa Mineral	1830	11,3	1088	3,3	-741	-4,5
Ind. Transformação	2045	12,6	5773	18,0	3728	23,1
Ind. Construção Civil	1816	11,2	3809	11,7	1993	12,3
Serv. Ind. Utilidade Pública	43	0,2	257	0,8	214	1,3
Comércio	2768	17,1	6023	18,6	3255	20,2
Transportes	1780	11,0	1827	5,6	47	0,3
Comunicações	75	0,6	125	0,4	50	0,3
Outros Serviços	5836	36,0	13428	41,6	7592	47,0
TOTAL SECUNDÁRIO	5734	35,3	10328	33,8	5194	32,2
TOTAL TERCIÁRIO	10459	64,7	21403	66,2	10944	67,8
TOTAL PEA URBANA	16193	100,0	32331	100,0	16138	100,0
TOTAL DA PEA	23692	-	38863	-	15161	-

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos 1970 e 1980

TABELA 89 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - ESTRUTURA DA PEA NO SETOR TERCIÁRIO - 1970/1980

CATEGORIAS DO SETOR TERCIÁRIO	1970			1980			TX CRESCIMENTO 70-80	EMPREGOS GERADOS		
	PEA	% SOBRE TERCIÁRIO	% SOBRE PEA URB	PEA	% SOBRE TERCIÁRIO	% SOBRE PEA URB		PEA	% SOBRE TERCIÁRIO	% SOBRE PEA URB
Serviços distributivos	4073	38,9	25,1	8952	32,5	21,5	5,5	2879	28,4	17,8
Serviços produtivos	315	3,1	1,9	850	3,8	2,6	10,4	535	4,9	3,2
Serviços pessoais	1182	11,3	7,3	2729	12,8	8,4	8,7	1547	14,1	8,6
Serviços sociais	1593	15,2	9,8	5673	26,5	17,5	13,5	4080	37,3	25,4
Serviços de reparação	437	4,2	2,7	986	4,7	3,1	8,6	559	5,1	3,4
Serviços de segurança	201	1,9	1,2	549	2,6	1,7	10,5	348	3,1	2,1
Comércio ambulante	550	5,3	3,4	1023	4,8	3,2	8,4	473	4,3	2,9
Serv. doméstico remunerado	1162	11,1	7,2	2115	9,9	6,5	6,2	953	8,7	5,9
Outros serviços	946	9,0	5,8	516	2,4	1,6	-5,8	-430	-3,8	-2,6
Total setor terciário	10459	100,0	64,8	21403	100,0	66,2	7,4	10944	100,0	67,8
Indústria de transformação	3875	-	23,9	5862	-	21,2	5,8	2987	-	18,5
Total da PEA urbana	16193	-	100,0	32331	-	100,0	7,2	16138	-	100,0

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

detinha um terço da PEA terciária e cerca de um quinto da PEA urbana.

O desempenho dos serviços produtivos em Mossoró ratifica a situação antes descrita. Pela tabela 71 visualiza-se modificações ocorridas nos segmentos que compõem o setor, de 1970 para 1980 no que diz respeito a participação na PEA urbana. Os que apresentaram melhor desempenho foram os "serviços de apoio à produção e serviços pessoais" com taxa de crescimento de 12% ao ano e a administração e o comércio de imóveis com 16,2% ao ano. As taxas de crescimento apresentadas pela "administração e comércio de imóveis", se associados ao comportamento da construção civil (tabela 58) refletem, como em Natal, a natureza do gasto público na geração indireta de emprego. Desse modo, o peso dos serviços produtivos que era de 3,1% em 1970 passa para 3,8% da PEA-terciária de 1980.

A evolução do emprego nos serviços sociais representou a maior taxa de crescimento do emprego urbano - 13,5% - superando em mais de duas vezes a do serviço doméstico remunerado e a do comércio ambulante. Esse agregado que representou 9,8% da PEA urbana em 1970 salta para 17,5% em 1980. O exame da trajetória dos segmentos que compõem os "serviços sociais" revela uma grande mudança de rumo na composição que prevaleceu no início da década, com especial destaque para o "ensino público" que amplia em duas vezes e meia sua participação na PEA-urbana entre uma e outra data censitária. No nosso entender a expansão do emprego público em Mossoró, concentrada no "ensino público" revela, mais uma vez, a eficácia das oligarquias locais em atender as suas necessidades clientelísticas e de legitimação política. Ali, diferentemente de Natal, a administração pública não se constitui o segmento mais propício à oferta de emprego.

Em cidades do interior do Nordeste a aquisição de verbas para ampliação da rede geral de ensino transforma a luta contra o analfabetismo em oferta de serviços enquanto benesses e em emprego com fins eleitorais. É comum os políticos exibirem quantas salas de aula construíram, quantos professores foram contratados, e o volume de recursos adquiridos para a merenda escolar, durante seu mandato. E ao mesmo tempo que "preenchem" as necessidades da população, beneficiam aqueles que economicamente lhes dão sustentação política: construtoras, empreiteiras, comerciantes, etc. Assim, é que no Nordeste as velhas oligarquias, agora representadas por "jovens herdeiros" (que assumem o poder na década de 1970), elaboram um discurso populista mais moderno, e conseguem legitimar o seu poder. Vale ressaltar, porém, que a esse processo, correspondeu um outro, no espaço da sociedade política - a modernização do aparato institucional do Estado, que inclusive tornou possível alguns avanços da sociedade civil. Mesmo que a qualidade do ensino público seja altamente questionável, sem dúvida esta ação interiorizada do Estado provocou nele modificações profundas.

Por outro lado, o desempenho apresentado pelos serviços sociais na década deve ser debitado somente a ação interiorizada

do Estado. Apesar da insignificância dos números, todos os segmentos que compõem os serviços sociais cresceram no período (tabela 72). E isto, em parte, deve ser debitado à urbanização, acompanhada pelo que houve de enxugamento rural na região de Mossoró e pelo avanço do assalariamento e da diferenciação social.

A PEA nos serviços pessoais cresceu no conjunto do emprego terciário a uma taxa anual de 8,7% excluídos o serviço doméstico remunerado e os serviços de reparação. O serviço de maior peso é o de "confecção e reparação do vestuário", responsável por 61% do seu contingente em 1970; em 1980, reduz sua participação para 48,6%, apresentando uma taxa de crescimento no período de 6,5% a.a.. Registrou-se nos "serviços de esporte, cultura, diversão, rádio e TV" a maior taxa de crescimento no emprego nos "serviços pessoais", apesar de sua pouca expressividade no emprego urbano: 0,8% em 1980. Isso reflete que a urbanização da periferia foi acompanhada de modificações significativas do que poderíamos chamar de "indústria" cultural.

É verdade que o sentido geral modernizante das mudanças dos anos 70, também é preservado em Mossoró, seja via incentivo dos setores produtivos, seja pela cooptação dos governos locais. A análise pelos dados desagregados revela, porém, de forma acentuada, que esse caráter modernizante deve-se em grande medida a atuação do Estado na região. Acreditamos que a superposição dessas informações ao nível das ocupações selecionadas facilitará o entendimento da estrutura ocupacional urbana em Mossoró.

Apresentamos nas tabelas 74 e 75 o resultado da classificação sintetizada das ocupações para Mossoró. Faremos uma interpretação pormenorizada dos sete grupos ocupacionais mais representativos do emprego urbano por considerarmos que a análise dessas ocupações, auxilia a compreender ao mesmo tempo a especificidade do emprego urbano em Natal e em Mossoró.

O grupo administradores, gerentes e chefes, que representa um conjunto de ocupações não normais, embora heterogêneo, tem um comportamento similar àquele descrito para as ocupações urbanas qualificadas. Amplia sua participação no conjunto do emprego apresentando as taxas mais altas de crescimento dentre as ocupações selecionadas, apesar de em termos absolutos empregar somente 848 pessoas em 1980. A renda média de 5,1 salários mínimos em 1980 é inferior aquela apresentada para outras ocupações não manuais qualificadas: engenheiros e arquitetos (11,9); médicos, dentistas e enfermeiros diplomados (12,0); economistas e contadores de nível superior (5,8), e, outras ocupações técnicas e científicas de nível superior (9,0). Por outro lado, para Mossoró quase não há diferença na remuneração média, com referência à média do grupo paga no município de Natal. Esses valores são de 5,9 salários mínimos em 1980 para Natal e 5,1 para Mossoró. Diferentemente de Natal, há uma melhor distribuição entre os setores público e privado no recrutamento de administradores, gerentes e chefes: administração pública (8,4); ensino público (13,1); serviços de saúde pública (3,8); perfazendo 25,3%. Em Natal essa última percentagem é de 41,5%. Por outro

TABELA 70 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - PEA NOS SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Comércio de artigos pessoais e domiciliares	2070	4088	12,8	12,6	7,0
Comércio de veículos, máquinas e lubrificantes	89	840	0,5	2,6	25,2
Comércio de matérias-primas e ativos auxiliares do comércio	59	92	0,4	0,3	4,5
Transportes rodoviários e urbanos	923	1350	5,7	4,2	3,9
Outros transportes e armazenagem	857	477	5,3	1,5	-5,7
Comunicações	75	125	0,5	0,4	5,2
TOTAL	4073	8952	25,1	21,5	5,5

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 71 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - PEA NOS SERVIÇOS PRODUTIVOS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serviços tecno-profissionais	76	187	0,5	0,6	9,4
Serv. de apoio a produção e serv. pessoais	83	258	0,5	0,7	12,0
Serv. de cré. capitalizado e com. valores	150	378	0,9	1,2	9,7
Administração e comércio de imóveis	06	27	0,0	0,1	16,2
TOTAL	315	850	1,9	2,6	10,4

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 72 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - PEA NOS SERVIÇOS SOCIAIS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serv. comunitários e assistenciais	20	268	0,1	0,8	29,6
Serv. de saúde pública e previdência	120	430	0,7	1,3	13,6
Saúde particular	97	458	0,6	1,4	16,8
Ensino público	667	3035	4,1	9,4	16,4
Ensino particular	113	560	0,7	1,7	17,4
Adm. Pública	576	922	3,6	2,9	4,8
TOTAL	1593	5673	9,8	17,5	13,5

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 73 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - PEA NOS SERVIÇOS PESSOAIS - 1970/1980

SETORES	PEA		PARTICIPAÇÃO NA PEA URBANA		TX. CRESCIMENTO 70/80 (% a.a.)
	1970	1980	1970	1980	
Serviços de hotelaria e alojamento	19	172	0,1	0,5	24,6
Serviços de higiene pessoal e alimentação	382	844	2,4	2,9	9,5
Serviços de confecção e conservação de vest.	708	1327	4,4	4,1	6,5
Serviços de conserva- ção de edifícios	0	39	0,0	0,1	0,0
Serviços de esporte, cultura, diversão, rá- dio e TV	73	247	0,6	0,8	13,0
TOTAL	1182	2729	7,3	8,4	8,7
Emprego doméstico	1182	2115	7,2	6,5	6,2

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980

TABELA 74 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - ESTRUTURA OCUPACIONAL 1970/1980

OCUPAÇÃO	Nº DE TRAB.		TAXA CRESC. TRAB.	EST. OCUPAC. (1)		RENDA MÉDIA (R²)		C.V. RENDA	
	1970	1980		1970	1980	1970	1980	1970	1980
Proprietários	1522	2459	4,9	-	-	1,3	4,4	2,03	1,53
Administradores, gerentes e chefes	110	948	22,7	0,5	2,3	4,0	5,1	0,90	1,28
Auxiliares de escritório	504	1954	14,6	2,3	5,4	2,0	1,5	0,78	0,90
Ocupações burocráticas de natureza específica	74	123	5,2	0,3	0,3	2,6	2,7	0,87	0,56
Engenheiros e arquitetos	04	04	0,0	0,0	0,0	9,6	11,9	0,00	0,00
Ocupações Auxiliares de engenharia e arquitetura	08	27	12,9	0,0	0,1	0,9	3,9	0,00	0,53
Médicos, dentistas e engenheiros diplomados	29	95	14,3	0,1	0,3	12,2	12,0	0,52	0,75
Ocupações auxiliares da área de saúde	115	413	13,6	0,5	1,1	1,0	1,6	0,63	1,01
Professores primários e inspetores de ensino	655	1433	8,1	3,0	3,9	0,7	1,7	0,79	1,01
Professores secundários e superiores	51	550	25,8	0,2	1,5	2,0	3,8	0,82	0,93
Economistas e contadores - nível superior	15	28	6,4	0,1	0,1	6,5	5,8	0,34	0,55
Técnicos de contabilidade - nível médio	49	93	6,6	0,2	0,3	2,8	3,4	0,65	0,89
Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior	33	136	16,2	0,1	0,4	5,6	9,0	0,38	0,59
Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio	132	264	7,2	0,6	0,7	1,0	2,4	0,72	0,88
Tratoristas e técnicos agrícolas	48	211	16,5	0,2	0,6	1,3	1,4	0,98	0,82
Outros trabalhadores qualificados do setor primário	0	09	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	0,00	0,71
Trabalhadores da agropecuária e extrativa vegetal	7171	8100	-1,6	32,3	16,8	0,4	0,8	0,82	0,84
Torneiros mecânicos	31	48	4,6	0,1	0,1	1,4	2,4	0,64	0,80
Mecânico sem especificação	181	374	7,5	0,8	1,0	0,8	2,0	0,59	0,83
Ocupações da indústria metal-mecânica	83	166	7,3	0,4	0,5	0,8	1,4	0,59	0,65
Ocupações da indústria têxtil	148	87	-5,2	0,7	0,2	0,5	0,8	0,37	0,55
Alfaiates e costureiros	336	1203	13,6	1,5	3,3	0,4	0,9	0,59	0,56
Outras ocupações da indústria de vestuários e calçados	177	248	3,3	0,8	0,7	0,5	1,1	0,55	0,72
Marceneiros e carpinteiros	453	391	-8,1	2,0	2,7	0,8	1,4	0,60	0,60
Eletricistas e radiotécnicos	65	286	18,0	0,3	0,9	1,0	2,1	0,28	0,70
Expedidores e embaladores	185	535	11,2	0,8	1,5	0,4	0,7	0,48	0,53
Da indústria de transformação	19	55	11,2	0,1	0,2	1,2	3,7	0,69	0,31
Outras ocupações da indústria de transformação	545	1268	8,8	2,5	3,5	0,6	1,0	0,50	0,81
Pedreiros	614	1886	11,9	2,9	5,2	0,6	1,4	0,59	0,52
Sarventes de pedreiros	843	1276	4,2	3,8	3,5	0,5	0,9	0,46	1,48
Ocupações da indústria de construção	156	494	12,2	0,7	1,4	0,8	1,5	0,84	0,76
Vendedores de jornais e ambulantes	545	1133	7,8	2,5	3,1	0,8	1,6	0,31	1,45
Lojistas e caixas	881	1904	8,0	4,0	5,2	0,9	1,3	1,07	1,05
Outras ocupações do comércio	55	84	4,3	0,2	0,2	2,1	3,4	0,41	0,70
Motoristas	922	1633	5,9	4,2	4,5	1,2	2,8	0,85	1,08
Outras ocupações dos transportes e comunicações	536	453	-1,5	2,4	1,3	0,9	1,5	0,78	0,84
Ocupações de reparação de veículos	334	533	6,6	1,5	1,7	0,9	1,5	0,76	0,92
Sarçona e cozinheiros	103	618	20,0	0,5	1,7	0,5	0,9	0,78	3,68
Empregadas domésticas	1140	2046	6,2	5,1	5,5	0,2	0,3	1,00	0,63
Ocupações do serviço de higiene pessoal	527	731	3,3	2,4	2,0	0,4	0,6	0,97	1,26
Porteiros, vigias, ascensoristas e sarventes	332	1922	19,2	1,5	5,9	0,7	1,0	0,50	0,61
Ocupações de defesa nacional e segurança pública	152	315	7,1	0,7	0,9	1,2	2,0	1,12	0,88
Operadores de máquinas (exceto construção civil)	66	297	47,7	0,0	0,8	1,5	1,2	0,00	0,58
Trabalhadores braçais sem especificação	2240	1223	-5,9	10,1	3,3	0,8	1,0	0,60	0,55
Outras ocupações M.P.C.	1275	2094	5,0	5,8	5,7	1,2	1,3	0,81	1,14
N.D.A.	273	109	-3,0	1,3	0,3	0,0	1,5	0,00	1,09
TOTAL	23682	38853	5,1	-	-	0,8	1,6	1,56	1,66
Total sem proprietários	22160	36404	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970-1980

(1) Participação no total das ocupações exclusiva proprietários

(2) Renda média em salários mínimos de São Paulo

TABELA 75 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - ESTRUTURA OCUPACIONAL 1970/1980

OCUPAÇÃO	% EMPREGADOS		MIGRANTES		% PART. DA MULHER		% CONTRIS
	REC. (A)		REC. (A)		REC. (A)		
	1970	1980	1980 (%)	1970	1980	1980	
Proprietários	10,4	20,6	14,5	5,8	13,0	88,2	
Administradores, gerentes e chefes	100,0	100,0	18,7	21,8	29,6	92,6	
Auxiliares de escritório	98,6	98,2	12,8	31,9	57,9	89,1	
Ocupações burocráticas de natureza específica	100,0	100,0	20,3	0,0	5,7	98,7	
Engenheiros e arquitetos	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	
Ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura	100,0	100,0	0,0	0,0	14,8	100,0	
Médicos, dentistas e enfermeiros diplomados	100,0	88,4	34,7	0,0	29,5	100,0	
Ocupações auxiliares da área de saúde	86,1	81,8	11,9	80,4	85,7	98,2	
Professores primários e inspetores de ensino	87,1	98,1	13,9	88,7	91,1	91,1	
Professores secundários e superiores	100,0	88,3	14,4	98,8	71,3	96,5	
Economistas e contadores - nível superior	73,9	71,4	0,0	0,0	42,9	100,0	
Técnicos de contabilidade - nível médio	49,0	91,4	0,0	24,5	22,6	94,8	
Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior	51,5	80,9	30,9	21,2	26,5	91,8	
Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio	55,1	76,9	19,3	3,0	15,2	73,9	
Tratoristas e técnicos agrícolas	91,3	98,1	28,5	0,0	1,9	57,8	
Outros trabalhadores qualificados do setor primário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55,6	
Trabalhadores da agropecuária e extrativa vegetal	50,5	64,3	30,9	1,0	12,1	22,0	
Torneiros mecânicos	100,0	83,3	0,0	12,9	0,0	100,0	
Mecânico sem especificação	81,8	74,3	16,8	0,0	0,0	83,5	
Ocupações da indústria metal-mecânica	73,5	78,8	19,0	0,0	0,0	82,5	
Ocupações da indústria têxtil	98,0	80,8	18,4	0,0	46,0	86,7	
Alfaiates e costureiros	13,4	43,8	20,8	94,3	98,5	81,4	
Outras ocupações da indústria de vestuários e calçados	80,2	73,2	6,5	2,3	12,2	58,5	
Marceneiros e carpinteiros	84,0	74,3	13,0	0,0	8,0	72,8	
Eleticistas e radiotelegrafistas	53,9	64,0	19,9	0,0	0,0	72,4	
Expeditores e embaladores	100,0	100,0	14,6	9,7	14,9	84,9	
Da indústria de transformação	100,0	100,0	34,5	0,0	0,0	78,2	
Outras ocupações da indústria de transformação	72,5	74,2	13,2	2,6	6,2	48,9	
Pedreiros	72,3	56,8	22,1	0,0	0,0	75,8	
Serventes de pedreiros	90,9	99,8	31,5	0,0	0,0	67,9	
Ocupações da indústria da construção	53,8	62,5	18,8	0,0	0,0	65,4	
Vendedores de jornais e ambulantes	14,1	19,3	25,5	4,0	11,9	35,9	
Lolistas e caixas	97,5	88,8	18,5	12,2	31,0	72,4	
Outras ocupações do comércio	94,5	38,1	5,6	0,0	0,0	45,4	
Mototaxistas	73,2	68,9	23,5	0,0	0,3	81,8	
Outras ocupações dos transportes e comunicações	43,7	62,9	10,0	4,3	10,7	68,2	
Ocupações da reparação de veículos	73,4	85,1	16,9	0,0	0,0	63,5	
Carteiros e correios	100,0	100,0	20,7	38,0	66,7	64,1	
Empregados domésticos	100,0	94,7	31,0	98,0	96,1	23,2	
Ocupações do serviço de higiene pessoal	9,9	7,9	8,6	70,4	89,1	24,8	
Porteiros, vigias, ascensoristas e serventes	100,0	99,8	15,3	16,3	34,7	66,8	
Ocupações de defesa nacional e segurança pública	100,0	100,0	48,3	0,0	0,0	93,7	
Operadores de máquinas (exceto construção civil)	94,8	85,3	28,9	0,0	18,5	91,6	
Trabalhadores braçais sem especificação	85,2	88,8	12,8	4,0	1,7	73,8	
Outras ocupações M.P.C.	0,0	55,6	17,4	1,1	42,4	60,5	
N.D.A.	0,0	55,6	17,4	1,1	3,7	32,1	
TOTAL	65,5	74,0	20,7	14,0	29,6	62,1	

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos 1970 e 1980.

(*) Percentual de trabalhadores com menos de 6 anos de residência no município.

lado, os índices de utilização do grupo ocupacional pela indústria de transformação é ligeiramente inferior ao de Natal: 13,1%. Além da indústria de transformação, o comércio de artigos emprega 14,7% e a agropecuária e extrativa vegetal 8,6%. Uma última observação fica por conta da presença de migrantes recentes nestas ocupações. Embora, o percentual não seja tão elevado como aqueles encontrados para ocupações tipicamente de entrada no mercado de trabalho, que analisaremos mais adiante, não deixa de ser alta (22,1%) a participação de migrantes no conjunto das pessoas ocupadas no grupo.

A situação do grupo auxiliares de escritório, secretários e datilógrafos apresenta alguns pontos em comum com o primeiro. Aqui também está expresso um contingente amplo das ocupações urbanas não manuais, com a diferença que tratam-se de segmentos de renda média bem inferior às encontradas para administradores, gerentes e chefes. Como em Natal, a mão-de-obra é local e acentuadamente feminina: 57,9%. Mais uma vez o Estado se sobressai como empregador em 1980. A administração, o ensino e a saúde públicas empregam juntas 30,7% dos auxiliares de escritório. A diferença em relação a Natal refere-se ao fato de que não é a administração pública quem mais emprega e sim, o ensino público, uma vez que em Mossoró a administração pública é quase exclusivamente municipal. Segue-se em ordem de importância, o comércio de artigos, com 13,1% e a indústria de transformação, com 12,9%.

O terceiro conjunto de ocupações reúne mecânicos e torneiros mecânicos alocados majoritariamente na indústria de transformação e nos serviços de reparação. Em números absolutos correspondia a 31 pessoas em 1970 e 48 em 1980. Evidentemente, estes números indicam a incipiência da indústria metal-mecânica instalada no RN e, particularmente, na região de Mossoró.

O quarto grupo selecionado envolve uma ocupação tipicamente relacionada à recepção de migrantes dentro do mercado de trabalho: serventes de pedreiro. Neste grupo quase não há diferença entre Natal e Mossoró, reflexo da polarização que essas duas cidades exercem quanto à questão migratória dentro da rede urbana e do próprio desempenho do setor de construção civil na década. Quanto ao ritmo de crescimento, é interessante observar que Natal e Mossoró apresentaram taxas aproximadas. Na realidade seu movimento se apresenta mais como resultado do ritmo de crescimento do setor de construção do que como uma categoria de emprego residual. O setor de construção apresentou uma taxa de crescimento de trabalhadores no período da ordem de 7,7%. Por essa época tem início na cidade a construção de conjuntos habitacionais com recursos do BNH, a exemplo de Natal. O desempenho do setor associado ao percentual de migrantes completa a idéia de que a construção civil não sofre grandes pressões por emprego residual no período. A observação do grupo ocupacional pedreiros nas tabelas 74 e 75 ratifica a afirmação anterior: a taxa de crescimento de trabalhadores é expressiva (11,9%), com percentual de migrantes recentes de 22,1%.

O quinto grupo, vendedores de jornais e ambulantes envolve ocupações consideradas como constituindo parte do chamado setor informal. Refletem, na realidade, formas de organização do trabalho onde é precário o assalariamento. Os dados relativos a Mossoró mais do que os de Natal corroboram para sustentar hipóteses de maior informalização das estruturas ocupacionais. Aumenta a participação percentual dessas ocupações no total do emprego de 2,5% em 1970 para 3,1% em 1980 e há alguma relação entre o crescimento da ocupação (7,6%) e o percentual de migrantes (25,5%).

Ademais, os dados relativos a renda, a contribuição previdenciária e a posição na ocupação, apresentam-se corroborando na mesma direção. Há entre as duas datas censitárias uma pequena variação no que se refere a posição na ocupação, com acréscimo do percentual de empregados em 1980. Mesmo assim, é elevada a percentagem de conta própria naquela data (81%). Por outro lado, os níveis de contribuição à previdência social em 1980 (35,8%) aproximam-se, ou mesmo superam, grupos ocupacionais considerados formais como, por exemplo, outras ocupações do serviço de higiene pessoal (24,8%).

Os dados de renda tornam a análise ainda mais complicada. A renda média do grupo, menor que um salário em 1970, ultrapassa esse limite em 1980 - 1,6 salários-mínimos - sendo exatamente igual àquela apresentada pelo grupo em Natal.

Do mesmo modo, o coeficiente de variação dessa renda apresenta melhor comportamento se comparado ao de atividades definidoras do emprego urbano, como as ocupações não manuais qualificadas.

Foge ao âmbito deste trabalho uma discussão mais ampla sobre essa questão, já o dissemos. Gostaríamos de acrescentar às observações feitas anteriormente para Natal o seguinte:

- No estudo do RN nos deparamos com freqüência com situações aparentemente confusas, onde o limiar que separa as formas de inserção do trabalho na estrutura produtiva é pouco claro. Isso embute, na verdade, particularidades e/ou sutilezas dos mercados de trabalho em urbanizações periféricas e, por si só, não devem sustentar uma avaliação pura e simplesmente pautada na hipótese de maior informalização dessas estruturas ocupacionais.
- A década de 70, para a economia brasileira, apresentou excepcional expansão industrial e acentuada modernização de muitos setores do terciário, também incorporando trabalho melhor qualificado e melhor remunerado do que antes. E o RN não foi excluído deste movimento mais geral, seja via incentivos do setores ligados a produção, seja pela cooptação dos governos locais. Canalizando recursos federais; incentivando a produção; fazendo a infra-estrutura, gastando mal os

recursos e favorecendo o empreguismo, o Estado pode ser responsabilizado em parte pelas transformações do mercado de trabalho urbano no período.

- Contudo, a heterogeneidade estrutural da economia e da sociedade brasileira acentuou-se na década, com a piora dos padrões de distribuição de renda e com a elevada migração interregional. A economia do RN - em que pese haver enxugado um pouco o seu agro - não se constituía, historicamente, expulsora de populações para outras regiões. Mesmo nos períodos de estiagens sempre contou com a alternativa de durante as secas, deslocar populações para as atividades de salinas e de garimpagem de minérios. No inverno, quando enchem os rios e a chuva destrói as pequenas salinas do "Córrego" e "Boi Morto" volta-se à atividade agrícola.
- O fato novo para a migração interna não é o seu fluxo haver se voltado para Natal e Mossoró. A corrente migratória em direção à essas cidades é antiga e deve-se ao atraso histórico da atividade agrícola e mineral no estado. A década de 70 intensifica esse fluxo: a expulsão pela modernização dessas atividades resulta numa piora do empobrecimento relativo do campo, concentração de populações e ampliação das distorções existentes nas duas cidades. Na rede urbana do estado, provoca um maior distanciamento entre Natal e Mossoró e entre estas cidades e os demais núcleos urbanos do interior.
- O crescimento produtivo e modernizador da década de 70, embora apresentasse um excepcional desempenho em termos de geração de empregos de melhor qualificação e remuneração, foi contudo incapaz de absorver integral e produtivamente toda a força de trabalho. Os não (ou mal) incorporados terminam transformando-se em pequenos vendedores de serviços alimentados pelo que o Estado, direta ou indiretamente, faz circular na economia e pelo gasto público em gratuitos (ou gratuitos) investimentos de infra-estrutura ou serviços.

O sexto grupo agrega lojistas e caixas em número de 1904, em 1980, concentrados sobretudo no comércio de mercadorias onde estão 61,6% desses trabalhadores. Os demais, estão no comércio de matérias-primas e atividades auxiliares do comércio (16,3%) e 7,1%, na indústria de transformação. Do mesmo modo que o grupo anterior, aumenta sua participação no total das ocupações urbanas de 4,0 em 1970 para 5,7 em 1980, apresentando uma taxa de crescimento elevada: 8,0% a.a.. Mesmo assim, melhora um pouco seu perfil na medida em que emprega mais mulheres, eleva a renda média de 0,9 salário-mínimo em 1970 para 1,3 salários em 1980 e apresenta 80,6% de contribuintes à previdência.

A última das ocupações é o emprego doméstico que reflete

uma trajetória de crescimento também elevado: 6,2% a.a.. É importante salientar que essa ocupação responde, ainda, por 5,9% dos novos empregos, 9,9% do emprego terciário em 1980 e 6,5% da PEA urbana na mesma data. Essa participação acentuada no emprego e o acréscimo da participação relativa na estrutura ocupacional são sintomas de uma "periferização" dessa ocupação. De qualquer forma, esses dados conferiram a importância dessa ocupação do ponto de vista da incorporação dos migrantes ao mercado de trabalho. Esse percentual era, em 1980, de 31,0%.

É interessante observar que, diferentemente de Natal, houve uma sensível queda na remuneração média do grupo ocupacional. Isso pode ser considerado como sintoma de que as donas de casa de Mossoró não sofreram, como em Natal, acentuada concorrência da indústria têxtil e do vestuário.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de reter, grosso modo, das tabulações especiais, algumas características do período:

- a) Aumento significativo na incorporação de mulheres no emprego;
- b) Redução da categoria proprietários e aumento dos administradores, gerentes e chefes;
- c) Incorporação de mão-de-obra não manual, tanto de nível superior como de nível médio;
- d) Pouca incorporação de mão-de-obra técnica ligada a produção, sendo parcela significativa da mão-de-obra especializada empregada pelo setor público.

Em Natal, as maiores modificações no emprego estão na indústria extrativa mineral. Aliás, é esse setor que melhora a "performance" da indústria: queda muito acentuada de trabalhadores braçais e significativas mudanças no que diz respeito a incorporação do trabalho não manual (níveis superiores e médio). Na indústria de transformação fica muito claro que as mudanças estão por conta da modernização da indústria tradicional (têxtil e vestuário). Há por parte deste ramo da indústria incorporação de mão-de-obra especializada, principalmente de nível superior. Na atividade agrícola, numericamente inexpressiva em Natal, ainda é muito acentuada a participação de trabalhadores braçais. As novas ocupações ficam por conta de técnicos agrícolas, tratoristas e administradores, gerentes e chefes. A participação feminina aumenta entre 1970 e 1980 sensivelmente, nos seguintes setores: indústria de transformação (de 7,2% para 45,3%); comércio de mercadorias; administração pública; e serviços de conservação de edifícios.

Em Mossoró ainda ocorre uma acentuada absorção de trabalhadores braçais na atividade agrícola. Diferentemente de Natal, aumenta a categoria proprietários nessa atividade, havendo, por conseguinte, pouca incorporação da categoria administradores,

gerentes e chefes. Há sensível acréscimo de mulheres nesta atividade. Na indústria extrativa mineral há uma queda vertiginosa (não tanto quanto em Natal) dos trabalhadores braçais: pouca incorporação do emprego não manual; pouca mão-de-obra feminina e aumento dos administradores, gerentes e chefes. Na indústria de transformação cresce muito a participação da mão-de-obra feminina e observa-se ligeira queda do número de proprietários, com pequeno acréscimo dos administradores, gerentes e chefes. A indústria emprega pouca mão-de-obra não manual e sua estrutura ocupacional reflete a modernização de ramos tradicionais no período - confecções, principalmente.

Por fim, para mostrar a importância do setor público no emprego da mão-de-obra não manual, e de melhor qualificação adotou-se com base na proposta de classificação de "setor público" de JATOBÁ, um critério alternativo que permite usar os dados das Tabulações Especiais de que dispomos¹¹¹. Listamos as ocupações não manuais separando as de nível superior e médio relacionando-as com o emprego em setores comprovadamente públicos e na indústria de transformação. Para cada ocupação foi identificada a percentagem de trabalhadores em 1970 e 1980, bem como a taxa de crescimento de trabalhadores 1970/80 segundo setor comprovadamente público e indústria de transformação.

Os dados da tabela 76 dizem respeito a Natal e os da tabela 77 apresentam resultados para Mossoró. Observa-se pelas tabelas 76 e 77 que em Natal e Mossoró é muito expressivo o emprego público em ocupações de nível superior. Em Natal a ocupação que apresenta menor percentual é a dos engenheiros e arquitetos: cuja participação do setor público nesta ocupação é de 39,5% em 1980. A indústria de transformação mostrou taxas superiores aquelas apresentadas pelos setores comprovadamente públicos para três categorias ocupacionais: administradores, gerentes e chefes, ocupações burocráticas de natureza específica e outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

Diferentemente, em Mossoró a indústria de transformação tem pouca participação no emprego da mão-de-obra qualificada, sendo o Estado responsável pela absorção dessas ocupações. Pela taxa de crescimento dos trabalhadores 1970/80 observa-se que em Mossoró somente o grupo ocupacional de administradores, gerentes e chefes teve comportamento ascendente.

No que diz respeito as ocupações não manuais de nível médio, em Natal e Mossoró, o Estado continua sendo o grande absorvedor da força de trabalho. Na indústria de transformação, as taxas de crescimento dos trabalhadores não manuais de nível médio apresentaram-se mais dinâmicas para Natal do que em Mossoró.

Esses foram os traços gerais da sociedade norte-riograndense em transição para a urbanização. Restam, agora, algumas considerações adicionais sobre as transformações em curso no período. Como já se disse, os anos 70 marcaram no país e no Nordeste, intenso aprofundamento do processo de industrialização. Em Estados periféricos, como o RN, isso foi acompanhado por traços

modernizantes nas atividades agropecuárias, pela modernização da indústria tradicional e por uma urbanização sustentada a partir de uma ação decisiva do Estado.

Não resta dúvida, do que foi exposto anteriormente, que o Estado desenvolveu um conjunto de ações no sentido de garantir mão-de-obra barata ao capital produtivo em seu processo de integração rumo à periferia nacional. Fez isso, através de sua política de salários e do rígido controle sobre seus reajustamentos e, principalmente, na sua atuação direta e indireta na geração de emprego urbano. Um exemplo disso, foram os impactos desse processo sobre a estrutura do emprego e da ocupação no Rio Grande do Norte e, particularmente, de suas principais cidades. Nesse sentido, pode-se dizer que a evolução da economia do RN acompanhou os movimentos gerais do período.

Não obstante, as desigualdades internas subsistiram. O peso elevado do emprego agropecuário no estado e o confronto das estruturas do emprego urbano concentrado em Natal atestam a persistência de graves distorções herdadas das características de acentuada heterogeneidade estrutural em que se tem inscrito essa trajetória. Neste particular, vale registrar que, ao final da década de 70, o Nordeste havia alcançado a cifra de 890 dólares de renda per-capita e, à época, apresentava uma esperança de vida de 52 anos; tal esperança de vida estava aquém daquela calculada para o Haiti (54 anos) e para a Índia (55 anos). Como os chamados "coeficientes de qualidade de vida" são de difícil apreensão teórica, acreditamos que o nível de urbanização do RN é, como diz Marx "produto de seu desenvolvimento histórico e depende portanto do grau de civilização do país", havendo na determinação dessa urbanização também "em elemento moral e histórico" (MARX, 1979).

TABELA 78 - MUNICÍPIO DE NATAL - PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO TOTAL DAS OCUPAÇÕES LISTADAS

OCUPAÇÕES	SET. COMPROVADAMENTE PÚBL. ⁽¹⁾			INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
	% TRAB. 1970	% TRAB. 1980	TX CRESC 1970/1980	% TRAB. 1970	% TRAB. 1980	TX CRESC 1970/1980
1. OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS QUALIFICADAS						
Administradores, gerentes e chefes	45,8	44,8	18,8	10,7	14,8	20,7
Ocupações burocráticas de natureza específica	78,6	50,5	7,1	3,1	16,6	30,1
Engenheiros e arquitetos	12,1	39,5	33,4	0,0	3,7	0,0
Médicos, dentistas e enfermeiros diplomados	62,2	73,8	12,1	0,0	0,4	0,0
Professores secundários e superiores	82,0	88,1	12,2	0,0	0,0	0,0
Economistas e contadores (nível superior)	54,7	44,1	13,6	0,0	11,7	0,0
Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior	62,0	69,2	7,8	3,1	6,2	19,9
2. OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS (NÍVEL MÉDIO)						
Auxiliares de escritório	43,0	37,2	8,7	7,0	9,9	12,3
Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura	33,3	45,2	20,3	6,5	8,5	18,9
Ocupações auxiliares da área de saúde	68,0	72,5	7,5	0,0	0,6	0,0
Técnico de contabilidade	28,7	25,2	20,3	7,4	18,4	23,5
Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio	33,4	31,0	4,8	6,3	9,6	10,5
Professores primários e inspetores de ensino	74,6	72,1	4,2	0,0	0,2	0,0

Fonte: Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública, Saúde Pública e Previdência, Ensino Público, Administração Pública, Segurança Pública e Defesa Nacional.

TABELA 77 - MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO TOTAL DAS OCUPAÇÕES LISTADAS

OCUPAÇÕES	I SET. COMPROVADAMENTE PGB. (1)			INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
	% TRAB. 1970	% TRAB. 1980	TX CRESC 1970/1980	% TRAB. 1970	% TRAB. 1980	TX CRESC 1970/1980
1. OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS QUALIFICADAS						
Administradores, gerentes e chefes	37,3	26,7	18,6	10,0	13,1	26,0
Ocupações burocráticas de natureza específica	94,6	37,4	- 4,1	0,0	22,0	0,0
Engenheiros e arquitetos	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Médicos, dentistas e enfermeiros diplomados	100,0	60,5	6,7	0,0	0,0	0,0
Professores secundários e superiores	100,0	90,2	25,5	0,0	0,0	0,0
Economistas e contadores (nível superior)	0,0	14,3	0,0	0,0	26,6	0,0
Outras ocupações técnicas e científicas de nível superior	30,3	30,1	15,2	0,0	2,9	0,0
2. OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS (NÍVEL MÉDIO)						
Auxiliares de escritório	28,7	33,1	10,2	10,5	12,9	17,0
Ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura	50,0	29,6	7,2	0,0	25,8	0,0
Ocupações auxiliares de área de saúde	34,8	39,5	15,1	0,0	0,0	0,0
Técnico de contabilidade	8,0	0,0	0,0	16,3	26,9	12,1
Outras ocupações técnicas e científicas de nível médio	22,7	25,3	8,3	3,0	6,7	14,1
Professores primários e inspetores de ensino	88,1	82,0	7,6	0,0	0,0	0,0

Fonte: Tabelações Especiais do Censo Demográfico de 1970 e 1980.

(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública, Saúde Pública e Previdência, Ensino Público, Administração Pública, Segurança Pública e Defesa Nacional.

N O T A S

- (01) Diferentemente, a análise corrente da urbanização latino americana volta-se especialmente para a caracterização de "desfuncionalidades" entre a acumulação e a reprodução social: inchaço, sobreterciarização, marginalidade, etc. (PACHECO, 1989, p.2).
- (02) O conceito de "integração" do mercado de trabalho brasileiro aparece enunciado em trabalhos do IEI/UFRJ, denotando a redução das disparidades regionais e setoriais da produtividade do trabalho; a absorção de atividades de baixa produtividade e incorporação de mão-de-obra nas diversas regiões; e o avanço das formas de assalariamento com reconhecimento jurídico-institucional através do registro em carteira (SALM, 1987).
- (03) Enquanto a geração de empregos depende do ritmo e da natureza da atividade econômica, o movimento da PEA (a longo prazo) também está sujeito ao comportamento das variáveis demográficas referentes a dinâmica da população em geral. A evolução dessas variáveis, também interfere na composição da população apta a participar do processo produtivo ou em idade de trabalhar (SUDENE, 1985, p.62). Por conseguinte, a PEA, como uma parcela da população em idade ativa vai evoluir e modificar-se, em parte, influenciada por tais caracteres demográficos.
- (04) Os dados disponíveis são insuficientes para perceber se houve variação no salário das domésticas. Uma variação salarial positiva refrearia sua demanda; além do acréscimo ocupacional feminino na indústria têxtil e do vestuário.
- (05) O IBGE trabalha, nas suas publicações de indicadores sociais com o conceito de aglomerado urbano, definindo para o Estado do Rio Grande do Norte um único deles: o aglomerado urbano de Natal, que engloba os municípios de Natal e Parnamirim. Trabalha também municípios com mais de 100.000 habitantes excluindo aqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas ou às aglomerações urbanas. No RN, somente Mossoró apresenta essa condição. (IBGE, 1988).
- (06) "Esses problemas poderiam ser sumariamente divididos nos de natureza operacional, derivados das alterações nos critérios censitários, da heterogeneidade interna das definições adotadas de ocupação e dos problemas de construção de tipologias, e nos de natureza conceitual, que derivam da ausência de uma referência teórica melhor estruturada para o entendimento da estrutura ocupacional que não esteja fundada na concepção funcionalista que inspira os estudos de mobilidade" (PACHECO, 1989, p. 2).
- (07) Até o final dos anos 60 a discussão sobre sua existência e

dinâmica na sociedade urbana latino-americana e brasileira era relativamente pacífica. Ver, por exemplo, PEREIRA (1979). A década de 1970, como já se viu apresentou excepcional expansão industrial e acentuada modernização. Contudo, a heterogeneidade estrutural da economia e da sociedade brasileira acentuou-se no período, com a piora dos padrões de distribuição da renda, e com substancial elevação das migrações interregionais, mostrando a incapacidade das economias regionais (a despeito de suas elevadas taxas de crescimento na década) de incorporar ao trabalho seu excedente demográfico. O fato novo, nesse êxodo, é que essas migrações não tinham mais como determinante exclusivo de expulsão, a modernização. O sensível empobrecimento do campo fazia com que a manutenção do atraso na agricultura também passasse a intensificar a expulsão (Ver CANO & SEMEGHINI, 1990, p. 8-10).

- (08) Utilizamos aqui a classificação constante do Relatório Final da pesquisa Urbanização e Estrutura Ocupacional Regional do Estado de São Paulo, 1970/1980, convênio SEP/FECAMP, 1989, coordenação de Wilson Cano. Reportamo-nos, também, ao Diagnóstico do Setor Serviços: documento básico, da pesquisa, São Paulo no Limiar do Século XXI: perspectivas dos setores produtivos 1980-2000, Convênio IPT/FECAMP, 1990, Coordenação Geral de Wilson Cano.
- (09) A apreensão da história do Nordeste nos últimos anos não estará completa se não for levada em conta a trajetória da ação do Estado e sua relação com as velhas oligarquias dominantes. Na segunda metade dos anos 70 e começo dos anos 80, essas oligarquias passam a ser representadas por "jovens herdeiros" (Collor de Melo - Prefeito de Maceió; Agripino Maia - Prefeito de Natal; Gustavo Krause - Prefeito de Recife; etc), que ao assumirem o poder elaboram um discurso populista, mais moderno, e conseguem legitimar seu poder. Os "jovens herdeiros" perpetuam as oligarquias na medida em que conseguem compactuar com os interesses nacionais na periferia (ANDRADE, 1989).
- (10) Os trabalhos de compatibilização das ocupações a partir dos censos de 1970 e 1980 foram realizados pela FECAMP, mais particularmente, pelo grupo de Estados Urbanos coordenados por Wilson Cano. A tipologia das ocupações foi feita por Carlos Américo Pacheco, cujos trabalhos de compatibilização estão relatados em FECAMP/SEPLAN, 1987, e partem dos resultados apresentados por Nelson do Vale como sendo uma compatibilização efetuada por técnicas do IBGE. Ver SILVA, Nelson do Vale. Avaliação da Escala Sócio-Econômica de Ocupações para 1980. LNCC, Mimeo, 1985.
- (11) JATOBA inclui integralmente os seguintes ramos de atividades: serviços industriais de atividade pública; administração pública, legislativo e justiça; e defesa e segurança pública. Do ramo transporte, comunicação e armazenagem inclui-se as seguintes classes de atividades: transporte ferroviário,

serviço portuário, serviços postais e telefones. Do ramo de atividades sociais, incluí-se as seguintes classes de atividades: ensino público, assistência médico-hospitalar pública, saneamento e previdência social (JATOBÁ, 1983, p. 328). Os recursos estatísticos de que dispomos não permitem a adoção integral dos critérios, razão porque utilizamos apenas cinco ramos comprovadamente públicos.

Parece-nos redundante colocar, nestas últimas linhas, as conclusões específicas a que chegamos no decorrer deste trabalho. Limitamo-nos, portanto, aos resultados mais gerais e, talvez, mais relevantes.

Cabe lembrar, de início, que o estudo foi dirigido para a análise crítica do processo do desenvolvimento e da urbanização do Rio Grande do Norte, privilegiando os determinantes da base sócio econômica e política através de dois processos intrínsecos, porém desdobrados metodologicamente: o processo de constituição do urbano e a dinâmica da sociedade norte-riograndense em transição para a urbanização.

O estudo do processo de constituição do urbano se deu numa perspectiva histórica que buscou os determinantes da situação atual do desenvolvimento e da urbanização. Apreendemos um processo de continuidade do passado para o presente, resgatando os obstáculos históricos que um estado periférico, como o Rio Grande do Norte enfrenta para compor a integração da agricultura e indústria, da qual resulta a urbanização.

Vimos que não foi o avanço algodoeiro do princípio do século que estruturou uma diferenciação regional interna ao estado. A difusão, atomização, a não centralidade do campo, marcam as manifestações do desenvolvimento capitalista no estado e dimensionam de modo precário o processo de urbanização até 1930. Foi dito, também, que se alguma mudança ocorreu nesse período foi o Estado oligárquico responsável por ela. Ao prescindir e abortar o surgimento de uma rede urbana as oligarquias dominantes fizeram um arremedo de urbanização ao substituí-la por redutos bem demarcados entre os coronéis e famílias oligarcas. Como detêm o aparelho de Estado a nível local, usam em seu próprio proveito as benesses do Estado e, espertamente, fazem de algum modo a cidade: uma certa cidade onde as funções são variadas, indistintas. São ao mesmo tempo centros de controle da produção agrícola voltada para a exportação, mercados para manobras especulativas e centros participacionistas, clientelistas, de marcada estrutura burocrática administrativa. Enfim, cabide de emprego, campo aberto para os embates decisórios de qualquer campanha eleitoral.

O período de 30 a 60 marca precisamente o momento em que a oligarquia algodoeiro-pecuária amplia sua base econômica e aperfeiçoa suas formas de dominação política. Aproveita as políticas públicas para prover suas necessidades de infraestrutura e ajeitar sua máquina política; ao mesmo tempo em que utiliza os recursos federais em seu próprio proveito, cria (sem prescindir da velha política dos currais eleitorais) um curral eleitoral urbano sustentado e dominado pelo emprego que essas políticas trouxeram consigo.

Os recursos federais que generosamente permitiram a construção das estradas de ferro, das rodovias, do telégrafo, das caixas econômicas, dos bancos oficiais, das cooperativas agrícolas, dos açudes, etc., foram gastos à revéllia de transformações importantes na agricultura; incapazes, portanto, de

alterar o curso do processo de desenvolvimento econômico do RN. Entretanto, foram eficazes para estender a dominação econômica e política dos setores oligárquicos dessa sociedade. Mostraram-se mais eficazes, ainda, em ampliar a base material que a propriedade da terra representa para sua sustentação econômica e política: apropriando-se das terras ao redor dos centros urbanos maiores (Natal) e deixando-as em repouso para valorização.

É necessário não esquecer que a ação das políticas públicas, principalmente, aquelas voltadas para a urbanização, geram em graus diferenciados impactos sobre o terciário. Nele estão presentes o setor privado e o público, sendo que este último em certas áreas do país (como o Nordeste) tem papel importantíssimo no nível da renda e do emprego urbanos e na reprodução das estruturas de dominação política. Seria recorrente dizer que a expansão das atividades comerciais, da construção civil, do imobiliário, passa a se constituir uma versão urbana das transformações que o capital mercantil de origem fundiária foi incapaz de proceder no campo.

Por todas estas considerações e por haver percebido que eram praticamente inexistentes as modificações sobre os "primeiros contornos urbanos", até os anos 60 pareceu-nos oportuno investigar o significado que a 2ª Guerra Mundial teve para a economia do estado e sua urbanização, considerando que a partir desse evento a capital estadual concentra populações e desenvolve atividades terciárias aparentemente compatíveis com situações geradoras do desenvolvimento urbano. Observou-se uma elevação e diversificação da pauta de exportações estadual que passa a incluir produtos como a scheelita, e o sisal, além do algodão. Outra contribuição detectada foi a urbanização precoce de Natal, com a ocupação militar modificando a estrutura terciária da capital assim como a vida e os costumes da população. Embora não façamos uma relação causal e direta da mobilização militar com acontecimentos da conjuntura dos anos 70, a elucidação dos fatos que ocorreram durante a 2ª Grande Guerra ajudaram a entender as especificidades que a capital potiguar apresenta hoje.

No estudo da sociedade em transição para a urbanização privilegiamos a análise da evolução recente - 1970-1980 - reunindo algumas observações sobre a trajetória do processo de desenvolvimento e da urbanização no período, explicitadas em particular pelas transformações da estrutura ocupacional de Natal e Mossoró, sendo que esta última cidade compõe a única parcela do que poderíamos chamar de cidade de porte médio interiorizada no Rio Grande do Norte.

Entre 1970 e 1980 assistem-se transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN atestando o início da transição para a sociedade urbana. Os sinais de mudança na produção fazem-se presentes em todos os setores. Mesmo assim, percebe-se - até mesmo pelo passado estadual no contexto da região e do Brasil - as dificuldades de integração da economia local às novas formas de desenvolvimento do capitalismo no país. E a despeito da penetração do capital

industrial procedente do Centro Sul em seu seio, a economia do RN não muda seu caráter eminentemente agro-exportador.

A utilização dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE vai contribuir para a modernização da atividade mineral (scheelita e sal) e para a criação de um parque têxtil em torno da cidade de Natal. No que se refere ao setor agropecuário, suporte tradicional da economia do estado, houve uma mudança na evolução da produção agrícola e do efetivo dos rebanhos. E como aconteceu em todo o Brasil, a modernização da indústria foi acompanhada pela modernização da agricultura, com o crescimento da produção canavieira do litoral estimulada pelo PROÁLCOOL e pela expansão da pecuária sertaneja que se estabelece em novas bases produtivas iniciando a ruptura do secular binômio algodão-gado e, conseqüentemente, de suas pretéritas relações de trabalho: a parceria.

Ainda nos anos 70, tem início duas novas atividades: a produção de petróleo e a recepção sistemática de um fluxo de turismo interno. O impacto dessas novas atividades sobre a economia do estado e de suas principais cidades não foi abordado neste trabalho e continua em aberto para esforço posterior de novas pesquisas. Sugere-se que os investimentos da Petrobrás, associados ao turismo e aos incentivos à produção canavieira amorteceram nessa economia os efeitos danosos da crise dos anos 80. Do mesmo modo, provavelmente, contribuíram para melhorar o perfil do emprego urbano em Natal e Mossoró, notadamente no que diz respeito a estrutura ocupacional.

Para saber se a importância dessas transformações poderia ser avaliada pelo novo sentido que coloca à urbanização, avançamos nossa compreensão do significado dos processos históricos de formação e desenvolvimento da economia estadual observando a natureza da estrutura ocupacional de suas principais cidades e verificamos que, como em todo país, as relações capitalistas de produção apresentaram-se mais sólidas ao longo da década de 1970. Mesmo assim, as mudanças que ocorreram, associadas ao passado histórico local caracterizaram um espectro amplo de situações ocupacionais que na verdade tem a ver não somente com os baixos salários com que se paga a força de trabalho no país, com a má administração das cidades e com a ganância do capital imobiliário mas, também, com uma história pretérita de miséria refletida nestes anos de modernidade de forma muito perversa: grande peso da população e da força de trabalho residente no campo em condições precárias de subsistência; intenso fluxo migratório campo-cidade e pressões que a partir daí são exercidas no mercado de trabalho urbano e dão lugar as diversas estratégias de sobrevivência de que se servem os amplos contingentes de trabalhadores informais.

O que procuramos deixar claro é que essa situação por mais contraditória que seja, não pode ser apreendida pura e simplesmente por considerações tipo "terciário inchado", pois a evolução da situação ocupacional no RN reflete de forma acentuada o desempenho recente dos segmentos modernos de sua economia. Por

outro lado, mesmo que as transformações verificadas nos anos 70 tenham impactado fortemente a periferia, foram, no entanto incapazes de reverter a miséria no campo, conter a intensidade dos movimentos territoriais de população, enfim, de modificar a situação de pobreza generalizada no campo e na cidade.

Finalizando, pensamos ter esclarecido que não é possível falar da história, mesmo recente, do RN sem passar pela caracterização da pobreza como expressão visível dos contrastes medrados pela ação do Estado. A pobreza se faz teimosa e recorrente na sua aparição moderna, mesclando espaços e tornando a periferia fenômeno aparentemente singular e mais definidor de outros modos de vida. Porém, onde esteja ela, sua crueza é afirmadora. A modernidade - em expansão na periferia mostrou-se incapaz de dar conta do tamanho da dívida social que o país tem para com ela. A urbanização do RN, cheia de contrastes, é pois de difícil compreensão e muito complexa. Este trabalho procurou apresentar elementos para avançar no desvendamento desta complexidade.

ANEXOS

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO NA ECONOMIA DO RN EM 1936 EM CONFRONTO COM O BRASIL - (Percentuais acima de 1%)

ESPECIFICAÇÃO ⁽¹⁾	UNIDADE	QUANTIDADE			VALOR (EM CONTOS DE REIS)		
		BRASIL	RN	RN/BR	BRASIL	RN	RN/BR
Produção mineral	ton	2.002.855	306.640	15,16	370.813	6.746	1,82
Sal	ton	494.119	306.640	62,06	10.871	6.746	62,06
Produção vegetal	ton	763.107	1.045	0,14	438.288	7.298	1,67
Cera de carnaúba	ton	10.675	986	9,24	94.632	6.997	7,44
Produção de cana-de-açúcar	ton	18.496.426	288.700	1,56
Produção de açúcar	sacos 50 kg	16.986.187	251.885	1,48	676.922	10.578	1,56
Produção de aguardente	litros	120.163.700	1.832.000	1,52	97.428	1.832	1,88
Produção de algodão	ton	1.174.811	62.523	5,34	1.402.375	79.227	1,42
Produção de côco	frutos	140.512.800	8.439.500	6,01	30.605	1.857	6,07
Produção pecuária	cabeças	91.497.500	1.069.000	1,17	7.396.133	94.506	1,28
Produção de couros e peles	kg	20.056.830	529.500	1,82	72.936	2.126	2,91
Gado abatido em matadouros	kg	564.571.320	8.840.907	1,21	818.915	15.346	1,87
Exportação por cabotagem	ton	2.523.283	298.955	11,85	4.255.160.877	83.898.837	1,97
Importação por cabotagem	ton	2.523.283	51.344	2,03	4.255.160.877	94.157.602	2,21
Exportação para o exterior	ton	3.296.345	29.703	0,90	5.092.059.477	62.991.037	1,24
Importação do Exterior	ton	5.099.880	9.332	0,18	5.314.551.908	15.095.163	0,28

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Relatório de 1942. Natal, março de 1943.

(1) Os dados de Importação e Exportação são referentes ao exercício de 1937.

ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE ALGUNS COMPONENTES URBANOS LIGADOS À PRODUÇÃO EM 1937 EM
CONFRONTO COM O BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	BRASIL	RN	RN/BR %
Indústria de eletricidade	empresas	1024	22	2,15
Potência	KW	906463	1930	0,21
Indústrias sujeitas ao Imp. Consumo	fábricas	56874	447	0,84
Fósforo	"	21	01	4,76
Sal	"	995	94	9,45
Calçados	"	7203	151	2,10
Brinquedos	"	202	41	20,29
Usinas de açúcar	"	331	04	1,21
Engenhos sem turbina	"	49414	493	1,00
Estradas de ferro (13% s/NE)	KM	33521	499	1,49
Ferro carris (Natal)	KM	1568850	12094	0,77
Número de passageiros em 1936	pessoas	1310205061	6929979	0,53
Pessoal empregado	"	19060	134	0,70
Estradas de rodagem	KM	200336	4200	2,10
Veículos a motor (Natal)	unidade	89498	377	0,42
Veículos força animada	"	26157	50	0,19
Estações postais	"	2889	25	0,90
Estações telegráficas	"	1174	26	3,07
Postais telefônicos	"	338	23	6,83
Estabelecimentos bancários	"	796	04	0,50
Imposto Cedula e Global s/ a Renda	contas	210195	789	0,37

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Relatório de 1942. Natal, março de 1943.

ANEXO C - DEMONSTRATIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM 1938 CONFRONTO COM O BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	BRASIL	RN	RN/BR %
Funcionários da Adm. Estadual	pessoas	106987	3271	3,06
Pessoal da Adm. município da capital	"	42803	91	0,21
Finanças públicas: <u>receita</u>	contos de réis	5824425	33505	0,58
Federal	"	3127460	10553	0,33
Estadual e municipal	"	2698965	22952	0,85
Finanças públicas: <u>despesa</u>	"	5824425	33505	0,58
Federal	"	3226081	10210	0,32
Estadual e municipal	"	2783783	26869	0,96
Segurança Pública	pessoas			
Polícia militar	"	43810	1149	2,62
Guarda civil	"	8943	157	1,76
Inspetoria de veículos	"	2372	35	1,48
Bombeiros	"	3502	-	-

Fonte: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Relatório de 1942. Natal, março de 1943.

ANEXO D - RIO GRANDE DO NORTE - SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA EM 01.01.50

ZONAS FISIográfICAS	ESTABELE- CIMENTOS <1>	CAPITAIS APLICADOS Gr\$ 1000	PESSOAL OCUPADO		FORÇA MOTRIZ C.V.<2>	VALOR DA PRODUÇÃO<3> Gr\$ 1000
			TOTAL	OPERÁRIOS		
Litoral ou Mata	323	87420	4081	3481	3481	118921
Agreste	136	21110	1180	971	2657	117007
Centro Norte	179	132011	3853	3571	2283	124538
Seridó	207	26917	1438	1195	2260	81569
Oeste	244	28377	1989	1690	1489	71831
Serrana	152	8355	569	403	700	33650
RN	1249	311693	13863	12034	12929	571312

Fonte: Censo Industrial de 1950

(1) Inclusive indústria da construção civil

(2) Exclusive a potência dos motores primários de indústria de energia elétrica no total de 6375 C.V.

(3) Dados referentes ao ano de 1949.

ANEXO E - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS QUINQUÊNIOS 1950/54, 1955/59, 1965/69, 1970/74, 1975/79

	50/54	55/59	60/64	65/69	70/74	75/79
% CULTURAS ALIMENTARES (TOTAL)	21,6	28,4	30,4	35,7	27,2	32,6
Felijão	5,8	11,3	12,8	11,9	10,3	11,2
Mandioca	6,4	6,2	6,1	10,9	7,1	14,5
Milho	5,2	5,8	6,3	6,4	5,7	3,9
Batata-doce	4,2	5,1	5,2	6,5	4,1	3,0
5 CULTURAS COMERCIAIS (TOTAL)	72,2	63,1	59,0	49,9	61,4	59,2
Algodão	65,7	54,2	47,0	31,7	36,0	33,0
Agave	2,2	3,2	7,0	10,0	12,6	4,0
Cana-de-açúcar	3,2	4,3	3,4	5,2	4,6	12,5
Caju	-	-	0,5	1,1	5,0	6,2
Côco-da-baía	1,1	1,4	1,1	1,9	3,2	3,7
TOTAL DAS 9 PRINCIPAIS CULTURAS	93,8	91,5	89,4	85,6	88,6	92,0
Banana	4,0	3,9	4,4	6,3	5,5	3,6
Fava	1,2	2,7	3,8	3,8	2,3	1,2
Arroz	0,6	0,8	0,9	0,8	0,7	0,6
Manga	-	0,7	1,0	1,2	1,9	1,2
Laranja	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,5
Abacaxi	0,2	0,2	0,2	1,9	0,5	0,6
Mamona	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1
TOTAL DAS 7 CULTURAS DE MENOR IMPORTÂNCIA	6,3	8,7	10,7	14,4	14,4	7,8
MÉDIA DO VALOR CONSTANTE DA PRODUÇÃO (CR\$ 1000)	70 701	71 944	114 700	122 472	133 421	185 664

Fontes: Os dados básicos utilizados para a confecção dessa tabela, inclusive os valores constantes, encontram-se no trabalho de COLOMBET, 1985, anexo 2, p. 74-92.

Obs. Na medida em que o período 1979-83 foi de seca, consideramos que a inclusão dos dados de 1980 pouco influenciaram para modificar positivamente a performance do setor.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva. "O Brasil e a economia mundial (1929-1945)". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1984. Vol. II p. 10-49.
- ADEODATO, Guaraci (org) et alii. Bahia de todos os pobres. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ALBUQUERQUE, Rui H.L.P. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, HUCITEC CNPq, 1982. 168p.
- ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. Montese: marco glorioso de uma trajetória. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985.
- ALVES, Luís Maria. "Reminiscências da II Grande Guerra". O PQII, 6 de janeiro de 1984. p. 4-5.
- ANDRADE, Ilza Leão et alii. Conflitos urbanos em Natal: 1976-1986. Natal, UFRN-MCS, 1987. Relatório de Pesquisa. (mimeo)
- ANDRADE, Ilza Leão et alii. Estado e movimentos sociais urbanos: Natal. Natal, UFRN-MCS, 1990. Relatório de Pesquisa (mimeo).
- ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1963, 265p.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Capital e industrialização do nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A produção do espaço norte-riograndense. Natal, 1984. UFRN. Seca: Coleção Especializada, série C, 2.
- ÁRBOCZ, Istvan I L. Ensaios sobre a história econômica do RN. Natal, Editora Universitária, 1984.
- AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BAER, Warner. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1966.
- BAIROCH, Paul. Taille des Villes, Condition de Vie et Développement Economique. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Apud Vale e Vasconcelos
- BNB-SUDENE. Oportunidades de investimento no Nordeste: indústria têxtil. Fortaleza, 1976.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE. O parque têxtil no Rio Grande do Norte. Natal. 1973.
- BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. 497 p.

- BANDEIRA, Moniz. Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente. 1950-1988. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989. 328 p.
- BARATA, Leonardo (Dir.). Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República. VIII. 2ª edição. Brasília, Senado Federal, 1984. Documentos Potiguaras, série 16.
- BARBOSA, Carlos A. Considerações sobre a formação do capitalismo. Campinas, Unicamp, 1977. (mimeo). Dissertação de mestrado.
- BASBAUN, Leôncio. História sincera da República: de 1930 a 1960. 4ª ed. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976. Vol. 3.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga e COUTINHO, Luciano. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-Guerra. São Paulo, CEBRAP 23.
- BRITO, Antônia Aleide de Carvalho. Modernização industrial e estrutura urbana: o caso de Mossoró - RN. Mossoró, Coleção Mossoroense, 1987. Volume CCCLXXI.
- BUARQUE, Sérgio C. O Estado no processo de integração e desagregação do Nordeste. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1988, v. 4, p. 19-42.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O desenvolvimento do algodão na província de São Paulo: (1861-1875). 2ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1984, 323p.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, T.A. Queiroz Editores, 1981, 318 p.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, GLOBAL/UNICAMP, 1985.
- CANO, Wilson. "Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação". Revista de Administração de Empresas. 25(1): 15-25. jan/mar/1985.A
- CANO, Wilson. Transformações da economia e repercussões no mercado de trabalho: roteiro para uma investigação histórica (1920-1986). ABEP, V Encontro Nacional. 1986.
- CANO, Wilson. "Agricultura e Urbanização". Reforma Agrária. Campinas, ABRA, 1986.A
- CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. (mimeo). Campinas, IE/UNICAMP, 1986.B.
- CANO, Wilson et alii. O processo de interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo. Campinas, IE/UNICAMP, 1987. Relatório de Pesquisa. Documento 1/8.
- CANO, Wilson. Questão regional e urbanização no desenvolvimento

- econômico brasileiro pós-1930. Campinas, UNICAMP, 1988. (mimeo)
- CANO, Wilson & GUIMARÃES, Leonardo. Estudos sobre a questão regional: documento base. Campinas, Unicamp, 1986 (mimeo).
- CANO, Wilson & SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Diagnóstico do setor de serviços: documento básico. Campinas, FECAMP, 1990. 56 p. (mimeo). Relatório da Pesquisa: São Paulo no Limiar do Século XXI.
- CARDOSO DE MELO, João Manoel. O capitalismo tardio. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1975. Tese de Doutorado, 201 p. (mimeo)
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. O nordeste e o regime autoritário. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.
- CARVALHO FILHO, Joaquim Inácio. O Rio Grande do Norte em visão retrospectiva. Natal, Fundação José Augusto, 1976, 194 p.
- CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". In Seminário Internacional sobre a Revolução de 1930. FGV/CPDOC - Editora da UNB, 1980. p. 112-187.
- CARVALHO, Otomar de. A economia política do nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988, 505 p.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, MEC, 1955. 524p.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. História da República do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Edições do Val Ltda., 1965.
- CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 470p.
- CASTRO, Afonso Celso Vanoni. "Evolução da Cidade do Natal e os Planos". In: SALMAR, Eduardo (org). Texto Um. Natal, Bônus do Movimento dos Moradores de Petrópolis, s/d. p. 1-8.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. A Indústria Têxtil Brasileira: das origens à crise dos anos 70. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1983. 59 p. (mimeo)
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. A evolução da indústria têxtil do Brasil e sua concentração em São Paulo. Campinas IFCH/UNICAMP, 1983. a 42p. (mimeo).
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. O maquinista de algodão e o capital comercial. Natal, Editora Universitária, 1987. 271 p.
- CLEMENTINO, M. L. M. (1987). "O processo de constituição da fábrica". In: Cadernos de Textos, nº 1. Natal, MCS-UFRN.
- COLOMBET, Dominique Simone (1985). A evolução do setor

agropecuária no Rio Grande do Norte entre 1950 e 1979. Natal, UFRN-FUNPEC. Seca: Coleção Especializada, Série B, 2.

COSTA, Fernando Hippolyto da. História da Base Aérea de Natal. Natal, Editora Universitária, 1980. 426 p.

COSTA, Octavio Pereira da. Trinta anos depois da volta. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1977, 93 p. ilustr.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1967. Coleção Documentos Brasileiros nº 126.

CUNHA, Maria Vilma. A mineração em Cuiabá: um estudo do cotidiano operário. Natal, UFRN/MCS, 1988. Dissertação de Mestrado. 140 p.

DANTAS, José Garibaldi. Geografia econômica do Rio Grande do Norte. Mossoró, Escola Superior de Agricultura, 1979. (Mossoroense, 78).

DELGADO, Guilherme Costa. Uma metodologia para determinação de preços mínimos. Brasília, CFP, 1978.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA: Relatório estatístico de 1942. Natal, 1943.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL - DNPM. Perfil analítico do tungstênio. Rio de Janeiro, 1973. Boletim nº 24. 69 p.

DINIZ, Clélio Campolina. Capitalismo, recursos naturais e espaço. Campinas, IE/UNICAMP, 1987. 271 p. Tese de Doutorado.

DINIZ, Clélio Campolina (1988). O Nordeste e o contexto nacional. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, V. 4, p. 57-85.

DRAIBE, Sônia M. Rumos e metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil - 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

EIZEMBERG, Piter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 294 p.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: Anuário Estatístico: 1986. Natal, Seplan/IDEC, 1986.

FAGUNDES, Gilberto. Histórico das leis de criação dos municípios do Rio Grande do Norte. Natal, UFRN s/d. Monografia de Graduação. (mimeo).

FAJNZYLBER, Fernando (1983). La industrialización truncada de América Latina. México, Ed. Nueva Imagem, 416 p.

FARIÁ, Vilmar E & GONÇALVES, Flora. O processo de urbanização no

Brasil e seu estudo: evolução no último meio século. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da ABEP. 1986. 61 p. (mimeo).

FARIA, Osvaldo Lamartine de. A casa nos seções do Seridó. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério do Interior, 1961. 75 p. (Documento da Vida Rural, 16).

FARIA, Osvaldo Lamartine de. Juvenal Lamartine, o meu pai. In: Província. Natal, Fundação José Augusto, 1974. nº 3 p. 9-18.

FELIPE, José Lacerda Alves. O urbano no Rio Grande do Norte. Mossoró, Coleção Mossoroense, 1981. Vol. 164.

FELIPE, José Lacerda Alves. Organização do espaço urbano de Mossoró. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982. Col. Mossoroense, Série C - Vol. CCXXXVI.

FELIPE, José Lacerda Alves. "A divisão social e territorial do trabalho e os centros regionais nordestinos". Terra e Sal. 1(3), março/maio de 1983. p. 59-65.

FELIPE, José Lacerda Alves. Elementos de geografia do RN. Natal, Editora Universitária. 1986. 103 p.

FERNANDES, Aldo et alii. Memória viva. Natal. Nossa Editora, 1987. 342 p.

FERNANDES, Geraldo Margela. Operários do sal: dois séculos de exploração. Natal, UFRN/CCHLA, 1982. Coleção Textos Acadêmicos nº 281.

FERREIRA, Ângela Lúcia de A. A produção do espaço urbano em Natal: loteamentos. Natal, UFRN/DARQ, 1989. 33 p. (mimeo).

FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do garranchão. Mossoró, ESAM, 1989. Coleção Mossoroense.

FIERN/UFPe. Produto, empresa e distribuição de renda no Rio Grande do Norte. Recife. 1987. 235 p. (Convênio Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte - FIERN - e Universidade Federal de Pernambuco - UFPe).

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Província. Natal, 1974. nº 3. 103 p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 18ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982, 248 p.

FURTADO, João Maria. Vertentes. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1976. Memórias.

GALVÃO, Hélio. "Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal". Empresa, II(4) : 4-11, 1972.

GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande. Rio de Janeiro, Edições MEC, 1979.

- GARCIA Jr., Afrânio Raul. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. As possibilidades e as necessidades da ciência e da tecnologia na era das ciências agrárias. Campinas, IE/UNICAMP, 1988. 52p. (mimeo). Cap. 1:
- GRAZIANO DA SILVA, José (coord) et alii. Estudo setorial sobre a implementação de projetos de irrigação no âmbito do PROINE e a problemática fundiária do Nordeste. Campinas, UNICAMP, 1988. Relatório Síntese: versão preliminar.
- GUIMARÃES, Leonardo. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Campinas, IE/UNICAMP, 1986. 362p. Tese de Doutorado. (mimeo)
- GUIMARÃES, Leonardo. Notas sobre os impactos sociais da evolução econômica recente do Nordeste. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1988. Vol. 4, p. 43-56.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1981. Vol. I.
- IBGE - Censo demográfico do Rio Grande do Norte: 1970. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE - Censo demográfico do Rio Grande do Norte: 1980. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE. Indicadores sociais. Rio de Janeiro, 1988. 271 p.
- IBGE - Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1986, v. 1.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Síntese do Estado do Rio Grande do Norte. Recife, 1937. Vol. 1.
- JATOBÁ, Jorge. (org.). Emprego no Nordeste 1950-1980: modernização e heterogeneidade. Recife, SUDENE, 1983. Série população e emprego nº 15.
- JOAQUIM VICTOR traz a carta. Integração EIERN. 7(19), out/nov - 1988. p. 12-13.
- KAGEYAMA, Ângela A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Campinas, UNICAMP, 1986. Tese de Doutorado (mimeo).
- KARAVAEV, A. Brasil passado e presente do capitalismo periférico. Moscovo. Edições Progresso. 1987. 261 p.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª ed. Lisboa, Proposta Editorial, 1980.

- LÊNIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Moscow. Ed. Progreso. 1974. (1ª ed., 1899).
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1989. Dissertação de Mestrado.
- LIRA, Augusto Tavares de. História do Rio Grande do Norte. 2ª ed. Natal, Fundação José Augusto, 1982, 359 p.
- MACHADO, Maria Salete. Estado e movimentos sociais em Natal: Ponta Negra. São Paulo, USP, 1989. Tese de Doutorado. 257 p.
- MALAN, Pedro Sampaio. "Relações econômicas internacionais do Brasil". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1984. Vol. 11 p. 50-106.
- MALUF, Renato Sérgio. Algumas questões teórico-metodológicas no estudo da comercialização agrícola. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1982. 92p. (Texto para discussão nº 16).
- MARTINE, G & CARVALHO, J. A. M. de. Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. Campinas, Unicamp, 41 p. (mimeo).
- MARTINS, Roberto. "Nordeste pensando, Nordeste pensante, cultura mais que interessante". In: MARANHÃO, Sílvio (org.). A questão nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 103-115.
- MARX, Karl. O Capital. 4a. ed. São Paulo. Civilização Brasileira. 1980. 6v.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Livro I.
- MARX, Karl. Esboços econômicos pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 136 p.
- MÉDICE, André C. Subsídios para a elaboração de uma metodologia para os estudos sobre urbanização e estrutura ocupacional. Campinas, UNICAMP, 41 p. 1989.
- MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Secidó. 2ª ed. Brasília, Editora do Senado Federal, 1980. 170 p.
- MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte. Natal. Imprensa Universitária, 1973, 276p.
- MELO, Protásio Pinheiro de. Parnamirim e Natal na 2ª Guerra Mundial. Natal, UFRN/PRAEU, 1982. 33 p. Série Memória nº 2.
- MINHA CONVIVÊNCIA com os ingleses. O Poti, 15 de abril de 1984, p. 4-5.

- MINISTÉRIO DA MARINHA. Ordem do dia nº 0002/75. Rio de Janeiro, Comando de Operações Navais, em 10 de Janeiro de 1975.
- MIRANDA, João Maurício F. de. 300 Anos de História Fotográfica da Cidade de Natal: 1599-1979. Natal, Editora Universitária, 1971. Álbum.
- MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Agricultura de subsistência no Rio Grande do Norte: produção e reprodução da força de trabalho. Natal, UFRN, 1982. 101p. (Coleção Textos Acadêmicos nº 261).
- MOREIRA, Roberto. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- NASCIMENTO, Elimar P. Manaus: Trama, atores e espaço. Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS. 1989. 32 p. (mimeo).
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808. São Paulo, CEBRAP, 1973 (CADERNOS CEBRAP, nº 17).
- O ANO da avançada. Em Guarda. 2 (5) ; 1-10, 1943.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma região. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 137 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Nordeste: as hostes errantes". In: Dinâmica da economia e absorção de mão-de-obra. Recife, Sudene. Série População e Emprego, nº 18. 1984. p. 45-49.
- OLLIVEIRA Francisco de. "Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade dos conflitos de classes". In: MOISÉS, José Alvaro et alii. Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 65-76.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987. 134 p.
- PACHECO, Carlos Américo. Urbanização e alterações na estrutura ocupacional da região metropolitana da grande São Paulo: um estudo comparativo 1970-1980. Campinas, FECAMP, 1989. Relatório Final de Pesquisa.
- PACHECO, Carlos Américo. Urbanização e alterações na estrutura ocupacional: uma avaliação preliminar das transformações nas cidades médias paulistas entre 1970 e 1980. Campinas, Unicamp. 1989.A. 44 p. (mimeo).
- PACHECO, Carlos Américo. Análise do mercado de trabalho e emprego na região metropolitana de São Paulo entre 1970 e 1980. Campinas, IE/UNICAMP. 1989.B. 28 p. Relatório parcial.

- PAIVA, Francisco das Chagas. "A experiência de uma política de industrialização orientada: Rio Grande do Norte". In: *CADERNOS EUNREC.* n° 1. 1982.
- PALMEIRA, Moacir. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantations tradicional". *CONTRAPONTO* 2(2), p. 203-114.
- PATARRA, Neide L. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História social da civilização brasileira.* São Paulo, Difel, 1984. vol. II p. 247-268.
- PEARSE, Arno S. *Brazilian cotton.* Manchester, Manchester Association, 1921.
- PINTO, Lauro. *Natal que eu vi.* Natal, Imprensa Universitária, 1971. 70 p.
- PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal.* Brasília, 1976. 77 p.
- PONTES, Maria Rita. *O desenvolvimento dos eólos de comércio do algodão na Paraíba.* Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1979. Dissertação de Mestrado.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 17ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981, 390 p.
- RIQUE, Lenira. "O espaço geográfico: considerações teórico-metodológicas". In: *O espaço da pequena produção em Maxacanguape-RN.* São Paulo, USP, 1986. Tese de Doutorado. Capítulo I.
- SALES, Tereza. *Agreste, agrestesi transformações recentes na agricultura nordestina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SALM, Cláudio. *Escola e trabalho.* São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SALM, Cláudio. Coord. *O mercado de trabalho brasileiro.* Rio de Janeiro, MTG e IEI/UFRJ, 1987.
- SANTOS, Pedro Antônio de Lima. *Estado e planejamento: a experiência dos planos diretores de Natal (1974-1984).* Natal, UFRN/MCS, 1989. 171 p. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *O sisal no Rio Grande do Norte.* Natal, 1976. (mimeo).
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Região de Mossoró.* Natal, 1973. Série base econômica das micro-regiões do Rio Grande do Norte. IV E V.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Plano de ação do Governo: 1976-1979.* Natal, 1976.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Perfil da cidade de Natal. Natal, 1978.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos - 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985. 489 p.

SIGAUND, Lígia. A dasão dos homens. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1971. Dissertação de mestrado (mimeo).

SILVA, Marconi G., et alii. A economia nordestino-riograndense e a crise de 22. Natal, Ed. Universitária, 1986. 107 p. Coleção Sala de Aula.

SILVA, Marcos A. da. Coord. República em migalhas: história regional e local. São Paulo, Editora Marco Zero - CNPq, 1990. 200 p.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977. 377 p.

SMITH Jr, Clyde. Icaqueoline to victory: The Americans em Natal, Brazil, During World War II. Texas, USA, A & M University, August 1988. Tese de Doutorado.

SOUZA, Aldemir do Vale (1988). Política de Industrialização. Emergência e Integração regional: o caso do Nordeste do Brasil. Recife, SUDENE/Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930). Natal, 1989. 269p. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Proclamação da República do Brasil.

SOUZA, Márcia Maria Lemos de. A política econômica salinsica e o Rio Grande do Norte: (1965-74). São Paulo, PUC, 1988. Dissertação de Mestrado. 161p.

STEIN, Stanley Jr. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1974. 272p.

SUDENE. Plano quinquenal de desenvolvimento para o Nordeste (1961-1965). Recife, 1961, (mimeo).

SUDENE. Aspectos do quadro social do Nordeste. Recife, Divisão de Estudos, Análises e Diagnósticos, 1985.

TAKEYA, Denise M. e LIMA, Hermano M. F. História político administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte. Natal, FGV/CEPA-RN, 1974.

TAKEYA, Denise M. Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, BNB, 1985. Dissertação de Mestrado.

TAVARES, Maria da Conceição. "Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardío e periféricos". *Economía de América Latina*, CIDE, México, 1981, nº 6, 1º s. p. 21-42.

TEIXEIRA, Pedro Hélio G. (Coord.). *Estrutura industrial do Rio Grande do Norte*. Natal, SIC, 1989. Relatório. (mimeo).

UFRN. *Memória da Escola de Serviço Social: 10 anos - 1945-1955*. Natal, sd. 48 p. (mimeo). Relatório de Pesquisa.

UFRN, *Eacnamirim na II Guerra Mundial*. Natal, UFRN, Depto. de História, 1982. 28 p. (mimeo).

UN DEPOIMENTO para a História. Diário de Natal, 4 de maio de 1982.

VALE E VASCONCELOS, Antônio. *Economia Urbana*. Porto-Portugal, Rés Editora, 1984. 298 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. 10ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1978. p. 46-50.

VIANA, Ana Luiza. *O BNDE e a industrialização brasileira*. ANPEC, 1981.

VILELA, Anibal V. e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. 2ª edição. Rio de Janeiro, IPEA, 1975. Série Monográfica nº 10.

VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. *História da aviação do Rio Grande do Norte*. Natal, Editora Universitária, 1974.

WANDERLEY, Maria do Nazaré Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 145 p.

JORNAIS E REVISTAS PESQUISADOS

a) Jornais de circulação diária:

- A ORDEM
- A REPUBLICA
- DIÁRIO DE NATAL^{***}

(Período de 1941 à 1946)

b) Periódico semanal:

- FOREIGN FERRY NEWS

(Coleção completa = 101 números, de 1943 até 1945)

c) Revista mensal:
- RN-ECONÔMICO
(1969 até 1980)

(*) Aos domingos circula como O POTT.